

Adelson André Brüggemann

A sentinela isolada

O cotidiano da colônia militar de Santa Thereza (1854-1883)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Paulo Pinheiro Machado, Dr.

Florianópolis
2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Brüggemann, Adelson André

A sentinela isolada : O cotidiano da colônia militar de Santa Thereza
(1854-1883) / Adelson André Brüggemann ; orientador, Paulo Pinheiro
Machado - Florianópolis, SC, 2013

313 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina,
Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação
em História.

Inclui referências

1. História. 2. colonização militar. 3. período imperial brasileiro.
4. cotidiano. 5. colônia militar de Santa Thereza. I. Machado, Paulo
Pinheiro. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-
Graduação em História. III. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO (IMPRESSA)

Avançando, contra os bugres e onças, até ao extremo ponto da serra selvagem, ali está a igreja, com a aldeia, sentinela isolada, a qual, mesmo por estar tão isolada e abandonada, não veste traje ornamental, mas a simples blusa do pioneiro e dentro das brenhas grita corajosamente o seu “quem-vem-lá”¹.

“para onde estamos indo?” _ não importava que eu, erguendo os olhos, alcançasse paisagens muito novas, quem sabe menos ásperas, não importava que eu, caminhando, me conduzisse para regiões cada vez mais afastadas, pois haveria de ouvir claramente de meus anseios um juízo rígido, era um cascalho, um osso rigoroso, desprovido de qualquer dúvida: “estamos indo sempre para casa”².

¹ AVÉ-LALLEMANT, Robert. Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858). Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980, p. 108.

² NASSAR, Raduan. *Lavoura Arcaica*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

RESUMO

Esta dissertação explora o cotidiano dos soldados e dos oficiais do Exército brasileiro e dos que viveram na colônia militar de Santa Thereza, no interior da província de Santa Catarina, na segunda metade do século XIX. Com base no estudo da documentação militar e administrativa desse período, apresentam-se características importantes sobre o sistema de colonização militar brasileiro, implantado, sobretudo, na fronteira ocidental do País e nas principais vias de comunicação no interior. A colônia militar de Santa Thereza, estabelecida em 1854, no caminho entre as vilas de São José e Lages, cumpriu importantes funções durante o período imperial brasileiro, como povoar o interior do território, cobrar impostos sobre as mercadorias transportadas pelo caminho, realizar obras de manutenção nesse percurso e combater os ataques indígenas na região. Essas funções, e as atividades desenvolvidas na colônia, envolveram um contingente de homens livres e pobres que prestava serviços ao Exército. O trabalho desenvolvido pelos moradores da colônia e as relações estabelecidas entre eles são os elementos centrais deste estudo.

Palavras-chave: Santa Catarina (província). Colonização militar. Colônia militar de Santa Thereza. Homens livres e pobres. Trabalho. Cotidiano.

ABSTRACT

This dissertation explores the daily life of the soldiers and officers of the Brazilian army and those who lived in the military colony of Santa Thereza, within the province of Santa Catarina, in the second half of the nineteenth century. Based on the study of military and administrative documentation of this period, the paper presents important characteristics about the system of colonization Brazilian military, deployed mostly in the western border of the country and the main roads within the territory. The military colony of Santa Thereza, established in 1854, on the road between the villages of São José and Lages, fulfill important functions during the Brazilian Imperial, as the people within the territory, levy taxes on goods transported by road, performing works maintaining this path and fight the Indian attacks in the region. These functions, and activities developed in the colony, involved a contingent of poor freemen and providing services to the Army. The work done by the residents of the colony and the relations between them are the central elements of this study.

Keywords: Santa Catarina (province). Military colonization. Military colony of Santa Thereza. Freemen and poor. Working. Everyday life.

LISTA DE ABREVIATURAS

APESC – Arquivo Público do Estado de Santa Catarina

CMST – Colônia Militar de Santa Thereza

IHGSC – Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Planta da casa para o capelão e para a escola de primeiras
letras da colônia 99

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização das colônias militares brasileiras	43
Mapa 2 – Detalhe da localização das colônias militares na província de Mato Grosso	44
Mapa 3 – Colônias militares na província de São Paulo	45
Mapa 4 – Caminhos que se comunicavam com o litoral de Santa Catarina	78
Mapa 5 – Mapa das duas colônias que deveriam ser erguidas nas margens do caminho, década de 1790	80
Mapa 6 – Traçados do caminho entre Desterro e Lages e suas colônias	82
Mapa 7 – Detalhe da localização da colônia militar de Santa Thereza e os traçados do caminho entre São José e Lages, 1867	91
Mapa 8 – Província de Santa Catarina, 1867	98

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Mapa da população da colônia no ano de 1863	130
Quadro 2 – Mapa da população da colônia no ano de 1864	131
Quadro 3 – Mapa do pessoal da colônia no ano de 1855	137
Quadro 4 – Mapa do pessoal da colônia no ano de 1860	137
Quadro 5 – Mapa do pessoal da colônia no ano de 1861	138
Quadro 6 – Mapa de movimento da estrada da Capital e Lages no mês de julho de 1856	192
Quadro 7 – Hierarquia do Exército brasileiro no século XIX	199
Quadro 8 – Produtos comercializados na colônia em 1864	234

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 - O SISTEMA DE COLÔNIAS MILITARES NO PERÍODO IMPERIAL BRASILEIRO	25
1.1 O sistema de colonização militar brasileiro	33
1.2 A administração das colônias militares brasileiras	54
1.3 “O esgrimir com uma mão a espada não impede a outra de guiar o arado”: as principais contribuições do sistema de colonização militar brasileiro	64
2 - A COLÔNIA MILITAR DE SANTA THEREZA	77
2.1 A criação da colônia militar de Santa Thereza	87
2.2 À procura de um lugar para estabelecer a colônia: os primeiros tempos em Santa Thereza	95
3 - AS PESSOAS QUE VIVIAM NA COLÔNIA MILITAR DE SANTA THEREZA	109
3.1 Os mapas do pessoal da colônia e as relações nominais	128
3.2 Os relatórios de serviços feitos na colônia	138
3.3 Os pedidos de terra e a mobilidade dos colonos	142
3.4 Os ofícios de transferência de soldados: entradas e saídas	154
3.5 A trajetória de vida de alguns militares que trabalharam na colônia	172
4 - OS AFAZERES DE UMA COLÔNIA MILITAR	185
4.1 Entre os colonos e o presidente de província: os diretores de colônia	186
4.2 Outros oficiais na colônia militar	198

4.3 Os colonos da colônia militar de Santa Thereza	204
4.3.1 Serviços prestados para a colônia	210
4.3.2 Serviços realizados nas propriedades do colonos	229
5 - OS MELHORES FIOS DE UMA TRAMA: As relações interpessoais na colônia militar de Santa Thereza	237
5.1 O cheiro bugre tão temido: as pessoas que viviam para além das cercas da colônia militar de Santa Thereza	240
5.2 O convívio entre os moradores da colônia militar de Santa Thereza	267
CONSIDERAÇÕES FINAIS	285
FONTES DE PESQUISA	289
REFERÊNCIAS	305
APÊNDICE A	311
APÊNDICE B	313

INTRODUÇÃO

Durante o século XIX, nos meses mais quentes do ano, o caminho entre a Ilha de Santa Catarina e a vila de Lages ganhava novas feições. Grandes quantidades de gado e de mula eram conduzidas até o litoral da província de Santa Catarina. Os tropeiros que guiavam essas caravanas faziam e refaziam esse percurso algumas vezes ao ano.

Por outro lado, em tempos de frio e de chuva, o caminho era pouco movimentado. As tropas de gado eram menos numerosas e mais raras. Nesses períodos, o fluxo de mercadorias e de animais entre o planalto e o litoral da província era interrompido.

O movimento do caminho ficou registrado em alguns documentos do século XIX. O conhecimento do fluxo de pessoas e de mercadorias no caminho durante a segunda metade do século XIX é possível devido à existência de manuscritos produzidos no desempenho das atividades da colônia militar de Santa Thereza, instalada nas margens desse caminho nos primeiros anos da década de 1850. Os relatórios mensais do movimento do caminho fornecem o nome dos tropeiros que conduziam o gado para o litoral, a quantidade de gado e de mula que transportavam, bem como os dias em que passavam pela colônia. Os principais testemunhos produzidos na colônia são os mapas do movimento do caminho e as guias de pagamento do imposto cobrado pelos animais que passavam pela barreira instalada naquele local. Esses mapas fazem reviver o movimento do caminho. Por meio deles é possível conhecer o nome e o número de pessoas que percorriam aquele itinerário, aqueles tropeiros que pagavam os impostos, aqueles que não pagavam, a quantidade de animais que era transportada para o litoral, as mercadorias que eram transportadas para Lages etc.

Portanto, os vestígios de parte da dinâmica de um antigo caminho permanecem nos arquivos associados a outros documentos da colônia militar. O contato com os acontecimentos da colônia é inevitável. Em meio aos envelopes de documentos, destacam-se as informações referentes ao cotidiano dos soldados do Exército brasileiro que viviam lá. O reconhecimento da existência desse repertório lançou luz sobre novos questionamentos a respeito daquela colônia.

O caminho entre a Ilha de Santa Catarina e a vila de Lages foi aberto nos últimos anos do século XVIII. O objetivo da coroa portuguesa era o de proteger a Ilha de Santa Catarina e inibir invasões estrangeiras, como aquela ocorrida em 1777 pelos espanhóis. Por meio dessa rota, os portugueses planejavam enviar reforços militares por terra para defender as terras próximas à ilha.

Os primeiros projetos do caminho já marcavam os locais em que se deveriam instalar duas colônias militares: uma próxima da Ilha de Santa Catarina e outra mais distante no interior do território, próxima dos limites entre as capitanias de Santa Catarina e de São Paulo. Essas colônias deveriam dar suporte às tropas do Exército português que se deslocariam por terra em caso de ataque à Ilha de Santa Catarina. Porém, durante o período colonial brasileiro, o projeto de criação de duas colônias militares nas margens do caminho entre a Ilha de Santa Catarina e a vila de Lages não foi concretizado.

Após a Independência, tais projetos foram retomados. O caminho, abandonado por alguns anos, ganhava nova importância. O caráter militar, de defesa das posses portuguesas na região platina e arredores, havia sido suplantado. A ligação entre o litoral e o planalto catarinense ganhou, nos primeiros anos do Império brasileiro, nova configuração. As possibilidades de comércio entre o interior e o litoral foram destacadas.

No contexto de alteração de importância e de função do caminho para a economia da província de Santa Catarina, o projeto das colônias militares planejadas nos últimos anos do século XVIII foi retomado pelo Governo. A primeira colônia foi criada, ainda, nos primeiros anos do período imperial brasileiro, com colonos alemães. O local escolhido para instalar a colônia de imigrantes alemães em 1829 era o mesmo daquele projetado no século anterior, nas margens do caminho. A colônia recebeu o nome de São Pedro de Alcântara. Esta deveria cumprir a função de animar o povoamento ao redor do caminho para Lages e oferecer auxílio aos que empregavam essa rota para alcançar o litoral ou o planalto catarinense.

Por outro lado, o projeto da colônia que ficava mais afastada do litoral foi concretizado somente nos primeiros anos da segunda metade do século XIX, com colonos militares. Essa, denominada colônia militar de Santa Thereza, foi criada no ano de 1853. O caminho, naquele momento, possuía considerável movimento de pessoas e de mercadorias entre o planalto e o litoral da província de Santa Catarina. Tanto que, a instalação dessa colônia deveria cumprir duas funções principais (mas não exclusivas): proteger os usuários do caminho e cobrar imposto sobre as mercadorias que eram transportadas por ele. O cumprimento desses objetivos gerou acontecimentos que se tornaram relevantes para a compreensão do processo histórico de Santa Catarina e de formação da cultura catarinense.

Poucos trabalhos historiográficos foram dedicados ao estudo da colônia militar de Santa Thereza. O principal deles é o artigo do

professor Walter F. Piazza, publicado na revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina³. Nos livros de história, poucas páginas foram dedicadas à essa colônia. Os escritos do historiador Walter F. Piazza – “Santa Catarina: sua história”⁴; “A colonização de Santa Catarina”⁵ e, com a professora Laura Machado Hübener, “Santa Catarina: história da gente”⁶, – apresentam poucas informações referentes ao cotidiano da colônia. Os textos são semelhantes e não ultrapassam quatro páginas cada um.

A produção agrícola da colônia militar ganhou destaque no livro “Caminhos da integração catarinense”⁷, do engenheiro civil Antônio Carlos Werner. Esta obra contém um anexo dedicado à colônia, onde os relatórios dos presidentes de província se destacam na composição do texto. Contudo, as observações produzidas nesta obra são bastante semelhantes com aquelas feitas pelo historiador Walter F. Piazza.

Na obra “A colonização de Santa Catarina”⁸, Piazza apresenta uma tabela da evolução populacional da Colônia. No mesmo livro, o professor Piazza afirma que, “por ser uma colônia militar, sujeita a regime especial, apresenta um crescimento populacional insignificante, em razão, também, da sua posição geográfica”⁹. E, quanto aos serviços prestados pela colônia, o mesmo historiador assegura que “puderam tropas e tropeiros, com relativa segurança alcançar os pontos terminais de suas viagens tendo, a meio caminho, aquele punhado de soldados a protegê-los”¹⁰.

Assim como no caso da colônia militar de Santa Thereza, a literatura sobre as colônias militares na historiografia brasileira é escassa. Dois importantes trabalhos sobre o tema foram escritos no início da década de 1970. O historiador norte-americano David Lyle Wood dedicou-se ao tema e, no ano de 1972, defendeu tese de doutorado referente às colônias militares brasileiras. De início, o título da tese, “*Abortive panacea: brazilian military settlements, 1850 to*

³ PIAZZA, Walter F. A colônia militar Santa Teresa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. 3ª fase, n. 2, 1980.

⁴ PIAZZA, Walter Fernando. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: Lunardelli, 1983.

⁵ PIAZZA, Walter Fernando. *A colonização de Santa Catarina*. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1988.

⁶ PIAZZA, Walter F., HÜBENER, Laura Machado. *Santa Catarina: história da gente*. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1997.

⁷ WERNER, Antônio Carlos. *Caminhos da integração catarinense*. Do caminho das tropas à rodovia BR 282: Florianópolis-Lages. Florianópolis: Ed. do Autor, 2004.

⁸ PIAZZA, op. cit., p. 145.

⁹ *Ibid.*, p. 145.

¹⁰ *Ibid.*, p. 146.

1913”¹¹ sugere ao leitor que o assunto deva ser tratado nos termos de um “remédio” cujos efeitos foram malsucedidos.

Baseado em ampla documentação do período, David Lyle Wood analisou todo o sistema de colônias militares brasileiro. Suas pesquisas foram realizadas no Arquivo Nacional, no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e no Arquivo do Exército, todos na cidade do Rio de Janeiro. No conjunto de documentos analisados por ele destacam-se os seguintes: as coleções de leis do império brasileiro; os relatórios dos ministérios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; dos Negócios do Império; dos Negócios da Marinha; dos Negócios da Guerra; a Revista do Exército Brasileiro; as correspondências das presidências de província; e, correspondências de autoridades militares.

Embora a interpretação desses documentos não seja aprofundada, e a maior parte deles tenha sido utilizada para confirmar o argumento de que o plano do governo imperial de instalar colônias militares espalhadas pelo território brasileiro tenha fracassado, o estudo de David Lyle Wood torna-se importante porque sistematiza informações fundamentais para a compreensão de todo o conjunto de colônias militares brasileiras.

No mesmo ano de 1972, a historiadora Maria Aparecida Silva defendeu sua tese de doutorado na Universidade de São Paulo. Essa dedicou-se ao estudo da colônia militar de Itapura, instalada no interior da província de São Paulo na margem esquerda do rio Tietê, em meados do século XIX¹². Em sua análise, Maria Aparecida Silva destacou a formação do núcleo urbano de Itapura (características arquitetônicas, arruamento etc.), a administração da colônia, a organização social daquela instituição militar e as principais dificuldades enfrentadas pelos colonizadores que foram viver lá.

Na Universidade Federal de Santa Catarina, em 1980, Vera Lúcia Fregonese Barros escreveu dissertação de mestrado a respeito da colônia militar de Chopim¹³.

Trabalhos mais recentes também lançam luz sobre temas relacionados à colonização militar em território brasileiro. Desses estudos, merecem destaque a tese de doutorado do professor Antonio

¹¹ WOOD, David Lyle. *Abortive panacea: Brazilian military settlements, 1850 to 1913*. Salt Lake City: University of Utah, Tese de doutoramento, Ph.D, 1972.

¹² SILVA, Maria Aparecida. *Itapura – estabelecimento naval e colônia militar (1858-1870)*. São Paulo, 1972. 160f. Tese (Doutorado em História) – FFLCH – Universidade de São Paulo.

¹³ BARROS, Vera Lúcia Fregonese. *A colônia militar do Chopim – 1882 a 1909*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, SC, 1980.

Marcos Myskiw¹⁴ e os artigos da professora Maria Luiza Ferreira de Oliveira¹⁵ e dos pesquisadores Arthur Roberto Germano Santos¹⁶ e Rafael Ramos Campos¹⁷.

Com o propósito de contribuir com esses debates, e fornecer novos dados sobre o processo de colonização no Sul do País, neste estudo pretende-se analisar os principais aspectos do cotidiano da colônia militar de Santa Thereza, instalada no interior da província de Santa Catarina, na segunda metade do século XIX, destacando-se a experiência de alguns soldados do Exército brasileiro e de seus familiares que cumpriram, por algum tempo, os objetivos do poder público, que pretendia expandir as áreas de colonização e reforçar a economia interna nesta província. Esta análise terá como recorte temporal os anos de 1854 a 1883. Esses limites temporais não correspondem ao período de existência da colônia, que perdurou por mais algumas décadas, porém desde o ano de 1883 não havia mais colonos militares em Santa Thereza¹⁸

Para o estudo da colônia militar de Santa Thereza foram imprescindíveis os documentos sob guarda do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Também foram fundamentais os relatórios dos ministérios do Império e da Guerra e Falls dos presidentes de província, consultados na página de internet do Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras, do *Center for Research Libraries*. Além desses, foram importantes para a pesquisa os acervos do Arquivo Histórico Municipal de São José, composto principalmente pelos fundos provenientes da arrecadação das rendas da Coletoria Estadual de São José, cuja documentação apresenta significativas informações acerca dos escravos e da colonização alemã no município, bem como balancetes e correspondências recebidas e enviadas da colônia militar de Santa Thereza. No Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro, foi levantado um número considerável de documentos relativos à colônia.

¹⁴ MYSKIW, Antonio Marcos. *A fronteira como destino de viagem: a colônia militar de Foz do Iguaçu (1888/1907)*. Tese (doutorado). Universidade Federal Fluminense: Niterói, RJ. 2009.

¹⁵ OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *As colônias militares na consolidação do Estado Nacional, 1850-1870. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011.

¹⁶ SANTOS, Arthur Roberto Germano. *Fronteira e formação do Estado: colonização militar em meados do oitocentos a partir de uma província do Norte. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011.

¹⁷ CAMPOS, Rafael Ramos. *A atuação militar da colônia militar de São Pedro de Alcântara no Maranhão oitocentista. Anais do 35º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)*. São Luís, 2011.

¹⁸ WERNER, op. cit., p. 328.

Contudo, muitos deles também estavam entre os documentos encontrados nos arquivos catarinenses.

No Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, ao consultar envelopes com documentos do século XIX e transcrever maços inteiros de manuscritos, o clima tenso da colônia se manifestava. Os moradores temiam, quase o tempo todo, os ataques indígenas contra o povoado. Há documentos que relatam a descoberta de vestígios que denunciavam a presença de índios botocudos – Xokleng – nas matas mais próximas às casas desses moradores. Os colonos que moravam mais afastados da quadra central, nessas ocasiões, deixavam suas casas e se abrigavam nas de conhecidos ou em prédios do governo.

Entretanto, outras pessoas, além dos índios botocudos, passavam pela colônia. O movimento de tropeiros, especialmente nos meses de verão, alvoroçava todo o povoado. Na passagem desses, em segurança, os administradores da colônia militar de Santa Thereza cobravam os impostos sobre todos os animais que utilizavam o caminho entre as vilas de São José e Lages.

Mais distantes dessas atividades – da proteção dos viajantes e da cobrança de impostos –, ou seja, mais afastados do caminho entre o litoral e o planalto da província de Santa Catarina, os colonos cultivavam a terra, construíam suas casas, os seus engenhos, derrubavam a floresta, ficavam doentes, bebiam, enfim, sobreviviam de diversas maneiras no interior da província de Santa Catarina, reclusos em uma colônia militar.

Os relatórios mensais do diretor da colônia fornecem detalhes importantes a respeito das pessoas que viviam lá. Desses relatórios foi possível constatar que a maior parte da população da colônia era classificada como parda. Além disso, nesses documentos, por exemplo, são descritos os trabalhos realizados pelos soldados nas lavouras, nas reformas de suas casas, na colheita de frutas etc. São esses relatórios que apresentam os riscos – de acordo com o ponto de vista dos oficiais do exército que redigiam os documentos – que corriam os soldados e seus familiares devido à falta de um padre na colônia – risco de se tornarem incivilizados, como os índios botocudos, por exemplo –, as doenças mais comuns, os nascimentos, as mortes e a composição dos colonos. Nestas partes são fornecidas características tais como: província de origem, idade, cor da pele, quantidade de familiares etc.

Conforme os relatórios pesquisados, as colônias militares, apesar das recorrentes dificuldades de manutenção, sobreviveram durante todo o período imperial e serviram para a criação de novos núcleos de

povoamento e para a expansão das áreas dedicadas à agricultura¹⁹. Para o pesquisador Rafael Ramos Campos, as colônias militares eram instituições militares que consistiam em um

universo social em que as ações específicas do Estado Nacional brasileiro objetivavam o controle daqueles grupos sociais marginalizados (pobres livres, quilombolas, etnias indígenas, etc.) situados nas comunidades locais, assim como trazer para o interior das tramas burocráticas provinciais e imperiais os elementos sociais marginalizados espalhados pelo império. Sendo assim, essa instituição militar configurou-se a partir de uma política que tinha como objetivo a centralização das decisões políticas do Estado imperial brasileiro²⁰.

Além disso, é necessário ressaltar que, em todos os acervos pesquisados, percebe-se a escassez de documentos relativos às colônias militares no período que corresponde à Guerra do Paraguai (1864-1870). A falta de manuscritos desse período pode ser explicada pelo seguinte excerto do relatório do ministro da Guerra, Visconde de Camamú, do ano de 1865:

As colônias existentes algum progresso tem tido, e de cada uma delas vos falaria se não fosse as circunstâncias atuais que têm retardado a remessa dos necessários esclarecimentos sobre todas elas, sendo atrasados os que existem na secretaria de estado.

Nem é de admirar que de janeiro para cá fosse esse trabalho interrompido, porque a urgência do serviço de guerra absorve toda a atenção dos presidentes, que deviam esclarecer o governo nesse e noutros pontos, de que por um momento podemos prescindir para acudir ao reclamo da honra e dignidade nacionais²¹.

¹⁹ ALVES, Cláudia. Formação militar e produção do conhecimento geográfico no Brasil do século XIX. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. X, núm. 218 (60).

²⁰ CAMPOS, Rafael Ramos. A atuação militar da colônia militar de São Pedro de Alcântara no Maranhão oitocentista. *Anais do 35º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)*. São Luís, 2011.

²¹ BRASIL. Ministério da Guerra. Ministro José Egidio Gordilho de Barbuda, Visconde de Camamú. Relatório do ano de 1864. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865, p. 20.

Mesmo assim, a documentação levantada permite pensar em um trabalho de micro análise. Quanto aos procedimentos adotados, esses registros serão objeto de análise quantitativa (envolvendo tratamento estatístico dos dados, especialmente aqueles encontrados nos mapas do movimento do caminho entre Desterro e Lages, mapas mensais do pessoal e de doenças, relações nominais dos habitantes da colônia, mapa estatístico-patológico das moléstias tratadas na colônia e mapas da produção agrícola) e qualitativa (análise dos documentos consultados e transcritos, a partir de referenciais teórico-metodológicos que permitam explorar adequadamente as informações contidas nessas fontes). As correspondências entre o diretor da colônia e o presidente de província são as mais comuns.

Os historiadores Michel de Certeau e Maria Odila Leite Dias oferecem indicações fundamentais para pensar certos aspectos do cotidiano dessa colônia. Estes ensinamentos poderão ser associados aos debates que, na historiografia, têm cercado essa categoria.

Michel de Certeau, na obra “A invenção do cotidiano”, definiu duas importantes categorias de comportamentos sociais: a estratégica e a tática. A primeira diz respeito à ordem dominante, que se manifesta por seus sítios de operação (escritórios, quartéis-generais, etc.) e por seus produtos (leis, linguagem, rituais, discursos, etc.). O comportamento tático, por outro lado, descreve as ações dos indivíduos dispersos no espaço, capazes de formarem agrupamentos para responder a uma necessidade. Desse modo, os comportamentos estratégicos são aqueles capazes de produzir e impor, enquanto que as táticas permitem apenas utilizar, manipular e alterar algo. Nos documentos levantados, as ações dos diretores da colônia (confeção das escalas de trabalho, aprisionamento dos infratores, ordens impostas etc.) poderão ser interpretadas, de acordo com Michel de Certeau, como estratégias, ao passo que as fugas, assaltos, assassinatos, bebedeiras e desavenças entre os colonos militares poderão ser entendidas, neste contexto, como táticas.

Maria Odila Leite Dias, no artigo “Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea”, revela que “o estudo do cotidiano abarca uma frente ampla de áreas multidisciplinares e envolve uma estratégia de questionamentos e de crítica da cultura”²². Além disso, importa destacar, nessa obra, os modos possíveis para a reconstituição da experiência vivida. Sobre as mudanças ocorridas neste campo de

²² DIAS, Maria Odila Leite. Hermenêutica do Cotidiano na historiografia contemporânea. In: *Projeto História. Trabalhos da memória*. São Paulo, n. 17, nov.1998, p. 224.

pesquisa e os resultados possíveis nos estudos voltados para o cotidiano, Maria Odila Leite Dias afirma que:

A história das experiências do cotidiano voltou-se para a crítica das ideologias dominantes de controle social e suas múltiplas representações. Na medida do possível, procurou desconstruir discursos normativos do passado, de modo a abrir caminhos novos no mapa dos nossos conhecimentos; ao revisitarmos a historiografia institucionalizada procurando incorporar nela os resultados de pesquisas pontuais das relações sociais do cotidiano, estaremos desvendando novos horizontes e pontos de vista globais abertos para novos modos de ver e de apreender experiências vividas no tempo²³.

Quanto aos modos de resistência, aspecto relevante para a interpretação do cotidiano dos colonos militares que residiram naquela colônia, durante a segunda metade do século XIX, Maria Odila Leite Dias argumenta que “o conceito de resistência à hegemonia do poder subentende a historicidade de práticas e estratégias de sobrevivência à margem do processo de dominação”²⁴, e que essas práticas aparecem nas entrelinhas da documentação produzida pelo poder.

Combinados aos conceitos e categorias descritos, os referenciais teórico-metodológicos da micro-história também concorrerão para as análises desta pesquisa. De acordo com Jacques Revel, “a abordagem micro-histórica se propõe enriquecer a análise social tornando suas variáveis mais numerosas, mais complexas e também mais móveis”²⁵. Desse modo, os comportamentos e a experiência social dos soldados reclusos na colônia militar de Santa Thereza poderão ganhar destaque, pois a micro-história é inseparável de uma reconstituição do vivido e seu método enseja uma análise das condições da experiência social, restituídas em sua máxima complexidade²⁶. Nos documentos selecionados para o trabalho serão ressaltados os acontecimentos e estratégias de atuação das pessoas que viviam na colônia para sobreviver nas margens de um caminho no interior da província de Santa Catarina.

²³ Ibid., p. 238.

²⁴ Ibid., p. 253.

²⁵ REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 22.

²⁶ Ibid., p. 22.

Sendo assim, serão ressaltadas características importantes da dinâmica de funcionamento de uma colônia militar brasileira.

Na tentativa de alcançar os objetivos propostos, este trabalho será dividido em cinco capítulos.

Para contextualizar a instalação da colônia militar de Santa Thereza no interior da província de Santa Catarina, o primeiro capítulo versará a respeito da rede de colônias militares instaladas no território brasileiro durante o século XIX. A tessitura do texto terá como base os decretos que criaram as colônias militares brasileiras, os relatórios dos ministros do Império (até o ano de 1861) e dos ministros da Guerra no tocante às colônias militares. Desses documentos serão destacadas as funções que deveriam cumprir essas colônias e salientados certos aspectos do Exército brasileiro.

O segundo capítulo apresentará as circunstâncias de instalação da colônia militar de Santa Thereza no interior da província de Santa Catarina. Nesta parte do texto serão narrados os primeiros anos de funcionamento dessa colônia. Os relatórios mensais confeccionados pelo diretor da colônia, e enviados ao presidente da província, serão os principais documentos utilizados na confecção desse capítulo.

O terceiro capítulo tratará especialmente das pessoas que viviam na colônia militar de Santa Thereza. Por meio dos relatórios dos diretores da colônia, será investigada a origem dos soldados, de qual província eles eram provenientes, a faixa etária, cor de pele etc. O objetivo principal deste capítulo será o de descrever os colonos militares e os seus familiares. Os mapas populacionais, os relatórios mensais dos serviços feitos na colônia, os ofícios do diretor da colônia e os pedidos de terra serão os principais documentos utilizados nesse capítulo.

O trabalho desempenhado pelos soldados será analisado no quarto capítulo. O que esses soldados faziam nos dias em que dedicavam o seu tempo aos trabalhos para o Governo (construção de prédios públicos, manutenção de caminhos, limpeza da praça central da colônia, defesa da colônia etc)? E nos outros dias, o que faziam? Cuidavam de suas plantações? Construía suas casas? Desse modo, o que se tornará evidente, baseado na leitura da documentação levantada, serão as formas de organização e de administração da colônia (hierarquia, trabalhos prestados para o Governo etc.). O regulamento da colônia, bem como os relatórios mensais dos serviços feitos na colônia serão utilizados na análise do tema proposto para este capítulo.

Por fim, no último capítulo serão narrados alguns episódios que ilustram o convívio entre os colonos, e entre eles e as outras pessoas que não viviam na colônia. Por meio da documentação serão ressaltados os

principais pontos de tensão entre os colonos militares e os não-colonos, na relação com os usuários do caminho, bem como com os habitantes das áreas circundantes. Os documentos que fundamentarão a escrita desse capítulo serão especialmente os ofícios do diretor da colônia enviados ao presidente da província.

1 - O SISTEMA DE COLÔNIAS MILITARES NO PERÍODO IMPERIAL BRASILEIRO

Em um país vastíssimo como o nosso, em muitos pontos inteiramente baldio de população civilizada; em outros apenas habitado por selvagens; limítrofe, além disso, com estados em idênticas senão menos lisonjeiras condições, o estabelecimento de colônias militares não é só uma conveniência administrativa, é também uma medida política de reconhecida necessidade²⁷.

Desde os primeiros anos da colonização do continente americano, as amplas extensões do território brasileiro impuseram grandes dificuldades aos administradores da coroa portuguesa e, mais tarde, aos do império brasileiro. A forma adequada de administrar esse espaço era o principal problema a ser vencido. Esses administradores tinham como desafio o controle de um vasto território desconhecido e habitado por populações indígenas. A falta de conhecimento sobre os recursos e os potenciais dos sertões mantinha misteriosas muitas partes do território brasileiro.

No século XVIII, o espaço que se governava era aquele que deveria ser defendido e segurado. Desse modo, nem todo o território precisava ser conhecido. Elaboravam-se projetos para determinados pontos que protegeriam todas as terras conquistadas. Ou seja, ao defender o litoral de possíveis invasões estrangeiras, defendia-se todo o sertão. Assim, constituiu-se um sistema de defesa em toda a costa brasileira naquele período²⁸.

Contudo, desde as últimas décadas do século XVIII, o ato de governar ultrapassou os limites impostos pela defesa do território. Era necessário, a partir daquele momento, administrar também a população que vivia nesse espaço. Foram desenvolvidos alguns mecanismos que permitiriam conservar e aumentar a população²⁹. Surgiram, portanto, novos problemas e, para solucioná-los, foram criados novos mecanismos e novos saberes para governar todo o território³⁰. É nessa perspectiva que se acentuam os anseios de conhecer o sertão do

²⁷ BRASIL. Relatório do ano de 1861 apresentado à Assembleia-geral legislativa na 2ª sessão da 11ª legislatura. Luís Alves de Lima e Silva, Marquês de Caxias, ministro da Guerra. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862, p. 28.

²⁸ SALOMON, Marlon. *O saber do espaço*. Ensaio sobre a geografação do espaço em Santa Catarina no século XIX. Florianópolis: UFSC, Tese de doutoramento, 2002, p. 14.

²⁹ *Ibid.*, p. 14-15.

³⁰ *Ibid.*, p. 15.

território brasileiro. Nesse momento, “o espaço deixa de ser aquilo o que deve ser fechado e se torna aquilo o que deve ser aberto, trazido à luz do conhecimento”³¹.

No início do século XIX o conceito de governar, até então bastante relacionado à noção de ordenar, conservar e defender territórios, mudou consideravelmente. As pequenas vilas isoladas, protegidas por fortalezas, não eram mais o ponto central de interesse do governo. O modo como o território brasileiro até então era administrado impunha limites bastante curtos ao aumento da população e grandes extensões de terra permaneciam desconhecidas. As vilas e pequenas cidades, espalhadas principalmente na porção oriental do território brasileiro, permaneceram, por mais de um século, como pontos independentes, desconectados e fechados em si. Entretanto, durante o século XIX, esses núcleos populacionais desarticulados cederam lugar para uma estrutura de vilas e de cidades interdependentes, abertas e interconectadas com outras localidades. Os territórios ocupados e povoados deveriam, portanto, formar um conjunto³².

Além disso, é necessário considerar que na primeira metade do século XIX o império brasileiro realizou importantes alianças externas e enfrentou fortes rebeliões internas. As ameaças de ataques por mar, como foram concretizadas no período colonial pelos franceses, holandeses e espanhóis, diminuíram³³. Os esforços para a defesa militar do litoral tornaram-se escassos. As rebeliões provinciais que marcaram esse período exigiam medidas governamentais mais eficazes. Caso contrário, o território brasileiro poderia ser dividido em várias partes.

No mesmo período, a população brasileira de homens livres pobres aumentou. Esses foram caracterizados pelo constante movimento em direção ao interior do País, desde o período colonial, tempo em que se buscava ouro e alastravam-se as fazendas de criação de gado e de pequenas agriculturas de subsistência. Entretanto, esses movimentos se intensificaram “à medida que as bases econômicas no século XIX se diversificaram com a produção do café, cacau, algodão e borracha”³⁴, o que assegurou as condições necessárias para a ampliação das fronteiras agrícolas e a exploração de novas riquezas.

Ao mesmo tempo em que a população de homens livres pobres crescia, o governo imperial buscava minimizar os problemas previstos

³¹ Ibid., p. 15.

³² Ibid., p. 106.

³³ SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 95.

³⁴ CAVALCANTI, Helenilda e GUILLEN, Isabel. *Atravessando fronteiras: movimentos migratórios na história do Brasil*.

com a falta de mão de obra. Esses problemas, de acordo com a crença das elites governantes, seriam ocasionados, principalmente, em virtude do fim do tráfico de escravos. Para tanto, o governo brasileiro definiu duas estratégias: a Lei de Terras (1850)³⁵ e o incentivo à imigração. A Lei de terras transferia as terras devolutas para o controle do Estado. Isso impediria que grandes extensões de terra fossem transformadas em propriedades privadas por meio da posse, especialmente no interior do território, e que novas propriedades só se formariam mediante a compra de terras. Com isso, as terras devolutas eram transformadas em monopólio do Estado e os homens livres pobres, os quais teriam sérias dificuldades para adquirir suas terras, permaneceriam dependentes dos grandes proprietários.

Sendo assim, o poder público brasileiro, que até o início do século XIX atuou especialmente ao longo do litoral, precisava, naquele momento, para tornar efetivo o controle sobre toda a população que se espalhava pelo interior, planejar mecanismos de controle dos homens livres pobres. Um desses mecanismos seria a instalação de colônias militares por todo o território.

O projeto de instalação de um conjunto de colônias militares espalhadas pelo interior do território brasileiro ilustra bem esse cenário de mudanças na forma de governar, o qual foi empreendido pelo governo imperial de Dom Pedro II (1840-1889). O estabelecimento de uma rede de colônias militares e presídios foi, portanto, um dos meios de penetração, de domínio e de povoamento de uma grande extensão de terras no Brasil independente³⁶. Com isso, as colônias militares³⁷ tornavam-se um instrumento da centralização política do império brasileiro pois, como previa esse projeto, seria submetido um número maior de pessoas ao controle da Corte no Rio de Janeiro: o comando das colônias militares estava intimamente relacionado à presidência das províncias, e estas, vinculadas diretamente à Corte na cidade do Rio de Janeiro.

Os estudos históricos referentes à independência do Brasil e à construção do Estado Nacional salientam, com frequência, que esses acontecimentos foram uma imposição para as elites das diversas regiões que compunham a América lusitana. As interpretações sobre esse período apresentam as elites regionais como portadoras de um projeto

³⁵ BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1850*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851. Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850.

³⁶ WOOD, David Lyle. *Abortive panacea: Brazilian military settlements, 1850 to 1913*. Salt Lake City: University of Utah, Tese de doutoramento, Ph.D, 1972, p. 1.

³⁷ Ver Apêndice A, relação de colônias militares.

localista, ao passo que, a elite nacionalizada, acomodada no interior do governo central, procurava estabelecer sua hegemonia sobre todo o território por meio de um Estado em vias de centralização³⁸.

Neste sentido, a historiadora Maria Odila Leite Dias afirma que nas primeiras décadas do século XIX a coroa portuguesa elaborou uma rede de abastecimento mais ampla que surgiu, principalmente, nos arredores da cidade do Rio de Janeiro. Junto a isso foram implementadas pela coroa políticas específicas que promoveram a abertura de estradas para a melhoria das comunicações entre todas as capitanias brasileiras. Essas medidas, além de contribuírem com a centralização do poder e com a resolução de conflitos sociais espalhados pelo Brasil, deveriam estimular o povoamento do interior do território, com a doação de sesmarias e o incentivo à imigração estrangeira³⁹.

Para Maria Odila Leite Dias,

os políticos da época eram bem conscientes da insegurança das tensões internas, sociais, raciais, da fragmentação, dos regionalismos, da falta de unidade que não dera margem ao aparecimento de uma consciência nacional capaz de dar força a um movimento revolucionário disposto a reconstruir a sociedade. Não faltavam manifestações exaltadas de nativismo e pressões bem definidas de interesses localistas. No entanto, a consciência propriamente "nacional" viria pela integração das diversas províncias e seria uma imposição da nova Corte no Rio de Janeiro (1840-1850) conseguida a duras penas por meio da luta pela centralização do poder⁴⁰.

Observa-se, portanto, um enraizamento da interiorização da estrutura administrativa brasileira, mantendo-se um País bastante heterogêneo mesmo após a independência em 1822. Nesse período, a elite brasileira buscou forjar um nacionalismo ao seu modo, representado por D. Pedro I que deveria ser um personagem centralizador, “principalmente no sentido de arregimentação de forças políticas, pois proviria em grande parte daquela experiência a imagem do Estado nacional que viria a se sobrepôr aos interesses locais”⁴¹.

³⁸ DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado Nacional. In: JANCSÓ, I. (org.) *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. Estudos Históricos. São Paulo/Ijuí: Hucitec/Unijui, 2003.

³⁹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005. p. 36.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 17.

⁴¹ *Ibid.*, p. 37.

Nesse contexto, é necessário destacar, de acordo com Maria Odila Leite Dias, especialmente entre os anos 1838 e 1870, o trabalho desempenhado pelos chamados “ilustrados brasileiros”, os quais foram “absorvidos na engrenagem maior de uma política de Estado [...] [e] na construção do novo Império dos trópicos”⁴².

A Constituição de 1824, outorgada pelo Imperador D. Pedro I, estabeleceu as bases fundamentais da estrutura política e do funcionamento do Império. Esse conjunto de leis definia como forma de governo uma monarquia constitucional e hereditária, bem como estabelecia o voto censitário e determinava a divisão político-administrativa do Império em províncias e a separação do poder político em quatro instâncias, quais sejam: Poder Executivo (Imperador e ministros de Estado); Poder Legislativo (senadores, deputados gerais e provinciais); Poder Judiciário (magistrados, juízes e tribunais); e, Poder Moderador.

Com o fim do Primeiro Reinado, em face da abdicação de D. Pedro I em 1831, o império brasileiro enfrentou um dos períodos mais conturbados de sua história política durante o século XIX. Nos anos que se seguiram à abdicação, início do período regencial, eclodiu uma série de revoltas em várias províncias do Império⁴³. Durante o período regencial (1831-1840), marcado por uma política administrativa que concedia maior autonomia às províncias, foram estabelecidas importantes reformas de caráter liberal: criação da Guarda Nacional (1831); aprovação do Código do Processo Criminal (1832); e, promulgação do Ato Adicional de 1834⁴⁴.

Marco importante das medidas descentralizadoras do período regencial, o Ato Adicional firmou importantes modificações na Constituição de 1824: transformou os Conselhos Gerais em Assembleias Legislativas Provinciais; instituiu uma regência una, eletiva e temporária; e, suprimiu o Conselho de Estado.

Contudo, as revoltas regenciais, que ameaçavam a unidade territorial e a ordem social fundamentada nas relações escravistas de produção, culminaram no descontentamento de importantes membros do grupo dos liberais moderados em relação às reformas descentralizadoras daquele período. Com isso, o movimento qualificado como o Regresso Conservador ganhou força e lançou as bases de um projeto que previa a

⁴² Ibid., p. 33.

⁴³ A Cabanagem (Pará, 1835-1840), a Sabinada (Bahia, 1837-1838), a Balaiada (Maranhão, 1838-1840) e a Farroupilha (1835-1845).

⁴⁴ PINTO, Clarice de Paula Ferreira. O Visconde do Uruguai e o Regresso Conservador: A política de centralização na construção do Estado Imperial. *Anais do XV Encontro Regional de História da Anpuh-Rio*.

realização de reformas que permitiam “ampliar a área de controle centralizado e reduzir a do indivíduo, como condição da própria preservação deste”⁴⁵. O Regresso Conservador, por meio da Lei de Interpretação do Ato Adicional, da reforma do Código do Processo Criminal e do restabelecimento do Conselho de Estado, estabeleceu as bases para a centralização política do Segundo Reinado⁴⁶.

Para o historiador José Murilo de Carvalho⁴⁷, a unidade do território da ex-colônia portuguesa, sob um único governo, teria sido obra de uma elite cuja trajetória e formação lhe dava uma perspectiva ideológica que a diferenciava das elites regionais, comprometidas com seus interesses materiais e locais. O fortalecimento de uma elite da Corte, sediada no Rio de Janeiro, foi materializada por meio da imposição de um regime centralizado que, por vezes, neutralizava as demandas regionalistas das elites provinciais.

Por outro lado, o historiador Ilmar Rohloff de Mattos⁴⁸ identifica a construção do Estado brasileiro como resultado da ação de uma classe senhorial, articulada em torno da coroa, especialmente no período compreendido entre o Regresso Conservador e a década de 1850. À medida que construía o Estado, essa classe senhorial constituía-se como elite dirigente. Esse autor salienta a importância do papel desempenhado por uma elite condensada no governo central, “a elite saquarema”, única portadora de um projeto nacional, capaz de construir o Estado e impor uma direção, submetendo os grupos regionais, portadores de projetos localistas. Essa elite, formada por políticos conservadores do Rio de Janeiro, estava diretamente ligada aos interesses dos grandes proprietários de terras e de escravos da economia cafeeira do Vale do Paraíba fluminense. Desse modo, os saquaremas, por intermédio da concordância de opiniões, conseguiram também a adesão política dos liberais ao projeto político de centralização do Estado imperial.

Desse modo, coube a esse grupo o esforço para unificar os interesses dos grandes proprietários de terras e de escravos aos interesses da burocracia estatal. O projeto de centralização política e administrativa do Regresso Conservador foi, portanto, conduzido por importantes personalidades da elite política e cultural brasileira, vinculados aos grandes proprietários de terras e ao aparelho estatal⁴⁹.

⁴⁵ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1987, p. 134.

⁴⁶ PINTO, op. cit.

⁴⁷ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

⁴⁸ MATTOS, op. cit.

⁴⁹ PINTO, op. cit.

Sendo assim, tanto para Maria Odila Leite Dias, quanto para Ilmar Rohloff de Mattos, a centralização política e o comando administrativo do Império representados pelo Rio de Janeiro seriam efeitos do movimento conservador de 1841, também conhecido apenas como Regresso.

Mas, para a historiadora Miriam Dolhnikoff⁵⁰, a unidade e a construção do Estado foram possíveis graças a um arranjo institucional que foi resultado dos embates e negociações entre as várias elites regionais que deveriam integrar a nova nação. Diferentemente das afirmações de Carvalho e de Mattos, a autora acredita que as elites regionais constituíram-se também em elite política, cujo desejo de autonomia não era sinônimo de uma suposta miopia localista, mas, sim, que estava acoplado a um projeto político que acomodava as reivindicações regionais em um arranjo nacional⁵¹.

Ao contrário de uma oposição entre elite dirigente nacional e grupos regionais, prevaleceu uma organização institucional que garantiu a articulação das várias partes do território em um todo, preservando a autonomia de cada uma delas, sob direção do governo central, de modo que as elites regionais se responsabilizaram pela condução do novo Estado nacional. As mudanças introduzidas nessa ocasião, com o fortalecimento do governo central em alguns itens específicos, alteraram faces importantes dessa autonomia, mas isso não significou seu fim. Somente com essa autonomia seria possível afastar as rebeliões separatistas, comprometer os grupos regionais com a construção do Estado e viabilizar materialmente esse Estado, uma vez que os governos provinciais autônomos poderiam alcançar as mais distantes localidades.

Embora sua amplitude tenha sofrido algumas alterações de acordo com as transformações da conjuntura política, a autonomia regional prevaleceu a partir de 1834. Isso porque, no modelo consagrado a partir da década de 1830, e mantido depois do Regresso Conservador, a autonomia convivia com um centro com força suficiente para garantir a unidade. Somente assim é que se pode atribuir a esse regime características federalistas, considerando que o federalismo é um arranjo institucional adotado como estratégia de construção do Estado, cuja principal característica é a coexistência de dois níveis autônomos de governo (regional e central), definidos constitucionalmente.

Enquanto o centro assumia a responsabilidade do governo nacional, as instâncias regionais respondiam pelos assuntos locais. Além

⁵⁰ DOLHNIKOFF, op. cit.

⁵¹ Ibid.

disso, os grupos regionais tinham capacidade de interferir nas decisões do centro, mediante sua participação em uma das duas câmaras que compunham o parlamento⁵².

No mesmo sentido, a historiadora Maria de Fátima Gouvêa⁵³ considera que o estabelecimento da província como nova unidade político-administrativa foi, certamente, uma das maiores inovações introduzidas pelo novo arranjo governativo configurado pelo Império do Brasil. A província tornou-se, então, o novo elo institucional capaz de interligar formalmente o centro político administrativo às diversas esferas locais que juntos iam compondo, pouco a pouco, o novo Estado⁵⁴.

A historiografia acerca do império brasileiro tem afirmado o caráter profundamente centralizado da monarquia constitucional brasileira. Por um lado, vários foram os elementos que restringiram, em meio ao Regresso, a autonomia regional e local em todo o País. Mas, por outro, a teia de interesses e de instituições regionais que articularam a trama política e administrativa era bastante ampla e complexa⁵⁵.

A política imperial foi, por certo, algo muito mais complexo e sofisticado do que o simples favoritismo e clientelismo geridos a partir da cidade do Rio de Janeiro. O debate suscitado pela historiadora Maria de Fátima Gouvêa procura construir uma nova abordagem acerca da dinâmica política que deu vida à monarquia brasileira no século XIX. A análise desenvolvida por ela busca verificar o papel das conexões que interligaram os diferentes grupos espalhados no interior da província, tanto em relação ao governo provincial, quanto à sede do governo imperial instalado na corte do Rio de Janeiro.

O Ato Adicional de 1834 foi um dos principais elementos que contribuiu com a instituição de mecanismos de poder centralizado a partir da sede imperial da monarquia, pois mantinha inalterado o processo altamente concentrado através do qual era procedida a nomeação dos presidentes provinciais. A Lei de Interpretação do Ato Adicional, aprovada em 1841, que restabeleceu o Conselho de Estado, veio, enfim, suprimir a relativa autonomia estabelecida pela legislação de 1834, na medida em que retirou a capacidade de nomeação dos oficiais de justiça e fazenda do âmbito dos governos provinciais⁵⁶. Entretanto, a historiadora Miriam Dolhnikoff acredita que o Regresso

⁵² Ibid.

⁵³ GOUVÊA, Maria de Fátima. *Política provincial na formação da monarquia constitucional brasileira: Rio de Janeiro, 1820-1850*, Almanack Brasiliense, São Paulo, IEB – USP, n. 7, maio de 2008.

⁵⁴ Ibid.

⁵⁵ Ibid.

⁵⁶ Ibid.

Conservador tenha sido uma revisão centralizadora circunscrita à esfera da Justiça e não alterou pontos importantes do arranjo liberal, com caráter descentralizador.

Em face do poder centralizado, a Guarda Nacional⁵⁷, forjada como instrumento militar das classes dominantes provinciais e força auxiliar do Exército, teve suas condições de funcionamento alteradas. O Exército brasileiro se destinava, até então, às operações contra inimigos externos, ao passo que a Guarda Nacional, criada como reforço ou complemento do Exército, se destinava, principalmente, às operações contra inimigos internos. Em 1874, por exemplo, foi determinado que a Guarda Nacional fosse convocada somente em caso de luta externa, o que modificava consideravelmente as finalidades dessa organização⁵⁸.

Embora o Exército brasileiro tenha diminuído o seu efetivo e orçamento após a Guerra do Paraguai, essa instituição foi fortalecida e ganhou novas funções durante o período imperial, especialmente a partir da década de 1850, na guerra contra Oribe e Rosas. Embora sejam considerados outros fatores que estiveram envolvidos na concretização do sistema de colonização militar brasileiro (poder centralizado, extinção do tráfico negreiro, lei de terras e política indigenista), é necessário levar em conta, também, o fortalecimento do Exército durante a segunda metade do século XIX.

Desse modo, torna-se relevante para o estudo das colônias militares pensar também em dois períodos distintos das políticas externas do império brasileiro. O primeiro: aproximadamente da década de 1830 à década de 1850, quando os interesses estavam voltados primordialmente para a questão do tráfico intercontinental de escravos. O segundo (e que mais importa para este estudo): entre as décadas de 1850 e 1870, quando as preocupações do governo imperial estavam mais voltadas para os vizinhos platinos e para a definição das fronteiras ocidentais do Brasil⁵⁹.

1.1 O sistema de colonização militar brasileiro

⁵⁷ A Guarda Nacional, criada em 1831, era uma organização permanente que cumpria seus serviços ordinários dentro e fora dos municípios, em destacamentos à disposição dos juízes de paz, criminais, presidentes de províncias e ministro da Justiça. SODRÉ, op. cit., p. 152.

⁵⁸ Ibid., p. 162.

⁵⁹ SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1990, p. 43.

Antes de tudo, é necessário salientar a importância da obra “Memória sobre colônias militares nacionais e indígenas”⁶⁰, de José Vieira Couto Magalhães⁶¹, resultado de um de seus trabalhos realizados em comissões de inspeção, publicada em 1875, para a confecção deste capítulo. Nessa obra, o autor registrou suas observações referentes ao projeto de reformulação das colônias militares – Lei n. 2.277, de 24 de maio de 1873. José Vieira Couto Magalhães foi um político influente, presidiu três províncias, fundou colônias militares na região do Araguaia e transitava com facilidade entre os ministros e políticos da corte no Rio de Janeiro. A leitura de sua obra, portanto, levará em conta a posição ocupada por ele na corte e que o trabalho foi publicado em um momento em que ele se considerava adversário político dos ministros da Guerra e da Agricultura, para os quais escreveu suas reflexões a respeito das colônias militares.

Os relatórios dos ministérios da Guerra e do Império também serão, com frequência, utilizados ao longo deste capítulo. Esses documentos⁶² relatam as principais atividades desses ministérios ao longo de um ano e eram apresentados à Assembleia Geral Legislativa. Todos os relatórios eram assinados pelos ministros responsáveis pela pasta. Antes que fossem apresentados os dados relativos ao ano que findava, os ministros escreviam um preâmbulo, em dois ou três parágrafos curtos, no qual tratavam dos principais feitos do ministério e faziam reivindicações. Nessa parte dos relatórios também são frequentes as justificativas da preferência de determinados temas em detrimento de outros. Além do preâmbulo, os relatórios eram divididos por assuntos, como por exemplo: Conselho Supremo Militar e de Justiça; Comissão de Melhoramentos do Material do Exército; Corpo de Transportes; Arsenais de Guerra e Depósitos de Artigos Bélicos; Laboratórios Pirotécnicos; Escola Militar; Observatório Astronômico; Quartéis; Arquivo Militar e Oficina Litográfica; Presídios e Colônias Militares; Hospitais Militares; etc. Além dessas partes, os relatórios também eram

⁶⁰ MAGALHÃES, José Vieira Couto. *Memória sobre as colônias militares, nacionais e indígenas*. Rio de Janeiro: Tipografia da Reforma, 1875.

⁶¹ José Vieira Couto Magalhães (Diamantina, 1º de novembro de 1837 — Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1898) foi um político, militar, escritor e folclorista brasileiro. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1859, doutorando-se na mesma área em 1860. Era membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Couto Magalhães conhecia bem o interior do Brasil. Foi conselheiro do Estado e deputado por Goiás e Mato Grosso, foi presidente das províncias de Goiás, de 8 de janeiro de 1863 a 5 de abril de 1864, Pará, de 29 de julho de 1864 a 8 de maio de 1866, Mato Grosso, de 2 de fevereiro de 1867 a 13 de abril de 1868, e São Paulo, de 10 de junho a 16 de novembro de 1889, presidência que ocupava quando foi proclamada a república. Foi ele quem iniciou os estudos folclóricos no Brasil, publicando *O selvagem* (1876) e *Ensaios de antropologia* (1894), entre outros. Fundou em 1885 o primeiro observatório astronômico do estado de São Paulo, na sua chácara em Ponte Grande, às margens do rio Tietê.

⁶² Disponíveis no site <http://www.crl.edu/brazil/ministerial>

compostos de anexos. A parte final dos relatórios era dedicada, quase que exclusivamente, aos mapas de pessoal, legislações referentes ao ministério e informações complementares.

Também serão úteis na confecção deste capítulo a Coleção de Leis do Império do Brasil, na qual foi encontrada a legislação pertinente às colônias militares, e relatórios dos presidentes de província, dos quais foram extraídos alguns exemplos relativos a determinadas colônias militares.

No despertar da década de 1850, o Governo Imperial, com o intuito de fortalecer a sua presença em todo o território brasileiro, criou um sistema de colônias militares que deveriam ser instaladas estrategicamente ao longo da fronteira ocidental brasileira, bem como nas principais rotas comerciais que permitiam o deslocamento de pessoas e de mercadorias entre o litoral e o interior do País. Desse modo, de acordo com Ricardo Salles, a década de 1850 também foi marcada pela

expansão cafeeira, a maior integração com o mercado mundial, o incremento das relações internas entre as diversas regiões do País, a montagem de um aparato administrativo necessário ao funcionamento do Estado imperial, o surgimento de novas necessidades características de um País e um Estado em formação com a consequente diversificação social, enfim, todo o quadro de consolidação da sociedade imperial acarretou a complexificação do aparelho econômico⁶³

Com base nessa documentação, o que se evidencia é que vários fatores políticos foram mobilizados no momento da aprovação do projeto de implantação das colônias militares. O comércio de escravos, em meados do século XIX, por exemplo, estava ameaçado. Tanto que, dentre os objetivos do sistema de colônias militares estava o “emprego e disciplina dos libertos remissos ao trabalho, a que se referem todos os projetos de extinção da escravatura no Brasil”⁶⁴. E, mais:

Em cada província, onde, como na de São Paulo, há numerosos escravos, será forçosamente necessário em futuro próximo, se já não o é no presente, arredar dos centros populosos os libertos

⁶³ SALLES, op. cit., p. 40.

⁶⁴ OURIQUE, Jacques. Esboço topográfico da colônia militar de Itapura. Revista do Exército Brasileiro. Ano 4. Rio de Janeiro: Typ. da Revista do Exército Brasileiro, 1885, p. 274.

vadios e obrigá-los a trabalhar em estabelecimentos sujeitos à disciplina militar, urgindo, portanto, criar ou manter colônias militares em regiões afastadas e convenientes para tal fim⁶⁵.

Esse excerto torna evidente que a extinção do tráfico de escravos e o fim da escravidão preocupavam o Governo imperial, especialmente quanto à manutenção da ordem nas cidades brasileiras devido ao aumento no número de pessoas livres pobres sem trabalho. Essas preocupações faziam com que os homens livres pobres, que se inseriam no sistema escravocrata, tomassem nova dimensão. Considerados pelas elites governantes como pessoas de pior qualidade, nessa conjuntura do fim da escravidão, eles deveriam ser retirados dos centros urbanos, onde causariam, conforme as autoridades, distúrbios e prejuízos.

Os presídios e as colônias militares pertenciam ao mesmo sistema, e foram fundadas com objetivos similares. O ano de 1850, portanto, marca o ponto inicial do programa governamental de colonização militar no império brasileiro. Pouco antes, porém, na província do Pará, foi criada a colônia militar de Santa Thereza do Tocantins. O presidente dessa província, Jeronimo Francisco Coelho, em 1849, afirmou que:

Por Aviso Imperial de 29 de janeiro do corrente ano me foi ordenado o estabelecimento de um presídio militar no rio Tocantins, como meio auxiliador a bem da navegação do dito rio e de nossas comunicações comerciais com a província limítrofe de Goiás [...] Resolvi desde logo anexar ao presídio, que se houvesse de fundar, uma colônia militar e uma missão, com meio de fazer povoar aqueles ermos lugares, de modo que os viajantes, no árduo e perigoso trajeto de tão extensa navegação possam ter um ponto onde repousarem ou refazerem-se para continuação da viagem. A mesma povoação, uma vez fundada, servirá também como de estação e ponto de partida para empreender com menos trabalho as convenientes explorações e obras de melhoramentos precisos na destruição dos

⁶⁵ Ibid., p. 274.

obstáculos naturais⁶⁶.

Sobre o conceito de colônia militar, José Vieira Couto Magalhães, em 1875 o definiu brevemente, nos seguintes termos:

Sendo o fim principal do exército defender o estado contra ataques de inimigos externos ou internos, só serão militares as colônias criadas: ou com o fim de proteger comunicações em linhas tácticas, ou que se destinarem às indústrias agrícolas, como a criação de gado e cavallhada em lugares onde, por outro meio, se não possam conseguir esses artigos de que dependem uma das mais importantes funções de um exército, que é a sua mobilidade.

As colônias que puderem atingir a estes dois fins serão muito proveitosas, não só como elemento de defesa, mas como elemento de riqueza⁶⁷.

Além disso, para esclarecer melhor a definição do conceito, José Vieira Couto Magalhães destacou as finalidades que uma colônia militar deveria cumprir. Para ele,

As colônias militares são uma instituição empregada por todos os povos que tiveram grandes territórios a defender e povoar desde os fenícios, gregos e romanos até nossos dias.

Foi por meio delas que os ingleses criaram núcleos de populações cristãs no interior das Índias, os Russos no interior da Ásia, na América e no Sul da própria Rússia, os franceses na África, os portugueses e espanhóis ali e na América.

Além do meio de fazer estradas de ferro para desertos (meio que não esta ao nosso alcance) a colônia militar é o único de que dispomos para dirigir população para lugares desabitados. A experiência do tempo do domínio português o prova. Os presídios e registros militares (eram os nomes antigos) foram fundados com um destes quatro fins:

1º Impedir que os espanhóis ultrapassassem os limites de suas fronteiras.

⁶⁶ PARÁ. Falla dirigida pelo Exmo Sr Conselheiro Jeronimo Francisco Coelho, presidente da província do Pará, à Assembleia Legislativa Provincial na abertura da segunda sessão ordinária da sexta legislatura no dia 1º de outubro de 1849. Pará: Typ. de Santos & filhos, 1849, p. 137.

⁶⁷ MAGALHÃES, 1875, p. 13.

2º Impedir incursões de selvagens contra nossas populações.

3º Criar núcleos de população ao longo do sertão, naqueles lugares onde uma solução de continuidade entre as populações podia impedir que o centro do governo se comunicasse com as extremidades.

4º Impedir o extravio dos direitos que a metrópole percebia sobre ouro e diamantes⁶⁸.

Embora as autoridades brasileiras tenham decidido adotar esse método de colonização em 1850, algumas tentativas neste sentido foram realizadas na década anterior. O principal marco regulatório do sistema de colonização militar brasileiro deu-se por meio do § 5, do artigo 11, da lei n. 555, de 15 de junho de 1850⁶⁹. Contudo, no ano de 1840, o presidente da província do Pará, João Antônio de Miranda, formulou o primeiro plano de colonização militar no Império brasileiro. Naquele ano foi criada a colônia militar de Pedro II, em território disputado entre o Brasil e a Guiana Francesa. E, em 1848, o presidente da província do Rio Grande do Sul, Francisco José de Souza Soares de Andréa – que possuía longa experiência na repressão de revoltas provinciais tais como a Cabanagem (PA), a Farroupilha (RS) e Juliana (SC) –, em seu relatório enviado à Assembleia Provincial, previa no orçamento da província gastos com o ensaio de colônias militares e agrícolas e instrumentos para os colonos⁷⁰. No mesmo documento, esse presidente publicou um regulamento para esse tipo de colonização que contém 32 artigos. O regulamento, contudo, foi datado em 28 de novembro de 1845 e foi escrito no Palácio do Governo da Bahia, quando Francisco José de Souza Soares de Andréa era presidente dessa província.

O governo imperial, na década de 1850, vislumbrava grandes progressos com a decisão de estabelecer colônias militares em todo o território brasileiro. Para David Wood, os defensores desse plano argumentavam que essa forma de colonização seria um poderoso corretivo capaz de resolver o vasto espectro de doenças sociais,

⁶⁸ Ibid., p. 14-15.

⁶⁹ BRASIL. Ministério do Império. Relatório do ano de 1850 apresentado a Assembleia Geral Legislativa, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Visconde de Mont'Alegre. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851, p. 26.

⁷⁰ RIO GRANDE DO SUL. Aditamento feito ao relatório que, perante a Assembleia Provincial do Rio Grande de São Pedro do Sul, dirigiu o Exmo vice-presidente da província em 4 de março de 1848, pelo Exmo presidente da província e comandante do exército em guarnição, Francisco José de Souza Soares de Andréa. Porto Alegre: Typ. do Commercio, 1848.

econômicas e políticas do Brasil⁷¹. Para Francisco José de Souza Soares de Andréa, as colônias militares eram indispensáveis para a ocupação e posse do território ao longo das fronteiras, para a proteção das estradas e rios navegáveis, para forçar para o interior a civilização e a obediência de tribos selvagens que ocupavam grandes porções de terra, ou para impor respeito sobre a população turbulenta dispersa por amplas regiões⁷².

O conceito de colônias militares, apropriado pelo governo imperial brasileiro, foi, muito possivelmente, trazido da Europa⁷³. Em 1850, a administração brasileira apropriou-se do mecanismo de colonização militar da Europa e o adaptou para servir às necessidades brasileiras. Esse era, portanto, mais um esforço para conhecer os seus recursos físicos e humanos espalhados pelo território brasileiro.

À disposição do governo brasileiro estavam alguns modelos de colonização militar para serem escolhidos. Alguns projetos governamentais seguiram o modelo romano de colônias militares⁷⁴. Outros, entretanto, mencionavam as colônias militares da Áustria, da Croácia e da Eslovênia como valiosos modelos a serem copiados. De acordo com Carlos Henrique Oberacker Júnior, o ministro Luís José de Carvalho e Melo (1823-1825) ocupou-se do tema referente à criação de colônias agro-militares em território brasileiro, as quais garantiriam a defesa das fronteiras com as repúblicas hispano-americanas. Por conta disso, o ministro solicitou a Teles da Silva (ministro do Brasil em Viena) que lhe enviasse informações a respeito desse tipo de colônia no império Austro-Húngaro, e,

Em 29-6-1825 Teles da Silva enviou de Viena ao Ministro o livro de Karl Hetzinger "Fronteiras Militares", escrevendo: "pela ideia que tenho dessas colônias me parecem um estabelecimento de militares que são ao mesmo tempo agricultores [...], o que será muito vantajoso na nossa querida pátria [...]", pois "o esgrimir com uma mão a espada não impede a outra de guiar o arado"⁷⁵.

Ao defender o projeto de colonização militar brasileiro, José Vieira Couto Magalhães, em 1875, asseverou que “assim procederam os

⁷¹ WOOD, op. cit., p. 3.

⁷² Ibid., p. 4.

⁷³ Ibid., p. x.

⁷⁴ Ibid., p. 2.

⁷⁵ OBERACKER Jr., Carlos Henrique. *Jorge Antônio von Schaeffer*. Criador da primeira corrente emigratória alemã para o Brasil. Porto Alegre: Editora Metrópole, 1975, p. 96.

povos em todos os tempo, e ainda modernamente : a Inglaterra na Índia, a Rússia e a Áustria na Ásia, a França na África etc.⁷⁶” E, afirmou também que:

As colônias e presídios militares são uma providente instituição administrativo-militar que nos legaram os portugueses, cujo bom senso em matéria de administração interna não pode sinceramente ser posto em dúvida.

Aqueles que ponderarem que se não coloniza com o exército, eu ponderarei que a experiência da Índia inglesa, da América inglesa e russa, da Argélia, e mesmo a nossa, provam exatamente o contrário⁷⁷.

Os projetos do inglês M. Gladstone, um membro do segundo gabinete do primeiro-ministro Robert Peel (1841-1846), que criou um esquema de colônias militares na Austrália, e os projetos de Landemann (1841) para a Argélia francesa também foram consultados. Experimentos belgas com colônias-prisões, as práticas de colonização inglesa na Índia, América do Norte e fronteira da Ásia com a Rússia também foram considerados. Portugal também usou estabelecimentos similares, tanto que, em fins do século XVIII, a coroa portuguesa planejou a instalação de duas colônias militares no interior do território da capitania de Santa Catarina.

Cada colônia militar instalada no território brasileiro deveria atender a pelo menos um propósito. Desse modo, suas configurações foram diversas e não houve, portanto, apenas uma versão de colônia militar no império brasileiro. Algumas colônias militares eram instaladas especialmente para defender uma parte da fronteira brasileira, outras eram criadas para consolidar o povoamento de uma determinada região, outras eram projetadas para tornar mais seguros os caminhos que iam para o interior, e ainda haviam aquelas que eram destinadas à catequização dos índios. Em 1871, o ministro de guerra do império brasileiro ainda buscava adotar nas colônias militares o sistema mais adequado para a defesa das fronteiras, proteção dos rios e catequese dos índios⁷⁸, o que faz pensar no caráter de constante transformação e de adaptação dos modelos existentes de colônias militares no território brasileiro e em outros continentes.

⁷⁶ MAGALHÃES, 1875, p. 4.

⁷⁷ *Ibid.*, p. 12.

⁷⁸ BRASIL. Ministério da Guerra. Ministro José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco. Relatório do ano de 1871. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1872, p. 60.

Apesar de cada colônia militar ter o próprio foco de interesse, duas considerações principais inspiraram a promoção do sistema de colônias militares no Brasil. Um dos objetivos era o estratégico e o outro era o econômico. Acreditava-se que as colônias militares poderiam auxiliar a pacificação do interior por meio do policiamento das estradas, rios e florestas, livrando-os de índios hostis, escravos fugitivos, bandidos e outros elementos incômodos para o controle da sociedade. Ao mesmo tempo, o governo imperial desejava algum auxílio na exploração dos territórios desconhecidos, bem como o estabelecimento e a manutenção de áreas fronteiriças disputadas. Os defensores do sistema de colônias militares afirmavam que em casos de distúrbios civis e/ou agressões estrangeiras, as colônias poderiam servir como bases de suporte para as forças governamentais, fornecendo comida para as tropas, animais para o transporte e reforços humanos.

Quanto aos aspectos econômicos, acreditava-se que as colônias militares poderiam estimular o povoamento do interior. Como resultado final, o governo poderia tornar-se capaz de explorar os recursos naturais do território, especialmente o solo, ao mesmo tempo em que se animaria e se expandiria o comércio e a indústria e melhoraria as comunicações e transportes para o interior⁷⁹.

Nesse período, grande parte do território brasileiro ainda era dominada por tribos indígenas, escravos fugitivos ou bandos de fora da lei e desertores do exército. O governo precisava tornar esses territórios seguros para a colonização. As colônias militares, naquele momento, pareciam ser a solução desses problemas. A existência dessas colônias poderia fazer as tribos indígenas recuarem mais para o interior, ou contribuiriam com os contatos que conduziriam os índios para a pacificação e civilização. A colônia militar de Jatahy, na província do Paraná, serve de exemplo. De acordo com o ministro do Império, em seu relatório de 1852:

O importante aldeamento do Jatahy, a cargo do barão de Antonina, na nova via de comunicação para Mato Grosso, já muito numeroso recebeu no ano passado o aumento de mais duzentos índios Cayuás, que para serem transportados com os seus 5 caciques dos sertões da margem direita do Paraná, onde estavam embrenhados, foi mister mandar abrir uma picada de 36 léguas à margem

⁷⁹ BRASIL. Ministério do Império. Ministro Sérgio Teixeira de Macedo. Relatório do ano de 1858 apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 10ª Legislatura. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1859, p. 91.

dos rios Tibagy e Paranapanema, vindo em canoas toda a bagagem, mulheres e crianças, e por terra os índios mais robustos⁸⁰.

Para José Vieira Couto Magalhães, na obra “O selvagem”⁸¹, de todo o território brasileiro “quase duas terças partes [...] não podem ainda hoje ser pacificamente povoadas por famílias cristãs, porque estão expostas às correrias sanguinolentas dos selvagens”⁸². De acordo com o mesmo autor, a conquista e a pacificação da população indígena tornaria possível não

somente a posse real da maior parte do território do império; conseguiríamos também um milhão de braços aclimados, e os únicos que se prestam às indústrias, que por muitos anos serão as únicas possíveis no interior – as extrativas e pastoris⁸³.

Para tanto, nas colônias militares, conforme José Vieira Couto Magalhães, deveriam existir intérpretes que auxiliariam os trabalhos de pacificação das populações indígenas. A relação existente entre as colônias militares e a pacificação de populações indígenas é reforçada pelo seguinte excerto:

A idéia de utilizar nossas colônias militares como auxiliares do povoamento dos sertões, para nelas se colocarem intérpretes que falando as línguas das populações selvagens circunvizinhas lhes facilitariam as relações com os mesmos selvagens, encontrou eco no seio do gabinete e, nomeadamente, nos dois conspícuos varões, por cujas pastas correm estes negócios: os da Agricultura e o da Guerra⁸⁴.

Do mesmo modo, de acordo com José Vieira Couto Magalhães, o fato da existência desse milhão de braços ocupando e dominando a maior parte do território do Brasil, podendo irromper para qualquer lado contra as populações cristãs, é um embaraço para

⁸⁰ BRASIL. Relatório do ano de 1852 apresentado à Assembleia-Geral Legislativa na 1ª sessão da 9ª legislatura. Francisco Gonçalves Martins, ministro do Império. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1853, p. 34.

⁸¹ Trata-se de uma obra realizada a pedido do governo imperial para servir de instrumento para a criação de um corpo de intérpretes para a domesticação das populações indígenas brasileiras.

⁸² MAGALHÃES, José Vieira Couto. *O selvagem*. Rio de Janeiro: Typographia da Reforma, 1876, p. VIII.

⁸³ *Ibid.*, p. VIII.

⁸⁴ *Ibid.*, p. XIV.

os progressos do povoamento do interior, e é um perigo que crescerá na proporção em que eles forem ficando mais apertados: a questão pois não versa só sobre a utilidade que podemos tirar do selvagem; versa também sobre os perigos e despesas que faremos, se não cuidarmos agora de amansá-los⁸⁵.

O que chama a atenção neste fragmento é a referência à possibilidade de utilização da mão de obra indígena. O que se coloca em relevo na obra “O selvagem” é a grande quantidade de populações indígenas que ocupavam o interior do País e não eram utilizadas pelo mercado de trabalho.

Em relação ao mercado de trabalho, o estabelecimento de um sistema de colônias militares poderia auxiliar o governo imperial no combate aos quilombos e na captura de seus habitantes, que deveriam ser devolvidos aos seus donos. Ao mesmo tempo, os fora da lei também poderiam ser forçados a bater em retirada ou seriam capturados. Portanto, a segurança dos residentes e viajantes do interior do Brasil seria um resultado direto da instalação das colônias militares.

Mapa 1: Localização das colônias militares brasileiras



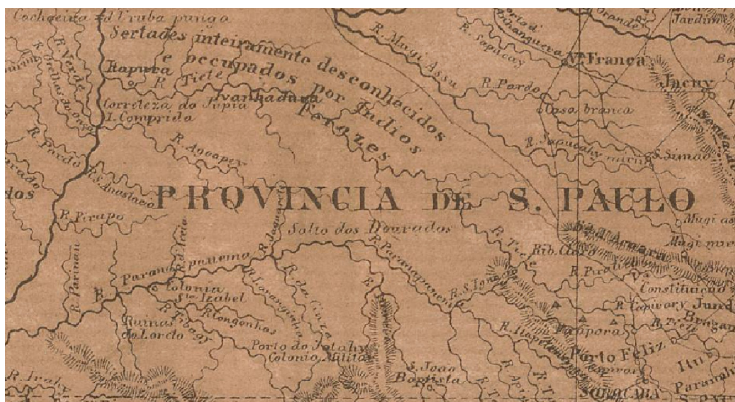
Fonte: Mapa baseado em: WOOD, op. cit., p. XIII.

⁸⁵ Ibid., p. XXVII.

Com a colocação de pequenos contingentes de soldados-colonos em locais estratégicos por todo o Império, os oficiais do Exército brasileiro acreditavam resolver alguns dos seus principais problemas, notadamente o recrutamento de soldados⁸⁶ e o controle das fronteiras. O Governo imperial acreditava que, quando as colônias militares fossem instaladas ao longo das fronteiras internacionais, elas se tornariam a primeira linha de defesa do País e defenderiam a integridade do Império quando surgissem disputas com os estados vizinhos⁸⁷.

As colônias militares deveriam localizar-se em pontos-chave ao longo de rotas comerciais (caminhos e rios) e vias terrestres estratégicas. Por meio dessas colônias buscou-se estabelecer e manter sistemas de comunicação essenciais, ao mesmo tempo em que deveriam encorajar e proteger o tráfego comercial. Além disso, o governo imperial desejava, com esses estabelecimentos, e com a administração da justiça, levar a lei e a ordem para áreas interioranas e fronteiriças. Desse modo, pretendia transformar os índios hostis, fugitivos da justiça e outros elementos marginais da sociedade em cidadãos produtivos, submetendo-os ao regime militar. As colônias militares, portanto, abririam novas áreas de colonização.

Mapa 3: Colônias militares na província de São Paulo



Fonte: Carta do Império do Brasil. Reduzida no Arquivo Militar em conformidade da publicada pelo coronel Conrado Jacob de Niemeyer em 1846, e das especiais das fronteiras com os Estados limítrofes organizadas ultimamente pelo conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro. Rio de Janeiro, 1873.

⁸⁶ Como as colônias militares auxiliariam no controle das pessoas que viviam ou transitavam pelo interior do Brasil, e porque formariam contingentes de homens – soldados-colonos e seus filhos – próprios para o serviço do Exército brasileiro, essas seriam transformadas, com a passagem do tempo, em lugares propícios para o recrutamento militar.

⁸⁷ BRASIL. Ministério da Guerra. Ministro José Egydio Gordilho de Barbuda, Visconde de Camamú. Relatório do ano de 1864. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865, p. 19-20.

O desconhecimento de partes do território brasileiro e a presença de populações indígenas nessas e em outras partes pode ser observado no mapa acima, referente ao império brasileiro confeccionado em 1873. Nesse mapa há menção, por exemplo, de “Sertões inteiramente desconhecidos e ocupados por índios ferozes”, nas proximidades das colônias militares de Itapura e de Avanhadava, na província de São Paulo.

Os escravos fugitivos e o medo que eles frequentemente despertavam nas pessoas que moravam no interior também preocupava as autoridades imperiais, especialmente nas províncias do nordeste. Congregados em quilombos, esses fugitivos pilhavam famílias e vilas isoladas. A proteção dessas famílias e vilas poderia se dar por meio da instalação de colônias militares, como ocorreu no Maranhão. O governo do Rio de Janeiro, por exemplo, criou um conjunto de colônias que formaria uma barreira contra as pilhagens de escravos, bem como suas fugas⁸⁸. Mas, outros tipos considerados fora da lei eram igualmente preocupantes. Muitos criminosos escapavam da justiça e desapareciam no interior das florestas que cobriam uma grande parte do território.

Os limites incertos das fronteiras brasileiras também preocupavam os governantes. Disputas sobre a exata localização de partes da fronteira periodicamente ameaçavam tornar-se guerra. Para alguns oficiais do Exército brasileiro, a instalação de colônias militares era o meio efetivo para estabelecer e defender o território questionado pelos Países vizinhos. De acordo com o Ministro da Guerra Visconde de Rio Branco (José Maria da Silva Paranhos), em 1870, o propósito essencial, se não exclusivo, das colônias militares era estabelecer a melhor defesa da fronteira terrestre, em lugares ainda isolados e insuficientemente explorados⁸⁹.

Nos últimos meses de 1864, por exemplo, o início da Guerra do Paraguai incentivou a reabertura de um caminho na margem esquerda do rio Paraná e a criação da colônia militar de Foz do Iguçu. Para o Ministério da Guerra, a reabertura do caminho, a uma determinada distância da margem brasileira do rio Paraná, e a criação de um estabelecimento militar nessa região evitariam possíveis invasões dos soldados de Solano Lopes. Além disso, essa colônia militar poderia servir como porto para o deslocamento de tropas e de material bélico

⁸⁸ WOOD, op. cit., p. 8.

⁸⁹ BRASIL. Ministério da Guerra. Ministro José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco. Relatório do ano de 1870. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1871, p. 33.

para as frentes de combate⁹⁰. De acordo com a análise do historiador Antonio Marcos Myskiw, a reabertura desse caminho “possibilitaria, além de fornecer proteção aos limites territoriais do Paraná com o Paraguai, povoar a fronteira e defender os lavradores contra os ‘continuados e sempre impunes assaltos dos selvagens’”⁹¹.

As colônias militares, portanto, deveriam promover o crescimento da população em locais que não haviam sido colonizados e deveriam atrair para a sociedade cristã e civilizada muitos homens que ainda percorriam e habitavam as vastas áreas recobertas pelas florestas. Com esse propósito o governo imperial criou, por exemplo, os presídios militares nas margens do rio Araguaia, os quais seriam “pontos militares destinados a proteger e auxiliar a navegação deste rio; atrair população para suas margens; e a chamar, com o auxílio da catequese, os índios à civilização”⁹². Essas colônias também serviriam como garantia contra as injustas pretensões de absorção de territórios e como poderosa ajuda no cultivo de um bom relacionamento com as nações vizinhas, além de auxiliarem o progresso da indústria e do comércio brasileiro⁹³. Esses locais também eram consideradas pontos avançados ao longo da linha de defesa do território brasileiro, tornando-se bases estratégicas de operações⁹⁴, nas quais os colonos não defenderiam somente a integridade do Império, mas também as suas propriedades⁹⁵. Além disso, alguns ministros da guerra esperavam que os habitantes da colônias militares poderiam fornecer várias formas de suporte logístico para as forças armadas regulares.

Algumas autoridades brasileiras previam que as colônias militares poderiam contribuir com a resolução dos problemas relativos à possibilidade de escassez de mão de obra no Brasil. Em 1850, pressionados a extinguir o tráfico escravo, a carência de trabalhadores poderia se tornar, com o passar dos anos, bastante crítica, como acreditavam as elites governantes. A necessidade de introduzir pequenos

⁹⁰ BRASIL. Ministério da Guerra. Ministro José Egydio Gordilho de Barbuda, Visconde de Camamá. Relatório do ano de 1864. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865, p. 19-20.

⁹¹ MYSKIW, Antonio Marcos. *A fronteira como destino de viagem: a colônia militar de Foz do Iguaçu (1888/1907)*. Tese (doutorado). Universidade Federal Fluminense: Niterói, RJ. 2009, p. 82.

⁹² BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1851. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1852. Artigo 1º, Decreto 750, 2 de janeiro de 1851, p. 1.

⁹³ BRASIL. Ministério da Guerra. Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra Marquês de Caxias. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert. 1862 (referente ao ano de 1861), p. 28.

⁹⁴ BRASIL. Ministério da Guerra. Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra Marquês de Caxias. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert. 1862 (referente ao ano de 1861), p. 27.

⁹⁵ BRASIL. Ministério da Guerra. Ministro Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão. Relatório do ano de 1862 apresentado à Assembleia Geral Legislativa. Publicado em 1863. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, p. 27.

proprietários de terra espalhados pelo território brasileiro era crescentemente reconhecida. Contudo, a ocupação de terras no interior desse território era ameaçadora, deficiente e não atraía muitos colonos. Os riscos envolvidos eram muito altos. Alguma forma de proteção governamental, portanto, era indispensável. Para o governo, a solução desse impasse estava nas colônias militares porque esses eram estabelecimentos que poderiam providenciar salvaguarda para os novos colonos que se instalariam pelo interior do território. Desse modo, as colônias militares deveriam incentivar os projetos de imigração, pois elas representariam a pacificação dos sertões e o fornecimento de proteção armada para aquela população dispersa.

De acordo com Couto Magalhães,

O braço nacional, que tanto convinha que fosse aproveitado utilmente, é uma verdadeira praga para os senhores do solo, cuja propriedade infesta com o nome de agregados.

O mais vasto e despovoado País do mundo não fornece terras a seus habitantes, ou pelo menos não as proporciona nas condições em que elas possam ser aproveitadas pelos braços que não tem capitais, ou que os tem em diminuta escala.

Há na província de Minas, para não falar em outras, uma população de mais de 60 mil homens que ficou desempregada pela cessação de indústrias locais, e que se não pode converter em população agrícola, porque não dispõe de terras que se prestem à agricultura.

E porque não emigra para as regiões férteis das matas?

Porque não o pode fazer, sem a existência prévia de núcleos criados pelo governo.

A falta desses pontos de apoio faria com que morressem à míngua antes de começar a produzir, quando não fossem exterminados pelos selvagens. Estes pontos de apoio é que devem ser dados pelas colônias militares⁹⁶.

O subsídio à imigração estrangeira era um empreendimento bastante caro. A Coroa brasileira não estava preparada para financiar essa empresa em larga escala. O plano de estabelecer colônias militares tornou-se ainda mais atrativo porque os proponentes do plano

⁹⁶ MAGALHÃES, 1875, p. 11.

reivindicavam que cada estabelecimento seria altamente econômico. A crença de que as colônias militares eram econômicas persistiu por um longo período. Contudo, nem todas as colônias militares eram compostas exclusivamente por brasileiros. Para a colônia militar de Urucú, na província de Minas Gerais, foram remetidos em junho de 1858, por exemplo, "164 colonos belgas e holandeses"; e, "os seus primeiros povoadores foram colonos oriundos da ilha da Madeira, que valiosos serviços ali têm feito"⁹⁷. Além disso, na província do Espírito Santo, no mesmo ano, foi instalada uma nova colônia militar no porto de Souza, nas margens do rio Doce, na confluência do rio Guandú, local em que o governo tratou "de estabelecer uma colônia de estrangeiros e nacionais"⁹⁸.

Certos veteranos do Exército brasileiro, libertos, indígenas e condenados por pequenos crimes estavam entre os segmentos da sociedade brasileira que o governo pretendia empregar nessas colônias. Para as colônias militares, o Governo planejou adicionar soldados que, por algum motivo, eram julgados incapazes/inválidos para os serviços, mas que não haviam concluído seu tempo de serviço. Aposentados também foram empregados nesses estabelecimentos. Os entusiastas desse plano de colonização acreditavam que esses elementos eram supostamente acostumados a viver sob condições rústicas de sobrevivência, além de serem habituados à disciplina militar.

Esses foram, portanto, os primeiros passos em direção ao domínio dos sertões, dados por um conjunto de colonos involuntários. Os organizadores desse projeto esperavam que cada colônia estimulasse levas espontâneas de imigração para o interior do território. Por esse meio, muitos desempregados, considerados um estorvo nas cidades daquele período, poderiam ser inseridos na vida econômica do Império.

O governo brasileiro pretendia que as colônias militares se tornassem, no futuro, cidades espalhadas pelo interior do território. Instruções governamentais definiram a localização mais adequada das colônias. A corte no Rio de Janeiro prescrevia o tamanho e os pré-requisitos ambientais para a instalação de uma colônia militar. Solo fértil e salubre, facilidade de comunicações e meios de transportes eram

⁹⁷ BRASIL. Ministério do Império. Relatório do ano de 1858 apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 10ª Legislatura. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Sérgio Teixeira de Macedo. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1859, p. 92.

⁹⁸ BRASIL. Ministério do Império. Relatório do ano de 1858 apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 10ª Legislatura. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Sérgio Teixeira de Macedo. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1859, p. 92.

indispensáveis⁹⁹. Alguns locais eram escolhidos especialmente porque seriam mais adequados para a agricultura.

Entretanto, para o ministro da Guerra, Jeronymo Francisco Coelho, as colônias militares estavam mais voltadas para a segurança interna do território brasileiro. De acordo com o seu relatório do ano de 1857:

O fim destas fundações, como sabeis, varia conforme a necessidade, que as aconselha. Entre nós a sua adoção não tem, como em outros Países, por origem, certas necessidades especiais, que lhes imprimem o caráter essencialmente agrícola, ou industrial e artístico, ou penitenciário, ou filantrópico; não se trata, por meio delas, de combater o pauperismo, nem de moralizar e utilizar os vagabundos e os desregrados, nem mesmo (como fim principal), o de aumentar os produtos do solo. O de que se trata é estabelecer núcleos de povoações em lugares remotos centrais e despovoados, onde só a princípio podem reistir às privações, e permanecer como colonos, indivíduos habituados à obediência passiva, adquirida pelos severos hábitos da disciplina militar. A escolha desses pontos é, por via de regra, em nossas fronteiras ou em alguns centros, onde se tem acumulado vagabundos e malfeitores, que ameaçam a segurança e a propriedade dos habitantes dos povoados mais próximos. Tais colônias, portanto, têm o caráter pronunciadamente militar, e embora nelas entre o elemento agrícola, ainda assim são mais que tudo colônias policiais, de segurança e de defesa, que garantem ao mesmo tempo no futuro o infalível desenvolvimento de povoações¹⁰⁰.

Os regulamentos coloniais instruíam os diretores para conduzir a uma cerimônia formal de instalação uma vez que tivesse um lugar escolhido para instalar a colônia. Mas, repetidamente, o estabelecimento definitivo de certas colônias era complicado pelas condições ambientais. Mais de um estabelecimento (Colônia de Urucu, em Minas Gerais;

⁹⁹ BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1849. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1849. Artigo 2, Decreto n. 662, p. 219.

¹⁰⁰ BRASIL. Ministério do Império. Relatório do ano de 1857 apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 10ª Legislatura. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Jeronymo Francisco Coelho. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1858, p. 45.

Colônia Santa Thereza do Tocantins e Colônia Santa Thereza, em Santa Catarina) no Brasil foi transferido de lugar pelos menos uma vez.

Quanto ao lugar escolhido para o estabelecimento da colônia militar de Santa Thereza do Tocantins, na província do Pará:

Era o lugar enxuto e arejado, e por sua elevação ao abrigo das cheias do rio, fértil e com suficiente provisão de caça, peixe e frutos silvestres e alimentares [...] tendo apenas decorrido pouco mais de um mês, eis que nos fins de novembro, com o aparecimento do primeiro repiquete das águas do rio, foi a colônia subitamente assaltada de uma mortífera epidemia de febres; muitos a ela sucumbiram, especialmente mulheres e crianças. Os que escaparam, ficaram em estado tal de prostração que pararam todos os trabalhos. [...] A epidemia foi terrível, mas felizmente passageira e abrandou tão depressa cessou o repiquete e baixaram as águas. As esperanças já iam renascendo quando no princípio de janeiro do corrente ano, ainda achando-se convalescente a maior parte dos colonos, sobreveio segundo assalto da epidemia, tão fatal como o primeiro, e logo depois terceiro assalto em dias do mês de março. Achando-se então a nascente colônia já diminuída de um terço dos indivíduos que a compunham, sendo infalível a total aniquilação dos sobreviventes, que se viam no último estado de prostração, quase moribundos, sucumbidos e de todo esmorecidos, força foi nesta triste extremidade abandonar o ponto¹⁰¹.

Essas mudanças causavam sérios transtornos. Durante o deslocamento de uma colônia revelavam-se vários inconvenientes a ponto de despertar consternação e descontentamento entre os colonos, doenças endêmicas, muitas vezes mortíferas, tal como a cólera, varíola e doenças pulmonares¹⁰².

Com uma colônia oficialmente inaugurada, seu diretor voltava sua atenção para os problemas práticos. Os regulamentos geralmente designavam uma légua quadrada como o núcleo urbano da colônia, mas

¹⁰¹ PARÁ. Relatório feito pelo conselheiro Jeronimo Francisco Coelho, presidente da província e entregue ao 1º vice presidente em exercício, Angelo Custodio Corrêa, no dia 1º de agosto de 1850. Pará: Typ. de Santos & filhos, 1850, p. 17-18.

¹⁰² WOOD, op. cit., p. 88.

o tamanho da área rural variava. As terras não mapeadas eram fontes de constantes irritações em um bom número de colônias. Na colônia de Santa Thereza, por exemplo, dizia o presidente da província de Santa Catarina:

O diretor declara-se na impossibilidade de decidir as questões de limites dos lotes coloniais, visto que do arquivo não consta a planta da colônia! Dai as frequentes questões que atropelam continuamente ao diretor e ao governo, por não estarem os posseiros com o seu direito certo, graças a medições não feitas ou não executadas devidamente.

Torna-se pois necessário que o engenheiro militar, levantando outra planta, demarque novamente os respectivos limites.

Este serviço pode vir a prejudicar algumas posses já adquiridas, mas firmará por uma vez o direito de cada um¹⁰³

Hesitantes em se estabelecer nas colônias, os soldados construíam suas moradias de forma bastante precária. O governo, no início, incentivou isso, acreditando que esse arranjo temporário poderia ser rapidamente substituído. As ordens governamentais declaravam que quando os colonos chegassem na colônia, eles deveriam erigir casas temporárias¹⁰⁴. As instruções sugeriam que os colonos construissem a casa primeiro, seguida pela capela, depois as barracas (a qual deveria incluir uma forte cadeia) e finalmente casas para o capelão, para o sub-diretor, a enfermaria e os armazéns. O governo proporcionou planos para cada uma dessas construções¹⁰⁵. Infelizmente, a maior parte dos colonos nunca melhoraram a natureza provisória de suas casas. O presidente da província de Santa Catarina, por exemplo, descrevia, em 1862, as casas da colônia de Santa Thereza da seguinte forma: casas cobertas de palha e de fraca construção¹⁰⁶.

¹⁰³ SANTA CATARINA. Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da província de Santa Catharina na la sessão de sua 26a legislatura pelo presidente, Dr. Francisco José da Rocha, em 21 de julho de 1886, p. 145. Desterro, Typ. do Conservador, 1886.

¹⁰⁴ WOOD, op. cit., p. 91.

¹⁰⁵ BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1851. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1852. Artigo 25 e 34, Decreto n. 820, p. 250.

¹⁰⁶ SANTA CATARINA. Relatório do presidente da província de Santa Catarina, o conselheiro Vicente Pires da Mota, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na 1ª sessão da 11ª legislatura. Santa Catarina, Typ. Desterrense de J.J. Lopes, 1862, p. 26.

Essas construções poderiam ser o produto do acúmulo de desgostos entre os oficiais e os colonos¹⁰⁷. Os oficiais relacionavam o descuido com as construções com a indulgência dos colonos, mas, talvez, outros fatores significantes também entraram em jogo. A insuficiência ou a completa ausência de carpinteiros e pedreiros contribuía para essa situação. A maior parte das colônias era isolada e por isso a dificuldade de obter materiais de construção resistentes. Cal para a argamassa, por exemplo, era escassa. Pregos e outras ferragens também eram difíceis de se conseguir. Nas colônias em que não havia serraria, as tábuas tinham de ser importadas com grandes gastos. Os construtores logo empregavam materiais menos custosos porque colonos e administradores tinham orçamento bastante curto¹⁰⁸. As pequenas choupanas que eram construídas permitiam aos colonos somente um espaço limitado e com pouco conforto para morarem. De forma similar, o regime militar das colônias também permitia aos colonos certos níveis que restringiam a sua liberdade.

Com todos esses elementos trabalhando juntos, o governo tinha a expectativa de que a economia de cada colônia se desenvolveria rapidamente. Ao expandir o comércio e a indústria, as colônias poderiam exigir melhores transportes e comunicações. As colônias militares poderiam fornecer, também, melhorias importantes nessas comunicações, especialmente porque os colonos eram obrigados a contribuir com o desenvolvimento e manutenção de uma rede de caminhos, tanto fluviais quanto terrestres, que cruzavam todo o Império. E, assim, contribuiriam com os propósitos econômicos e estratégicos do governo imperial. Além disso, muitas das colônias militares também eram responsáveis pela proteção e pelo funcionamento dos correios.

Sendo assim, o que chama a atenção é que as intenções projetadas para a rede de colônias militares eram grandiosas. O governo imperial projetou, em meados do século XIX, uma espécie de cordão, uma cadeia de colônias militares ao longo de praticamente toda a extensão das fronteiras terrestres do Brasil, bem como na proximidade de todos os maiores rios e principais caminhos do interior¹⁰⁹. Contudo, a enormidade da tarefa empreendida pelo governo imperial brasileiro, aliado às deficiências de recursos disponíveis, dificultou determinadas ações governamentais neste empreendimento. As colônias militares, ao contrário do que havia sido planejado, mantiveram-se, por bastante tempo, dependentes dos recursos públicos. O financiamento

¹⁰⁷ WOOD, op. cit., p. 92.

¹⁰⁸ Ibid., p. 93.

¹⁰⁹ Como pode ser observado no mapa 1.

governamental e a mão de obra eram sempre insuficientes. O isolamento dos mercados tornava a maior parte das colônias economicamente impotente ou inviável. Os esforços para melhorar as comunicações geralmente malograram. Com pouco pessoal e abastecimento insuficiente, periodicamente sujeitas a doenças e desastres naturais, as colônias revelaram-se pouco atrativas para potenciais colonos, tanto para os militares quanto para os civis.

1.2 A administração das colônias militares brasileiras

A sorte das colônias militares brasileiras estava intimamente associada com a eficácia da burocracia governamental que as administrava. O isolamento da maior parte das colônias exigiu o funcionamento de uma máquina administrativa que deveria garantir um fluxo constante de dinheiro e de material para as colônias. Contudo, o tempo revelou fraquezas em todos os níveis do governo. Uma falha era a excessiva descentralização combinada com a imprecisão na definição das esferas de responsabilidade. É comum encontrar nos relatórios dos ministros da guerra a reclamação de que as colônias militares não deveriam ser responsabilidade desse ministério. A inexperiência governamental com a colonização e a falta de empenho dos oficiais do Exército brasileiro (principalmente dos diretores das colônias) promoveu o agravamento da situação.

A administração das colônias militares deslocou-se, em diferentes tempos, em torno de um ou mais ministérios. De 1850 a 1861 o Ministério do Império era o principal responsável pelas colônias. Depois de 1855 o ministério delegou esta obrigação para seu subsidiário, o Departamento de Terras Públicas e Colonização. Mas, a autoridade desse departamento sobre as colônias militares nunca foi completa. Os Ministérios da Marinha e da Guerra, simultaneamente, controlaram certos aspectos da operação colonial. Após 16 de fevereiro de 1861, por meio do decreto n. 2.747¹¹⁰, o Imperador transferiu a responsabilidade principal pelas colônias para o Ministério da Guerra.

O Rio de Janeiro controlava a emissão de regulamentos coloniais, instruções para os presidentes de província e prescrições para o pessoal das colônias. Essas instruções integravam um conjunto de decretos e decisões reais que governavam as colônias militares. A base desse corpo legal era o decreto n. 662, de 22 de dezembro de 1849, por meio do qual

¹¹⁰ BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil – 1861. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1862. Decreto n. 2.747, de 16 de fevereiro de 1861.

o Imperador aprovou a proposta de regulamentação para as colônias militares na província do Pará¹¹¹. No ano seguinte, o governo imperial autorizou, por meio da lei n. 555, a colonização militar por todo o Império¹¹². O decreto n. 820, de 12 de setembro de 1851, fez emendas nas leis anteriores, ao aprovar o regulamento da colônia militar Leopoldina, estabelecida na província de Alagoas¹¹³.

As colônias militares criadas até o ano de 1855 estavam sujeitas a essa legislação (uma lei e dois decretos). Contudo, por conta das particularidades de cada colônia, o Departamento de Terras Públicas e Colonização criou, em 1855, um código mais flexível para possibilitar melhorias em cada colônia com o seu próprio regulamento. Isso fica bastante claro no relatório do Ministério do Império, referente ao ano de 1854:

Tendo pois somente de informar-vos que não podendo ser aplicáveis todas as disposições dos decretos e regulamentos, que regem as primeiras colônias militares, a todas as que se tem fundado, porque circunstâncias especiais das localidades exigem muitas vezes providências peculiares, tem feito o governo acompanhar a fundação de algumas das novas colônias de instruções [illegível].¹¹⁴

Em meados do século XIX, as fronteiras brasileiras eram locais muitas vezes ameaçadores. Em certos ambientes, os colonos eram desafiados pela natureza e pelos indígenas. Era praticamente impossível viver isolado no interior, era necessário viver em grupo para sobreviver. Sem a colaboração dos vizinhos, os recém-chegados tinham poucas chances de subsistir. Raramente um indivíduo sem ajuda aceitaria o desafio de viver longe de áreas povoadas. Para a elite governante, a disciplina militar era o único meio pelo qual o domínio dos sertões do País poderia ser realizado.

Sendo assim, as formas e os usos militares governaram essas colônias devido ao seu isolamento, que por vezes, tornava seus

¹¹¹ BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1849. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1849. Decreto n. 662, p. 219-222.

¹¹² Ver artigo 11, Seção 5, Lei n. 555, de 15 de junho de 1850. BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1850. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851, p. 54.

¹¹³ BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1851. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1852. Decreto n. 820, p. 242-250.

¹¹⁴ BRASIL. Ministério do Império. Relatório do ano de 1854 apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 9ª Legislatura. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1855.

moradores desprotegidos dos perigos dos sertões¹¹⁵. O governo preferia soldados e ex-soldados como colonos porque eles já eram acostumados ao regime militar. Porém, a corte do Rio de Janeiro recomendou aos diretores coloniais para não praticarem uma postura militar rígida, sugerindo que eles usassem moderação, especialmente onde os colonos civis estavam envolvidos. O regime das colônias militares brasileiras procurou ser mais relaxado. Quando se disciplinava um colono, um comandante deveria usar não mais que um prudente castigo ou pequena punição corporal.

Com o objetivo de atrair a população civil, a organização militar dessas colônias era um arranjo temporário. Na proposta desse sistema, cada colônia deveria ser emancipada quando as circunstâncias necessárias fossem alcançadas. Pelos atos que criaram e regulamentaram o sistema de colônias militares, seus regimes militares poderiam ser abolidos e um governo civil estabelecido¹¹⁶. Os planos traçados para as colônias militares previam a sua emancipação como um processo gradual: para cada três habitantes que desenvolvessem renda independente e que paravam de receber a ração, ou um salário do governo, o número de colonos de primeira classe poderia ser reduzido em um, até permanecerem somente 25 soldados em cada destacamento. Esses poderiam permanecer na colônia, provendo proteção policial, até que as colônias governamentais fossem completamente convertidas em colônias civis¹¹⁷. Enquanto isso, o diretor permaneceria no comando da colônia.

O diretor era responsável pela manutenção da ordem e da disciplina no seu assentamento. Nenhuma pessoa poderia tornar-se um colono sem seu consentimento¹¹⁸. Como um agente centralizador, ele deveria matricular todos os residentes em seu distrito, precisando declarar de cada colono a sua idade, local de nascimento, profissão, estado civil, número de filhos e data do alistamento. Além disso, o diretor deveria fazer anotações referentes ao cumprimento, ou não, de suas ordens. O diretor registrava essa informação em um livro especial

¹¹⁵ BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1850. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851. Artigo 13, decreto n. 729, de 9 de novembro de 1850, p. 229; e, BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1858. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1859. Artigo 41, decreto n. 2.125, p. 158.

¹¹⁶ BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1849. Rio de Janeiro: 1849, Typographia Nacional. Artigo 20, Decreto n. 662, p. 221; BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1850. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851. Artigo 13, decreto n. 729, p. 229; BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1858. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1858. Artigos 41 e 42, decreto n. 2.125, p. 158.

¹¹⁷ BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1858. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1858. Artigo 58, decreto n. 2.125, p. 160.

¹¹⁸ BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1850. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851. Artigo 15, decreto n. 729, p. 230; BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1858. Rio de Janeiro: 1858. Typographia Nacional. Artigo 45, decreto n. 2.125, p. 159.

para anotações sobre os colonos, e registraria todos os nascimentos, mortes, casamentos, deserções, e qualquer coisa merecedora de menção¹¹⁹. Ele regulamentava a chegada e a saída de colonos e concedia permissão para eles partirem do distrito da colônia¹²⁰.

O governo imperial advertia aos diretores de colônia para não serem permissivos quanto à saída de algum colono que poderia ser propenso a desertar¹²¹. Sujeito à aprovação do presidente de província, o diretor estava autorizado para expulsar qualquer residente da colônia que se tornasse turbulento, briguento, viciado, ou que por conta do seu comportamento se tornasse perigoso à paz e moralidade da colônia¹²². Estranhos ao estabelecimento poderiam permanecer não mais que 3 dias sem a permissão do diretor¹²³.

Além disso, o diretor deveria distribuir o trabalho militar da colônia. O sétimo parágrafo, do artigo 7, do decreto 2.125, assim determinava ao diretor:

Distribuir o serviço militar da colônia de modo que nem os colonos fiquem privados de desfrutarem os dias, que permite o Art. 11 do Regulamento de 9 de novembro de 1850, e nem venha a sofrer a polícia do distrito da mesma colônia. Haverá, porém, exercícios gerais nos últimos oito dias dos meses de junho e dezembro de cada ano, que não poderão ser deferidos senão com a aprovação do Presidente de Província¹²⁴.

Enquanto isso, o Decreto n. 729, de 9 de novembro de 1850, em seu artigo 11, determina que:

Os colonos, enquanto não preencherem o tempo de serviço, serão obrigados ao serviço militar e aos trabalhos na colônia somente em três dias da

¹¹⁹ BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1858. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1858. Artigos 7 e 56, decreto n. 2.125, p. 153 e 160.

¹²⁰ BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1850. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851. Artigo 15, decreto n. 729, p. 230.

¹²¹ BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1851. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1852. Artigo 68, Decreto 750, p. 13.

¹²² BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1850. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851. Artigo 14, decreto n. 729, p. 229; BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1858. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1858. Artigos 7 e 40, decreto n. 2.125, p. 152 e 158.

¹²³ BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1849. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1849. Artigo 23, decreto n. 662, p. 221; BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1851. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1852. Artigo 55, Decreto 750, p. 11.

¹²⁴ BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1858. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1858. Artigo 7, decreto n. 2.125, p. 152. Ver também: BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1851. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1852. Artigo 3, decreto n. 820, p. 244.

semana, tendo os outros três inteiramente livres para se empregarem no gênero de vida que mais lhes convenha; ficarão porém sujeitos a exercícios gerais duas vezes por ano por espaço de oito dias em épocas marcadas nos regulamentos. Estes exercícios não poderão ser deferidos senão quando assim o exigirem os trabalhos da colônia, e os interesses agrícolas dos mesmos colonos, devendo sempre preceder aprovação do Presidente da Província¹²⁵.

As instruções permitiam aos diretores distribuir o trabalho respeitando-se o direito que os colonos tinham de três dias por semana para desempenharem atividades em suas propriedades. Contudo, esse direito poderia ser concedido em semanas sucessivas ou interpoladas, dependendo da conveniência para o serviço público e para os interesses dos colonos¹²⁶. Nos dias em que os trabalhos eram dedicados à colônia, entre outras tarefas, os colonos trabalhavam na olaria, como ferreiro e carpinteiro, como carroceiro, vaqueiros, cuidando dos animais da nação, carregando pedras, água, além de suas obrigações militares¹²⁷. Muitos desses trabalhos estavam relacionados com a construção e manutenção de prédios públicos e estradas. Outras tarefas envolviam o cultivo e colheita de campos comunais¹²⁸.

Os regulamentos coloniais exigiam que os adultos e as crianças de ambos os sexos aprendessem a ler, escrever e contar¹²⁹. As autoridades que projetaram o sistema de colônias militares sugeriam que os adultos empregados em trabalhos manuais fossem à escola em horários compatíveis com o seu trabalho¹³⁰. Crianças com até 14 anos de idade frequentariam a aula durante o dia¹³¹. Mas, as escolas coloniais, onde elas existiam, eram pobremente servidas. A maioria das escolas era

¹²⁵ BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1850. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851. Artigo 11, decreto n. 729, p. 229.

¹²⁶ BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1858. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1858. Artigo 7, decreto n. 2.125, p. 152; BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1851. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1852. Artigo 3, decreto n. 820, p. 244.

¹²⁷ WOOD, op. cit., p. 98.

¹²⁸ BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1851. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1852. Artigo 13, decreto 750, p. 4.

¹²⁹ Idem, Artigo 65, p. 13.

¹³⁰ BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1850. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851. Artigo 19, decreto n. 729, p. 230.

¹³¹ BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1858. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1858. Artigo 15, decreto n. 2.125, p. 154-155.

inadequada e havia uma escassez geral de livros e outros objetos para estudar¹³².

Os diretores das colônias, por outro lado, tinham de requisitar instruções dos seus presidentes de província quando as leis referentes às colônias não versavam sobre determinada matéria¹³³. O decreto n. 1.363, de 8 de abril de 1854, que criou uma colônia militar na vila de Obidos, na província do Pará, ratifica essa conduta:

[o presidente] fará acompanhar as suas providências das instruções que forem precisas para o regime interno e econômico da colônia, para a sua polícia e andamento regular dos trabalhos, seguindo no que for aplicável e não estiver prevenido nas presentes instruções, as disposições dos Regulamentos que baixaram com os decretos n. 662 de 22 de dezembro de 1849, n. 729 de 9 de novembro de 1850, e n. 820 de 12 de setembro de 1851.¹³⁴

O presidente de província, nomeado pela coroa, era a chave de conexão entre a administração central no Rio de Janeiro e as colônias militares localizadas dentro de suas jurisdições. O governo imperial concedeu determinadas funções ao presidente de província em relação às colônias militares. Era permitido um certo grau de liberdade de decisão aos presidentes e, em geral, o Rio de Janeiro aprovava essas decisões. Para exemplificar a função exercida pelos presidentes de província nas colônias militares no século XIX, servem os decretos n. 1.363, de 8 de abril de 1854, que criou uma colônia militar na vila de Obidos, na província do Pará¹³⁵, e, n. 2.125, de 13 de março de 1858, que aprovou o regulamento da colônia militar de Santa Thereza, na estrada que comunicava a vila de São José e de Lages, na província de Santa Catarina¹³⁶.

Uma das primeiras tarefas do presidente de província era escolher onde as colônias seriam adequadamente instaladas na província. Ele era

¹³² WOOD, op. cit., p. 100.

¹³³ Neste caso, é exemplar o decreto que aprovou e mandou executar nos presídios Leopoldina e Santa Isabel o regulamento para os presídios militares fundados à margem do rio Araguaia na província de Goiás. Na mesma coleção de leis, o decreto n. 751, de 2 de janeiro de 1851, criou uma colônia militar no porto do Arroio Jatáhy na sua confluência com o rio Tibagi, na comarca de Curitiba da província de São Paulo. Ver: BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1851. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1852. Artigo 71, Decreto 750, 2 de janeiro de 1851, p. 14.

¹³⁴ BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1854. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1854. Artigo 13, decreto n. 1.363, p. 143.

¹³⁵ Idem.

¹³⁶ BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1858. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1858. Artigo 59, decreto n. 2.125, p. 161.

responsável pela seleção do local apropriado da colônia, demarcação dos seus limites, mapeamento e divisão da colônia em lotes¹³⁷. Os oficiais do Exército sob a jurisdição de um presidente de província poderiam ser provisoriamente alocados nas colônias¹³⁸. De acordo com o regulamento colonial editado pela coroa, depois de um colono requerer o título de terras ao governo, o presidente de província tinha o poder de conceder o título das terras que o colono ocupava. Ou seja, era o presidente que detinha o poder sobre a concessão de títulos de terra e sua transferência.

O pessoal de cada colônia era subordinado ao presidente de província. Sujeito à aprovação da administração central, o presidente nomeava e suspendia os oficiais da colônia. Ele tinha o poder de selecionar os homens que formavam os destacamentos militares nas colônias. Se não havia tropas regulares suficientes para o serviço nesses estabelecimentos, ele poderia preencher o destacamento fazendo contrato com qualquer cidadão disposto a servir como um membro da guarda nacional. Em casos de extrema emergência, o presidente de província possuía poder para chamar qualquer um dos colonos para as armas. Os diretores das colônias, por outro lado, não podiam transferir o pessoal de um estabelecimento para outro sem a permissão do presidente.

A responsabilidade do presidente não era circunscrita ao pessoal arregimentado para as colônias, ela também se estendia sobre os colonos civis. O presidente também selecionava, ou pelo menos aprovava a seleção de pessoas admitidas como colonos. Ele frequentemente determinava o cumprimento do tempo que os colonos deveriam ser subsidiados. Sua aprovação era necessária antes de algum colono ser expulso da colônia, e a ele era igualmente necessário pedir autorização no caso de algum colono, ao ter cumprido o seu tempo de serviço, querer permanecer na colônia¹³⁹.

Com as colônias estabelecidas e os colonos instalados, o presidente continuava a supervisionar a economia da colônia. Ele tinha o poder de tomar ações necessárias para proteção e regulação das colônias. Desse modo, a presidência da província era uma figura chave na administração das colônias militares brasileiras porque detinha

¹³⁷ Ver: BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1849. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1849. Artigo 2, Decreto n. 662, p. 219; BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1851. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1852. Artigo 2, Decreto 750, 2 de janeiro de 1851, p. 2; e, BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1850. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851. Artigo 4, decreto n. 729, de 9 de novembro de 1850, p. 227.

¹³⁸ BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1850. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851. Artigo 4, decreto n. 729, de 9 de novembro de 1850, p. 228.

¹³⁹ BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1851. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1852. Artigo 17, decreto n. 820, p. 248.

conhecimento e era responsável pela manutenção das comunicações entre as colônias e as demais localidades. Toda correspondência passava através de suas mãos e, no mínimo uma vez a cada três meses, ele tinha de franquear gratuitamente a condução de gêneros e garantir meios de livre trânsito entre as colônias¹⁴⁰.

Em geral, o Ministério do Império era responsável pelos assuntos econômicos, enquanto que, os negócios militares recaíam sobre o Ministério da Guerra. Porém, o Ministro de Guerra Marquês de Caxias, por exemplo, em 1862, acreditava que o governo havia cometido um erro ao transferir a responsabilidade principal das colônias militares para o seu ministério. Ele sugeriu que o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Publicas era melhor preparado para suprir as necessidades das colônias e que a força militar poderia ser somente esperada para proteger os colonos de agressões exteriores ou desordens civis. Segue excerto do relatório desse ministro:

[...] as colônias de que me tenho ocupado, salva a parte puramente militar que limitar-se-á ao fornecimento dos destacamentos necessários para a manutenção da ordem e segurança dos habitantes, devem ficar pertencendo ao ministério da agricultura, comércio e obras públicas, a cujo cargo está a colonização em geral; porquanto, abrangendo as colônias militares todas as condições de existência das outras colônias, é sem dúvida aquele ministério o mais habilitado e o mais competente para prover as suas necessidades, e aos meios que se julgarem mais apropriados ao seu desenvolvimento e prosperidade; sendo fácil conciliar estes interesses com os do serviço militar, dada a inteligência e harmonia que deve sempre existir entre os diversos ministérios.¹⁴¹

Outros ministros concordavam com a opinião do Marquês de Caxias. Em 1863, para o ministro da Guerra Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão:

Na fundação de tais estabelecimentos não predominou um pensamento essencialmente

¹⁴⁰ BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1849. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1849. Artigo 26, decreto n. 662, p. 222.

¹⁴¹ BRASIL. Relatório do ano de 1861 apresentado à Assembleia-geral legislativa na 2ª sessão da 11ª legislatura. Luís Alves de Lima e Silva, Marquês de Caxias, ministro da Guerra. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862, p. 39.

militar em relação à defesa do País, sendo criadas com o fim principal de formar núcleos de população em pontos desertos, afim de promover-se o desenvolvimento da lavoura e facilitar a catequese e civilização dos indígenas; tanto mais quanto foram geralmente estabelecidas em pontos centrais julgados aptos para satisfação de tais necessidades.

Ora, correndo pelo ministério da agricultura, comércio e obras públicas tudo quanto diz respeito à agricultura e à catequese e civilização dos índios, parece justo que por conta desse ministério corra igualmente a administração das atuais colônias militares, que não passam de colônias agrícolas civis. Além de que muito difícil me parece que será o desenvolvimento e prosperidade de tais colônias com pessoal tirado do exército, pelo pouco apreço que dão as praças que obtêm suas baixas à concessão da data de terras, quando têm completado o tempo de serviço a que são obrigadas, favor cuja efetividade raros são os que solicitam.

Quanto às colônias fundadas nas fronteiras do Império, essas sim podem ser convertidas em estabelecimentos propriamente militares. Com regulamentos convenientes e apropriados, tornar-se-ão centros de população militar e agrícola: servirão de atalaias do País em relação aos povos limítrofes e poderão prestar relevantes serviços, em caso de necessidade, como pontos avançados das linhas de defesa, tornando-se os colonos ao mesmo tempo defensores da sua propriedade e da integridade do Império.¹⁴²

Os argumentos desse ministro, voltados principalmente para a questão de terras, o que justificaria retirar do Ministério da Guerra a responsabilidade sobre as colônias militares, indicam também alguns aspectos da relação entre os soldados do Exército brasileiro e esses estabelecimentos. Destaca-se desse texto a informação de que poucos soldados solicitavam a posse de terras quando concluíam o tempo de serviço. Ou seja, é clara a vontade dos soldados de deixarem esses

¹⁴² BRASIL. Ministério da Guerra. Ministro Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão. Relatório do ano de 1862 apresentado à Assembleia Geral Legislativa. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1863, p. 27.

estabelecimentos quando possível. Isso sugere que a maior parte dos soldados do Exército brasileiro que serviram nas colônias militares eram obrigados a trabalhar nesses lugares.

É interessante atentar-se para o momento em que esses relatórios foram escritos: pouco antes de eclodir a Guerra do Paraguai. Na sua concepção, esses estabelecimentos deveriam promover a defesa do território brasileiro contra tentativas de invasão por Países vizinhos. A transferência de responsabilidade sobre as colônias para o Ministério da Guerra, em 1861, se devia, em parte, às ameaças paraguaias e ao desejo do Império de se apossar de territórios limítrofes ainda não claramente demarcados. Ao que tudo indica, porém, os ministros de guerra daquele período não queriam responsabilizar-se por essas colônias. Corroborando essa hipótese o relatório do ministro da Guerra José Marianno de Mattos, como segue:

Do Ministério do Império passaram estas [colônias militares] para o da Guerra, na ocasião em que criou-se a secretaria e ministério de agricultura, comércio e obras públicas, quando a este ministério ultimamente criado deveriam tais colônias pertencer.

Com efeito, a repartição das terras públicas, que a seu cargo tem o auxílio e proteção à agricultura, melhor providenciaria sobre colônias, que de **militares só têm o nome**, sem dúvida por alguns pequenos destacamentos que nelas existem.

Se transferirdes para aquele ministério a inspeção das colônias militares, de certo prosperarão elas, dirigidas pela repartição, que em relações se acha com os interesses rurais, que melhor os conhece do que o Ministério da Guerra, ocupado e atento sempre aos muitos objetos concernentes à disciplina, armamento e instrução do exército.

[...] Mas, como vos digo, o Ministério da Guerra não é o competente para ocupar-se com regulamentos de colônias, distribuição de terras e outros objetos, para que se criou um ministério especial. (Grifo no original)¹⁴³

Mais tarde, durante a Guerra do Paraguai, o Ministério da Guerra ignorou os assuntos relativos às colônias militares. Isso explicaria a

¹⁴³ BRASIL. Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra José Marianno de Mattos. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1864 (referente ao ano de 1863), p. 19-20.

escassez de documentos desse período, tanto nos arquivos do Estado de Santa Catarina, quanto nos arquivos do Exército e Nacional, no Rio de Janeiro.

O financiamento das colônias era um negócio complicado. Os três ministérios preocupavam-se com os gastos desse empreendimento. Os gastos estritamente militares, pagos pelo Ministério da Guerra eram os seguintes: salários, ração dos soldados-colonos ainda na ativa e os benefícios militares do diretor. Os gastos com capelão, escrivão, implementos, ferramentas e transportes e a ração dos membros da família dos soldados eram pagos pelo Ministério do Império. Esses fundos eram passados através do tesouro provincial antes de chegar às colônias, e quase nunca eram considerados adequados ou suficientes para a manutenção desses estabelecimentos. Havia uma disparidade entre os fundos requisitados pelos administradores das colônias e as quantidades alocadas pelo governo.

Mas, além de financiar as colônias, a administração central também realizava outras funções. Com certa frequência, por exemplo, o governo imperial nomeava equipes de inspeção¹⁴⁴ com o propósito de manter a Corte no Rio de Janeiro informada sobre o progresso de todas as colônias. Imediatamente depois de sua criação, o Departamento de Terras Públicas e Colonização recomendou que as colônias militares existentes fossem inspecionadas, no mínimo, uma vez ao ano¹⁴⁵. Essa proposta, porém, não fora implementada. Quando em 1861 o Ministério da Guerra tornou-se responsável por essas colônias, nos primeiros relatórios desse ministério destacava-se a falta de dados concernentes a esses estabelecimentos.

1.3 “O esgrimir com uma mão a espada não impede a outra de guiar o arado”¹⁴⁶: as principais contribuições do sistema de colonização militar brasileiro

Em virtude da autorização conferida ao Governo, para dar novo plano aos Presídios e Colônias Militares, suprimindo ou criando os que julgasse convenientes, foi nomeada, por Aviso de 26 de

¹⁴⁴ Como ocorreu em julho de 1864, em fevereiro de 1865 e em agosto de 1875 na colônia militar de Santa Thereza. Acervo: APESC. Fundos: Correspondências do Ministério da Guerra para o Presidente da Província (1864 e 1865); Registro dos presidentes de província para os diretores de colônias (1873/1874). Folha 174v-175.

¹⁴⁵ WOOD, op. cit., p. 30.

¹⁴⁶ OBERACKER Jr., Carlos Henrique. Jorge Antônio von Schaeffer. Criador da primeira corrente emigratória alemã para o Brasil. Porto Alegre: Editora Metrópole, 1975, p. 96.

outubro de 1876, uma comissão, composta do Marechal de Campo Henrique de Beaurepaire Rohan, como presidente, do Brigadeiro Barão de Caruarú (hoje falecido), do diretor da Repartição Fiscal e do Brigadeiro honorário Dr. José Vieira Couto de Magalhães, afim de apresentar um plano de organização uniforme para todas as colônias e presídios, tendo em vista as alterações aconselhadas pela prática.¹⁴⁷

Em algumas colônias, o regime prescrito pelo governo jamais foi executado. Em outras, ele foi adotado por algum tempo, mas nessas, foi parcial ou inteiramente abandonado. A crítica da natureza mista (militar e civil) das colônias militares brasileiras surgiu bastante cedo no cenário político. O regime militar não poderia ser adotado em todas as suas regras e disciplina. Diretores mais enérgicos frequentemente encontravam oposição dos residentes nas colônias que reclamavam da severidade do regime¹⁴⁸. E, em consequência dessas condições, o regime colonial militar enfrentou sérias dificuldades ao tentar realizar o seu propósito.

A partir da década de 1870, especialmente após a Guerra do Paraguai, o Exército brasileiro enfrentou grandes mudanças. As colônias militares, diretamente relacionadas ao Exército, tornaram-se alvo de importantes trabalhos de organização desse sistema de colonização. As inspeções realizadas nas colônias militares passavam a ter caráter de avaliação. Dependendo dos resultados alcançados, elas deveriam receber mais investimentos ou seriam suprimidas.

De acordo com Couto Magalhães,

Se entendermos que as colônias militares tem por fim por um lado proteger comunicações interiores ou a população nas regiões de nossas fronteiras, e, por outro lado impedir que os selvagens ataquem populações cristãs, veremos que esta instituição ao passo que é militar tanto quanto tem por fim a defesa e segurança das fronteiras ou a segurança do cidadão que habita o interior, por outro lado é eminentemente econômica, porque promove a utilização de terrenos que sem elas nunca serão

¹⁴⁷ BRASIL. Ministério da Guerra. Ministro Visconde de Pelotas. Relatório do ano de 1879 apresentado à Assembleia Geral Legislativa. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880, p. 24.

¹⁴⁸ WOOD, op. cit., p. 101.

povoados, ou serão em período muito remoto e com muitas dificuldades¹⁴⁹.

São essas, portanto, as principais características das colônias militares brasileiras. A existência desse sistema se sustentava, especialmente, sobre essas bases: protegia as comunicações terrestres e a população que vivia no interior (ou que iria viver) e defendia as fronteiras brasileiras.

Conforme relatório do Ministério do Império, referente ao ano de 1857, quanto ao estado das colônias militares e presídios, "se eles não têm produzido todos os benefícios que a sua criação prometia, prestam todavia utilidade que se não pode desconhecer"¹⁵⁰. Sendo assim,

O devassamento das matas do Jacuipe e a segurança de que já ali se goza, são vantagens que se devem às colônias de Pimenteiras e de D. Leopoldina, apesar das dificuldades com que têm lutado e lutarão ainda.

A navegação de Goiás à capital da província do Pará pelo Araguaia e Tocantins, facilitada e protegida pelas colônias Santa Bárbara, Santo Antônio, Santa Cruz e Santa Leopoldina, se é ainda contrariada por grandes embaraços e perigos, força é confessar que se faz muito mais livremente depois do estabelecimento destas colônias.¹⁵¹

Além de almejar o povoamento e a proteção do território brasileiro, o governo imperial projetou a criação das colônias militares para fortalecer e expandir a agricultura no País. As autoridades imperiais desejavam que, a cada nova colônia instalada em algum ponto do interior do território, as possibilidades de exploração de vastas porções de solo virgem fossem confirmadas e obtivessem sucesso. Porém, o triunfo por elas realizado dependeria de um trabalho cuidadoso. Os agentes do governo procuraram terras férteis, em lugares acessíveis. Eles encorajavam os colonos a tornarem-se lavradores e os diretores motivavam o uso dos últimos métodos de cultivo. As instruções

¹⁴⁹ MAGALHÃES, 1875, p. 3.

¹⁵⁰ BRASIL. Ministério do Império. Relatório do ano de 1857 apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 10ª Legislatura. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Marquês de Olinda. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1858, p. 37.

¹⁵¹ BRASIL. Ministério do Império. Relatório do ano de 1857 apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 10ª Legislatura. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Marquês de Olinda. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1858, p. 37.

coloniais ordenavam aos colonos construir e manter sistemas de comunicação que conectassem o seu núcleo de povoamento com os moradores externos, o que garantiria a prosperidade das colônias.

Mas, poucos desses projetos foram realizados. Treinados como soldados, ou carentes de habilidades agrícolas, ou por outras razões, muitos colonos comprovaram ser lavradores ineficazes. Ademais, o isolamento dos mercados reprimia o progresso econômico dessas colônias. Desprovidos de capital e de trabalho, o comércio e a indústria eram impossíveis e permaneceram insignificantes.

A política imperial reconheceu que estradas adequadas eram um pré-requisito para o progresso econômico de suas colônias militares. Até elas poderem desenvolver seus próprios recursos, os novos estabelecimentos permaneceriam dependentes das demais regiões habitadas para suprir muitas das suas necessidades¹⁵². O acesso aos bons mercados poderia encorajar os colonos a produzir um excedente exportável e assim poderiam tornar-se auto-suficientes. As instruções, portanto, recomendavam que a localização das colônias deveria ter fácil acesso aos mercados e rotas comerciais. Os diretores coloniais deveriam abrir comunicações com regiões já povoadas, logo que um lugar fosse selecionado, e que alguns colonos deveriam ser encorajados a estabelecer-se em lugares estratégicos junto de caminhos para ajudar a manter as novas rotas abertas quando fossem construídas¹⁵³. Oficiais meticulosos procuravam cumprir com suas ordens. Algumas colônias construíram estradas para o interior do território, mas a maior parte dessas foi abandonada com o passar dos anos.

Estradas abandonadas, assim como a planta física das colônias, eram rapidamente deterioradas. As colônias militares se depararam com a impossibilidade de construir estradas adequadas para a comunicação com outras áreas povoadas. No caso da colônia militar de Itapura, na província de São Paulo,

A falta de caminhos também será um duro golpe na colônia que só possuía acesso pelo rio em percurso longo e penoso, os picadões que deveriam ligar Lençóis a Avanhanda e daí até Itapura iniciaram-se mas nunca foram finalizados,

¹⁵² WOOD, op. cit., p. 110.

¹⁵³ BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1850. Rio de Janeiro: 1851, Typographia Nacional. Artigo 22, decreto n. 729, p. 231; BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1851. Rio de Janeiro: 1852, Typographia Nacional. Artigo 34, decreto n. 820, p. 250.

tornando as duas colônias inacessíveis por terra em particular Itapura, mais distante e isolada¹⁵⁴.

Em muitas instâncias, sem a assistência de empreiteiros civis, nem a ajuda especial de comissões de engenheiros do Exército, os quais poderiam solucionar o dilema do transporte por estradas bem construídas, os colonos enfrentaram dificuldades na manutenção dos caminhos que já estavam abertos. A colônia militar de Santa Thereza, situada na estrada que ligava as cidades de São José e Lages, na província de Santa Catarina, exemplifica essa situação. O presidente da província, Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, em 1868, reclamava que aquela estrada era, ainda, apenas apropriada para cargueiros, homens a pé ou em lombo de cavalo¹⁵⁵. Para compreendermos melhor a situação das colônias militares brasileiras na segunda metade do século XIX, o relatório desse presidente de província nos fornece alguns indícios:

Quase nenhum progresso tem tido a colônia; e poucos poderá fazer enquanto não receber população conveniente e não for melhorada a péssima estrada pela qual se comunica com a capital.

Criada com o intuito de ir povoando a estrada geral de Lages e facilitar por esse modo as relações com o interior da província, de sua existência se há colhido por certo algum proveito em semelhante sentido; mas o seu desenvolvimento está ainda bem longe de corresponder ao que sem dúvida se esperava e de satisfazer plenamente os fins que se tiveram em vista.

Não penso, entretanto, que convenha extingui-la. Creio antes que tudo aconselha a sua sustentação e aumento, fácil aliás de conseguir, mediante a introdução oportuna de suficientes braços e a realização de certas reformas que a experiência aconselha.¹⁵⁶

¹⁵⁴ GHIRARDELLO, Nilson. Estabelecimento naval e colônia militar do Itapura, ápice do pensamento urbanístico-militar do império brasileiro. In: *SHCU 1990* - Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, v. 9, n. 2 (2006).

¹⁵⁵ SANTA CATARINA. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catharina, na sua sessão ordinária, e ao 1º vice-presidente, comendador Francisco José de Oliveira, por ocasião de passar-lhe a administração o presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda no ano de 1868. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1868. Anexo D.

¹⁵⁶ Idem, p. 24-25.

Mesmo que a colônia militar de Santa Thereza tenha cumprido o seu principal objetivo – o de povoar as margens do caminho para Lages e facilitar as relações entre o litoral e o interior da província de Santa Catarina –, o seu desenvolvimento dependia de pessoas adequadas aos projetos de colonização e de melhores estradas. Portanto, as condições eram ainda mais precárias para as colônias localizadas mais para o interior, onde as estradas eram escassas e mal conservadas.

A agricultura era a principal atividade econômica da maior parte das colônias. O governo permitia aos colonos cultivarem todo tipo de produto, mas encorajavam a aumentar as safras de produtos rentáveis tais como o café, algodão, anil, baunilha, fumo, trigo e cacau. Mesmo assim, os colonos não deveriam abandonar os produtos necessários para a sua sobrevivência¹⁵⁷. As instruções dos diretores deveriam promover a introdução de melhorias no método de plantio e processamento de produtos agrícolas¹⁵⁸. Os colonos que se distinguissem como lavradores deveriam ser recompensados¹⁵⁹. Infelizmente, a agricultura dessas colônias desenvolveu-se muito devagar e, em algumas, elas nunca se tornaram auto-suficientes.

Os diretores regularmente acusavam os colonos de indolentes, e, em geral, desconhecedores dos métodos agrícolas. Na maior parte dos documentos sobre os primeiros anos da colônia militar de Santa Thereza persiste a reclamação quanto aos colonos preguiçosos, atribuindo a preguiça aos hábitos viciosos herdados da vida nos quartéis e sua falta de experiência com a agricultura¹⁶⁰.

O difícil acesso às colônias desencorajou o desenvolvimento comercial e agrícola desses assentamentos. Durante uma visita à colônia de Santa Thereza, em 1858, o médico alemão Robert Avé-Lallemant ficou impressionado positivamente com a produção agrícola daquela colônia. Nesse relato observou-se que enquanto as estradas da província permanecessem no estado precário em que se encontravam, a colônia não poderia desfrutar de crescimento significativo e sempre iria

¹⁵⁷ BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1851. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1852. Artigo 11, Decreto 750, p. 4.

¹⁵⁸ BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1851. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1852. Artigo 3, decreto n. 820, p. 243; BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1858. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1858. Artigo 7, decreto n. 2.125, p. 152.

¹⁵⁹ BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1851. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1852. Artigo 12, Decreto 750, p. 4.

¹⁶⁰ SANTA CATARINA. Falla que o presidente da província de Santa Catarina, João José Coutinho, dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial no ato da abertura de sua sessão ordinária em 1º de março de 1857. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e C., 1857, p. 30; SANTA CATARINA. Relatório do presidente da província de Santa Catarina, Francisco Carlos de Araujo Brusque, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na 1ª sessão da 10ª legislatura. Rio de Janeiro, Typ. do Correio Mercantil, 1860, p. 18.

depende de ajuda externa. Os administradores brasileiros igualmente reconheciam aquela necessidade. Em 1886, por exemplo, a colônia militar de Santa Thereza vendeu pequenas quantidades de farinha de mandioca, milho, açúcar, toucinho e couro¹⁶¹. Porém, o valor de suas exportações raramente excediam as somas gastas para a importação de produtos¹⁶². Os custos da importação em 1865 pareciam indicar que a produção na colônia aumentava e a importação diminuía. Contudo, a disparidade ainda existia entre importações e exportações como era claramente demonstrado pelos cálculos entre os anos de 1867, 1868 e 1870. Em 1868, por exemplo, a colheita da colônia foi consumida quase que inteiramente dentro da colônia.

Com capital escasso por falta de exportação, todas as atividades nas colônias permaneceram rudimentares. Os colonos, quando possuíam algum excedente, trocavam seus produtos com os tropeiros que passavam pelas colônias. O comércio da colônia de Santa Thereza, por exemplo, era feito por qualquer colono que tivesse algum produto para vender, confirma o relatório do presidente da província de Santa Catarina, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves. Além disso, havia nessa colônia, dois estabelecimentos comerciais regulares¹⁶³.

Além de cultivar seus campos e tentar vender seus produtos, muitos colonos mantinham suas criações. Cavalos, gado, suínos, carneiros, galinhas, patos e gansos eram comumente criados nas propriedades coloniais.

O governo controlava a indústria nas colônias do mesmo modo que regulava todos os outros aspectos da vida colonial. Os regulamentos coloniais ordenavam que cada diretor de colônia indicasse quais oficinas públicas deveriam ser estabelecidas na colônia, tendo em vista a fertilidade do solo, abundância de água e variedade de madeira para a construção naval, de prédios e para móveis¹⁶⁴. A colônia de Santa Thereza, por alguns anos, exportou luvas e meias tricotadas de lã e

¹⁶¹ SANTA CATARINA. Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da província de Santa Catarina na 1ª sessão de sua 26ª legislatura pelo presidente, Francisco José da Rocha, em 21 de julho de 1886. Desterro, Typ. do Conservador, 1886, p. 146.

¹⁶² SANTA CATARINA. Relatório do presidente da província de Santa Catarina, o conselheiro Vicente Pires da Mota, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na 1ª sessão da 11ª legislatura. Santa Catarina, Typ. Desterrense de J.J. Lopes, 1862, p. 27.

¹⁶³ SANTA CATARINA. Relatório do presidente da província de Santa Catarina, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na 2ª sessão da 12ª legislatura em 1º de março de 1865. Santa Catarina, Typ. Catharinense de Avila & Rodrigues, 1865, p. 31.

¹⁶⁴ BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1851. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1852. Artigo 3, decreto n. 820, p. 243; BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1858. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1858. Artigo 7, decreto n. 2.125, p. 152.

alguns charutos feitos com o cultivo de tabaco doméstico¹⁶⁵. A riqueza gerada pelas colônias militares brasileiras não alcançou as expectativas do governo. Geralmente isoladas, com pouca população e com problemas administrativos, quanto aos seus aspectos econômicos, elas não progrediram muito.

As disputas internacionais instigaram a criação e, em alguns casos, foram responsáveis pela destruição de algumas colônias militares brasileiras. Para alcançar a fronteira com o Paraguai, as forças brasileiras precisavam navegar por rios porque, praticamente, não existia comunicação terrestre entre o litoral brasileiro e a fronteira do Paraguai. Para manter a comunicação com o interior e socorrer os viajantes que transportavam cargas no rio Brilhante, o governo, na década de 1850, promoveu a instalação de duas colônias nas margens do rio (colônia de Brilhante e colônia Nioac), pelo qual era possível alcançar a referida fronteira. A colônia de Jatahy também ajudou a socorrer as comunicações junto desses cursos, já que “estava interligada a uma ampla rede de rios navegáveis rumo ao norte, noroeste e oeste, aproveitável em parte com a navegação de vapores de pequeno calado e em parte por canoas grandes”¹⁶⁶. Oficiais do Exército brasileiro no Rio de Janeiro, atentos à manutenção das comunicações com a província de Mato Grosso, instalaram colônias nas margens de um antigo caminho aberto pelos bandeirantes no século XVIII, através da província de São Paulo, ao longo do rio Tietê, Paraná, e outros rios. Com isso foram criadas as colônias de Itapura e Avanhandava em 1858¹⁶⁷.

Os conflitos internacionais na fronteira ocidental brasileira incitaram a fundação de várias colônias militares brasileiras. Contudo, é necessário esclarecer que, mesmo localizadas na fronteira, essas colônias deveriam cumprir o papel de vanguarda na ocupação dos territórios brasileiros e dissuadir pequenos grupos que tentassem invadir esses territórios. E não serviriam, portanto, para combater a investida de grandes tropas militares, como ocorreu durante a Guerra do Paraguai.

De acordo com os relatórios dos ministros de guerra, o funcionamento das colônias militares parece ter desapontado as expectativas de uma parte dos oficiais brasileiros. Alguns ministros da

¹⁶⁵ SANTA CATARINA. Relatório apresentado ao 1º vice-presidente da província de Santa Catarina, o comendador Francisco José d'Oliveira pelo presidente, Pedro Leitão da Cunha por ocasião de passar-lhe a administração da província em 19 de dezembro de 1863. Desterro, Typ. Commercial de J. A. do Livramento, 1863, p. 36; e, SANTA CATARINA. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina, na sua sessão ordinária, e ao 1º vice-presidente, comendador Francisco José de Oliveira, por ocasião de passar-lhe a administração o presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda no ano de 1868. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1868, anexo D.

¹⁶⁶ MYSKIW, op. cit., 2009, p. 87.

¹⁶⁷ WOOD, op. cit., p. 127-128.

guerra preocupavam-se com essa situação. Em meio a discussões que procuravam diagnosticar os problemas das colônias e prescrever uma solução, o governo iniciou uma prolongada série de investigações, as quais, eventualmente, conduziram à extinção do sistema de colônias inteiro¹⁶⁸.

O sistema de colônias militares no Brasil foi uma solução para o governo imperial que pretendia conhecer e povoar o interior do território brasileiro. Porém, com o passar dos anos, alguns oficiais do Exército começaram a manifestar seus desapontamentos quanto à economia das colônias.¹⁶⁹ A Guerra do Paraguai encobriu as necessidades das colônias e reduziu suas energias por conta dos soldados, dinheiro e material que foram desviados das colônias para o campo de batalha, o que agravou ainda mais a situação de algumas delas.

Entretanto, nem mesmo depois do fim da guerra as condições das colônias militares mudaram muito. Os ministros de guerra continuaram a desviar o seu foco de atenção das colônias. Depois de um longo período de indecisões, o governo republicano, no início do século XX, abandonou as colônias, primeiro isoladamente, depois em grupo.

Aos poucos, as autoridades brasileiras tornaram-se insatisfeitas com a eficácia das colônias militares, antes mesmo de algumas delas completarem 10 anos de existência. O ministro do Império, Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, em 1857, lamentava que, em geral, as colônias não produziam os benefícios desejados¹⁷⁰. O relatório do presidente da província de Santa Catarina, em 1862, classificava a colônia de Santa Thereza como atrasada¹⁷¹. O regime militar empregado nas colônias, associado com o isolamento e a exposição a vários riscos, desencorajava nacionais e estrangeiros a irem para esses locais como colonos civis. A pequena população que vivia nessas colônias não era economicamente produtiva porque eles eram segregados da corrente principal do comércio e da economia¹⁷².

Alguns oficiais do Exército brasileiro tentaram restaurar o sistema de colônias militares. Porém, cresciam os interesses divergentes dentro do Ministério da Guerra. O alto escalão desse departamento resistiu à ideia de receber a responsabilidade pelo que muitos

¹⁶⁸ *Ibid.*, p. 137.

¹⁶⁹ *Ibid.*, p. 145.

¹⁷⁰ BRASIL. Ministério do Império. Relatório do ano de 1856 apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 1ª sessão da 10ª legislatura. Ministro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1857, p. 31.

¹⁷¹ SANTA CATARINA. Relatório do presidente da província de Santa Catarina, o conselheiro Vicente Pires da Mota, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na 1ª sessão da 11ª legislatura. Santa Catarina: Typ. Desterrense de J.J. Lopes, 1862, p. 26.

¹⁷² WOOD, op. cit., p. 147.

consideravam ser estabelecimentos estratégicos. Esse grupo de autoridades argumentava que somente colônias estabelecidas junto das fronteiras internacionais deveriam ser mantidas porque nenhuma das outras era significativa. Contudo, haviam outras autoridades que acreditavam na função vital das colônias militares situadas junto de estradas para o desenvolvimento estratégico do interior. Simpatizantes desse pensamento votaram a favor da preservação e do fortalecimento de toda a rede de colônias¹⁷³.

O Ministério da Guerra fez sua primeira tentativa de reforçar a existência das colônias militares em 1862. Com a adequação dos regulamentos, as colônias militares poderiam tornar-se centros de população militar e agrícola além de atenderem como sentinelas nacionais em relação aos povos vizinhos. Elas deveriam fornecer, em casos de necessidade, serviços relevantes como pontos avançados junto da linha de defesa. Os colonos deveriam tornar-se, ao mesmo tempo, defensores de suas propriedades e da integridade do Império¹⁷⁴.

O aumento das hostilidades com o Paraguai atrasou a reorganização das colônias militares brasileiras indefinidamente¹⁷⁵. A legislatura daquele período ampliou as permissões para reorganizar o sistema de colonização militar pelo decreto n. 2.706, de 31 de maio de 1877¹⁷⁶. Esse dispositivo legal autorizou o Ministério da Guerra a suprimir e a criar colônias militares que julgasse conveniente.

O debate sobre o futuro da colonização militar no Brasil tornou-se particularmente agitado durante os anos de 1880¹⁷⁷. Foram feitas novas inspeções nas colônias existentes. Essas inspeções deveriam levar em conta a história de existência das colônias, determinar o estado atual delas e depois definir as razões para seu estado de decadência, além de propor um plano de reorganização¹⁷⁸.

Mesmo com essas tentativas de reorganização do sistema, as colônias militares tiveram seu desfecho no ano de 1913. Nesse ano, finalmente, o governo brasileiro extinguiu as últimas colônias militares

¹⁷³ *Ibid.*, p. 147.

¹⁷⁴ BRASIL. Ministério da Guerra. Ministro Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão. Relatório do ano de 1862 apresentado à Assembleia Geral Legislativa. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1863, p. 27.

¹⁷⁵ WOOD, op. cit., p. 149.

¹⁷⁶ BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1877. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878. Artigo 3, decreto n. 2.706, p. 10.

¹⁷⁷ WOOD, op. cit., p. 153.

¹⁷⁸ BRASIL. Ministério da Guerra, ministro Carlos Affonso de Assis Figueiredo. Relatório do ano de 1882 apresentado à assembleia geral legislativa na 3ª sessão da 18ª legislatura. 1883, p. 31; BRASIL. Ministério da Guerra, ministro Thomaz José Coelho d'Almeida. Relatório do ano de 1887 apresentado a assembleia geral legislativa na 3ª sessão da 20ª legislatura. 1888, p. 6-7.

existentes no território brasileiro¹⁷⁹. Embora seu final estivesse anunciado desde 1888, o fim do governo imperial, no ano seguinte, suspendeu por mais alguns anos o término das colônias. O novo governo abandonou o sistema de colônias militares rapidamente. A lei 39 A, aprovada em 30 de janeiro de 1892, autorizou o governo a emancipar todas as colônias militares exceto aquelas localizadas nas proximidades das fronteiras¹⁸⁰. O decreto n. 360, três anos depois, emancipou praticamente todo o conjunto de colônias militares¹⁸¹.

A falta de perspectivas de um futuro melhor e próspero desencorajou muitos homens livres pobres de tornarem-se colonos nas colônias militares brasileiras. A exposição das colônias aos perigos do interior e a disciplina militar também contribuíram para isso. Alguns ex-soldados provavelmente se intimidaram em viver nesses estabelecimentos por conta dos seus atributos marciais. Preguiçosos e “vagabundos”, igualmente, não de bom grado, recebiam sua liberdade vivendo nas colônias. Colonos involuntários revelaram-se indiferentes quanto ao sucesso ou não do projeto que eles eram obrigados a sustentar.

Poucos habitantes das colônias militares desenvolveram relações fortes com o estabelecimento no qual viviam e, como resultado, raramente ofereceram alguma contribuição para o desenvolvimento do sistema, como veremos no caso da colônia militar de Santa Thereza. Quanto aos oficiais, alguns envolviam-se, de fato, com o sistema de colônias mas, o desenvolvimento de suas tarefas era somente temporário. Outros colonos, de qualquer classificação, eram relutantes em fixar suas raízes profundamente porque o governo não cumpria muitas de suas promessas.

Mas, por outro lado, Couto Magalhães acreditava que:

A colônia militar, promovendo a população e consequente indústria em terras centrais, é um instrumento de progresso e riqueza, que não será perdido para o futuro, criando valores onde eles não existem, e facilitando solo a sem número de braços que já o não possuem.

Foi por meio desta instituição que povoamos partes muito importantes do nosso interior, das

¹⁷⁹ Decreto n. 10.024, de 29 de janeiro de 1913, pelo qual foram emancipadas as duas últimas colônias militares existentes no Brasil: a de Iguacu, no Estado do Paraná, e a do Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul.

¹⁸⁰ BRASIL. Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. Artigo 18, Lei n. 39 A, p. 46.

¹⁸¹ BRASIL. Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. Artigo 5, Lei n. 360, p. 110.

quais algumas estão hoje convertidas em florescentes cidades.

Por meio delas catequizamos no Pará milhares de índios que, de bárbaros que eram, foram a princípio excelentes soldados, e depois extratores de produtos naturais, que no vale do Amazonas, representam hoje muitos mil contos.

Estes fatos provam que, mesmo em nosso País, essa instituição não foi estéril nos tempos passados¹⁸².

Além disso, para esse autor, a missão principal das colônias militares não era o de colonizar, mas sim de tornar possível a colonização do interior do País¹⁸³. E, neste sentido, os resultados alcançados pelas colônias militares não frustraram as autoridades do século XIX, como acredita David Lyle Wood, cuja análise do sistema manteve-se bastante associada aos discursos presentes nos relatórios dos ministros da Guerra e do Império. De fato, o conjunto de colônias militares tornou possível o conhecimento, controle, exploração e povoamento de grandes extensões de terra no interior do território brasileiro.

Por fim, o conhecimento das perspectivas e faces da colonização militar no império brasileiro – o que esse tipo de colonização teve de relação com a política indigenista, com a lei de terras e com a abolição da escravatura, por exemplo – serve de lastro para que se possa estudar a colônia militar de Santa Thereza, instalada no interior da província de Santa Catarina em meados do século XIX. Sendo assim, a partir desse ponto, a análise do cotidiano dessa colônia manterá relações claras com todo o sistema de colonização militar brasileiro estudado neste capítulo. Portanto, a interpretação dos documentos que fornecem dados a respeito da colônia militar de Santa Thereza será permeada por esse conhecimento.

¹⁸² MAGALHÃES, 1875, p. 4-5.

¹⁸³ *Ibid.*, p. 11.

2 – A COLÔNIA MILITAR DE SANTA THEREZA

Em 1859, para o presidente de Santa Catarina, João José Coutinho, as obras mais importantes de toda a província eram aquelas realizadas no caminho entre São José e Lages. Naquela época, por exemplo, toda a carne de gado que se consumia na Capital da província, nos municípios de São José, de São Miguel e de Porto Belo era procedente de Lages¹⁸⁴.

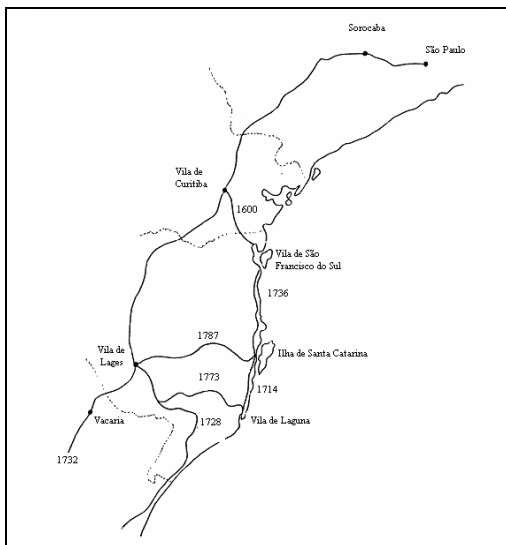
Aquele caminho havia sido aberto em fins do século XVIII, quando a capitania de Santa Catarina estava sob a administração do governador José Pereira Pinto. A parte do caminho que ficava entre a Guarda Velha do Imarui, próximo à Ilha de Santa Catarina, e o morro do Trombudo – na divisa entre as capitanias de Santa Catarina e São Paulo – foi construída por Antônio José da Costa e Antônio Marques Arzão. Os serviços tiveram início em 14 de novembro de 1788. Dois anos se passaram e, em 6 de dezembro de 1790, os trabalhos de abertura do caminho entre a Ilha de Santa Catarina e a vila de Lages, que ainda pertencia à capitania de São Paulo, foram concluídos.

O caminho permaneceu em condições de uso até fins do ano de 1799. Embora a administração da capitania de Santa Catarina mantivesse o propósito de consolidar aquele itinerário, ao longo do último decênio do século XVIII, não foram estabelecidos novos núcleos populacionais nas margens desse caminho. Desse modo, os tropeiros e os viajantes que utilizavam essa rota estavam mais vulneráveis e, frequentemente, sofriam ataques das populações indígenas – relacionadas ao grupo indígena Xokleng que habitava toda a região que o caminho cruzava. O espaço entre a Ilha de Santa Catarina e a vila de Lages guardava, naquele período, uma série de perigos. Não bastassem os ataques indígenas, o relevo dessa região era bastante acidentado, o que dificultava muito as viagens entre um ponto e outro, feitas de constantes desafios para ultrapassar grandes desfiladeiros, regiões alagadiças, florestas fechadas etc. Como resultado, os comerciantes da vila de Lages, bem como os criadores de gado daquela região, deixaram de utilizar esse caminho e passaram a palmilhar o percurso que conectava a vila de Lages à vila de Laguna, no litoral da capitania de Santa Catarina, pelo vale do rio Tubarão. Nesse mesmo período foram retirados os destacamentos militares que deveriam proteger os viajantes

¹⁸⁴ SANTA CATARINA. Relatório apresentado ao vice-presidente da província de Santa Catarina, Speridião Eloy de Barros Pimentel, pelo presidente João José Coutinho. Desterro: Typ. de J. J. Lopes, 1859, p. 10.

que percorriam o caminho entre as vilas de São José e Lages. Com isso, nas primeiras décadas do século XIX, esse caminho praticamente havia desaparecido: as poucas pessoas que escolhiam esse percurso, entre o litoral e o planalto, não venciam mais o desenvolvimento da natureza naquela região.

Mapa 4: Caminhos que se comunicavam com o litoral de Santa Catarina



Fonte: BRÜGGEMANN, 2008, p. 169.

No século XVIII, verificou-se que a falta de freguesias ao longo do caminho para a vila de Lages seria um dos principais fatores para o abandono daquele itinerário. Sem esses núcleos de povoamento, os viajantes não encontravam lugar para descansar e passar as noites. Em carta remetida à Rainha D. Maria I, a Câmara de Nossa Senhora do Desterro da Ilha de Santa Catarina solicitou ordem para fundar duas freguesias naquele caminho e esclareceu que a falta de comércio entre a Ilha de Santa Catarina e a vila de Lages decorria do fato de os caminhantes não encontrarem pousos pela estrada¹⁸⁵.

As duas freguesias deveriam ser instaladas ao longo do caminho e seriam compostas por casais portugueses vindos do arquipélago dos

¹⁸⁵ BRÜGGEMANN, Adelson André. *Ao ponto da Serra Geral: a abertura de um caminho entre as capitânicas de Santa Catarina e São Paulo no final do século XVIII*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008, p. 110.

Açores, assim como já acontecera no litoral da capitania de Santa Catarina e Rio Grande do Sul anos antes. Como isso não se deu, a Câmara de Nossa Senhora do Desterro da Ilha de Santa Catarina já contava seus prejuízos, que naquele momento ainda podiam ser recuperados, caso tivesse a contribuição da metrópole. O provedor e escrivão da Fazenda Real da Ilha de Santa Catarina, Manuel José Ramos, em 31 de julho de 1790, listou as melhorias que poderiam ser alcançadas com a abertura do caminho para a vila de Lages. Dentre elas, já destacava o povoamento das margens do caminho, o cultivo das terras e a cobrança de impostos¹⁸⁶.

No mesmo sentido, o Conselheiro Mafra, na obra em que trata dos limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina, utilizou uma certidão da Câmara da vila de Lages, escrita em 12 de julho de 1797, na qual foram declaradas as vantagens da implantação de duas freguesias nas paragens do caminho para a Ilha de Santa Catarina. Nesta certidão confirmou-se que:

são indispensavelmente necessárias, ao menos duas povoações mais, com freguesias estabelecidas nas paragens, que parecem mais convenientes, atentas as dimensões e distância do terreno. [...] Do cume da serra, onde confinam os limites de Lages com a Ilha de Santa Catarina, até o centro dos sertões dilatados, que os gentios estão povoando [...]. E sendo daqui mais fácil e breve para a Ilha de Santa Catarina, cujo porto é importantíssimo pela comodidade da sua barra, a exportação das carnes secas, boiada, courama, etc., daqui se podem conduzir em cargas pelo caminho que se abriu para a mesma Ilha (se este se conservar aberto e limpo e se povoar, não como atualmente se acha) já se vê a vantagem que terá Vossa Majestade¹⁸⁷.

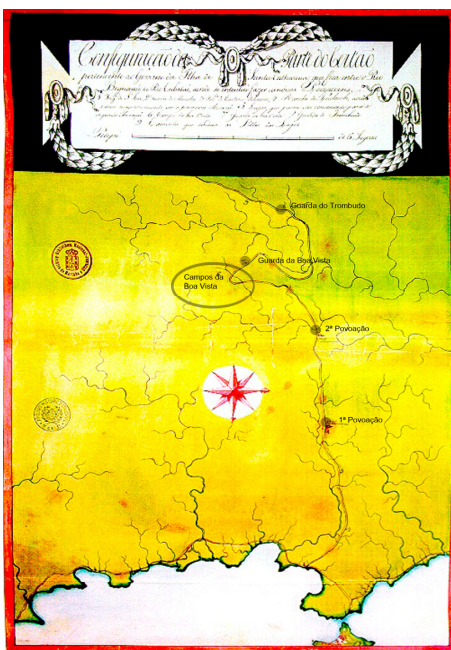
Além disso, o historiador Oswaldo Cabral destacou em sua obra “História de Santa Catarina” que o governador catarinense Manoel Soares de Coimbra (1791-1793) pretendia criar duas freguesias ao longo do caminho para a vila de Lages. O projeto desse governador mencionava o nome das duas freguesias: Castelo Melhor e Rezende. Estas deveriam ser povoadas por soldados casados. De acordo com o

¹⁸⁶ Ibid., p. 111.

¹⁸⁷ MAFRA, Manuel da Silva. Exposição histórico-jurídica por parte do Estado de Santa Catarina sobre a questão de limites com o Estado do Paraná. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899, p. 277.

mesmo autor, o sucessor de Coimbra no governo da capitania de Santa Catarina, João Alberto Miranda Ribeiro, reforçou a ideia de criação dessas freguesias junto ao governo do Rio de Janeiro. Essas deveriam ser povoadas por militares que se dedicariam à agricultura e às tarefas bélicas, não apenas para afugentar os indígenas que habitavam o interior da capitania, mas também para defendê-la dos ataques espanhóis¹⁸⁸.

Mapa 5: Mapa das duas colônias que deveriam ser erguidas nas margens do caminho, década de 1790



Fonte: Arquivo Ultramarino de Lisboa¹⁸⁹.

Durante o período colonial brasileiro, a implantação de um sistema militar exigiu, muitas vezes, uma estrutura de comunicação eficiente entre os diversos pontos do território brasileiro. O projeto de

¹⁸⁸ CABRAL, Oswaldo R. *História de Santa Catarina*. 2. ed. Florianópolis: Laudes, 1970, p. 85.

¹⁸⁹ Cópia no acervo da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, original no Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa. No cabeçalho do mapa: Configuração da parte do Certão pertencente ao Governo da Ilha de Santa Catarina que fica entre o rio Biguassú e o rio Cubatão, aonde se intentão fazer as novas povoações. 1. Freg. De São José; 2. Guarda do Maruhú; 3. Fazenda de Caetano Silveira; 4. Rancho do Quilombo, aonde parece mais conveniente ser a 1ª povoação; 5. lugar que parece ser conveniente para a 2ª povoação; 6. Campos da Boa Vista; 7. Guarda da Boa Vista; 8. Guarda do Trombudo; 9. Caminho que conduz a Villa de Lages (modificações realizadas pelo autor).

abertura de um caminho para a vila de Lages, por exemplo, era mais uma peça de um desses sistemas de defesa do território, pelo qual seria possível que tropas do exército português, vindas de outras capitânicas brasileiras, alcançassem as proximidades da Ilha de Santa Catarina por terra e a defendessem de possíveis invasões estrangeiras.

Entretanto, esse caminho também precisava ser protegido. Para tanto, era necessário fortalecer determinados pontos desse itinerário. De acordo com Licurgo Costa, o governador José Pereira Pinto, em correspondência ao Vice-rei Dom Luiz de Vasconcelos e Souza, em 14 de Setembro de 1787, esclareceu que:

Logo que chegou o sobredito Alferes [Antônio José da Costa], e me informou individualmente do que tinha executado e observado, eu vi a necessidade de pôr um destacamento nas margens do Rio de Santa Clara; pois, guardando a saída da picada, assim como já estava a entrada, ficava cabalmente acautelada a fuga de desertores e criminosos, que por aquela parte se quisessem evadir¹⁹⁰.

As guarnições que deveriam ser dispostas ao longo do caminho demonstram que a administração portuguesa não estava preocupada apenas com as ameaças externas, mas sobretudo, com a circulação interna de vassalos e mercadorias que poderiam não pagar impostos. Se, por um lado, a abertura desse caminho possibilitava a proteção da ilha aos ataques estrangeiros, por outro, também tornava possível de contrabandistas e criminosos fugitivos chegarem até a ilha sem grandes dificuldades¹⁹¹.

Mas, em 1820, em meio a protestos dos governos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul sobre o direito da capitania de São Paulo nessa região, a vila de Lages foi oficialmente incorporada à administração catarinense, conforme determinação da coroa portuguesa¹⁹². Com isso, o caminho entre a Ilha de Santa Catarina e a vila de Lages ganharia um novo sentido: ligaria duas povoações da capitania de Santa Catarina.

¹⁹⁰ COSTA, Licurgo. *O Continente das Lagens* – sua História e Influência no Sertão da Terra Firme. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982, p. 202.

¹⁹¹ BRÜGGEMANN, 2008, p. 146.

¹⁹² BORGES, Nilsen C. Oliveira. *Terra, gado e trabalho: sociedade e economia escravista em Lages, SC (1840-1865)*. Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis, UFSC, 2005, p. 44.

De acordo com o historiador Walter Piazza¹⁹³, o primeiro presidente da província de Santa Catarina, João Antonio Rodrigues de Carvalho, em 1824, demonstrava preocupação com a colonização do interior do território nas proximidades do caminho para Lages. Esse presidente afirmava que não bastava abrir uma estrada para Lages, pois ela não se conservaria aberta, caso não se povoasse e se cultivasse as terras entre o Imaruí e o Trombudo. Primeiramente, era necessário estabelecer duas povoações em distâncias proporcionais e em lugares adaptados. Esse presidente solicitou à Sua Majestade dois destacamentos de tropa que iriam iniciar duas colônias militares. Em 1829 criou-se, nas margens desse caminho, nas proximidades do rio Imaruí, a colônia alemã de São Pedro de Alcântara. Embora não fosse militar, essa colônia, por muitas vezes durante o século XIX, recebeu como moradores ex-soldados e ex-oficiais alemães dos batalhões de mercenários estrangeiros do Exército brasileiro.

No ano de 1833, o presidente da província de Santa Catarina, Feliciano Nunes Pires, impulsionou os trabalhos de reabertura do caminho. E, durante a década de 1840, a administração da província de Santa Catarina decidiu alterar o traçado dessa rota: deixava-se de investir no traçado que passava pela colônia alemã de São Pedro de Alcântara, e que seguia o curso do rio Imaruí, e dedicava-se esforços, cada vez maiores, no novo traçado do caminho pelo vale do rio Cubatão até o morro da Boa Vista.

Mapa 6: Traçados do caminho entre Desterro e Lages e suas colônias



Fonte: BRÜGGEMANN, 2009.

¹⁹³ PIAZZA, Walter F. A colônia militar Santa Theresa. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. 3ª fase, n. 2, 1980, p. 6.

Em 1836, o presidente da província de Santa Catarina, José Mariano de Albuquerque Cavalcante, acreditava que se não houvesse proteção para os povoadores do interior da província, ninguém iria querer povoá-la. Por conta disso, ele julgava urgente a instalação de dois postos em lugares propícios da estrada para Lages, ao lado dos quais se poderiam situar seguros os novos povoadores¹⁹⁴. No ano seguinte, o presidente José Joaquim Machado de Oliveira discorreu acerca da lei n. 23, de 12 de agosto de 1833, que dispõe sobre o estabelecimento de duas povoações em lugares adequados, na estrada de Lages. Além disso, afirma que essas povoações trariam “as máximas vantagens de assegurar aquele trajeto tão arriscado pelos acometimentos dos bugs”¹⁹⁵.

No decurso da década de 1850, período em que o novo traçado já estava consolidado, as condições de uso do caminho ainda não eram boas. Mas, de acordo com o presidente de província, João José Coutinho:

Quando em 1850 tomei conta da administração da província, a parte da Boa Vista a Lages, que não era campos, era apenas trilhos feitos por galhos e unhas de animais, e as 7 léguas da Boa Vista ao Neves [no atual município de Águas Mornas, traçado que seguia o rio Cubatão] pelos muitos e íngremes morros e mau estado dos lugares varginosos, eram de tal natureza que muitos tropeiros preferiam a antiga estrada com a qual se não tinha dispêndio real desde 1841¹⁹⁶.

E, em 1859, a administração da província de Santa Catarina mantinha, ainda, importantes esforços com o objetivo de preservar aquele caminho em boas condições. Neste sentido, conforme João José Coutinho:

Desejando concluir os trabalhos até o fim de dezembro, tratei de empreitar com diversos indivíduos os precisos reparos [...] com José Francisco Xavier, Eduardo José de Souza, José Joaquim Soares e João Felipe Scholetti [...]. Foi

¹⁹⁴ SANTA CATARINA. Relatório do presidente da província de Santa Catarina, José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, na abertura da 2ª sessão da 1ª Legislatura Provincial, em 5 de abril de 1836. Cidade do Desterro: Typ. Provincial, 1836, p. 8.

¹⁹⁵ SANTA CATARINA. Falla do senhor José Joaquim Machado de Oliveira, presidente da província de Santa Catarina, na abertura da 3ª sessão da 1ª legislatura provincial, em 1º de março de 1837. Cidade do Desterro: Typ. Provincial, 1837, p. 11.

¹⁹⁶ SANTA CATARINA. Relatório apresentado ao Vice-presidente da província de Santa Catarina, Speriðião Eloy de Barros Pimentel, pelo presidente João José Coutinho. Desterro: Typ. de J. J. Lopes, 1859, p. 12.

tratado a 1\$600 réis por braça os serviços feitos nos lugares varginosos fazendo-se de um e outro lado da estrada valas de 6 palmos de boca, 5 de profundidade e 3 no fundo [...]. A parte que da colônia de Santa Isabel vem a foz do rio dos Bugres, foi contratada a 7\$000 por braça, em razão das dificuldades, pois tem a estrada na maior parte dos lugares de passar por pedras, rochedos e grotas, que devem ser entulhadas e quebradas aquelas e fazer-se muralhas em alguns pedaços¹⁹⁷.

Nas partes do caminho que ficavam mais próximas de Lages, o presidente da província, quando esteve na freguesia de Santo Amaro, contratou o Padre Camillo para o roçar e fazer pequenos reparos desde as restingas do rio Canoas até Bom Retiro, as quais haviam sido abertas anteriormente por José Coelho d'Avila¹⁹⁸.

Contudo, para manter um caminho em boas condições era necessário colonizar as suas margens. O governo imperial, como foi visto no capítulo anterior, criou em meados do século XIX um sistema de colonização militar. Esse sistema, além de proteger as fronteiras brasileiras, resguardariam também os caminhos para o interior do território. Neste sentido, o Visconde de Mont'alegre, ministro do Império, em seu relatório do ano de 1850 já se referia às colônias militares nos seguintes termos:

Uma outra espécie de colonização era igualmente reclamada pelas circunstâncias peculiares do nosso País, suas longínquas e extensas fronteiras e seus rios e sertões situados a imensa distância dos lugares povoados; foi também providenciada esta espécie pelo § 5º do art. 11 da Lei n. 555 de 15 de junho próximo passado, que autorizou o Governo a estabelecer onde convier colônias e presídios militares¹⁹⁹.

Além disso, o mesmo ministro descreveu, brevemente, as características consideradas por ele as mais relevantes a respeito das colônias militares existentes naquele ano. Desse relato chama a atenção a localização dessas colônias e a relação que elas mantinham com locais

¹⁹⁷ Idem, p.13.

¹⁹⁸ Idem, p.15.

¹⁹⁹ BRASIL. Relatório do ano de 1850 apresentado à Assembleia-Geral Legislativa na 3ª sessão da 8ª legislatura. Visconde de Mont'alegre. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851, p. 26.

de passagem e espaços que garantiriam as comunicações com o interior do território. Em 1851, de acordo com o Visconde de Mont'alegre:

Na província do Pará tinha-se estabelecido com o intento de proteger a navegação para a de Goiás, pelo rio Araguaia, a colônia militar de Santa Thereza do Tocantins [...]. A facilidade com que os facinorosos, quer na província das Alagoas, quer na de Pernambuco se subtraíam à ação da justiça, embrenhando-se nas matas que cobre uma grande parte do território de ambas, determinaram o governo a mandar fundar naquelas matas duas colônias militares, uma no território da província das Alagoas, outra no de Pernambuco [...]. Mandou-se também fundar na província de S. Paulo uma colônia militar no porto do rio Tibagy, na sua confluência com o Arroio Jatahy; é destinada esta colônia a proteger os povoadores da nova via de comunicação entre aquela província e a de Mato Grosso, e é de esperar que sendo muito frequentada esta nova carreira, atentas as vantagens que tem sobre as existentes, se transforme bem depressa a colônia ali fundada em uma bela povoação.

Estabeleceram-se finalmente na província de Goiás dois presídios militares à margem do rio Araguaia [...]. É fácil de avaliar a importância destes estabelecimento, atendendo-se a que só por este meio se pode vencer uma das maiores dificuldades que se opõe à franca navegação daquele rio para a província do Pará, qual a de não encontrarem os viajantes em tão longo e difícil trajeto nenhum apoio e proteção²⁰⁰.

Em razão dos projetos de colonização do território brasileiro e, em consequência, o movimento mais intenso de pessoas e de mercadorias por vastas extensões de terra, o ministro do Império, Francisco Gonçalves Martins, em seu relatório do ano de 1852, declarou que:

Na província de Pernambuco fundou-se também já a colônia militar de Pimenteiras; e posto que muito em começo afirma o presidente da

²⁰⁰ BRASIL. Relatório do ano de 1850 apresentado à Assembleia-Geral Legislativa na 3ª sessão da 8ª legislatura. Visconde de Mont'alegre. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851, p. 27.

província que já é de utilidade, porque em comunicação com a colônia Leopoldina tem animado algumas pessoas a se irem estabelecer nas matas de Jacuhipé, e serem assim delas desalojados os malfeitores que outrora as infestavam²⁰¹.

Nos últimos anos da década de 1850, o marquês de Olinda, ministro do Império, em seu relatório do ano de 1857, afirmou que:

Levou-se a efeito o estabelecimento de uma dessas colônias [militares] na estrada que segue da cidade da Constituição, na província de S. Paulo, à vila de Sant'Anna do Parnaíba, na de Mato Grosso. O seu fim é não só prestar facilidades e segurança aos viandantes, mas também auxiliar o serviço do correio, para o qual se destinou parte dos colonos [...]²⁰².

Assim como aconteceu na província de São Paulo, a colônia militar de Santa Thereza, em meados do século XIX, tornou realidade um projeto do século XVIII. A historiadora Maria Aparecida Silva, em seu estudo sobre a colônia militar de Itapura, no interior da província de São Paulo, traçou relações entre o estabelecimento dessa colônia, na década de 1850, e os anseios das autoridades portuguesas em fins do século XVIII e destacou continuidades entre um projeto e outro. Para Maria Aparecida:

Era patente a necessidade de assegurar o domínio português na região ocidental. Não morreu com Morgado de Mateus o plano de povoar os ermos do Tietê. Ao assumir a administração da capitania de São Paulo, o capitão-general Antonio Manuel de Mello Castro e Mendonça novamente cogitou de povoar ao longo do Tietê e também as margens orientais do rio Paraná. Os objetivos, desta feita, eram semelhantes aos do primeiro plano povoador: socorrer os viajantes que se destinassem a Cuiabá e Mato Grosso; facilitar as diligências do real serviço e promover a pronta e

²⁰¹ BRASIL. Relatório do ano de 1852 apresentado à Assembleia-Geral Legislativa na 1ª sessão da 9ª legislatura. Francisco Gonçalves Martins, ministro do Império. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1853, p. 37.

²⁰² BRASIL. Relatório apresentado à Assembleia-Geral Legislativa na 2ª sessão da 10ª legislatura. Marques de Olinda, ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1858, p. 37.

eficaz comunicação com as fronteiras e sua defesa.²⁰³

2.1 A criação da colônia militar de Santa Thereza

Quem viaja naquelas regiões – e vê, mesmo em parte, garantida a segurança de sua viagem por aquela criação artificial, pois sem dúvida ela muito contribuiu para que se afastassem da estrada os animais e homens selvagens – agradecerá decerto a colônia militar de Santa Thereza e desejar-lhe-á toda a possível prosperidade e alegrar-se-á cada vez que, descendo da escura floresta serrana, avistar a igreja sobre a colina, à margem do sussurrante Itajaí e com prazer pagará o pequeno imposto de peagem que a colônia militar cobra para o melhoramento dos caminhos, sejam eles bons ou maus²⁰⁴.

Robert Avé-Lallemant, em 1858, ao percorrer o caminho entre a vila de Lages e a Ilha de Santa Catarina, descreveu, com brevidade, suas percepções a respeito da colônia militar de Santa Thereza, instalada nas margens daquele caminho há poucos anos. Do seu relato é possível pensar na importância daquela colônia para os viajantes e tropeiros que utilizavam aquela rota entre o litoral e o planalto da província de Santa Catarina.

Desse modo, aquela colônia planejada em fins do século XVIII, e instalada somente em meados do século XIX, com funções semelhantes, será o objeto deste estudo. Na última década do século XVIII, nos arredores do morro do Trombudo, na divisa entre as capitânicas de Santa Catarina e São Paulo, nas margens do caminho para Lages, havia um registro que se chamava Castelo Melhor. No mesmo local, o governador da capitania de Santa Catarina havia planejado estabelecer uma nova freguesia que se chamaria Castelo Melhor. É bem provável que esse nome se deva ao Conde de Castelo Melhor, Luiz de Vasconcelos e Sousa, Vice-rei do Brasil no período em que foi criado o registro e planejada a freguesia. E, no mesmo local em que havia sido o registro

²⁰³ SILVA, Maria Aparecida. *Itapura* – estabelecimento naval e colônia militar (1858-1870). São Paulo, 1972. 160f. Tese (Doutorado em História) – FFLCH – Universidade de São Paulo, p. 5.

²⁰⁴ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo* (1858). Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980, p. 109-110.

Castelo Melhor, em meados do século XIX, estabeleceu-se a colônia militar de Santa Thereza.

Quanto ao nome da colônia, é possível sugerir duas hipóteses para a sua escolha. A primeira: em homenagem à imperatriz Thereza Christina de Bourbon. A segunda: em homenagem à Santa Teresa de Ávila.

Apesar de não ter encontrado documentos que comprovem a origem do nome da colônia, é possível que, assim como outras colônias estabelecidas no mesmo período nas margens do caminho para Lages, tenha sido esse uma homenagem à imperatriz Thereza Christina de Bourbon, esposa de Dom Pedro II. Caso sejam considerados os nomes das demais colônias estabelecidas nesse caminho, durante o século XIX, essa hipótese ganha relevo. A colônia alemã de São Pedro de Alcântara, criada em 1829 – no local escolhido em fins do século XVIII para ser instalada uma das colônias militares do caminho para a vila de Lages –, homenageou o imperador Dom Pedro I. A colônia Santa Isabel, a segunda colônia alemã instalada nas margens desse caminho, fundada em 1847, homenageou a princesa Isabel. E, em 1860, o caminho ganhou em suas margens outra colônia alemã: a colônia de Teresópolis. Em homenagem à imperatriz Thereza Christina de Bourbon, essa colônia recebeu o seu nome.

Em outras províncias brasileiras, as homenagens à Imperatriz se repetiam. Em 1855, na província do Maranhão, por exemplo, instalou-se uma colônia agrícola na vila de São João do Cururupú. No artigo segundo de seu regulamento observa-se que: "A colônia, em sinal de consideração e respeito à pessoa de Sua Majestade a Imperatriz, terá a denominação de – Colônia de Santa Thereza"²⁰⁵.

Entretanto, existe a possibilidade de o nome da colônia militar fazer referência à Santa Teresa de Ávila²⁰⁶. Essa alternativa surgiu quando encontrou-se, entre os documentos produzidos na colônia, um que mencionava a Santa. No relatório dos serviços feitos na colônia militar no mês de outubro de 1867, o diretor da colônia, João Francisco Barreto, afirmou que os colonos não trabalharam “no dia 15 por ser o

²⁰⁵ MARANHÃO. Relatório do presidente da província do Maranhão, Eduardo Olimpio Machado, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 3 de maio de 1855. Maranhão: Typ. Const. de L.J. Ferreira, 1855.

²⁰⁶ Teresa Sánchez de Cepeda y Ahumada nasceu em Ávila, na Espanha, em 28 de março de 1515, em uma família de baixa nobreza. Em 1562, com 47 anos de idade, deu início a um processo de renovação da Ordem do Carmo (ou Ordem dos Carmelitas). Morreu em Alba de Tormes na noite de 4 de outubro de 1582, aos 67 anos. E, em 1622 foi proclamada Santa. In: SCIADINI, Patricio. *Teresa D'Ávila*. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

dia da padroeira da colônia que todos costumam guardar reverentemente com fogueiras, salvas e terço na capelinha do lugar²⁰⁷.

Antes disso, porém, o diretor da colônia havia declarado ao presidente da província que:

Em continuação dos arranjos da mesma capela, e a promover o sentimento religioso, encomendei *uma imagem de Santa Thereza* do vulto de 3 e ½ palmos, e um crucifixo de mais de um palmo, que sendo bentos na Capital da Província no dia 8 do findo dezembro, na Capela de São Sebastião, no ato da missa de Senhora da Conceição, foram por mim conduzidas e inauguradas em sua capela a 24 do mesmo dezembro; e solenizando o ato com novenas e fogos; concorrendo a isso com pia devoção os habitantes do lugar²⁰⁸.

Nesse mesmo período, havia outra colônia militar com o nome de Santa Thereza. A colônia militar de Santa Thereza do Tocantins, criada em 1849 na província do Pará, na gestão do presidente de província Jerônimo Francisco Coelho, "inaugurou-se solenemente no dia 15 de outubro do ano próximo passado, que por feliz coincidência era o dia da padroeira da nascente povoação"²⁰⁹. Ou seja, duas colônias militares, ambas de Santa Thereza, cuja padroeira era Santa Teresa de Ávila. Sobre a colônia militar de Santa Thereza do Tocantins, na província do Maranhão, tem-se a notícia de que o Frei Manoel Procópio, um frade carmelita, foi o fundador daquela colônia, o que mais facilmente explicaria o significado do nome da colônia.

A colônia militar de Santa Thereza tornou-se o primeiro núcleo de povoamento militar instalado no interior da província de Santa Catarina. A maior parte dos documentos dessa colônia foi encontrada nos arquivos do Estado de Santa Catarina e revela semelhanças com outras colônias militares estabelecidas no território brasileiro.

Por muitos anos, a administração da província de Santa Catarina tentou solucionar os problemas relacionados à falta de segurança nos arredores do caminho para Lages. Em 1838, por exemplo, o presidente

²⁰⁷ CMST. Relatório do serviço feito na colônia militar Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de outubro de 1867. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de novembro de 1867. João Francisco Barreto, coronel diretor. Acervo: IHGSC.

²⁰⁸ CMST. Ofício ao presidente de província. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 12 de janeiro de 1863. Folha 3. Acervo: IHGSC. Grifo meu.

²⁰⁹ PARÁ. Relatório feito pelo conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, presidente da província e entregue ao 1º vice presidente em exercício, Angelo Custodio Corrêa, no dia 1º de agosto de 1850. Pará: Typ. de Santos & filhos, 1850, p. 17.

da província, o senhor João Carlos Pardal, relatou três ataques indígenas naquela parte do território: um em Bom Retiro, outro em Caldas da Imperatriz e outro no vale do rio Itajaí. No mesmo relatório, o presidente afirmou que haviam sido criadas duas Seções de Pedestres no caminho para Lages. Uma dessas seções foi instalada nas proximidades do Trombudo, ponto intermediário entre o litoral e a vila de Lages²¹⁰.

Em 1851, o ministro do Império, em seu relatório, comentou a respeito das possibilidades de catequese e de civilização das populações indígenas na província de Santa Catarina:

São alguns tão ferozes que não há meio de domestica-los, e seu aparecimento deixa sempre vestígios indeléveis de suas depredações, crueldade e rapina; tais são entre outros os que habitam os sertões da província de Santa Catarina, onde até hoje se não pôde formar um só aldeamento; ainda no ano próximo passado agravaram eles as atrocidades de que vos dei conta no relatório anterior, acometendo por duas vezes uma casa no lugar da Boa Vista, que completamente saquearam, assassinando um escravo²¹¹.

Mesmo assim, em 1853 a estrada para Lages ainda era esparsamente habitada e os tropeiros que a utilizavam eram repetidamente atacados por grupos indígenas. A ameaça era mais crítica nas regiões menos habitadas, ou que já haviam sido abandonadas pelos moradores, o que tornava a viagem entre a Ilha de Santa Catarina e a vila de Lages extremamente perigosa. Os comerciantes e viajantes que possuíam interesse naquele caminho solicitavam ajuda ao presidente da província. A criação de uma colônia militar ao longo da estrada tornava-se uma medida urgente. Os perigos dessa região eram os principais motivos para a escassez de povoamento das margens do caminho, ou do abandono dos moradores dessa região. Desse modo, pode-se sugerir que as solicitações e constantes reclamações encaminhadas ao presidente da província orientaram a criação da colônia militar de Santa Thereza.

Antes disso, de acordo com Henrique Boiteux, no início do ano de 1852, o governo resolveu “criar uma colônia militar no sertão,

²¹⁰ SANTA CATARINA. Discurso pronunciado pelo presidente, o brigadeiro João Carlos Pardal, na abertura da Assembleia Legislativa da Província de Santa Catharina na 1ª sessão ordinária da 2ª legislatura provincial, em 1º de março 1838. Cidade do Desterro: Typ. Provincial, 1838, p. 25.

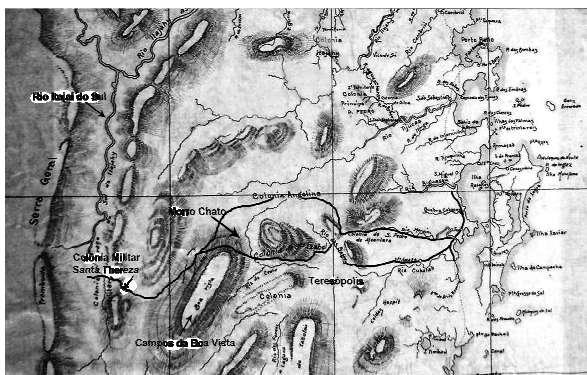
²¹¹ BRASIL. Relatório do ano de 1851 apresentado à Assembleia-Geral Legislativa na 4ª sessão da 8ª legislatura. Visconde de Mont'alegre, ministro do Império. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1852, p. 19.

próxima à Serra Geral, junto à estrada geral, em terras devolutas, afim de proteger os moradores e o trânsito da mesma estrada, contra a incursão de silvícolas, e servir de centro e núcleo de população²¹². O capitão João de Souza Mello Alvim ficaria encarregado da medição e da demarcação dos lotes no local escolhido para a colônia.

O capitão, assim que retornou da cidade do Rio de Janeiro, em 22 de abril de 1852, com o auxílio do 2º tenente de engenheiros Rosa e Gama e do prussiano Hermann Lepper, organizou as turmas de exploração, de modo que, no dia 9 de maio deu início aos trabalhos. Contudo, as atividades de exploração foram suspensas em razão de ter chovido muito naqueles meses²¹³.

Em novembro daquele ano, o capitão João de Souza Mello Alvim explorou parte do território da província de Santa Catarina, ao sul dos campos da Boa Vista (nas proximidades da futura colônia militar), com o intuito de abrir uma estrada pela margem do rio dos Bugres. Em janeiro de 1853 teve início a abertura dessa estrada – nas margens da qual, em 1860, fundou-se a colônia alemã de Teresópolis. Em junho de 1853, depois de ter explorado, na altura da localidade de Morro Chato – onde mais tarde foi instalada a colônia militar filial à de Santa Thereza –, um novo desvio do caminho entre as vilas de São José e Lages, continuou os trabalhos de medição dos lotes na colônia militar²¹⁴.

Mapa 7: Detalhe da localização da colônia militar de Santa Thereza e os traçados do caminho entre São José e Lages, 1867



Fonte: Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro (modificações realizadas pelo autor).

²¹² BOITEUX, Henrique. *Santa Catarina no Exército*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1942, p. 96.

²¹³ *Ibid.*, p. 96.

²¹⁴ *Ibid.*, p. 97.

Entretanto, quanto ao transporte e o comércio de erva-mate na província de Santa Catarina, é importante salientar a afirmação do presidente de província, no início do ano de 1850: “a erva-mate ainda está por assim dizer escondida nos sertões de S. Francisco e nas matas de Lages, e se sai alguma dos campos desse município, espavorida dos perigos da nossa estrada, vai-se asilar a Porto Alegre”²¹⁵. Ou seja, as más condições de trânsito pelo interior da província faziam com que comerciantes e criadores de gado muitas vezes fossem vender e exportar seus produtos em outras províncias, como por exemplo no Rio Grande do Sul.

Mas, a década de 1850 é marcada pela preocupação quanto ao fortalecimento das relações entre o litoral e o planalto catarinenses. O presidente da província, João José Coutinho, em 1852, afirmou que:

Em setembro do ano passado organizou-se em Lages uma sociedade para o preparo e exportação de erva-mate [...]. Seu único gerente Guilherme Ricken me informa que já se acha feita a casa e que o engenho ficará pronto para trabalhar por todo o mês de abril próximo futuro e que em maio chegará ao mercado desta Capital a primeira porção da erva nele preparada. Se o negócio, como suponho, der aos acionistas um lucro regular, concorrerá essa especulação para a prosperidade daquele município, e talvez desenvolva na província o espírito de associação. Para termos mais frequentes notícias da coletoria de Lages, cujas rendas excedem hoje a quarta parte da total da província, e com tempo providenciar-se sobre sua arrecadação e fiscalização: para entreter com as autoridades correspondência mais ativa, e mesmo para tornar amiudadas as relações dos habitantes daquele município com os de S. José, e desta Capital a fim de dar-se algum desenvolvimento ao respectivo comércio, assentei de acordo com todos os membros da Junta de dobrar o serviço do Correio entre esta Capital e a vila de Lages²¹⁶.

²¹⁵ SANTA CATARINA. Falla que o presidente da província, João José Coutinho, dirigiu à Assembleia Legislativa da mesma província, por ocasião da abertura da sua sessão ordinária em 1º de março de 1850. Desterro: Typ. Catharinense de Emilio Grain, 1850, p. 27.

²¹⁶ SANTA CATARINA. Falla que o presidente da província de Santa Catarina, João José Coutinho, dirigiu à Assembleia Legislativa da mesma província, por ocasião da abertura de sua sessão ordinária em 1º de março de 1853. Cidade do Desterro: Typ. do Conservador, 1853, p. 28.

No início de 1853 já se falava na instalação de barreiras de cobranças de impostos no interior da província de Santa Catarina. Conforme o presidente da província:

As barreiras são boas e justas fontes de rendas, mas para serem boas só se as deve estabelecer nos lugares bastantemente frequentados e não naqueles em que toda ou a maior parte da renda tem de ser despendida com a exação. E para serem justas as taxas, devem estas serem pagas por todas as pessoas que das estradas se utilizarem, e não isentos, como na do morro dos Cavalos, aqueles que da estrada mais se servem e que mais a estragam²¹⁷.

Nos relatórios do presidente de província é possível perseguir mais pistas dos fatos que motivaram a instalação da colônia militar naquela localidade. Em seu relatório de 1854, o presidente da província de Santa Catarina afirmou que:

Em 17 de abril do ano passado [1853] acometeram os bugres na estrada de Lages a uns tropeiros e seguindo depois para o sítio de Joaquim José de Miranda no Rio Bonito, a quem da vila de Lages seis léguas pouco mais ou menos, assassinaram ai nove pessoas da família Miranda, mulheres e crianças.²¹⁸

Esse era o cenário do interior da província de Santa Catarina. Era necessário o governo agir nesse espaço, conhecido desde as últimas décadas do século XVIII.

Assim que teve conhecimento desse atentado, o presidente da província, João José Coutinho, ordenou ao delegado de Lages que seguisse aquele grupo de indígenas para capturá-los. Em seu relato assegurou que:

Logo que tive conhecimento desse atentado ordenei ao delegado de Lages que fizesse seguir após dos bugres uma escolta para os capturar ou afugentar daquele lugar o Comandante da Escolta tendo tomado, por sem dúvida outra direção, os não encontrou; avistando porém fumaça a muita

²¹⁷ Idem, p. 26.

²¹⁸ SANTA CATARINA. Relatório do presidente da província de Santa Catarina, o senhor João José Coutinho, em 19 de abril de 1854. Cidade do Desterro: Typ. Catharinense, 1854, p. 7.

distância e voltando licenciou a gente, e retirando-se já só com cinco praças para Lages avistou-os nas imediações do Rio Bonito saqueando outra casa, cujo dono se achava ausente. Com essa mesma força partiu para eles, que reconhecendo o ânimo da escolta fugiram e internaram-se pelo mato, deixando a presa que já tinham ajuntado. Com esses poucos homens julgou prudente o Comandante os não seguir por entre o mato e voltou para Lages a dar parte ao delegado.²¹⁹

E, continua com as seguintes informações:

Neste ínterim, José Coelho de Ávila, em fins de julho indo visitar nessas imediações uma sua invernada, encontrou vestígios da proximidade dos bugres, e sendo já tarde entrincheirou-se em casa com seus companheiros em número de 6 pessoas. Ao amanhecer do dia seguinte os foi bombear e os encontrou em um capão perto da casa; nesse encontro caiu morto um bugre que pela idade e outras distinções se supôs ser o chefe dessa quadrilha. Nesse capão acharam parte dos objetos roubados à família Miranda. Depois desse acontecimento, nenhum outro atentado consta terem eles ali cometido.²²⁰

Nesse relatório o presidente ainda informa que, ao dar continuidade ao assunto e para demonstrar atitude no sentido de resolver tal situação, com o auxílio do Imperador criou, por meio do decreto n. 1.266, de 8 de novembro de 1853, uma colônia militar na estrada de Lages. O estabelecimento dessa colônia se devia, principalmente, a dois motivos. O primeiro: proteger os moradores das margens da estrada e as pessoas que por ela transitavam, contra os ataques dos índios. Segundo: servir de centro e núcleo de população²²¹ e cobrar impostos sobre todos os animais e mercadorias que passavam pelo caminho. Esses eram, portanto, os principais objetivos que deveriam ser cumpridos com a instalação da colônia militar, nas proximidades do morro do Trombudo.

²¹⁹ SANTA CATARINA. Relatório do presidente da província de Santa Catarina, João José Coutinho, em 19 de abril de 1854. Cidade do Desterro: Typ. Catharinense, 1854, p. 7.

²²⁰ Idem, p. 7.

²²¹ Idem, p. 7-8.

O decreto n. 1.266, de 8 de novembro de 1853²²², assinado pelo Ministro do Império Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, sinaliza que antes do regulamento próprio da colônia de Santa Thereza, essa fora regida, provisoriamente, pelo regulamento da colônia Leopoldina, instalada na província de Alagoas.

Em agosto de 1857 o presidente da província João José Coutinho organizou o regulamento da colônia e o enviou ao Ministro do Império, o Marquês de Olinda²²³. Esse regulamento estava baseado no decreto n. 729, de 9 de novembro de 1850. Aprovado pelo decreto n. 2.125, de 13 de março de 1858, por meio desse²²⁴, é possível reconhecer os limites territoriais da colônia, quais sejam: na estrada para Lages, situava-se nas proximidades do rio Itajaí do Sul, entre o morro do Trombudo (lado oeste), no atual município de Alfredo Wagner, e Morro Chato (lado leste), no atual município de Rancho Queimado.

Em linhas gerais, a colônia deveria ser regida pela disciplina militar até ser convertida em povoação regular²²⁵. Quando fosse convertida em povoação regular cessaria o regime militar, assim como os suprimentos por conta da Fazenda Pública²²⁶. Nos casos omissos desse regulamento, se recorreria aos decretos n. 729, de 9 de novembro de 1850, e ao de n. 820, de 12 de setembro de 1851, por ter sido confeccionado em conformidade com esses.

2.2 À procura de um lugar para estabelecer a colônia: os primeiros tempos em Santa Thereza

Em 4 de janeiro de 1856, o diretor interino da colônia, o capitão João de Souza Mello Alvim, relatou os primeiros anos do estabelecimento. Trata-se de um importante documento que lança luz sobre esse período, bastante incerto, da colônia.

A colônia teve início em janeiro de 1854, com 19 soldados. Esses saíram da capital da província, acompanhados pelo diretor da colônia, o comandante Major Affonso d'Albuquerque e Mello²²⁷, no dia 7 de

²²² BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil 1853. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1852. Decreto n. 1266, de 8 de novembro de 1853, p. 371.

²²³ Regulamento para a colônia militar de Santa Thereza. Acervo: APESC. Registro Presidente de Província para o Ministério do Império (1854-1858).

²²⁴ Publicado no periódico "O Cruzeiro do Sul", domingo, 25 de abril de 1858. Ano 1, n. 14, p. 2. Parte oficial. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

²²⁵ Regulamento para a colônia militar de Santa Thereza, artigo 39. Acervo: APESC. Registro Presidente de Província para o Ministério do Império (1854-1858).

²²⁶ Idem, artigo 40.

²²⁷ Nasceu em Pernambuco em 1811, foi deputado da Assembleia Provincial de Santa Catarina nos anos 1854-1855, 1856-1857, 1858-1859, 1864-1865, 1866-1867, e, 1868-1869. Ver PIAZZA, Walter: *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

janeiro e chegaram no dia 14 do mesmo mês no lugar denominado Trombudo. Depois de sete dias de viagem, esse contingente acampou nas imediações da serra do Trombudo, no lado leste, num lugar conhecido por Guarda Velha, por ter havido ali, há algum tempo, um registro militar²²⁸. Na Memória Histórica da Província de Santa Catarina, há menção de que o governador da capitania de Santa Catarina, José Pereira Pinto, nos últimos anos do século XVIII estabeleceu, sob ordens do vice-rei, duas guardas militares no caminho que a Câmara da vila de Desterro havia construído até a vila de Lages, uma no lugar denominado Trombudo e outra no lugar denominado Boa Vista. Essas duas guardas deveriam evitar a deserção de soldados e a fuga de escravos²²⁹.

Conforme o presidente de província João José Coutinho, em 1854, “outros [soldados] tem seguido por vezes e devem lá existirem 41 indivíduos entre soldados e suas famílias, acha-se também nela desde 8 de fevereiro próximo findo um facultativo e os medicamentos precisos para o tratamento dos que adoecerem”²³⁰.

Em 17 de fevereiro daquele ano, o diretor da colônia transferiu-se com os soldados para o lado oeste da serra do Trombudo. Lá construíram um barracão de palha para se abrigarem. Nesse mesmo dia, o Major Affonso d’Albuquerque e Mello entregou a direção da colônia para o capitão João de Souza Mello Alvim²³¹. O Major Affonso voltou para Desterro para tomar assento como deputado na Assembleia Provincial e retornou para a colônia em julho daquele ano²³².

De acordo com Henrique Boiteux, o capitão Mello Alvim foi encarregado de construir “oito barracões para receber colonos ilhéus portugueses, na Invernadinha da Boa Vista e fazer a exploração do rio

²²⁸ CMST. Relatório da fundação, progresso e estado da Colônia militar Santa Thereza na Província de Santa Catharina, apresentado ao Ilm^o. e Exm^o. Sr. Presidente da Província, pelo Capitão João de Souza Mello e Alvim Diretor interino da mesma Colônia, 1856. Folha 1. IHGSC.

²²⁹ COELHO, Manoel Joaquim de Almeida. *Memória Histórica da Província de Santa Catarina*. Desterro, Tip. Catarinense, 1877, p. 69.

²³⁰ SANTA CATARINA. Relatório do presidente da província de Santa Catarina, João José Coutinho, em 19 de abril de 1854. Cidade do Desterro: Typ. Catharinense, 1854, p. 8.

²³¹ O capitão João de Souza Mello e Alvim nasceu em Desterro, em 6 de outubro de 1823, filho de Miguel de Souza Mello e Alvim (presidente da província de Santa Catarina entre os anos de 1829 e 1831), foi deputado da Assembleia Provincial de Santa Catarina, entre os anos de 1848-1849. Foi deputado da Assembleia Geral Legislativa do Império entre os anos de 1867-1869 e 1878-1881. E, no dia 6 de novembro de 1866, assumiu a presidência da província do Ceará. Ver Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Ceará em sua reunião extraordinária em 1º de dezembro de 1866 pelo presidente da mesma província, João de Souza Mello e Alvim. Fortaleza, Typ. Brasileira de João Evangelista, 1867.

²³² CMST. Relatório da fundação, progresso e estado da Colônia militar Santa Thereza na Província de Santa Catharina, apresentado ao Ilm^o. e Exm^o. Sr. Presidente da Província, pelo Capitão João de Souza Mello e Alvim Diretor interino da mesma Colônia, 1856. Folha 2. IHGSC

Itajaí do Sul, afim de pelas suas margens construir uma estrada da colônia militar a Boa Vista²³³.

Na ausência do Major Affonso, o capitão João de Souza Mello Alvim também percorreu os pontos acessíveis do Trombudo. Essas incursões consumiram dois meses de serviço. O seu objetivo era encontrar terrenos propícios para a lavoura e para a fundação do arraial da povoação. O capitão, mais uma vez, viu-se obrigado a abandonar a Guarda Velha e toda a costa da serra e colocar todos os soldados sobre o alto do Avencal, pois, onde estavam, a porção de terreno próprio para a cultura era restrita, além de ser muito úmido e alagado na estação das chuvas²³⁴.

Para Robert Avé-Lallemant:

Desde longo tempo se julgou necessário um posto defensivo e ofensivo na Serra do Trombudo e em 1º de janeiro de 1848 [sic] se fundou a colônia militar de Santa Thereza. Mas a primeira fundação era muito avançada, na mata do Trombudo, onde fica a Guarda-Velha. Ali faltavam todas as coisas necessárias, até água potável, juntamente com terra apropriada para a agricultura e abundante espaço para habitações²³⁵.

Depois dos trabalhos de reconhecimento do sertão, feitos pelo capitão João de Souza Mello Alvim, foram escolhidas as margens do rio Itajaí do Sul para o estabelecimento da colônia. Ali poderia perdurar e prosperar um estabelecimento agrícola que se pretendia criar. Contudo, essas terras já pertenciam a Serafim Muniz de Moura, e por conta disso já haviam lá pequenas derrubadas. Serafim Muniz de Moura e seus familiares viviam no território da colônia desde o ano de 1840.

²³³ BOITEUX, op. cit., p. 97.

²³⁴ CMST. Relatório da fundação, progresso e estado da Colônia militar Santa Thereza na Província de Santa Catharina, apresentado ao Ilm^o. e Exm^o. Sr. Presidente da Província, pelo Capitão João de Souza Mello e Alvim Diretor interino da mesma Colônia, 1856. Folhas 2 e 3. IHGSC.

²³⁵ AVÉ-LALLEMANT, op. cit., p. 108-109.

Mapa 8: Província de Santa Catarina, 1867²³⁶



Fonte: Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

Em junho de 1854 as praças coloniais acompanhadas de seus familiares instalaram-se definitivamente na margem direita do rio Itajaí²³⁷. E, os primeiros trabalhos dos colonos consistiram em levantar ranchos para abrigo à beira da estrada e no descortinamento do lugar para a povoação. Nas clareiras que abriram na mata plantaram milho, feijão e abóboras.

Desde o início, já se destacava o papel do diretor na colônia. Conforme relatava em 1855, João de Souza Mello Alvim, ao retornar para a colônia, chamou a sua atenção a desordem dos ranchos que ainda estavam nos lugares primitivos. Desse modo, o diretor ordenou que se

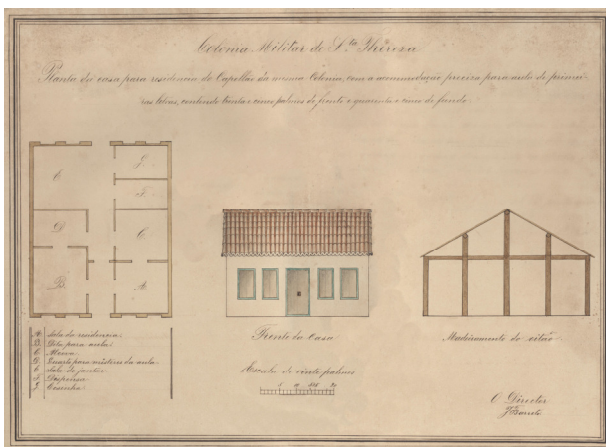
²³⁶ SANTA CATARINA. Mapa de parte da província de Santa Catarina servindo para indicar os vários pontos onde se acham colocadas as diversas colônias. Trabalho organizado por Pedro Luiz Taulois, engenheiro do governo, 1867, colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, escala em léguas, papel tecido, medindo 35,5cm x 54,5cm.

²³⁷ CMST. Relatório da fundação, progresso e estado da Colônia militar Santa Thereza na Província de Santa Catharina, apresentado ao Ilm^o. e Exm^o. Sr. Presidente da Província, pelo Capitão João de Souza Mello e Alvim Diretor interino da mesma Colônia, 1856. Folha 4. IHGSC. SANTA CATARINA. Relatório do presidente da província de Santa Catarina, João José Coutinho, em 1^o de março de 1855, p. 10.

levantassem todas as casas nos pontos de alinhamento demarcado. Nessa oportunidade, além de construírem casas melhores que as anteriores, construiu-se também uma casa para a diretoria da colônia, toda de paredes de tijolo, assoalhada, dividida e em parte forrada com tábuas e coberta de largas calhas de cedro²³⁸.

A presidência da província havia contratado o alemão Antônio Vicente para realizar a medição de uma légua de terras e os lotes para os colonos que se instalariam na colônia militar de Santa Thereza. O capitão João de Souza Mello Alvim, no seu retorno à colônia, também foi encarregado de verificar as medições feitas por Antônio Vicente.

Figura 1: Planta da casa para o capelão e para a escola de primeiras letras da colônia



Fonte: CMST. Planta da casa para o capelão e para a escola de primeiras letras da colônia. Acervo IHGSC.

O capitão João de Souza Mello Alvim mandou roçar a alta capoeira, picar, empilhar e queimar a maior parte das grossas madeiras derrubadas no ano anterior. Essas árvores ainda obstruíam o lugar escolhido para a praça e os quarteirões ao redor da praça. Todo esse trabalho foi feito sob chuva, o que fez com que demorasse ainda mais. Depois disso, as derrubadas continuaram nas propriedades dos colonos, pois eram necessárias para a abertura de lavouras. Mesmo sob a incessante chuva do ano de 1854, a madeira derrubada era picada em

²³⁸ CMST. Relatório da fundação, progresso e estado da Colônia militar Santa Thereza na Província de Santa Catharina, apresentado ao Ilm^o. e Exm^o. Sr. Presidente da Província, pelo Capitão João de Souza Mello e Alvim Diretor interino da mesma Colônia, 1856. Folha 5. Acervo: IHGSC.

toras, amontoada e queimada em fogueiras isoladas. Os melhores colonos conseguiram descobrir e preparar uma boa parte das roças, nas quais plantaram milho, feijão, arroz e batatas (doces e inglesas), abóboras, melancias, mandioca, cana-de-açúcar, amendoim e fumo²³⁹. Aqueles colonos que não eram lavradores, ou eram menos práticos, abandonaram desanimados as derrubadas não queimadas e plantaram na várzea do rio e nos arredores da povoação.

Do que foi plantado nos primeiros tempos, conforme o diretor, apenas a metade chegou a amadurecer. Isso se devia à imprudência e voracidade dos soldados que comiam e vendiam tudo ainda verde²⁴⁰.

Nas hortas junto das casas plantavam-se couves, alfaces, ervilhas, cebolas e pimentas. Além disso, também eram plantados pés de laranja, bananeiras, parreiras de uvas, pessegueiros e algodoeiros.

O diretor, com a perspectiva de desenvolver a colônia, esforçava-se para que os soldados cultivassem a maior parte dos terrenos coloniais. Porém, os resultados haviam sido insatisfatórios. Além do mau tempo, a maior parte dos colonos não possuía habilidades como lavradores e as sementes precisavam ser adquiridas na colônia alemã de Vargem Grande, nas margens do rio Cubatão, próximo de Caldas da Imperatriz. Não bastasse isso, os soldados também eram designados para outros trabalhos, tais como a construção de casas, feitura de canoas para diferentes serviços, falquejo e serragem de madeiras. Essas atividades absorveram quase todo o período de bom tempo, o que impediu dar à lavoura uma maior atenção²⁴¹.

Por conta disso, a colônia mantinha importante dependência das mercadorias que eram transportadas pelo caminho. Nos meses chuvosos, o movimento no caminho diminuía bastante. Consequentemente, a oferta de produtos (farinha e carnes, principalmente) na colônia tornava-se escassa. Quando todos os recursos da economia doméstica estavam esgotados e quase extinta toda espécie de criação, os colonos não podiam poupar as sementes guardadas para o plantio.

Nos primeiros anos da colônia já se projetava a construção de dois engenhos: um de farinha e outro de açúcar. Esses engenhos deveriam utilizar a água como força motriz. As pedras de moer milho

²³⁹ CMST. Relatório da fundação, progresso e estado da Colônia militar Santa Thereza na Província de Santa Catharina, apresentado ao Ilm^o. e Exm^o. Sr. Presidente da Província, pelo Capitão João de Souza Mello e Alvim Diretor interino da mesma Colônia, 1856. Folhas 7-8.

²⁴⁰ Idem, folha 9.

²⁴¹ Idem, folha 10.

viriam do Rio de Janeiro, e serviriam para o uso interno da colônia²⁴². Já o engenho de cana de açúcar serviria para a permuta vantajosa com os produtos exportados de Lages pelos tropeiros. Desse modo, havia a perspectiva do diretor de tornar a colônia um importante entreposto comercial entre o litoral e o planalto da província. Desenvolvendo as relações comerciais da colônia, não somente o movimento da estrada cresceria, como também aumentaria as vantagens aos cofres públicos e atrairia com mais facilidade lavradores para povoar-se as terras férteis e desertas das margens do rio Itajaí, aproximando, assim, o centro da província ao litoral, e desenvolvendo o potencial de navegação desse rio²⁴³. O presidente da província afirmou em seu relatório que não pouparia esforços para que a colônia progredisse, e em breve principiasse a prestar à província “os benefícios que dela com razão se espera”²⁴⁴.

No dia 18 de novembro de 1857 o capitão João de Souza Mello Alvim acompanhou o presidente da província, João José Coutinho, a uma inspeção na colônia militar de Santa Thereza²⁴⁵.

E, em 1858, Robert Avé-Lallemant asseverou que:

Avançando, contra os bugres e onças, até ao extremo ponto da serra selvagem, ali está a igreja, com a aldeia, sentinela isolada, a qual, mesmo por estar tão isolada e abandonada, não veste traje ornamental, mas a simples blusa do pioneiro e dentro das brenhas grita corajosamente o seu “quem-vem-lá”.

Boa amiga! – exclamei de coração à pequena igreja e à pobre aldeia, pois pobres me pareceram em geral as casas de barro da colônia militar do alto Itajaí, pobres e pequenas, como soem ser todos os princípios de civilização.

Mas, ao lado da pobreza das pequenas habitações, salta aos olhos do viajante que desce de Lages a fertilidade do solo. Em ambas as margens do sussurrante Itajaí, no meio do caos de árvores abatidas e meio carbonizadas, vicejam o feijão, o milho, as batatas e as abóboras. Além disso, prosperam excelentemente os porcos, as galinhas,

²⁴² CMST. Relatório da fundação, progresso e estado da Colônia militar Santa Thereza na Província de Santa Catharina, apresentado ao Ilm^o. e Exm^o. Sr. Presidente da Província, pelo Capitão João de Souza Mello e Alvim Diretor interino da mesma Colônia, 1856. Folha 11.

²⁴³ Idem, folhas 11-13.

²⁴⁴ SANTA CATARINA. Relatório do presidente da província de Santa Catarina, João José Coutinho, em 19 de abril de 1854. Cidade do Desterro: Typ. Catharinense, 1854, p. 8.

²⁴⁵ BOITEUX, op. cit., p. 99.

os gansos, os patos; em resumo, tudo o que é necessário à vida já se produz ali e se produzirá cada vez mais, à medida que a colônia se desenvolva e se adapte às condições naturais, pois, sem dúvida, a colônia militar é uma criação artificial²⁴⁶.

Mas, a colônia precisava estabelecer novas conexões com os povoados vizinhos. Isso poderia facilitar o progresso daquele lugar. Conforme o diretor João Paulo de Miranda, seria de grande vantagem a abertura de uma picada para Taquaras para servir de caminho para os transeuntes, livrando-os de passarem os terríveis morros do Quebradentes e Quebra-potes. O diretor da colônia, na tentativa de abrir tais caminhos afirmava ao presidente da província que:

desejo que se faça este e outros melhoramentos já apontados em benefício desta pobre colônia que ora desejo, porque não quero que os que não conhecem a razão do estado paralítico da mesma, digam como se diz, os diretores que mandam para aqui não prestar e nada fazem, as outras colônias são tão bonitas, tem boas estradas, boas casas e [ilegível] e aqui nada tem. Isto na verdade envergonha ao diretor, porém o que há de fazer, poderá ter fim qualquer serviço que se empreende, só com o serviço de um dia por semana de oito colonos²⁴⁷, e um por mês dos colonos proprietários? Não por certo por que o serviço que se faz num dia não se continuando em seguida a cabo de um mês está desfeito é preciso continuar de novo, e assim será um nunca acabar, o que não acontece se o Governo autorizar ao diretor a contratar os colonos por uma diária razoável ou determinada para trabalharem seguidamente além do dia que são obrigados a prestarem pelo regulamento até finalizar se qualquer serviço que se empreenda de necessidade a bem da colônia²⁴⁸.

²⁴⁶ AVÉ-LALLEMANT, op. cit., p. 108.

²⁴⁷ O regulamento da colônia, aprovado em 1858, ordenava que número de dias por semana prestados ao serviço da colônia deveriam ser 3, e não 1 como foi informado pelo diretor em 1879.

²⁴⁸ CMST. Ofício n. 153, enviado ao presidente da província Sr. Doutor Antonio d'Almeida Oliveira, 2 de junho de 1879. João Paulo de Miranda. Folha 2, frente e verso. Acervo IHGSC.

O diretor da colônia, João Paulo de Miranda, em seu ofício, defendeu toda a categoria de oficiais do Exército brasileiro que assumiam os postos de diretores de colônia, porque era sabido como os presidentes de província, principalmente, referiam-se aos diretores das colônias militares em seus relatórios. Além disso, o diretor demonstra interesse em movimentar a economia do lugar ao pretender contratar os colonos para serviços que vão além das obrigações impostas pelo regulamento da colônia. O capitão João Paulo também confirmou a importância que tinha de se manter o caminho para a vila de Lages em boas condições. A colônia, desde a sua criação, mantinha forte dependência do caminho, tanto por conta de seus objetivos de criação, quanto pela entrada e saída de mercadorias e produtos agrícolas na colônia.

E, quanto às condições da estrada que comunicava a colônia aos demais lugares da província, essas continuavam precárias ao final da década de 1870. Neste sentido, o diretor João Paulo de Miranda demonstrou que:

Tenho andado por muitos lugares, e vindo para esta colônia tive de passar por caminhos que não posso deixar de classificar ser o pior que tenho visto, e aqui me dizem que em seguida para Lages ainda é em maior grau a ruindade; Ora na verdade dói o coração humano ao ver os pobres tropeiros de gado e outros animais pagarem o direito de 1000 réis por cabeça tendo de passarem como passam por uma estrada tal que em muitos lugares voltam o rosto para não verem os precipícios que vão passar com risco de vida e prejuízo constante nos seus animais, enfim isto é a [ilegível] geral pouco me importa²⁴⁹.

Por ser precária, a comunicação da colônia com outros lugares mantinha-se em risco constante. Muitas vezes a colônia permanecia isolada dos demais núcleos populacionais da província e, como consequência disso, tinha sérios prejuízos. Em 1856, o presidente da província afirmou que:

Os colonos já tinham alguma criação de suínos e aves domésticas; a carestia porém do gado e o grande temporal de novembro, que interceptou

²⁴⁹ CMST. Ofício n. 153, enviado ao presidente da província, Antonio d'Almeida Oliveira. João Paulo de Miranda, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 2 de junho de 1879. Folhas 2 e 3. Acervo: IHGSC.

por alguns dias a comunicação da colônia com os habitantes do Cubatão, onde os colonos se forneciam de farinha e outros víveres os obrigaram a desfazerem-se da criação para se alimentarem²⁵⁰.

Além de estradas, também se esperava uma mudança na conduta dos colonos. Eles deveriam deixar de ser apenas semeadores de milho e feijão para consumo próprio. No final de 1855, a colônia já contava com 117 moradores, sendo que 46 eram praças militares. A colônia possuía 38 casas, além das da diretoria, ferraria, olaria (onde só se fabricava tijolo por falta de forno), e um grande rancho para o serviço dos carpinteiros, no qual as peças destinadas aos engenhos estavam protegidas das intempéries²⁵¹. Ao todo, 42 casas construídas de madeira falquejadas, carreadas, algumas assoalhadas e cobertas umas de calhas e outras de esteiras de palha. Vinte três casas compunham o quadro da praça da colônia, as demais se achavam edificadas de um e outro lado do rio, nas respectivas propriedades dos colonos.

Desde os primeiros anos a necessidade de um capelão se fazia sentir. A escola de primeiras letras era dirigida pelo 1º sargento e era frequentada por seis alunos. A falta de um capelão se tornava cada vez mais sensível. O diretor afirmava que:

O aumento da população e a natureza heterogênea desta, assim como o número crescente de meninos em idade de freqüentar a escola, além de outras muitas são razões fortíssimas para que seja satisfeita a tão palpitante necessidade de um sacerdote virtuoso que com a palavra, e com o exemplo desenvolva a moral e a religião e o amor do trabalho nesta gente cujos costumes pouco sociais podem de todo degenerar, se por mais tempo lhe faltar o freio religioso, único capaz de o conter e civilizar²⁵².

²⁵⁰ SANTA CATARINA. Falla que o presidente da província de Santa Catarina, João José Coutinho, dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial na abertura de sua sessão ordinária em 1º de março de 1856. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1856, p. 11.

²⁵¹ CMST. Relatório da fundação, progresso e estado da Colônia militar Santa Thereza na Província de Santa Catharina, apresentado ao Ilm^o. e Exm^o. Sr. Presidente da Província, pelo Capitão João de Souza Mello e Alvim Diretor interino da mesma Colônia, 1856. Folha 13.

²⁵² Idem, folha 14.

Dos relatórios dos presidentes de província, é possível perceber o progresso da colônia. No relatório relativo ao ano de 1854, o presidente da província afirmou que:

Não obstante ter-se estabelecido a colônia no novo local em princípios de junho último, já em dezembro haviam 25 casas regulares coberta de palha pertencentes aos colonos, tendo quase todos feito plantações de feijão, milho, abóboras e batatas.

Pertencentes ao estado, estão prontas, mas coberta de palha, as casas da ferraria, da olaria e um grande rancho onde provisoriamente residem o diretor, o cirurgião e praças solteiras²⁵³.

Dois anos depois, no relatório referente ao ano de 1856 o presidente da província de Santa Catarina esclareceu que:

Na colônia militar vai tendo a lavoura algum aumento, mas não tanto quanto teria se os colonos acostumados à vida militar se dessem mais ao plantio que à ociosidade nos dias que lhes pertencem. Alguns nenhuma inclinação tinham à lavoura e por isso no decurso do ano fiz dali retirar 12 que nada plantavam, com 22 pessoas de família, sendo substituídos por 7 outros com 13 pessoas de família.

Não obstante a diminuição, construíram-se mais 4 casas, 1 na praça e 3 nas datas. Conta presentemente a colônia 46 casas.

[...] No tempo próprio os colonos e alguns com entusiasmo se entregaram ao serviço de novas derrubadas e plantações, que nasceram bem e prometiam avultada colheita; a grande seca e os ardentes raios do sol neste três últimos meses reduziram a colheita à metade de que produziria se o tempo corresse regular²⁵⁴.

Desse mesmo período é importante destacar a descrição feita por Robert Avé-Lallemant, na qual trata brevemente das pessoas que

²⁵³ SANTA CATARINA. Relatório do presidente da província de Santa Catarina em 1º de março de 1855. João José Coutinho, p. 12.

²⁵⁴ SANTA CATARINA. Falla que o presidente da província de Santa Catarina, João José Coutinho, dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial na abertura de sua sessão ordinária em 1º de março de 1857. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e C., 1857, p. 31-32.

moravam na colônia e da produção agrícola do lugar. De acordo com o médico:

Na sua maioria, os colonos militares são brasileiros. Um deles é um alemão casado com uma alemã. [...] Os pais estavam do outro lado do Itajaí, colhendo milho. [...] Na casa, muitos produtos do campo, notadamente uma montanha de milho. Tomei ao acaso umas boas espigas; pareceram-me como as demais, consideravelmente grandes; contei os grãos e achei, numa espiga, mais de quinhentos. Na casa do comandante vi várias abóboras de enorme tamanho, assim como me pareceram extraordinariamente grandes as aves domésticas²⁵⁵.

Contudo, em 1860 o presidente da província afirmou que "o estado da colônia militar não é lisonjeiro ainda. O pessoal de que se compõe, pouco dedicado ao trabalho, não oferece segura garantia de sua regular prosperidade"²⁵⁶. E, em 1868 o presidente da província demonstrava que

Quase nenhum progresso tem tido a colônia; e poucos poderá fazer enquanto não receber população conveniente e não for melhorada a péssima estrada pela qual se comunica com a Capital. Criada com o intuito de ir povoando a estrada geral de Lages e facilitar por esse modo as relações com o interior da província, de sua existência se tem colhido por certo algum proveito em semelhante sentido; mas o seu desenvolvimento está ainda bem longe de corresponder ao que sem dúvida se esperava e de satisfazer plenamente os fins que se tiveram em vista²⁵⁷.

²⁵⁵ AVÉ-LALLEMANT, op. cit., p. 109.

²⁵⁶ SANTA CATARINA. Relatório do presidente da província de Santa Catarina, Francisco Carlos d'Araujo Brusque, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na 2ª sessão da 10ª legislatura. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro e Comp.a, 1861. p. 10.

²⁵⁷ SANTA CATARINA. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina, na sua sessão ordinária, e ao 1º vice-presidente, Francisco José de Oliveira, por ocasião de passar-lhe a administração o presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda no ano de 1868. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1868, p. 24-25.

Contudo, vale ressaltar que, em 1868, o presidente da província de Santa Catarina acreditava que, mesmo que considerassem pequenos os progressos conquistados pela colônia militar de Santa Thereza, ela não deveria ser extinta. Neste sentido, o presidente da província, Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, asseverou que:

Não penso, entretanto, que convenha extingui-la. Creio antes que tudo aconselha a sua sustentação e aumento, fácil aliás de conseguir, mediante a introdução oportuna de suficientes braços e a realização de certas reformas que a experiência aconselha²⁵⁸.

E, em 1873, menos da metade da área da colônia era cultivada, nessa cultivava-se exclusivamente cereais²⁵⁹. Em 1879, vinte e cinco anos após a criação da colônia, a construção de uma capela significava para o diretor da colônia, João Paulo de Miranda, a possibilidade de atrair pessoas para se estabelecerem na colônia. O que ainda não acontecia por lá, pois os habitantes da colônia não tinham onde ouvir uma missa, casarem-se ou batizarem seus filhos. Faziam isso, com grande custo, em Santo Amaro ou em São José²⁶⁰. A religião naquele lugar há tempos decaía. Na perspectiva do ministro da guerra, Marquês de Caxias, as colônias militares promoveriam o desenvolvimento da população em lugares ermos e atrairiam para o cristianismo e a civilização "milhares de homens que vivem no seio da barbárie e da mais profunda ignorância, os quais infelizmente ainda abundam em nossas virgens florestas"²⁶¹.

Enfim, a colônia, no transcorrer da sua existência, manteve determinadas características: a economia não foi auto-suficiente; a religião foi tema constante nos relatórios; e, a qualificação das pessoas que eram enviadas para a colônia foi reclamação e justificativa para os problemas daquele estabelecimento. Os próximos capítulos serão

²⁵⁸ SANTA CATARINA. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina, na sua sessão ordinária, e ao 1º vice-presidente, Francisco José de Oliveira, por ocasião de passar-lhe a administração o presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda no ano de 1868. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1868, p. 25.

²⁵⁹ SANTA CATARINA. Falla dirigida à Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina em 25 de março de 1874 pelo presidente da província, João Thomé da Silva. Cidade do Desterro: Typ. de J.J. Lopes, 1874, p. 49.

²⁶⁰ CMST. Ofício n. 153, enviado ao presidente da província, Antonio d'Almeida Oliveira. João Paulo de Miranda, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 2 de junho de 1879. Folha 1, frente e verso. Acervo: IHGSC.

²⁶¹ BRASIL. Relatório do ano de 1861 apresentado à Assembleia-geral legislativa na 2ª sessão da 11ª legislatura. Luís Alves de Lima e Silva, Marquês de Caxias, ministro da Guerra. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862, p. 28.

dedicados a caracterização das pessoas que formavam a colônia, o trabalho que empreenderam por lá e as suas relações interpessoais.

3 – AS PESSOAS QUE VIVIAM NA COLÔNIA MILITAR DE SANTA THEREZA

De fato, não posso descrever com mais brevidade nem com mais rigor a impressão que, no profundo abismo, me produziu a colônia militar de Santa Thereza, na margem do sussurrante Itajaí, do que comparando toda a colônia com um grito de “quem-vem-lá”. Desde Lages, a primeira igreja, pequena e modesta; desde Lages, o primeiro ponto comparável a uma aldeia, uma colônia, um grande agrupamento humano reunido para a defesa e para o ataque [...]²⁶²

Quem eram essas pessoas que, em meados do século XIX, no interior da província de Santa Catarina, gritavam “quem-vem-lá” aos tropeiros e viajantes que percorriam o caminho entre as vilas de São José e Lages, quando esses aproximavam-se da colônia militar de Santa Thereza? Robert Avé-Lallemant, no mês de junho de 1858, registrou, entusiasmado, sua passagem pela colônia. Mas, apesar do destaque dado a esse lugar em seus escritos, não foram registrados muitos detalhes acerca de seus habitantes, tampouco dos soldados e oficiais do Exército brasileiro que trabalhavam naquele destacamento.

Para alcançar as respostas possíveis a essa pergunta, é necessário, antes de tudo, conhecer melhor as principais características do Exército brasileiro e dos homens que o formavam durante do século XIX. Nos dias de hoje, essa instituição possui certo grau de autonomia, com regras e normas próprias que ordenam o seu funcionamento (contingente, comportamento de seus integrantes, sistema de promoções na carreira etc.). O pensamento mais comum relativo aos homens que trabalham no Exército – os militares (oficiais e soldados) – remete à ideia de um profissional com habilidades técnicas específicas e que, durante anos de treinamento e formação, incorporou um conjunto de valores e de atitudes baseadas, principalmente, na disciplina. Entretanto, esses modelos – o do Exército, oficiais e soldados – são historicamente recentes no Brasil e foram construídos, progressivamente desde o século XIX.

Na primeira metade do século XIX, o Exército brasileiro caracterizou-se como uma instituição bastante fraca e formada por batalhões de mercenários estrangeiros. Na segunda metade daquele

²⁶² AVÉ-LALLEMANT, op. cit., 1980, p. 108.

século, porém, o Exército fortaleceu-se, especialmente depois dos conflitos na região Cisplatina.

Mas, antes disso, a Constituição de 1824 pode ser considerada um marco formal da organização do exército nacional²⁶³. Um dos atos mais importantes para a formação do Exército brasileiro no decorrer do primeiro império foi o decreto de 1º de dezembro de 1824 que procurou dar uma organização mais racional aos Corpos de 1ª e 2ª linhas do Exército (foram atribuídos números às diversas unidades, o que tornou esses corpos mais funcionais)²⁶⁴. A 2ª linha era composta pelos corpos de milícias e de ordenanças. Esses corpos, em geral, era formados por negros, mulatos, brancos e índios, oriundos das camadas mais pobres da sociedade brasileira.

Nos primeiros tempos, os corpos do Exército brasileiro mantiveram-se incompletos e compostos de elementos bastante heterogêneos. Diversos batalhões de mercenários estrangeiros faziam parte dessa instituição. A utilização de tropas mercenárias pelo governo era a maneira mais conveniente de enfrentar os conflitos internos que perduraram, principalmente, por todo o primeiro império e período regencial²⁶⁵. Mas, além desses conflitos, esses batalhões também foram necessários em contendas na região Cisplatina. Em 1825, por exemplo, Dom Pedro I, ao envolver-se em uma guerra contra a Argentina e o Uruguai, viu-se incapaz de recrutar um número suficiente de soldados no Brasil. Em decorrência disso, o imperador contratou mais mercenários irlandeses e alemães²⁶⁶.

Portanto, os batalhões de mercenários estrangeiros eram contratados na Europa. Em 1823 foi criado o primeiro regimento de estrangeiros, seguindo-se depois a organização de outros regimentos na medida em que chegavam da Europa novas levas de mercenários²⁶⁷. Esses batalhões eram formados, em especial, por soldados e oficiais alemães. Muitos desses, ao deixarem o Exército, transformaram-se em colonos e seguiram para as províncias do Sul. O decreto de 20 de dezembro de 1830 dissolveu todos os batalhões de estrangeiros²⁶⁸.

Em seguida, de acordo com Wilma Peres Costa:

²⁶³ COSTA, Wilma Peres. *A espada de dâmocles: o exército e a Guerra do Paraguai*. São Paulo: HUCITEC, 1996, p. 41.

²⁶⁴ BRASIL. *Coleção de Leis do Império de 1824*. Decreto de 1º de dezembro de 1824, p. 88.

²⁶⁵ COSTA, Samuel Guimarães da. *Formação democrática do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957, p. 122.

²⁶⁶ SCHULZ, John. *O exército na política: origens da intervenção militar – 1850-1894*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, p. 25.

²⁶⁷ COSTA, op. cit., 1957, p. 123.

²⁶⁸ BRASIL. *Coleção de Leis do Império do Brasil de 1830*. Decreto de 20 de dezembro de 1830, p. 55.

A necessidade da preservação da unidade territorial, contra ameaças internas e externas, induziram, no final da década de 40 e ao longo da década de 50, a um esforço de introdução de melhorias na força armada profissional, cujo alcance, freado pela persistência da ordem escravista, tendia a ter resultados mais expressivos no que se referia à profissionalização e burocratização do quadro de oficiais do que no recrutamento da tropa, onde crônicas dificuldades operariam ao longo de todo o período imperial²⁶⁹.

Neste sentido, o ano de 1850 marcou, também, uma virada na história do exército. O estudioso norte-americano John Schulz afirma que:

Estimulado tanto pela nova prosperidade do Brasil quanto pelo exemplo dos Países “avançados”, o Ministro da Guerra Manoel Felizardo de Souza e Mello realizou uma profunda reforma na lei de promoções: estabeleceu rigorosos requisitos de antiguidade bem como prêmios por instrução, de maneira que a lei de Felizardo proporcionou a homens de condição modesta a chance de competir pelas promoções com os filhos da elite²⁷⁰.

Em 1850, o Ministro da Guerra Manoel Felizardo de Souza e Mello, em uma tentativa de introduzir no Exército brasileiro práticas semelhantes às utilizadas pelos exércitos europeus, decretou uma lei que transformou profundamente a estrutura do corpo de oficiais. A lei n. 585²⁷¹, de 6 de setembro de 1850, instituiu normas rígidas de promoção por antiguidade e suprimiu o sistema aristocrático que permitia a oficiais bem relacionados atingir os altos postos de comando ainda muito jovens²⁷². Essa lei foi, ao mesmo tempo, um resultado e um estímulo para a profissionalização do corpo de oficiais. Como consequência dessa legislação, o corpo de oficiais do exército afastou-se, cada vez mais, da imagem de uma força privilegiada tradicional do antigo regime para transformar-se em uma corporação relativamente profissionalizada e

²⁶⁹ COSTA, op. cit., 1996, p. 143.

²⁷⁰ SCHULZ, op. cit., 1994, p. 24.

²⁷¹ BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1850. Rio de Janeiro: 1851, Typographia Nacional. Decreto 585, 6 de setembro de 1850, p. 276.

²⁷² SCHULZ, op. cit., 1994, p. 26.

racional²⁷³. Assim, John Schulz localiza a raiz da conscientização política do Exército brasileiro em um período anterior à guerra do Paraguai ao estabelecer esse marco nas reformas da carreira e da instrução militar de meados do século.

No entanto, ao tratar da formação do Exército brasileiro, é impossível deixar de falar da Guerra do Paraguai. Esse conflito, que envolveu o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai, afetou o conjunto da sociedade brasileira e exigiu recursos e a ação centralizada do governo. Nesse período, o País passou por profundas mudanças na estrutura social e econômica. A produção escravista decaiu e a lavoura de café no Oeste da província de São Paulo expandiu. Surgiram as manufaturas, expandiu-se a infra-estrutura de serviços, montaram-se pequenas fábricas, intensificou-se a imigração europeia e a urbanização. Para Ricardo Salles, a Guerra do Paraguai

foi um dos fatos constitutivos de peso decisivo na formação do exército e na criação de um espírito propício a que alguns militares se sentissem com condições – e mesmo com o dever – de interferir na vida política do País, entrando em conflito crescente com o Império e a classe dominante escravista²⁷⁴.

Antes da guerra do Paraguai o contingente do Exército era bastante pequeno ou permanecia estruturado na própria organização da Guarda Nacional (obedecia ao poder central e era subordinada ao Ministério da Justiça, mas servia aos propósitos dos senhores e proprietários no exercício direto de sua autoridade local). Ou seja, sugere-se que o Exército nacional era complementar ao aparato militar da Guarda Nacional. De acordo com Ricardo Salles,

Seus efetivos eram pequenos, seus quadros profissionais superiores, recrutados no seio da própria classe dominante, e sua função era basicamente a de fornecer elementos que permitissem a utilização de forma centralizada e coordenada da estrutura militar real fundada nos corpos da Guarda Nacional²⁷⁵.

A Guarda Nacional era, antes de tudo, uma milícia civil idealizada como instrumento para retirar do exército a exclusividade os

²⁷³ Ibid., p. 27.

²⁷⁴ SALLES, op. cit., p. 56.

²⁷⁵ Ibid., p. 58.

meios de coerção, ou seja, diminuir as possibilidades de monopolização da violência nas mãos de uma autoridade. Contrária à opinião de Ricardo Salles, a historiadora Wilma Peres Costa acredita que:

Longe de ser uma força complementar ao exército, a Guarda Nacional foi criada para neutralizar o exército profissional e permaneceu durante toda a sua existência como um obstáculo à sua consolidação. Além de esvaziar sistematicamente o recrutamento militar, a Guarda Nacional era, ela própria, responsável pelo recrutamento das tropas de linha, que se tornava, dessa maneira, arma de perseguição político-partidária²⁷⁶.

Contudo, a Guerra do Paraguai, em face de sua grandeza e por envolver Estados nacionais centralizados, exigiu do Império brasileiro o fortalecimento do exército regular que cumpria, até então, apenas funções secundárias²⁷⁷. Mas, o processo de formação de uma instituição militar centralizada iniciou-se antes da guerra, com a reforma da Guarda Nacional em 1850. Essa reforma, ao afastar do âmbito local diversos privilégios na organização dos corpos militares, tornou evidente o projeto de centralização do poder repressivo nas mãos do governo central²⁷⁸.

Antes disso, a partir de 1837, as reações à ameaça de fracionamento da unidade nacional e de rompimento do sistema monárquico de governo atingiram o ponto mais alto no processo conhecido como Regresso Conservador, o qual restaurou a ordem monárquica (com a antecipação da maioridade do imperador e com a reconstituição dos instrumentos desse poder que permaneceram suspensos, ou enfraquecidos durante o período regencial). A Lei de Interpretação do Ato Adicional, a reforma do Código de Processo e a centralização da Guarda Nacional decorreram desse movimento²⁷⁹.

Para a historiadora Wilma Peres Costa:

Foi nesse contexto de fortalecimento do centro político que se iniciou também o processo de estruturação da força armada profissional. A reorganização do exército emergiu da necessidade de enfrentar as forças agrárias centrífugas, no

²⁷⁶ COSTA, Wilma Peres. *A espada de dâmocles: o exército e a Guerra do Paraguai*. São Paulo: HUCITEC, 1996, p. 54.

²⁷⁷ SALLES, op. cit., 1990, p. 59.

²⁷⁸ *Ibid.*, p. 111.

²⁷⁹ COSTA, op. cit., 1996, p. 52-53.

combate à segunda fase das rebeliões regenciais²⁸⁰.

Desse modo, é possível sugerir que a criação do Exército brasileiro foi, portanto, em parte contraposta ao arcabouço de poder local da classe dominante, o que provocou importantes consequências sobre a estrutura social do Império. Como a economia não estava baseada no aproveitamento em larga escala do trabalhador livre, havia, de fato, um grande contingente populacional disponível para o recrutamento²⁸¹. Para o estudioso Ricardo Salles, durante do século XIX, nos corpos do Exército brasileiro encontravam-se “um grande contingente populacional livre, não utilizado no setor principal da produção, sem grande poder de barganha política e social e, conseqüentemente, disponível para ser recrutado”²⁸².

No entanto, o historiador Fábio Faria Mendes, em alentado trabalho sobre o recrutamento militar e a constituição do Estado durante o período imperial brasileiro, afirma que:

O Império brasileiro experimentou várias combinações de mecanismos de mobilização militar durante o século XIX. Embora o *recrutamento forçado* tenha sido predominante [...], ele coexistiu também com outros mecanismos de alocação, com importantes efeitos de interação na dinâmica global da prestação militar. Os efeitos dos mecanismos legais de saída, constituídos basicamente por *isenções, substituição e comutação pecuniária*, também não devem ser desprezados²⁸³.

Além disso, no decurso do século XIX, o exército completou seus corpos “por meio de *mercenários estrangeiros, voluntários, reengajamento de veteranos, recrutamento forçado, destacamentos das milícias e da Guarda Nacional* e, em momentos críticos, pela *manumissão de escravos*”²⁸⁴. Para o estudioso Peter Beattie,

De 1850 a 1862, dados do Exército mostram que três de cada cinco recrutas foram recrutados forçadamente para serviço. De 1870 a 1882, os

²⁸⁰ Ibid., p. 53.

²⁸¹ SALLES, op. cit., 1990, p. 72.

²⁸² SALLES, op. cit., 1990, p. 77.

²⁸³ MENDES, Fábio Faria. *Recrutamento militar e construção do Estado no Brasil imperial*. Belo Horizonte: Argumentum, 2010, p. 47. Grifo do autor.

²⁸⁴ Ibid., p. 47. Grifo do autor.

dados indicam um aumento expressivo de voluntários; apenas um de cada três soldados era oficialmente registrado como recrutado à força²⁸⁵.

A ação do governo junto àquela parcela da população era primordialmente no sentido do recrutamento e da disposição física sobre o contingente militar potencialmente representado por esses setores. O engajamento forçado de indivíduos das camadas populares era a forma usual de abastecer o exército de material humano²⁸⁶. De acordo com Ricardo Salles:

Servir nas fileiras do exército era algo que vinha acompanhado do estigma de degradação social; os recrutados eram obtidos junto aos elementos desqualificados (como tais definidos pela ordem e pelo pensamento dominantes vigentes) da população: desocupados, vagabundos e malandros²⁸⁷.

Esses setores da população estavam disseminados em algumas atividades urbanas que rendiam muito pouco, e também no campo, onde dedicavam-se a culturas de subsistência e tarefas secundárias ao sistema produtivo escravista²⁸⁸.

Para compreender melhor as formas de recrutamento no período imperial brasileiro, a historiadora Wilma Peres Costa afirma que:

a limitação mais evidente imposta pelo escravismo à estruturação do exército profissional é o estreitamento da base de recrutamento, dado que o escravo, por definição, não era recrutável. Na realidade, desde a colônia e durante todo o século XIX, o recrutamento se configurava numa verdadeira caçada humana, da qual a população trabalhadora livre fugia com horror²⁸⁹.

De todo modo, é necessário destacar que o tamanho do Exército brasileiro e o seu papel no gerenciamento do monopólio estatal da violência tornaram-no “a ponte institucional primordial entre o Estado e o submundo ‘criminoso’ no final do século XIX”²⁹⁰. Para o historiador

²⁸⁵ BEATTIE, op. cit., 2009, p. 204

²⁸⁶ SALLES, op. cit., 1990, p. 61.

²⁸⁷ *Ibid.*, p. 62.

²⁸⁸ SALLES, op. cit., 1990, p. 78.

²⁸⁹ COSTA, op. cit., 1996, p. 58.

²⁹⁰ BEATTIE, op. cit., 2009, p. 211.

Peter Beattie, “o papel do Exército como carcereiro e força policial constituía uma parte mais consistente de seu trabalho do que o dever transcendental de defender o Brasil de invasões inimigas e de treinar homens para guerras ‘convencionais’”²⁹¹.

O historiador Peter Beattie demonstra que,

O Estado não estruturou o Exército para realizar essa função, mas ele se mostrou conveniente dadas as circunstâncias precedentes e capacidades institucionais limitadas do governo. Oficiais de polícia e da justiça, em reação e ameaças percebidas contra a ordem cívica, remanejavam sumariamente centenas de brasileiros livres para servirem períodos mínimos de seis anos nos quartéis²⁹².

Com esse propósito, o recrutamento forçado operava como uma válvula de escape parcial para prisões civis superlotadas ao incorporar infratores e os “criminalmente” ociosos. Com isso, também “diminuía os custos de julgamento e aliviava pressões pela construção de novas e caras prisões”²⁹³. Em outras palavras, o Exército era uma espécie de

sistema de degredo penal interno para realocar estrategicamente uma parcela pequena, mas significativa, de homens “perigosos” ou “ociosos”. [...] oficiais em algumas áreas “trocavam” o risco de segurança representado por criminosos e vadios àqueles que estavam desesperados por tropas de Exército nas suas fileiras locais²⁹⁴.

Durante o século XIX, a população livre de baixa extração social permaneceu economicamente à margem do sistema escravista dominante. Nas cidades, essas pessoas constituíam “uma multidão de prestadores de pequenos serviços, biscateiros, pequenos comerciantes e artesãos, desocupados, vagabundos e mendigos, marginalizados do processo produtivo principal e do sistema administrativo”²⁹⁵. Costumeiramente, era nessas camadas da população que se efetuava o recrutamento para as forças militares. Peter Beattie acredita que a maior parte dos homens era recrutada nas cidades brasileiras, mas previne que:

²⁹¹ Ibid., p. 214.

²⁹² Ibid., p. 211.

²⁹³ Ibid., p. 197.

²⁹⁴ BEATTIE, op. cit., p. 197.

²⁹⁵ SALLES, op. cit., 1990, p. 79.

muitos dos recrutados à força nesses locais tinham emigrado de áreas rurais²⁹⁶.

Entretanto, para o historiador Fábio Faria Mendes,

Embora haja indicações claras de que os soldados provinham da camada dos homens livres e libertos pobres, a documentação do recrutamento não permite determinar com precisão o perfil social racial dos recrutados, pois em geral a classificação de status e “qualidade” (ou raça) utilizada em documentos como listas nominativas, registros paroquiais, processos-crime e inventários post-mortem raramente é encontrada nas listagens de recrutados²⁹⁷.

Os recrutados para o Exército brasileiro eram vistos como uma degradação social: “o indivíduo recrutado era considerado uma espécie de pária na sociedade”²⁹⁸. Além disso, quanto aos soldados do Exército, Fábio Faria Mendes afirma que:

Ser soldado no Brasil imperial significava estar sujeito a longos anos de disciplina brutal e arbitrária, trabalho pesado, privação e risco de toda sorte. A disciplina militar no exército e na armada seguiria sendo regida, até 1874, pelo código do Conde de Lippe, e a punição mais comum era o castigo das “pranchadas” de espada²⁹⁹.

Por outro lado, grande parte dos oficiais do Exército brasileiro que participaram da guerra do Paraguai, por exemplo, eram provenientes de camadas da população que desempenhavam funções administrativas, ligadas ao pequeno comércio, profissionais liberais etc., e que podem ser identificados como pertencentes às camadas médias da população brasileira, em especial na segunda metade do século XIX³⁰⁰.

Aliás, de acordo com Ricardo Salles, a possibilidade de chegar ao oficialato no Exército brasileiro

Não se estendeu ao conjunto da população que teoricamente gozaria das prerrogativas da cidadania. Além dos escravos forros, permaneceu

²⁹⁶ BEATTIE, op. cit., p. 201.

²⁹⁷ MENDES, op. cit., 2010, p. 45.

²⁹⁸ SALLES, op. cit., 1990, p. 80.

²⁹⁹ MENDES, op. cit., 2010, p. 44.

³⁰⁰ SALLES, op. cit., 1990, p. 106.

sem muitas possibilidades de chegar ao oficialato o grosso da tropa, composto por negros, mulatos e brancos das camadas pobres e marginalizadas da população³⁰¹.

Desse modo, no início do segundo Império, a ascensão ao oficialato do exército permaneceu limitada aos jovens de tradicionais famílias militares. Mantinha-se, portanto, uma nítida separação social entre comandantes e comandados: os primeiros oriundos sempre das classes médias e abastadas e os segundos das camadas mais pobres da sociedade³⁰². Ou seja, na maior parte das vezes, as promoções e o acesso à carreira militar conservou-se restrita, além dos proprietários de terras, às camadas médias, que preservavam vínculos fortes com as instituições e o sistema econômico e administrativo imperial³⁰³.

Entretanto, o que chama a atenção neste estudo são os setores sociais que costumam ser pouco visíveis em nossa história: os homens livres pobres no século XIX. A análise dos documentos relativos à colônia militar de Santa Thereza permite saber como era o cotidiano de uma parcela dessa população livre e pobre, em meados do século XIX. Um dos principais traços desses setores, característica existente também entre aqueles que vivenciaram a experiência de residir em uma colônia militar, era o viver em movimento. À margem da economia agroexportadora, essas pessoas viviam em situação de instabilidade e constantemente deslocavam-se de um lugar para outro, na tentativa de melhorar suas condições de sobrevivência. A historiadora Maria Sylvia Carvalho Franco, na década de 1960, defendeu tese de doutorado na qual procurou reconstruir as relações comunitárias dos homens livres pobres na província de São Paulo durante o século XIX. Seus estudos reforçam a concepção de que essa parcela da sociedade brasileira sobrevivia à margem do sistema mercantil em que predominavam as *plantations*. Essa percepção, ao realçar a marginalidade desses atores sociais, consolidou uma concepção simplificadora do passado. Porém, acredita-se que esses homens tenham participado da construção de um mercado interno, bem como tenham experimentado e cultivado novos produtos agrícolas, criado e recriado estratégias de sobrevivência para salvaguardar os seus poucos recursos³⁰⁴. Para Maria Sylvia de Carvalho,

³⁰¹ Ibid., p. 137.

³⁰² COSTA, op. cit., 1957, p. 220.

³⁰³ SALLES, op. cit., 1990, p. 137-138.

³⁰⁴ MOTTA, Márcia Maria Menendes. Caindo por terra (historiografia e questão agrária no Brasil do século XIX). In: GIRBAL-BLACHA, Noemí; VALENCIA, Marta (Coord.). *Agro, tierra y política*. Debate sobre la historia rural de Argentina y Brasil. La Plata: Red de Editoriales Universitarias, 1998. p. 65-79.

“embora os homens livres e pobres tenham permanecido apartados da produção para o mercado, este setor localizou-os na estrutura social e definiu o seu destino”³⁰⁵. E, quanto ao deslocamento constante dessas populações, essa autora asseverou que “foi a marginalização sofrida por esses homens que fez do trânsito o seu estado natural, conservando-os efetivamente como andarilhos. Sem vínculos, despojados, a nenhum lugar pertenceram e a toda parte se acomodaram”³⁰⁶.

Neste sentido, em 1863, o diretor da colônia militar de Santa Thereza afirmou que:

diminuindo-se o pessoal laborante nas escusas aos que tem completado seu tempo de praça, cujos indivíduos escusos sendo de condição dos viciosos, vadios e preguiçosos já por esta Diretoria tantas vezes narrado, tem tido de retirar-se da colônia onde só com estipêndio poderiam permanecer, ou se encontrassem serviço a jornal, que na colônia pouco há, pois que as aspirações de tais criaturas não passa da de maus jornaleiros que no fim do dia, ou da semana recebendo a paga correm para a taberna, ou para o jogo, e outras dissipações, deixando em mísero conflito com a inteligência as desgraçadas famílias. É por esse motivo que ao concluírem o tempo de serviço a que eram obrigados, nada tendo fundado na colônia mais que casebres de palha, que nada valem, e dívidas insolúveis a diversos, que deles confiaram suas jornadas, por verem-se livres desses credores, com ansiedade esperam as escusas para retirarem-se do lugar, e irem a outra parte iludir a quem os desconhecer e mesmo ao Governo por novos engajamentos, quando eles por mau comportamento não servem ser novamente admitidos³⁰⁷.

Durante o século XIX, os homens livres pobres eram vistos como pessoas de pior qualidade e tornavam-se alvo de constante vigilância e de controle exercido, sobretudo, pela polícia, pelo poder político e também por parte da própria sociedade. Não à toa que, nos relatórios dos

³⁰⁵ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP. 1997, p. 15.

³⁰⁶ FRANCO, op. cit., 1997, p. 34.

³⁰⁷ CMST. *Offício ao Ministro e Secretário do Estado dos Negócios de Guerra*. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 12 de janeiro de 1863. Folhas 1-2. Acervo: IHGSC.

diretores das colônias militares, dos presidentes de província e dos ministros do império, o discurso a respeito dessas pessoas é bastante semelhante ao ponto de vista dos senhores de escravos e de boa parte das camadas sociais ligadas ao poder. De acordo com Lúcio Kowarick:

Marginalizados desde os tempos coloniais, os livres e libertos tendem a não passar pela "escola do trabalho", sendo frequentemente transformados em itinerantes que vagueiam pelos campos e cidades, vistos pelos senhores como a encarnação de uma corja inútil que prefere a vagabundagem, o vício ou o crime à disciplina do trabalho³⁰⁸.

Para alcançar o objetivo deste capítulo, e tentar responder à pergunta inicial, foram revolidos importantes acervos documentais produzidos, principalmente, por autoridades militares – da colônia militar de Santa Thereza e do Exército brasileiro – ao longo da segunda metade do século XIX. Os documentos selecionados nesses acervos foram os mapas do pessoal da colônia, os relatórios mensais dos trabalhos realizados na colônia, os ofícios e as correspondências que tratam da entrada e saída de soldados e oficiais da colônia e os pedidos de terra para a colônia.

Os mapas populacionais, compostos de um quadro com o número de pessoas existentes na colônia, fornecem dados relativos não apenas à quantidade de moradores, mas também da origem desses, a cor de pele e a faixa etária da população. Esses documentos eram confeccionados, em geral, no início de cada ano, e os dados correspondiam ao ano anterior ao da feitura do mapa. Há, também, mapas populacionais mensais, porém mais raros. Por meio desses é possível saber, por exemplo, de qual província os moradores da colônia eram provenientes e como eram compostas as suas famílias (se de pessoas jovens ou mais idosas, com poucos ou muitos filhos etc.).

Os relatórios mensais dos trabalhos realizados na colônia eram compostos, na maior parte das vezes, de três parágrafos. A última parte do texto referia-se ao número de nascimentos e de mortes ocorridas na colônia em um determinado mês. Com base nesses documentos é possível ter uma ideia de quantas pessoas nasciam e morriam em determinadas épocas do ano. Relacionados a esses relatórios encontram-se os mapas das patologias, preparados pelo oficial cirurgião da colônia no início de cada mês, os quais não serão utilizados neste estudo. Os

³⁰⁸ KOWARICK, Lúcio. Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1994, p. 43.

mapas são compostos de um quadro com duas colunas: uma com o tipo de doença e outra com o número de pacientes doentes. Esses mapas permitem o conhecimento das causas mais comuns de adoecimento e mortes na colônia.

Os pedidos de terra, por outro lado, revelam um dos motivos pelo qual as pessoas, na segunda metade do século XIX, eram atraídas para viverem no interior do território brasileiro, como por exemplo, nas colônias militares. Esses documentos foram encontrados, na maior parte, nos acervos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, sobretudo nos acervos referentes ao período imediato após a Guerra do Paraguai. Isso porque, durante a guerra, o Governo imperial ordenou a publicação do decreto n. 3.371, de 7 de janeiro de 1865, pelo qual os voluntários que lutassem naquela guerra, e não fossem guardas nacionais, teriam, além do soldo, mais 300 réis diários, uma gratificação de 300\$000 réis quando tivessem direito à baixa “e um prazo de terras de 22.500 braças quadradas nas colônias militares ou agrícolas”³⁰⁹.

Além desses documentos é necessário analisar partes importantes do regulamento da colônia, o qual foi aprovado pelo decreto n. 2.125, de 13 de março de 1858³¹⁰.

A parte inicial do regulamento da colônia militar de Santa Thereza demarca, com clareza, quais eram as pessoas que preencheriam aquele local. Os soldados do Exército brasileiro, na perspectiva de uma parte considerável da sociedade brasileira no século XIX, não eram, na ocasião em que o regulamento foi redigido, os elementos mais desejados para comporem a colônia. Para justificar a inserção de uma nova categoria de colonos – a de colonos civis – no regulamento da colônia, o presidente da província de Santa Catarina, João José Coutinho, afirmou que “a maior parte dos soldados acostumados à vida de quartéis são pouco aptos para os trabalhos da lavoura, que satisfeitos com o soldo e etapa não se dão aos trabalhos agrícolas, gastando os dias que lhes pertencem pela maior parte na caça ou em puro ócio”³¹¹. Os colonos civis, e não militares, é que poderiam, de acordo com o presidente da província, proporcionar maiores contribuições para o desenvolvimento da colônia.

³⁰⁹ BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1865. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866. Artigo 2º, Decreto 3.371, 7 de janeiro de 1865, p. 1.

³¹⁰ BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1858. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1858. Decreto n. 2.125, p. 151.

³¹¹ SANTA CATARINA. Ofício ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Marquês de Olinda, contendo o regulamento para a colônia militar de Santa Thereza. João José Coutinho, presidente da província de Santa Catarina. Palácio do Governo de Santa Catarina, 12 de agosto de 1857. Folhas 62-63. Acervo: Registro do presidente de província para Ministério do Império (1854/1858). APESC.

No artigo 2º do regulamento foi estabelecido o número de colonos militares que deveriam servir na colônia. Conforme o texto desse artigo, a colônia seria composta de 67 praças de pret. Na parte central da colônia viveriam 45 praças de pret. Nos dois lados dessa parte, distantes duas ou três léguas, viveriam outros 22 praças de pret, 11 de cada lado³¹².

Pelos artigos 3º e 4º era permitido, além das praças de pret (os de 1ª classe), a entrada de colonos paisanos (de 3ª classe) e operários (de 2ª classe). Quanto aos paisanos, esses deveriam ser lavradores casados ou viúvos com filhos, nacionais ou estrangeiros. No século XIX, o termo “paisano” tinha o mesmo sentido de “civil” e, em algumas circunstâncias, poderia significar “camponês”. Neste estudo, porém, a expressão “paisano” será utilizada como característica daqueles homens que não eram militares.

Aqueles que almejassem viver na colônia tinham de pedir permissão ao presidente de província³¹³. Por várias vezes, os diretores da colônia militar de Santa Thereza preferiram os colonos paisanos. Em um dos relatórios de janeiro de 1865 o diretor da colônia confirma a predileção por esses colonos:

Proponho, pois, segundo me tem mostrado a experiência de que os melhores colonos são aqueles que partem imediatamente da classe paisana para a militar sem o contágio da nossa desmoralizada tarimba: o que se demonstra pelos três melhores prosperadores que conta este estabelecimento, que são Guilherme Ferreira da Cunha, Manoel José Ferreira e Martinho Paulino Pereira, aos quais em tempo da administração do Sr. Doutor João José Coutinho, no começo deste estabelecimento, por sua ordem se lhes abriu praça como de 1ª classe, sendo eles paisanos: submetendo minha humilde e subordinada opinião proponho digo que seja esta diretoria autorizada com aprovação do Governo da Província a abrir praça como do exército aos indivíduos que se queiram alistar para esta colônia, sujeitos ao regime dos Artigos de Guerra, e puníveis no caso

³¹² Idem, Artigo 2º, folha 63.

³¹³ Idem, Artigos 3º e 4º, folha 63.

desviante de conduta enviados para os corpos do mesmo exército³¹⁴.

Nesse relatório, o diretor da colônia informou também características gerais dos soldados do Exército brasileiro e a necessidade de contê-los por meio de castigos corporais. E, ao levar em conta essas características, o diretor afirmou que:

Neste mesmo sentido, visto a classe de que ainda infelizmente é composto o nosso exército, que não pode dispensar os castigos corporais afim de conter nos limites da ordem indivíduos sem educação moral nem religiosa, e perdidos em toda sorte de vícios e maus costumes, como são os que a polícia recruta para o nobre serviço das armas; e mesmo muitos dos voluntários que pouco diferem daqueles; vendo-se a diretoria embaraçada para puni-los por não contar com 3 oficiais de patente para a composição dos Conselhos Peremptórios, peço faculdade para que possa servir nos ditos conselhos o sargento ajudante e escrivão desta colônia José Joaquim d'Oliveira, atenta a inconveniência de mandar os culpados à Capital da Província, 19 a 20 léguas desta colônia, por maus caminhos com as testemunhas e parte acusatória, para no fim de todo esse trabalhoso incômodo e delonga, ser a diretoria autorizada a mandar aplicar 10, ou 12 pranchadas: quando nada há mais proveitoso para a disciplina como a imediata punição dos delitos por processos o mais sumariamente possível³¹⁵.

Os primeiros artigos do regulamento têm por assunto a admissão dos colonos na colônia. Os últimos, porém, tratam das possibilidades de expulsão, tanto de colonos (militares e civis) quanto de oficiais, ou dos casos em que colonos não poderiam ser admitidos na colônia. O artigo 38, por exemplo, estabelece que:

Os Colonos que por turbulentos, rixosos, viciosos e por mau comportamento se tornarem perigosos ao sossego e à moralidade da colônia serão

³¹⁴ CMST. Relatório da colônia militar de Santa Thereza, dirigido ao Governo Imperial pela 2ª Diretoria do Ministério dos Negócios da Guerra, correspondente ao ano de 1864 e apresentado ao Exmo. Governo desta província de Santa Catarina. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Folhas 7 e 8. Colônia militar Santa Thereza, 11 de janeiro de 1865.

³¹⁵ Idem, folhas 8 e 9.

mandados sair com aprovação do Presidente da Província; e os militares que ainda não tiverem completado o tempo de serviço o irão preencher no Exército³¹⁶.

O artigo 43 prescrevia que “sem o consentimento do diretor, ninguém poderá estabelecer-se na colônia e nem nela residir por qualquer tempo que seja”³¹⁷. A proibição de escravos na colônia estava prevista no artigo 44 do regulamento³¹⁸. Entretanto, havia exceção para a regra: aqueles que possuíssem escravos e terras naquela localidade antes da instalação da colônia³¹⁹.

Quanto aos oficiais do Exército, o presidente da província poderia suspender o diretor quando considerasse necessário. No entanto, era preciso comunicar, imediatamente ao Governo no Rio de Janeiro a suspensão do oficial e os seus motivos. Para a demissão de qualquer empregado da colônia, soldados e oficiais, era indispensável as informações fornecidas pelo diretor³²⁰.

O cumprimento, ou não, do regulamento ao longo dos anos, e em especial dos artigos referentes aos colonos, poderá ser verificado na análise dos documentos selecionados neste capítulo.

Entre os colonos civis, o sistema de colonização militar brasileiro permitiu também o ingresso de colonos estrangeiros. Para a colônia militar de Santa Thereza, primeiramente, foram previstos alguns colonos portugueses³²¹. A colônia de Obidos, na província do Pará, por exemplo, recebeu em 1855 em torno de 224 imigrantes. Em 1862, a colônia militar de Avanhandava, na província de São Paulo, recebeu algumas famílias alemãs³²².

Por vários motivos, a população das colônias militares, contabilizados os colonos civis e os soldados do Exército brasileiro, manteve-se pequena. Muitos soldados que serviam nas colônias militares, especialmente durante a Guerra do Paraguai, foram

³¹⁶ SANTA CATARINA. Regulamento para a colônia militar de Santa Thereza. João José Coutinho, presidente da província de Santa Catarina. Palácio do Governo de Santa Catarina, 12 de agosto de 1857. Artigo 38. Folha 69. Acervo: Registro do presidente de província para Ministério do Império (1854/1858). APESC.

³¹⁷ Idem, artigo 43.

³¹⁸ Porém, mais adiante, na análise dos mapas populacionais será constatada a existência de escravos na colônia, dos quais não foi possível averiguar os seus donos.

³¹⁹ Idem, artigo 44.

³²⁰ Idem, artigo 50.

³²¹ BRASIL. Ministério do Império. Relatório do ano de 1854 apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 9ª Legislatura. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1855, p. 64.

³²² WOOD, op. cit., 1972, p. 74.

reincorporados aos seus antigos regimentos³²³. Outros abandonavam as colônias porque não recebiam seus salários, como é o caso dos soldados da colônia militar de Iguazu, na província do Paraná. Em 1898, o ministro da Guerra, João Thomaz Cantuaria, ao fazer referência às deserções nessa colônia, afirmou que:

Devido à facilidade para a fuga com destino próximo a território estrangeiro, à falta de inferiores idôneos, ao atraso no pagamento de vencimentos e outras causas, têm desertado alguns soldados do pequeno contingente ali destacado e que não é suficiente para o serviço respectivo, convido por isso providenciar de modo a fazer desaparecer essas causas³²⁴

Alguns colonos deixavam as colônias militares porque essas eram consideradas inseguras, como ocorreu, por exemplo, na colônia militar de Santa Thereza, em 1878:

A população da colônia militar de Santa Thereza, que continua sob a direção do capitão Fernando Antonio Cardozo, vai decrescendo progressivamente. Durante o ano findo retiraram-se 77 colonos entre adultos, menores, solteiros e casados. Esta colônia, situada em terras férteis à margem do rio Itajaí, e em lugar apropriado para garantir não só a segurança dos que transitam entre São José e Lages, como também servir de centro auxiliador dos que se estabelecem naqueles sertões infestados de gentios, merece atenção dos poderes públicos.

Escolas, um sacerdote e alguma força para garantia dos lavradores, contra os ataques dos bugres, são as necessidades mais urgentes, que primeiro devem ser satisfeitas pelo governo geral como já tive ocasião de solicitar³²⁵.

A frequente ameaça de ataques indígenas atemorizava os colonos. Embora uma das razões do governo imperial ao criar as colônias

³²³ RIO GRANDE DO SUL. Relatório com que o Exmo Sr. Dr. João Sertorio, presidente da província do Rio Grande do Sul, passou a administração da mesma ao Exmo Sr. Dr. João Capistrano de Miranda e Castro, 1º vice-presidente, no dia 29 de agosto de 1870. Porto Alegre: Typ. Rio Grandense, 1870, p. 63.

³²⁴ BRASIL. Relatório referente ao ano de 1897, do Ministro da Guerra, João Thomaz Cantuaria. Rio de Janeiro, 1º de maio de 1898, p. 51.

³²⁵ SANTA CATARINA. Relatório com que ao Exmo Sr. Dr. Joaquim da Silva Ramalho, 1º vice-presidente, passou a administração da província de Santa Catarina ao exmo. sr. Dr. José Bento de Araújo, em 14 de fevereiro de 1878. Desterro. Typ. Regeneração. 1878, p. 23.

militares fosse a de civilizar as populações indígenas que habitavam o interior do território brasileiro, as primeiras décadas de colonização foram marcadas por sérios conflitos entre as populações indígenas e os moradores das colônias. Os relatos desses ataques descrevem o assassinato de pessoas, a devastação de pequenas plantações, a destruição e a pilhagem de armazéns.

Não bastassem as condições difíceis de sobrevivência no interior, foram comuns entre os relatórios dos diretores das colônias e presidentes de província as reclamações referentes às qualidades das pessoas que compunham as colônias.

Em meados do ano de 1864, o diretor da colônia militar de Santa Thereza comunicou ao presidente da província de Santa Catarina que o empobrecimento da colônia era causado pela “falta de remessa de colonos laborantes que possam dar incremento à colônia”³²⁶. Além disso,

mandou-se para o Estabelecimento gente da extinta Companhia de Pedestres já perdida nos vícios, e sem disciplina, sem hábito algum bom, e da de Inválidos também praças cansados, sem futuro, e igualmente viciosos e habituados à inércia da tarimba do quartel e freqüência das tabernas, os quais pela maior parte solteiros, ao depois de cá estarem algum tempo foram obrigados por ordem superior a casarem-se ou a serem retirados da colônia³²⁷.

O diretor da colônia, João Francisco Barreto, em sintonia com a opinião de outras autoridades contemporâneas a ele (presidentes de província, ministros de guerra, oficiais do Exército brasileiro etc.), descreveu brevemente os soldados e seus familiares que viviam na colônia, nos seguintes termos:

e quais poderiam achar homens de tal natureza mulheres da rua, libertas que já haviam sido escravas, faltas de moralidade, infiéis e crapulosas. Com tais famílias [...] não era possível esperar delas o amor ao trabalho, a concórdia e harmonia marital, e apego a gleba que generosamente lhes faculta o paternal Governo de Sua Majestade o Imperador, mediante as brandas

³²⁶ CMST. Ofício ao presidente da província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 2 de julho de 1864. Folha 1. Acervo: IHGSC.

³²⁷ Idem.

condições do Regulamento colonial: pela condição de semelhante gente não tem havido estabilidade, e logo que concluem o tempo de serviço, e são escusos, a falta de vencimentos que os mantenham, e não tendo coragem para viver do próprio trabalho se retiram da colônia³²⁸.

E, na tentativa de contornar o estado depauperante da colônia, o diretor solicitou ao presidente da província que

a Diretoria [fosse] autorizada a abrir praça, em juramento como no Exército, a indivíduos que voluntariamente se queiram alistar, sujeitos a disciplina de praça de 1ª linha por juramento, e puníveis com o envio para os corpos do Exército no caso de irregularidade de conduta, no sentido que dispõe o Art. 7º § 2º do Regulamento da mesma colônia³²⁹.

Neste sentido, o Governo Imperial, em meados do século XIX, pretendia atrair mais pessoas para viverem nas colônias militares. Para atraí-las, oferecia uma série de estímulos, nem sempre cumpridos. Para ampliar a pretensa força gravitacional das colônias militares, o governo ofereceu vantagens as quais variavam de acordo com a sorte do alistamento individual. Os auxílios que a corte no Rio de Janeiro oferecia aos potenciais colonos eram diversos. Alguns decretos prometiam aos privados de terra uma chance de tornarem-se proprietários de terra. Não à toa que o projeto de colonização militar estivesse relacionado à Lei de Terras de 1850. Além disso, o governo subsidiava a sobrevivência dos colonos e de seus familiares nos primeiros anos de colonização, em forma de ração diária, ferramentas e sementes, na expectativa de facilitar-lhes a fixação.

Atraídos por essas e outras vantagens, ou simplesmente transferidos para as colônias, muitos trabalhadores livres e pobres brasileiros – soldados do Exército ou paisanos – assim como estrangeiros, trabalharam e viveram nas colônias militares espalhadas pelo interior do território brasileiro.

3.1 Os mapas do pessoal da colônia e as relações nominais

³²⁸ Idem, folhas 1 e 2.

³²⁹ Idem, folha 2.

é a base de nossa lei para o fim de conter nos limites da subordinação e da ordem, a classe não só proletária como dissoluta³³⁰ e vadia, onde se vai infelizmente buscar entre nós os indivíduos para soldados.³³¹

A análise dos mapas do pessoal da colônia permitirá conhecer melhor o número de pessoas que viviam na colônia militar de Santa Thereza e delinear algumas características dessa população³³². Sobre os primeiros moradores da colônia, o diretor João Francisco Barreto, em 1863, declarou que

Os indivíduos, ou famílias que para aqui mandaram ao princípio foram os de pior qualidade, ou condição. Eu vim encontrar este estabelecimento como a antiga plebe romana, que [*agitabant coumbia more foraram.*] Uma parte de minha ocupação tem sido em acomodar questões de infelicidades, e por termo a [*ratomicisse?*] dessa gente sem religião nem educação civil e moral; e cujos filhos vão seguindo as pegadas dos pais na carreira dos maus hábitos e vícios, a falta da disciplina e máximas da igreja³³³.

E, acerca da qualidade dos últimos admitidos na colônia, o diretor afirmou que:

vieram um anspeçada e 10 soldados dos Inválidos, que pertenceram ao Batalhão 12, à serviço nessa Capital, para serem empregados como conviesse até que obtivessem baixa do serviço, mas cada um deles apresentaram tão fortes motivos de incapacidade que unicamente tenho podido dar moderado serviço a um ou outro, e assim mesmo com semanas cortadas³³⁴.

O diretor afirmava que não eram esses os colonos que convinham para que a colônia prosperasse e não eram os que o regulamento previa. No artigo 18 do regulamento vê-se que: “Os Colonos militares serão

³³⁰ Pessoa de maus costumes; depravada, devassa, libertina.

³³¹ CMST. Ofício ao presidente de província, Ignácio da Cunha Galvão. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor da colônia. Colônia militar de Santa Thereza, 15 de agosto de 1861. Acervo: IHGSC.

³³² Ver apêndice B.

³³³ CMST. Ofício ao presidente da província, Francisco José d’Oliveira. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia Militar Santa Thereza, 4 de janeiro de 1864. Folhas 2-3. Acervo: IHGSC.

³³⁴ Idem, folha 4.

tirados das praças do Exército que tenham pelo menos dois anos de serviço militar, sendo bem morigerados, preferindo-se os que quiserem, e dentre estes os casados³³⁵. Contudo, de acordo com o diretor: “os que vieram além de lhes faltar morigeração, por serem pela maior parte dados a bebida, e relaxados, só um deles é casado, e com uma mulher insuportável pelo mesmo defeito da embriaguez”³³⁶.

Como foi visto anteriormente, os ministros do império e os presidentes de província reiteravam a crítica à ociosidade, à embriaguez e aos maus comportamentos dos soldados do Exército brasileiro que eram enviados às colônias militares. Importante, nesse momento, é questionar: o que esperavam essas autoridades? Durante o século XIX eram recorrentes as reclamações referentes à população livre e pobre brasileira e o recrutamento forçado recaiu sobre essas camadas mais pobres da população. O resultado, portanto, não poderia ser muito diverso: se as autoridades reclamavam das pessoas livres e pobres e as recrutavam à força, para o Exército; como esperar que o confinamento em uma colônia militar no interior do Brasil, longe da família desses recrutas e de outras relações estabelecidas no local de origem, poderia torná-los cidadãos disciplinados, ordeiros e lavradores?

Em dezembro de 1855 viviam na colônia 117 pessoas³³⁷: entre os soldados, 16 eram solteiros (metade deles entre 21 e 30 anos de idade), 28 eram casados (12 deles tinham entre 30 e 40 anos de idade e, 9 entre 21 e 30 anos). Das pessoas da família desses soldados, 20 eram homens solteiros (metade deles entre 1 e 7 anos de idade) e 24 eram mulheres solteiras (10 tinham entre 1 e 7 anos de idade e, 6 com até 1 ano de idade)³³⁸.

Em 1860, dos 24 soldados casados, 15 tinham entre 31 e 40 anos, 4 entre 41 e 50, 4 entre 51 e 60, e, 1 entre 61 e 70 anos de idade. Dos 3 soldados solteiros, 1 tinha entre 31 e 40 anos, outro tinha entre 41 e 50 anos, e o último entre 61 e 70 anos de idade. . Dos 33 homens solteiros (que não eram soldados), 18 tinham entre 8 e 12 anos de idade, 8 tinham entre 1 e 7 anos, 4 até 1 ano, e 3 entre 13 e 20 anos de idade. Por outro lado, das 24 mulheres casadas, todas tinham entre 21 e 30 anos de idade.

³³⁵ SANTA CATARINA. Regulamento para a colônia militar de Santa Thereza. João José Coutinho, presidente da província de Santa Catarina. Palácio do Governo de Santa Catarina, 12 de agosto de 1857. Artigo 18. Acervo: Registro do presidente de província para Ministério do Império (1854/1858). APESC..

³³⁶ CMST. Ofício ao presidente da província, Francisco José d'Oliveira. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia Militar Santa Thereza, 4 de janeiro de 1864. Folha 5. Acervo: IHGSC.

³³⁷ CMST. Mapa do pessoal da Colônia Militar de Santa Thereza nas margens do Itajahy na Estrada de Lages, segundo as naturalidades, idades estado e das diferenças que ocorreram depois do último mapa do ano próximo passado até o fim de dezembro de 1855. João de Souza Mello e Alvim, capitão diretor interino. Colônia Militar de Santa Thereza, 1º de janeiro de 1856. Acervo: IHGSC.

³³⁸ Idem.

Dentre as solteiras, 12 possuíam entre 8 e 12 anos de idade, 9 entre 1 e 7 anos, e 5 entre 13 e 20 anos de idade³³⁹.

Entre janeiro de 1854 e dezembro de 1861 nasceram na colônia 22 meninos e 23 meninas. No mesmo período, faleceram 16 homens e 18 mulheres. Entre os escravos nasceram 1 menino e 2 meninas³⁴⁰.

Do mapa da população da colônia no ano de 1863 depreende-se que 55% da população livre da colônia era parda, 35% branca e 10% negra.

Quadro 1: Mapa da população da colônia no ano de 1863

Pessoas livres												Total de homens e mulheres	Escravos		Total de livres e escravos	Declarações	
Brasileiros						Estrangeiros							Total de livres e escravos	Total de livres e escravos			Declarações
Homens			Mulheres			Homens			Mulheres								
Brancos	Pardos	Pretos	Brancos	Pardos	Pretos	Brancos	Pardos	Pretos	Brancos	Pardos	Pretos	158	2	4	164	No número das pessoas livres Tem 23 homens casados Tem 1 homem viúvo Tem 59 homens solteiros Tem 24 mulheres casadas Tem 3 mulheres viúvas Tem 48 mulheres solteiras Homens maiores de 21 anos de idade 38 Mulheres maiores de 21 anos de idade 32 As [inl.?] pessoas são menores dessa idade Escravos maiores de 21 anos de idade um preto e uma preta: os mais são menores dessa idade.	
29	47	7	26	39	10												

Fonte: CMST. Ofício ao presidente da província, Francisco José d'Oliveira. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia Militar Santa Thereza, 4 de janeiro de 1864. Folha 11. Acervo: IHGSC.

Em 1864 o mapa da população da colônia manteve-se bastante semelhante ao do ano anterior:

³³⁹ CMST. Mapa anual do pessoal da colônia militar de Santa Thereza na margem direita do rio Itajahy na estrada de Lages pertencente ao ano de 1860. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de janeiro de 1861. Acervo: IHGSC.

³⁴⁰ CMST. Mapa dos nascimentos e óbitos que tiveram lugar nesta colônia desde a sua fundação em 19 de janeiro de 1854 até 30 do findo mês de setembro do corrente ano de 1862: dado em virtude da ordem do Exmo. Governo da Província datada de 12 do dito mês de setembro. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de outubro de 1862. Acervo: IHGSC.

Quadro 2: Mapa da população da colônia no ano de 1864

Pessoas livres						Total de homens e mulheres	Escravos		Total de livres e escravos	Declarações
Homens			Mulheres				Homens	Mulheres		
Branco	Pardo	Preto	Branca	Parda	Preta					
32	41	12	29	38	6	158	2	4	164	No número pessoal de livres e escravos, tem 25 homens casados 60 ditos solteiros 25 mulheres casadas 3 ditas viúvas 45 ditas solteiras 43 homens maiores de 21 anos de idade 42 ditos menores de 21 ditos de dita 32 mulheres maiores de 21 ditos de dita 42 ditas menores de 21 ditos de dita Escravos maiores de 21 anos de idade, um preto e uma preta; os mais são menores dessa idade

Fonte: CMST. Mapa da população da Colônia Militar de Santa Thereza no ano de 1864. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia Militar de Santa Thereza, 1º de janeiro de 1865. Acervo: IHGSC.

Do mesmo modo, em 1865 a colônia possuía, ao todo, 168 pessoas. Dos brasileiros, 40 homens eram brancos, 46 pardos e 4 negros. Das mulheres brasileiras, 32 eram brancas, 34 eram pardas e 4 eram negras. Existia apenas 2 estrangeiros brancos na colônia, uma mulher e um homem. Eram escravos 2 homens e 4 mulheres. Do número de pessoas livres, havia 65 homens solteiros, 22 casados e 4 viúvos. Viviam na colônia 44 mulheres solteiras, 23 casadas e 4 viúvas. 42 homens eram maiores de 21 anos e 43 eram menores. Entre as mulheres, 31 eram maiores de 21 anos e 40 menores. Dos escravos, um homem e uma mulher eram maiores de 21 anos, os demais (4) eram menores. Dos 91 homens, eram militares 23, e 68 eram paisanos residentes na colônia³⁴¹.

Emerge desses dados um quadro um pouco diferente daquele que representa a composição do Exército brasileiro. A colônia, em relação ao exército, apresenta um número expressivo de brancos; sempre com números relativamente próximos dos pardos. Além disso, a população negra na colônia manteve-se bastante pequena. Mas, assim como na colônia, nos corpos do exército havia o predomínio dos mestiços (morenos e pardos). Peter Beattie afirma que os assentamentos do Exército serviam-se de quatro grandes categorias para a cor da pele (branca, morena, parda e preta). Cerca de 20% dos soldados eram brancos, 25% negros, 2% índios e mais de 50% mestiços (morenos e pardos). Para esse autor, a composição racial dos praças refletia a hierarquia racial do Brasil³⁴².

³⁴¹ CMST. Relatório da colônia militar de Santa Thereza. João Francisco Barreto, coronel diretor da colônia. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de janeiro de 1866. Folha 2. Acervo: Arquivo do Exército.

³⁴² BEATTIE, op. cit., p. 239.

Em 1868, a colônia possuía 110 homens e 104 mulheres, que totalizavam 214 pessoas. Desses, 211 pessoas eram católicas, 2 acatólicas e 1 mista. Dos filhos das famílias que viviam na colônia, eram maiores de 16 anos apenas 5 rapazes. Dessas famílias, eram menores de 16 anos 49 meninos, e 56 meninas. Eram solteiros e viúvos 75 pessoas. Viviam na sede da colônia 85 pessoas, das quais não eram colonos apenas 5. Eram brasileiros 210 pessoas, portugueses 1 e hamburgueses 2 e alemães não hamburgueses 1³⁴³. Do mapa da população da colônia militar de Santa Thereza no ano de 1868 tem-se que: dos brasileiros, 51 homens eram brancos, 52 eram pardos e 4 eram negros. Das mulheres brasileiras, 48 eram brancas, 50 eram pardas e 5 eram negras. Dos estrangeiros, 3 eram homens brancos e 1 mulher branca. Na colônia, mesmo apesar do regulamento que proibia a existência de escravos, havia 7 escravos. Desses, 2 eram homens e 5 eram mulheres. No número de pessoas livres, havia 73 homens solteiros, 35 casados e 2 viúvos; 61 mulheres solteiras, 37 casadas e 6 viúvas. Eram maiores de 21 anos 56 homens, e 54 eram menores. Havia 48 mulheres maiores de 21 anos e 56 menores. Dos escravos, um homem e uma mulher eram maiores de 21 anos, os demais eram menores³⁴⁴.

Em 1880, a população da colônia era de 493 habitantes. Desses, 105 eram homens adultos, 144 homens menores de idade, 100 mulheres adultas e 144 mulheres menores de idade. Sessenta e seis casais eram católicos e 11 não-católicos. Viviam na sede da colônia 38 casais, nos arrabaldes e seu distrito, 51 casais. Apenas 6 casas eram cobertas de telha e 83 eram cobertas de taboinhas e palha. Apenas 2 homens eram colonos militares, 11 eram colonos de 3ª classe e 53 eram colonos simples³⁴⁵.

Quanto ao número de trabalhadores na colônia foi possível levantar que, dos 51 militares que residiam na colônia nos últimos meses do ano de 1854, 5 soldados eram carpinteiros, um era marceneiro, 2 eram pedreiros, 3 eram oleiros, 2 eram serradores, 4 eram alfaiates, um era sapateiro, 2 eram ferreiros e um era barbeiro sangrador. A documentação indica, portanto, certa diversidade de profissionais entre

³⁴³ CMST. Relatório da colônia militar de Santa Thereza, apresentado ao Ilmo e Exmo Sr. Barão de Muritiba, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra. João Francisco Barreto, coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de janeiro de 1869. Folha 4. Acervo: Arquivo Nacional.

³⁴⁴ Idem, folha 6.

³⁴⁵ CMST. Informações acerca do estado da colônia militar de Santa Thereza enviadas ao Ministério dos Negócios da Guerra. João Paulo de Miranda, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de janeiro de 1881. Acervo: Arquivo Nacional.

os soldados. Os demais, de acordo com o presidente da província, eram lavradores³⁴⁶.

Em setembro de 1856, trabalhavam na colônia 43 militares. Pertenciam ao Estado Maior 2 oficiais (o diretor e o cirurgião), um era 1º sargento, um era 2º sargento, 2 eram cabos e 36 eram soldados. Estavam em diligência no destacamento da Invernadinha um 2º sargento e 2 soldados³⁴⁷.

Em março de 1859 a colônia possuía 3 paisanos contratados de 3ª classe, 37 soldados do Exército, 2 cabos de esquadra, um 2º sargento, um sargento ajudante, um alferes cirurgião, um tenente ajudante e o capitão diretor³⁴⁸.

Em outubro de 1864 a colônia contava com 17 soldados do Exército, um cabo, um 2º sargento, um sargento ajudante, um alferes cirurgião, um tenente ajudante e um tenente coronel diretor³⁴⁹. Importante ressaltar, dentre as observações feitas pelo diretor no mapa referente a esse mês, a seguinte anotação:

Do número das ditas 20 praças efetivas, são considerados adidos a Companhia de Inválidos os dois inferiores e três soldados, que tendo agradecido as baixas do serviço que lhe foram conferidas pela ordem do dia do Exército n. 298 de 21 de dezembro de 1861, por terem excedido

³⁴⁶ SANTA CATARINA. Relatório do presidente da província de Santa Catarina em 1º de março de 1855. João José Coutinho, p. 10. Desse período encontrou-se também a relação de soldados que necessitavam de fardamento na colônia militar de Santa Thereza, em 1854: Carlos Antonio da Silva; Alexandre Francisco da Costa; Policarpo Vieira Brazil; Fernando José Bento; Guilherme Germano; José Joaquim de Oliveira; Manoel Bernardino; Joaquim Carneiro da Silva; Antonio Francisco Pereira; Francisco Manoel da Silva; Hilário Antonio de Moraes; José Joaquim da Silva; Claudino Torquato de Andrade; Severino Antonio da Rosa; João Cardoso; Felisbino Pereira Francisco; Francisco Rodrigues; Manoel Antonio Bezerra; João José Alves; José Alves Mendes; Camillo Roiz da Silva; Genezio de Oliveira; Delfino José da Silva, Candido Chaves; Thiopilo Jose Godino; João Evangelista de Siqueira; Manoel Antonio dos Santos; Francisco Narciso; Manoel [ilegível]; João Vicente; José Pedro da Costa; Bernardino José do Nascimento; Antonio José de [ilegível]; Manoel Eusebio da Rosa; Joaquim Salvador de [ilegível]; Ricardo José da Rosa; Domingos da C. Maciel; Francisco Pereira de Souza; Antonio de Souza; Maciel José Roiz; Ignacio João de Deus; Francisco Antonio da Rosa; Geremias Pereira de Medeiros; Martinho Paulo Pereira do Nascimento; Christiano Schligting; Henrique Schligting; Manoel de Lacerda; Marcelino José Leite; Francisco de Paula Passos; José Antonio de Oliveira; Policarpo dos Prazeres.

CMST. Pedido de fardamento para os praças da colônia militar de Santa Thereza. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de janeiro de 1855. Affonso d'Albuquerque e Mello, major diretor da colônia. Acervo: Arquivo Nacional.

³⁴⁷ CMST. Mapa da Colônia Militar de Santa Thereza nas margens do Itajahy na Estrada de Lages, pertencente ao mês de Setembro de 1856. João Xavier de Souza, capitão diretor. Colônia Militar de Santa Thereza, 1º de outubro de 1856. Folhas 2 e 3. Acervo: IHGSC.

³⁴⁸ CMST. Mapa mensal do pessoal da colônia militar de Santa Thereza, nas margens do rio Itajahy na estrada de Lages, do mês de março de 1859. João Xavier de Souza, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de abril de 1859. Acervo: IHGSC.

³⁴⁹ CMST. Mapa mensal do pessoal da colônia militar Santa Thereza estabelecida na margem direita do rio Itajahy na estrada de Lages do mês de outubro de 1864. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia Militar Santa Thereza, 1º de novembro de 1864. Acervo: IHGSC.

há muito o tempo de serviço, e acharem-se enfermos sem meios de poderem subsistir, foram de novo inspecionados de saúde, e em virtude da inspeção foram mandados passar adidos à Companhia de Inválidos, continuando como estavam a servir nesta colônia, na forma determinada no aviso do Ministério da Guerra expedido pela 2ª Diretoria Geral em 27 de agosto de 1862, como foi comunicado à Diretoria desta colônia em ofício do ajudante de ordens da Presidência desta Província datado de 11 de setembro do mesmo ano³⁵⁰.

É importante destacar essa situação, na qual os soldados ultrapassavam o tempo de serviço a que eram obrigados a cumprir e, mesmo sem condições de trabalhar, eram sustentados pelo Governo. De acordo com os acervos pesquisados, durante o século XIX, isso era comum em todo o Exército brasileiro e não somente nas colônias militares.

Em dezembro de 1864 a colônia contava com um paisano engajado de 3ª classe, 16 soldados, um cabo, um 2º sargento, um sargento ajudante, um alferes cirurgião, um tenente ajudante e um tenente coronel diretor³⁵¹.

Referente a esse ano, o diretor da colônia afirmava que:

Pelo mesmo mapa vê-se o desfalque em que se acha este estabelecimento de seu pessoal, e a necessidade de elevar ao número de 67 praças de pret. que ordena o regulamento, para que a colônia possa entrar nas vias do progresso que lhe acena terrenos tão férteis como os que possui, e promover-se a polícia do lugar em ordem a punição dos delitos e transgressões dos preceitos estabelecidos no mesmo regulamento, e captura aos criminosos, malfeitores e desertores; que à

³⁵⁰ CMST. Mapa demonstrativo do número de praças de linha que se acham na colônia militar Santa Thereza com clareza as que são ativas, ou inválidas, e em que caráter existem na mesma colônia no mês de outubro de 1864. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia Militar Santa Thereza, 1º de novembro de 1864. Acervo: IHGSC.

³⁵¹ CMST. Mapa mensal do pessoal da colônia militar de Santa Thereza, estabelecida na margem direita do rio Itajahy na estrada de Lages, do mês de dezembro de 1864. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de janeiro de 1865. Acervo: IHGSC.

falta de força para esse fim, por aqui se escapam a ação de justiça³⁵².

Contudo, o diretor também reconheceu que:

a dificuldade com que ora temos de lutar para encontrar no atual estado de nosso exército, e no apuro em que nos vimos com os inquietos vizinhos do Estado Oriental, com praças nas condições de virem aqui servir, e deles tirarem-se bons colonos, pela imoralização a que os tem levado a suspensão dos castigos corporais por meio de vara e a juízo dos chefes, e passar a juízo de um Conselho Peremptório, para autorizar na maior parte das vezes a aplicação de 10 ou 12 pranchadas, como se ainda nos achássemos nos bons tempos de moralidade em que foi decretado os Artigos de Guerra; em que um soldado para se dar por corrigido bastava a vergonha de ser levado ao círculo da punição.

A esse respeito já tive a honra de levar a V. Ex^a. pela 1^a Diretoria, nesta mesma data, a maneira porque poder-se-á preencher o número dos colonos dados para este estabelecimento, por meio de praça aqui aberta como para o exército, sem vantagem de voluntários, e puníveis no caso de discrepância, ou desvio de conduta com o envio para os corpos do mesmo exército³⁵³.

Em março de 1865 trabalhavam na colônia 22 soldados. Desses, 10 eram colonos permanentes à espera de suas baixas por terem findado o seu tempo de serviço, 3 eram inválidos, 3 eram engajados de 1^a classe, e 6 da Companhia de Inválidos. Além desses, havia um sargento ajudante e um 2^o sargento, ambos inválidos³⁵⁴. Em novembro daquele ano, a colônia contava com 4 paisanos engajados de 3^a classe, 15

³⁵² CMST. Relatório da colônia militar de Santa Thereza, dirigido ao Governo Imperial pela 2^a Diretoria do Ministério dos Negócios da Guerra, correspondente ao ano de 1864 e apresentado ao Exmo. Governo desta província de Santa Catarina. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar Santa Thereza, 11 de janeiro de 1865. Folha 3. Acervo: IHGSC.

³⁵³ CMST. Relatório da colônia militar de Santa Thereza, dirigido ao Governo Imperial pela 2^a Diretoria do Ministério dos Negócios da Guerra, correspondente ao ano de 1864 e apresentado ao Exmo. Governo desta província de Santa Catarina. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar Santa Thereza, 11 de janeiro de 1865. Folha 4. Acervo: IHGSC.

³⁵⁴ CMST. Mapa demonstrativo do número de praças de linha que se acham na colônia militar Santa Thereza com clareza as que são ativas, ou inválidas, e em que caráter existem na mesma colônia no mês de março de 1865. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar Santa Thereza, 1^o de abril de 1865. Acervo: IHGSC.

soldados, um cabo, um 2º sargento, um sargento ajudante, um alferes cirurgião, um tenente ajudante e 1 tenente coronel diretor³⁵⁵.

Em agosto de 1867 a colônia possuía um colono paisano engajado de 3ª classe, 15 soldados, um cabo de esquadra, um 2º sargento, um sargento ajudante, um alferes cirurgião, um tenente ajudante e um coronel diretor. Em setembro do mesmo ano, foram viver na colônia 5 colonos paisanos de 3ª classe. De acordo com o diretor:

foram engajados nesta colônia como colonos de 3ª classe por tempo de dois anos na forma do regulamento da mesma colônia a 7 do corrente mês de setembro o paisano José Francisco de Oliveira, e a 30 do mesmo corrente mês o paisano José Antonio de Oliveira; ambos casados; tendo o 1º três pessoas de família inclusive a mulher, e o 2º duas ditas, incluso a mulher³⁵⁶.

Do mapa do pessoal da colônia militar de Santa Thereza no ano de 1868, vê-se que o estado efetivo da colônia (militares do Exército) era de 16 pessoas: um sargento ajudante e 15 soldados. Eram pertencentes a Companhia dos Inválidos 3 soldados³⁵⁷.

Em março de 1879 serviam na colônia 5 paisanos colonos engajados de 3ª classe, 2 soldados do Exército, um furriel reformado (trabalhava como escrivão), um cirurgião, um ajudante e o diretor da colônia³⁵⁸.

Quanto à procedência das pessoas que viviam na colônia, é necessário destacar que a colônia militar de Santa Thereza era composta por militares e civis (colonos e seus familiares bem como os familiares dos militares). A população da colônia era formada por pessoas de origem variada. Baseado na documentação analisada, é possível afirmar que a maior parte da população da colônia (em média 84%) era proveniente de outras localidades da província de Santa Catarina.

Dos 51 militares que viviam na colônia em dezembro de 1854, 29 eram provenientes da província de Santa Catarina, 7 de Pernambuco, 4 da Bahia, 2 de Minas Gerais, 2 de São Paulo, um do Maranhão, um do

³⁵⁵ CMST. Mapa mensal do pessoal da colônia militar de Santa Thereza, no mês de novembro de 1865. Francisco Ramires Cardozo, tenente ajudante servindo de Diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de dezembro de 1865. Acervo: IHGSC.

³⁵⁶ CMST. Mapa do pessoal da colônia militar Santa Thereza do mês de setembro de 1867. João Francisco Barreto, coronel diretor. Colônia Militar Santa Thereza, 1º de outubro de 1867. Acervo: IHGSC.

³⁵⁷ CMST. Relatório da colônia militar de Santa Thereza, apresentado ao Ilmo e Exmo Sr. Barão de Muritiba, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra. João Francisco Barreto, coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de janeiro de 1869. Folha 5. Acervo: Arquivo Nacional.

³⁵⁸ CMST. Mapa mensal do pessoal da colônia militar de Santa Thereza do mês de março de 1879. João Paulo de Miranda, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de abril de 1879. Acervo: IHGSC.

Ceará, um do Rio de Janeiro, um do Rio Grande do Sul e 3 da Alemanha. De todos os habitantes da colônia, 80 pessoas eram provenientes da província de Santa Catarina: os 29 soldados citados acima, 18 homens e 33 mulheres, todos pertencentes às famílias dos soldados. De Pernambuco, da Bahia, de Minas Gerais, de São Paulo, do Rio Grande do Sul, do Maranhão e do Ceará, todos os soldados não possuíam familiares na colônia. Quanto ao soldado vindo do Rio de Janeiro, este possuía esposa. Do Paraná havia somente uma mulher. Da Alemanha, ao todo eram 9 pessoas, 3 soldados, 2 homens e 4 mulheres. De Buenos Aires uma mulher e das Ilhas Canárias outra³⁵⁹.

Em fins de 1855, o quadro mudou pouco. Em torno de 79% da população da colônia era proveniente da província de Santa Catarina.

Quadro 3: Mapa do pessoal da colônia no ano de 1855

Naturalidades Soldados	Colonos	Pessoas das famílias		Total
		Homens	Mulheres	
Santa Catarina	25	19	49	93
Pernambuco	6			6
Bahia	4	1		5
Minas Gerais	3			3
São Paulo	1			1
Maranhão	1			1
Ceará	2			2
Rio de Janeiro	1			1
São Pedro do Sul [sic]	2			2
Alemanha	1		1	2
Buenos Aires			1	1
Soma	46	20	51	117

Fonte: CMST. Mapa do pessoal da Colônia Militar de Santa Thereza nas margens do Itajahy na Estrada de Lages, segundo as naturalidades, idades estado e das diferenças que ocorreram depois do último mapa do ano próximo passado até o fim de dezembro de 1855. João de Souza Mello e Alvim, capitão diretor interino. Colônia Militar de Santa Thereza, 1º de janeiro de 1856. Acervo: IHGSC.

E, em 1860 permaneceu praticamente o mesmo, com destaque para os moradores provenientes da província de Santa Catarina que representavam 87% da população da colônia:

Quadro 4: Mapa do pessoal da colônia no ano de 1860

Naturalidades	Soldados colonos	Pessoas de família		Total
		Homens	Mulheres	
Santa Catarina	15	33	52	100
Pernambuco	4		1	5

³⁵⁹ SANTA CATARINA. Relatório do presidente da província de Santa Catarina em 1º de março de 1855. João José Coutinho, p. 10-11.

Bahia	2			2
Minas Gerais	1			1
Ceará	1			1
Rio de Janeiro	1			1
Rio Grande do Sul	2			2
Maranhão	1			1
Buenos Aires			1	1
Portugal	1			1
Soma	28	33	54	115

Fonte: CMST. Mapa anual do pessoal da colônia militar de Santa Thereza na margem direita do rio Itajahy na estrada de Lages pertencente ao ano de 1860. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de janeiro de 1861. Acervo: IHGSC.

No ano de 1861 percebe-se, ainda, o predomínio de colonos provenientes da província de Santa Catarina, com 87% dos moradores da colônia.

Quadro 5: Mapa do pessoal da colônia no ano de 1861

Naturalidades	Soldados colonos	Pessoas de família		Total
		Homens	Mulheres	
Santa Catarina	14	38	57	109
Pernambuco	4		1	5
Bahia	2			2
Minas Gerais	1			1
Ceará	1			1
Rio de Janeiro	1			1
Rio Grande do Sul	3			3
Maranhão	1			1
Buenos Aires			1	1
Portugal	1			1
Soma	28	38	59	125

Fonte: CMST. Mapa anual do pessoal da colônia militar de Santa Thereza na margem direita do rio Itajahy na estrada de Lages pertencente ao ano de 1861. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de janeiro de 1862. Acervo: IHGSC.

3.2 Os relatórios de serviços feitos na colônia

As informações contidas nos relatórios de serviços feitos na colônia iluminam, em partes, o movimento de pessoas que entravam e saíam da colônia, bem como as que nasciam e faleciam. Desse modo, é possível conhecer, muitas vezes, quais foram os motivos que levaram à retirada de um colono, de qual batalhão eram provenientes, para onde eram transferidos, quantos nascimentos havia etc.

Antes de prosseguir, é necessário salientar que os acervos pesquisados não permitiram a confecção de um quadro estatístico de nascimentos e óbitos, ou de entradas e saídas de colonos. Desse modo, para ilustrar esse movimento serão destacados apenas alguns casos.

Em junho de 1858 quatro soldados tiveram baixa do serviço mas permaneceram na colônia³⁶⁰. No mês de agosto foi para a colônia, para residir, um irmão de um soldado-colono³⁶¹. E, em setembro daquele ano, foram

para a colônia contratados para o serviço da mesma como colonos da terceira classe dois paisanos com suas famílias compostas das mulheres e seis filhos, destes dois meninos de cinco, e treze anos de idade e quatro meninas de diferentes idades até oito anos, ficando um destes colonos na colônia filial, e outro nesta. Também veio para esta colônia a mãe de um soldado-colono ferreiro³⁶².

Dois meses depois, do Batalhão do Depósito (sediado na Capital da província de Santa Catarina), um soldado foi para a colônia. A família desse era composta pela mulher e 7 filhos: 5 meninos e 2 meninas³⁶³.

No mês de março de 1859 foi para a colônia um menino (com menos de 12 anos de idade) agregado de uma família de um colono³⁶⁴. No mês seguinte foi para lá um agregado de uma família de um colono, com mais de 12 anos. Além disso, nesse mês um dos soldados teve baixa e retirou-se da colônia com sua esposa³⁶⁵. No mês de julho de 1859 quatro soldados-colonos tiveram baixa do serviço e permaneceram na colônia com suas famílias. Desses colonos, a filha de um faleceu nesse mês³⁶⁶. No mês de agosto de 1859 quatro soldados-colonos, dos

³⁶⁰ CMST. Relatório de serviços feitos na Colônia Militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de junho de 1858. João Xavier de Souza, capitão diretor interino. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de julho de 1858. Acervo: IHGSC.

³⁶¹ CMST. Relatório de serviços feitos na Colônia Militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de agosto de 1858. João Xavier de Souza, capitão diretor interino. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de setembro de 1858. Acervo: IHGSC.

³⁶² CMST. Relatório de serviços feitos na Colônia Militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de setembro de 1858. João Xavier de Souza, capitão diretor interino. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de outubro de 1858. Acervo: IHGSC.

³⁶³ CMST. Relatório de serviços feitos na Colônia Militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de novembro de 1858. João Xavier de Souza, capitão diretor interino. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de dezembro de 1858. Acervo: IHGSC.

³⁶⁴ CMST. Relatório de serviços feitos na Colônia Militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de março de 1859. João Xavier de Souza, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de abril de 1859. Acervo: IHGSC.

³⁶⁵ CMST. Relatório de serviços feitos na Colônia Militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de abril de 1859. João Xavier de Souza, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de maio de 1859. Acervo: IHGSC.

³⁶⁶ CMST. Relatório de serviços feitos na Colônia Militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de julho de 1859. João Xavier de Souza, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de agosto de 1859. Acervo: IHGSC.

que haviam sido engajados, acompanhados de seus familiares, retiraram-se da colônia voluntariamente³⁶⁷. Em novembro de 1859 duas mulheres agregadas a duas famílias de dois colonos foram viver na colônia. Nesse mesmo mês, um cabo de esquadra foi retirado da colônia e transferido para o Batalhão do Depósito³⁶⁸.

Dos acervos pesquisados, encontraram-se todos os relatórios mensais referentes ao ano de 1864. Nesse caso, para servir de exemplo, serão descritas as movimentações de colonos ao longo desse ano. No mês janeiro de 1864 foram retirados da colônia e enviados para a Companhia de Inválidos, um anspeçada e um soldado. O anspeçada foi removido porque estava bastante enfermo de tuberculose pulmonar³⁶⁹. No mês seguinte foram para a colônia três soldados do Batalhão de Infantaria n. 12³⁷⁰. Em março, porém, foram retirados da colônia dois soldados por possuírem má conduta e serem “inválidos pelo continuado vício de embriaguez pelo que nenhum serviço podiam prestar”; ambos retornaram para a Companhia de Inválidos³⁷¹. No mês de maio foram para a colônia, enviados do Batalhão de Infantaria n. 12, um cabo de esquadra e um soldado³⁷². Mas desse ano, o que mais chamou a atenção foram as informações contidas no relatório referente ao mês de setembro de 1864. Nesse, o diretor da colônia comunicou ao presidente da província que:

Veio conduzido da deserção um soldado desta colônia, o qual tendo sido capturado na Província do Rio Grande do Sul, e remetido preso para esta onde foi apresentado a 12 de agosto próximo findo, foi posto em liberdade por se achar compreendido no Indulto Imperial de 19 do

³⁶⁷ CMST. Relatório de serviços feitos na Colônia Militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de agosto de 1859. Francisco Ramires Cardozo, tenente ajudante interino servindo de diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de setembro de 1859. Acervo: IHGSC.

³⁶⁸ CMST. Relatório de serviços feitos na Colônia Militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de novembro de 1859. João Xavier de Souza, capitão diretor interino. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de dezembro de 1859. Acervo: IHGSC.

³⁶⁹ CMST. Relatório de serviços feitos na Colônia Militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de janeiro de 1864. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de fevereiro de 1864. Acervo: IHGSC.

³⁷⁰ CMST. Relatório de serviços feitos na Colônia Militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de fevereiro de 1864. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de março de 1864. Acervo: IHGSC.

³⁷¹ CMST. Relatório de serviços feitos na Colônia Militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de março de 1864. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de abril de 1864. Acervo: IHGSC.

³⁷² CMST. Relatório de serviços feitos na Colônia Militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de maio de 1864. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de junho de 1864. Acervo: IHGSC.

mesmo mês, como consta da ordem do dia do Exército sob n° 412³⁷³.

É importante notar que os desertores do Exército brasileiro poderiam ser capturados em províncias vizinhas. Isso revela, entre outras coisas, as ações do Governo imperial quanto ao controle da circulação de pessoas no interior do País.

Em mês de novembro, engajou-se, pelo período de dois anos, um colono de 3ª classe, casado e com dois filhos³⁷⁴. E, no mês de maio de 1865, o colono paisano Joaquim Antunes de Brito morreu afogado no rio que passava pela colônia quando a canoa em que utilizava para atravessar o rio em dia de enchente virou. O corpo desse colono foi encontrado somente no dia seguinte³⁷⁵. De acordo com o diretor da colônia, em agosto de 1865:

Foi retirado da colônia com passagem para a Companhia de Inválidos, da qual era adido o soldado Manoel João Pereira, que sendo aleijado da mão direita, e padecendo enfermidades nos pés a ponto de pouco poder caminhar, não servia por esses motivos para ser colono; cuja passagem requereu ao Exmo. Sr. Vice-Presidente da Província, que atendendo as circunstâncias acima declaradas lhe concedeu, e foi efetuada no 1º deste mês de agosto; levando o dito soldado a sua família composta da mulher e uma filha de doze anos de idade³⁷⁶.

No mês de novembro de 1865 morreram na colônia duas crianças, filhos de um soldado: um menino e uma menina. Um de varíola e o outro de cólica³⁷⁷.

³⁷³ CMST. Relatório de serviços feitos na Colônia Militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de setembro de 1864. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de outubro de 1864. Acervo: IHGSC.

³⁷⁴ CMST. Relatório de serviços feitos na Colônia Militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de novembro de 1864. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de dezembro de 1864. Acervo: IHGSC.

³⁷⁵ CMST. Relatório de serviços feitos na Colônia Militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de maio de 1865. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de junho de 1865. Acervo: IHGSC.

³⁷⁶ CMST. Relatório de serviços feitos na Colônia Militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de agosto de 1865. José Feliz de Moraes, 2º cirurgião diretor interino. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de setembro de 1865. Acervo: IHGSC.

³⁷⁷ CMST. Relatório de serviços feitos na Colônia Militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de novembro de 1865. Francisco Ramires Cardozo, tenente ajudante servindo de diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de dezembro de 1865. Acervo: IHGSC.

Em setembro de 1867 foram engajados na colônia dois colonos de 3ª classe (paisanos), pelo tempo de 2 anos. Ambos eram casados, um possuía dois filhos, com menos de 12 anos, e o outro possuía apenas um, com mais de 12 anos. Naquele mês nasceu uma criança, filha de um colono paisano³⁷⁸. Dois meses depois, nasceu um menino, também filho de um colono paisano, e foi para a colônia “um filho de colono engajado de terceira classe da mesma colônia Frangott Ferdinande Philipbuseh que se achava na Freguesia de S. Pedro de Alcântara frequentando a aula de primeiras letras”³⁷⁹.

No mês de agosto de 1878 engajou-se na colônia, como colono de 3ª classe, o paisano Francisco Rodrigues da Silva. Com ele foram para a colônia a esposa e 7 filhos. Nesse mês nasceram duas crianças e faleceu uma menina de 3 anos de idade, filha de um colono paisano, em consequência de uma queimadura por fogo³⁸⁰.

No mês de fevereiro de 1879 faleceram duas mulheres, com menos de 30 anos, esposas de dois colonos paisanos. Uma faleceu durante o parto e outra de peritonite aguda³⁸¹.

3.3 Os pedidos de terra e a mobilidade dos colonos

Quem é pobre, pouco se apega, é um giro-o-giro no vago dos gerais, que nem os pássaros de rios e lagoas. [...] Pergunto: – “Zé-Zim, por que é que você não cria galinhas-d’angola, como todo o mundo faz?” – “Quero criar nada não...” – me deu resposta: – “Eu gosto muito de mudar...”³⁸²

Os títulos de concessão de terras, encontrados com frequência entre os documentos da colônia militar de Santa Thereza, lançam luz sobre o significado que a posse de terra tinha para as camadas mais pobres da população brasileira que serviram no Exército. Acredita-se

³⁷⁸ CMST. Relatório de serviços feitos na Colônia Militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de setembro de 1867. João Francisco Barreto, coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de outubro de 1867. Acervo: IHGSC.

³⁷⁹ CMST. Relatório de serviços feitos na Colônia Militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de novembro de 1867. João Francisco Barreto, coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de dezembro de 1867. Acervo: IHGSC.

³⁸⁰ CMST. Relatório de serviços feitos na Colônia Militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de agosto de 1878. Polycarpo Vieira da Cunha Brasil, tenente diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de setembro de 1878. Acervo: IHGSC.

³⁸¹ CMST. Relatório de serviços feitos na Colônia Militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de fevereiro de 1879. Polycarpo Vieira da Cunha Brasil, tenente diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de março de 1879. Acervo: IHGSC.

³⁸² ROSA, João Guimarães. Grande Sertão: Veredas. São Paulo: Nova Aguilar. 1994. Vol. II, p. 51.

que a promessa de concessão de terra para os soldados tenha sido o primeiro grande comprometimento governamental de distribuição de terras entre os brasileiros de origem humilde³⁸³.

Para incentivar o engajamento no Exército, ocupar com brasileiros as regiões fronteiriças e fazer face aos acontecimentos na região Cisplatina, o governo imperial ofereceu uma série de vantagens àqueles que se dispusessem a defender o território brasileiro de possíveis investidas estrangeiras. Neste estudo serão destacados, porém, apenas as concessões de terras em colônias militares, conforme o regulamento da colônia militar de Santa Thereza e de acordo com o decreto que criou os Corpos de Voluntários da Pátria, n. 3.371, de 7 de janeiro de 1865, pelo qual os voluntários que lutassem naquela guerra teriam direito a um prazo de terra de 22.500 braças quadradas nas colônias militares, o que equivale, nos dias de hoje, a cinco hectares de terra.

O governo imperial, por meio desse decreto, pretendia motivar as camadas mais pobres da sociedade brasileira a participarem do esforço de guerra. Trata-se, portanto, de um empenho de mobilização para reunir um exército de grandes proporções, inédito na história militar brasileira, para fazer frente às forças paraguaias.

Primeiramente, o regulamento da colônia militar de Santa Thereza já havia estipulado as condições necessárias a concessão de terras aos colonos. O artigo 22 do regulamento previa a concessão de um lote de terras de 10.000 braças quadradas aos colonos que não tinham família, 22.500 braças quadradas aos que possuísem na família até 3 pessoas e 40.000 braças quadradas para os colonos que tivessem família mais numerosa. Mas o artigo 23 advertia ao colono militar que esse teria direito ao lote de terras apenas caso permanecesse na colônia e construísse benfeitorias em seu lote pelo período de 3 anos após ter sido dispensado da obrigação de trabalhar para o Exército. Já o colono civil tinha direito a um lote de terras caso cultivasse parte do seu terreno e residisse na colônia pelo tempo de 3 anos a contar do dia em que deixava de receber subsídio do governo, além de ter bom comportamento e meio de vida conhecido. Os colonos operários adquiriam o direito a um lote de terras na colônia caso residissem e cultivassem o seu lote por pelo menos 3 anos. Quando os colonos cumpriam todas as condições, somente o presidente da província

³⁸³ BEATTIE, op. cit., p. 79.

poderia conceder o título definitivo de posse da terra³⁸⁴. Ainda quanto à concessão de terras, o artigo 27 do regulamento da colônia prescrevia que: “o colono que obtiver carta definitiva do lote poderá dispor dele livremente por venda, troca, doação, legado etc.”³⁸⁵.

Caso algum colono falecesse, ou se ausentasse da colônia, o direito ao lote de terra passaria aos seus herdeiros que com ele vivessem na colônia. Contudo, no caso de o colono não ter familiares residentes na colônia, perderia não somente o direito às benfeitorias como também ao lote de terras, naqueles casos em que o colono ainda não tivesse recebido a carta definitiva de propriedade³⁸⁶.

Sendo assim, as colônias militares receberam várias pessoas, em especial das camadas mais empobrecidas da sociedade brasileira ou de imigrantes estrangeiros. Neste sentido, Antônio Marcos Myskiw narrou que:

“Asilo de mendigos”, essa foi a frase que Domingos Nascimento utilizou para definir a colônia militar de Foz do Iguaçu, mesmo antes de conhecê-la. Referia-se ele à migração dos peões ervateiros que encontrou pelo caminho e que muitos peões que havia conversado lhe disseram que iriam “à colônia pedir um lote para recomençar a sua vida com seus filhos³⁸⁷”.

E, de acordo com Peter Beattie,

Para uma parcela da população brasileira, a vida no Exército representava uma melhoria em suas condições: voluntários alistavam-se para escapar da fome, desemprego, falta de moradia e, às vezes, da escravidão. Desse modo, o Exército ofereceu vias estreitas de mobilidade social e, ao menos, algum abrigo temporário³⁸⁸.

O diretor da colônia, João Francisco Barreto, em agosto de 1861 comunicou ao presidente de província que o colono João Cardozo da

³⁸⁴ SANTA CATARINA. Ofício ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Marquês de Olinda, contendo o regulamento para a colônia militar de Santa Thereza. João José Coutinho, presidente da província de Santa Catarina. Palácio do Governo de Santa Catarina, 12 de agosto de 1857. Folha 67-68. Acervo: Registro do presidente de província para Ministério do Império (1854/1858). APESC.

³⁸⁵ Idem, folha 68.

³⁸⁶ Idem, artigos 31 e 32.

³⁸⁷ MYSKIW, Antonio Marcos. A fronteira como destino de viagem: a colônia militar de Foz do Iguaçu (1888/1907). Tese (doutorado). Universidade Federal Fluminense: Niterói, RJ, 2009, p. 170.

³⁸⁸ BEATTIE, Peter M. *Tributo de sangue*: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945. Trad. Fábio Duarte Joly. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 266.

Silva Berto implorava ao governo o título do lote de terras e que há mais de um ano havia adquirido esse direito. O diretor fez saber ao presidente que aquele colono, de fato, havia alcançado todas as condições necessárias para que tivesse direito ao título de seu lote de terras com 40.000 braças quadradas. O diretor informou também que:

O colono prussiano Guilherme Germano, que havia sentado praça voluntário nesta colônia por três anos, no 1º de julho de 1854, findou seu tempo de serviço no 1º de julho de 1857, e lhe não convindo continuar na colônia, onde não encontrava recursos para sua numerosa família, por faculdade do Exmº. Presidente da Província, o Sr. Doutor João José Coutinho teve de retirar-se com a condição de vender as benfeitorias que tinha ao suplicante, que ficaria em seu lugar a preencher os três anos de residência e cultivação dos terrenos a que podia ter direito na forma do regulamento da colônia.

Nesse sentido foi efetuada a venda, e tomou conta o suplicante a uma casa na praça da colônia, de um rancho no sítio que lhe havia sido designado provisoriamente, de 75 braças de frente sem fundos determinados; conforme vim achar o que dizia respeito a distribuição de terrenos nesta colônia, como fiz ver a esse Governo, e a Diretoria Geral das Terras Públicas na Corte, em meu primeiro relatório de posse desta colônia em junho do passado ano.

O suplicante pois tendo desde então conduzido sua família para este lugar, composta de sua mulher, dois filhos pequenos, e um afilhado ainda menor; contando hoje mais uma filha aqui nascida, e tendo preenchido as condições de seu contrato cultivando o terreno de que se lhe deu posse, com aproveitamento, sendo até exemplar em trabalhos rurais, tendo fundado o engenho que alega em sua petição, no qual pela primeira vez aqui se fez farinha; possuindo animais de carga, bois carreiros e gado vacum de cria, e prestar-se a tudo que diz respeito a animação e prosperidade do lugar como bom colono; com bom

comportamento e meios de vida [como] exige o regulamento³⁸⁹.

É importante ressaltar que o lote de terras em questão não estava demarcado em sua totalidade, havendo apenas a medida de 75 braças de frente, sem definição da dimensão dos fundos. Isso pode ser relacionado a uma estratégia bastante usual de expansão de terras ao longo do século XIX, mesmo daqueles que usaram a Lei de Terras de 1850 e o Registro Paroquial previsto pelo Regulamento de 1854 (que criou a Repartição Geral das Terras Públicas).

Para Márcia Maria Menendes Motta, em importante estudo sobre a Lei de Terra,

a obrigatoriedade de registrar a terra não correspondia [...] a nenhuma prova acerca da extensão da área ocupada e/ou a forma pela qual a terra foi adquirida (por posse, compra, doação, por sesmaria etc). Em vista disso, muitos senhores de terras tendiam a apresentar a extensão apenas da testada de sua fazenda, eximindo-se de declarar a extensão pelos fundos e pelos lados³⁹⁰.

Além disso, essa historiadora afirma ser difícil saber se essa "atitude tinha a intenção de ocultar o espaço ocupado ou se efetivamente ela não era de conhecimento do fazendeiro"³⁹¹.

Chama a atenção um ofício do diretor da colônia em que ele relata ao presidente da província que um colono que seguia preso para a Capital tinha direito a um lote de terras de 22.500 braças quadradas na colônia. O soldado era colono militar de 1ª classe e estava na colônia desde a sua fundação e teve baixa do serviço em maio de 1858 porque chegou ao fim o tempo que tinha de cumprir como praça. Desde então, o soldado permaneceu na colônia, com sua família composta pela esposa e duas filhas. Em maio de 1861 completou os três anos necessários para adquirir o direito de propriedade do lote de terras em que vivia. Em 1863, quando foi preso, faltava apenas a carta definitiva de posse daquelas terras concedida pelo presidente da província. Contudo, o diretor fez uma ressalva: "É este unicamente o direito que milita a favor do suplicante, e não o alegado em seu requerimento, que em sentido

³⁸⁹ CMST. Ofício ao presidente da província, Ignácio da Cunha Galvão, João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 24 de agosto de 1861. Acervo: IHGSC.

³⁹⁰ MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998, p. 167.

³⁹¹ *Ibid.*, p. 168.

algum é exato; e isto devido ao fato que persegue de, além de rematado preguiçoso, faltar em tudo a verdade, até ao advogado que em seu nome teve de requerer”³⁹².

Em julho de 1864, o diretor da colônia comunicou ao presidente de província que o colono Francisco Rodrigues requeria o título de suas terras, cujo direito havia adquirido desde o ano de 1861. Além disso, o diretor solicitou ao presidente de província que mandasse passar para a Repartição das Terras Públicas o título daquelas terras porque o colono havia preenchido todas as condições ao residir na colônia com sua família, construir casa, fazer lavouras e plantar árvores frutíferas. Esse colono serviu na colônia como soldado de 1ª classe desde o dia 1º de janeiro de 1854 até o dia 1º de junho de 1858, quando terminou o tempo de serviço obrigatório a que era obrigado servir como soldado voluntário³⁹³, na Companhia de Pedestres³⁹⁴. Esse colono havia recebido baixa do serviço em 1858, ou seja, 6 anos antes da solicitação do título de terras. Desde que deixou de trabalhar para o Exército vivia do seu trabalho e possuía bom comportamento. Nesse caso, esse colono tinha direito ao lote de terra com 40.000 braças quadradas, pois além da esposa possuía 3 filhos³⁹⁵.

É importante salientar que a legislação no século XIX favorecia os colonos que possuíam um número maior de filhos. Isso poderia colaborar com as estratégias de legitimação da posse de terras relacionada ao crescimento da família.

Os pedidos que envolvem a posse de terras na colônia também iluminam certas possibilidades do modo como se realizavam essas concessões e quais eram, efetivamente, as possibilidades desse direito. Em março de 1865 o diretor da colônia afirmou que um ex-colono havia solicitado, ao governo, o título de terras na colônia militar de Santa Thereza (o requerimento foi enviado ao diretor da colônia pela secretaria do governo, quando o correto seria o diretor da colônia encaminhar os requerimentos para o governo). Como resposta ao pedido de informações formulado pela presidência da província, o diretor asseverou que:

³⁹² CMST. Ofício ao presidente da província, Pedro Leitão da Cunha, João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 12 de dezembro de 1863. Acervo: IHGSC.

³⁹³ CMST. Ofício ao presidente da província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves. José Joaquim de Oliveira, colono. Colônia militar de Santa Thereza, 8 de julho de 1864. Acervo: IHGSC.

³⁹⁴ SANTA CATARINA. Ofício do presidente da província ao diretor da colônia militar de Santa Thereza, João Francisco Barreto. Desterro, 10 de abril de 1865. Acervo: IHGSC.

³⁹⁵ CMST. Ofício ao presidente da província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 22 de julho de 1864. Acervo: IHGSC.

o suplicante, segundo consta de seus assentos, teve baixa do serviço no 1º de junho de 1858, por ter completado o tempo de outro por quem havia sentado praça: isto antes de minha Diretoria a 24 de junho de 1860; tanto que nesse tempo o não encontrei no lugar, nem a família, por andar trabalhando para as partes do Cubatão; porém encontrei, e ele conservava, casa na praça desta colônia e no sítio, que ao princípio lhe foi destinado ao longo da estrada geral, 175 braças a leste do limite desta praça; arroteado [lavrado para o primeiro plantio] e descampado como sinal evidente de haver cultivado. E depois algum tempo de minha estada no lugar tornou à colônia com a família, e fazia anualmente suas plantações de milho e feijão, deixando a cargo da mulher o cuidado das limpas, e retirava-se outra vez para o dito lugar do Cubatão, onde dizia encontrar outros interesses mais vantajosos para a manutenção de sua família; até que finalmente, tendo de retirar-se do lugar, pediu-me uma declaração de ter ou não já vencido o seu lote de terras. E porque desde 1861, ele tivesse feito direito a elas pela continuação de sua residência por 3 anos depois da escusa do serviço; cultivando o dito lote de terras; do qual se havia ausentado com licença do meu antecessor, lho passei, que será de certo o documento de que trata a petição; mas que não a acompanhou³⁹⁶.

Mesmo assim, por ter esposa e 3 filhos, o diretor da colônia assegurou que aquele ex-colono tinha direito a um lote com 40.000 braças quadradas. Nesse mesmo ofício o diretor afirmou ter dificuldades para medir os lotes de terra a que os colonos e ex-colonos têm direito. Por não ter bússola para fazer as medições, ou um agrimensor como havia pedido ao governo, o diretor via-se impossibilitado de “fazer justiça as partes, como desde a petição do colono Francisco Rodrigues em que expôs os mesmos embaraços e que até hoje está por decidir, no entanto, que me tem ele atormentado pelo título de suas terras vencidas”³⁹⁷.

³⁹⁶ CMST. Ofício ao presidente da província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 30 de março de 1865. Acervo: IHGSC.

³⁹⁷ Idem.

Em 15 de julho de 1870, o ministro da guerra ordenou ao presidente da província de Santa Catarina para distribuir na colônia militar um lote de terras ao ex-praça do 25º Corpo de Voluntários da Pátria, João Pedro dos Santos, em vista do decreto 3.371³⁹⁸. Baseado no mesmo decreto, em setembro de 1870, o ministro da guerra ordenou que se concedesse um lote de terras aos ex-voluntários da Pátria Manoel Antônio Pachola e Antônio Franco da Costa³⁹⁹. E, em 17 de setembro a Manoel de Souza Souto⁴⁰⁰.

Em 24 outubro daquele ano, o ministro da guerra concedeu prazos de terras na colônia militar de Santa Thereza aos ex-voluntários da Pátria Ignácio Nogueira dos Santos, Vicente Alves da Silva, Symphonio de Souza Teles e Hemeterio Eneas da Silveira⁴⁰¹. E, no dia 27 de outubro, também concedeu ao ex-voluntário da Pátria Joaquim Antonio dos Santos, natural da província do Rio de Janeiro⁴⁰².

O ministro da guerra, em 18 de novembro de 1870, ordenou ao presidente da província de Santa Catarina para que concedesse um lote de terras na colônia militar de Santa Thereza para o soldado voluntário da Pátria Antônio Matias de Souza, também natural da província do Rio de Janeiro⁴⁰³.

No início do ano de 1871, o ministro da guerra concedeu ao ex-voluntário da Pátria Herculano Lopes das Chagas, um lote de terras na colônia militar⁴⁰⁴. Em março, foi concedido um lote de terras ao ex-voluntário Joaquim Corrêa de Goes⁴⁰⁵. Em maio foram concedidos lotes de terras na colônia militar de Santa Thereza aos ex-voluntários José

³⁹⁸ MINISTÉRIO DA GUERRA. Ofício ao presidente da província de Santa Catarina. Barão de Muritiba, ministro da guerra. Rio de Janeiro, 15 de julho de 1870. Acervo: Correspondências ministro da guerra para presidente da província (1870). APESC.

³⁹⁹ MINISTÉRIO DA GUERRA. Ofício ao presidente da província de Santa Catarina. Barão de Muritiba, ministro da guerra. Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1870. Acervo: Correspondências ministro da guerra para presidente da província (1870). APESC.

⁴⁰⁰ MINISTÉRIO DA GUERRA. Ofício ao presidente da província de Santa Catarina. Barão de Muritiba, ministro da guerra. Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1870. Acervo: Correspondências ministro da guerra para presidente da província (1870). APESC.

⁴⁰¹ MINISTÉRIO DA GUERRA. Ofício ao presidente da província de Santa Catarina. João Frederico Caldwell, ministro da guerra. Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1870. Acervo: Correspondências ministro da guerra para presidente da província (1870). APESC.

⁴⁰² MINISTÉRIO DA GUERRA. Ofício ao presidente da província de Santa Catarina. João Frederico Caldwell, ministro da guerra. Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1870. Acervo: Correspondências ministro da guerra para presidente da província (1870). APESC.

⁴⁰³ MINISTÉRIO DA GUERRA. Ofício ao presidente da província de Santa Catarina. Raimundo Ferreira de Araújo Lima, ministro da guerra. Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1870. Acervo: Correspondências ministro da guerra para presidente da província (1870). APESC.

⁴⁰⁴ MINISTÉRIO DA GUERRA. Ofício ao presidente da província de Santa Catarina. Raimundo Ferreira de Araújo Lima, ministro da guerra. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1871. Acervo: Correspondências ministro da guerra para presidente da província (1871). APESC.

⁴⁰⁵ MINISTÉRIO DA GUERRA. Ofício ao presidente da província de Santa Catarina. Visconde do Rio Branco, ministro da guerra. Rio de Janeiro, 21 de março de 1871. Acervo: Correspondências ministro da guerra para presidente da província (1871). APESC.

Joaquim de Souza Guilherme e Norberto José Peçanha⁴⁰⁶. E, no dia 13 de maio, o ministro concedeu um prazo de terras ao ex-voluntário José Fernandes do Amaral⁴⁰⁷ e, no mês seguinte, ao ex-voluntário da Pátria Manuel Jozé Casemiro⁴⁰⁸.

Em abril de 1872, o ministro da guerra concedeu um prazo de terras ao ex-voluntário Januário de Moura⁴⁰⁹. Em maio fez a mesma concessão ao ex-voluntário João Francisco de Amorim⁴¹⁰.

Em maio de 1875, o ministro da guerra ordenou ao presidente da província de Santa Catarina para que esse concedesse um prazo de terras na colônia militar de Santa Thereza ao ex-voluntário da Pátria Manoel Antônio Ferreira, em cumprimento do decreto n. 3.371⁴¹¹. E, no mesmo mês, também concedeu ao ex-voluntário Feliciano de Magalhães Pinho Leão⁴¹². Em julho de 1875 o ministro da guerra concedeu um prazo de terras ao ex-voluntário Guilherme Schulz⁴¹³. E, em dezembro, o ministro concedeu um prazo de terras de 22.500 braças quadradas aos ex-voluntários Delphino Corrêa da Silva e Manoel José de Souza⁴¹⁴.

Com tantas concessões, os problemas causados pela impossibilidade de medição dos lotes na colônia aumentaram e arrastaram-se por muitos anos, como é possível constatar em um ofício do diretor da colônia em meados de 1881. Nessa correspondência o diretor da colônia remete ao presidente da província, para assinar, o título de concessão de terras (lote com 22.500 braças quadradas) que o

⁴⁰⁶ MINISTÉRIO DA GUERRA. Ofício ao presidente da província de Santa Catarina. Visconde do Rio Branco, ministro da guerra. Rio de Janeiro, 5 de maio de 1871. Acervo: Correspondências ministro da guerra para presidente da província (1871). APESC.

⁴⁰⁷ MINISTÉRIO DA GUERRA. Ofício ao presidente da província de Santa Catarina. Visconde do Rio Branco, ministro da guerra. Rio de Janeiro, 13 de maio de 1871. Acervo: Correspondências ministro da guerra para presidente da província (1871). APESC.

⁴⁰⁸ MINISTÉRIO DA GUERRA. Ofício ao presidente da província de Santa Catarina. Visconde de Jaguaribe, ministro da guerra. Rio de Janeiro, 20 de junho de 1871. Acervo: Correspondências ministro da guerra para presidente da província (1871). APESC.

⁴⁰⁹ MINISTÉRIO DA GUERRA. Ofício ao presidente da província de Santa Catarina. Visconde de Jaguaribe, ministro da guerra. Rio de Janeiro, 11 de abril de 1872. Acervo: Correspondências ministro da guerra para presidente da província (1872). APESC.

⁴¹⁰ MINISTÉRIO DA GUERRA. Ofício ao presidente da província de Santa Catarina. Visconde do Rio Branco, ministro da guerra. Rio de Janeiro, 1º de maio de 1872. Acervo: Correspondências ministro da guerra para presidente da província (1872). APESC.

⁴¹¹ MINISTÉRIO DA GUERRA. Ofício ao presidente da província de Santa Catarina. João José de Oliveira Junqueira, ministro da guerra. Rio de Janeiro, 3 de maio de 1875. Acervo: Correspondências ministro da guerra para presidente da província (1875). APESC.

⁴¹² MINISTÉRIO DA GUERRA. Ofício ao presidente da província de Santa Catarina. João José de Oliveira Junqueira, ministro da guerra. Rio de Janeiro, 5 de maio de 1875. Acervo: Correspondências ministro da guerra para presidente da província (1875). APESC.

⁴¹³ MINISTÉRIO DA GUERRA. Ofício ao presidente da província de Santa Catarina. Duque de Caxias, ministro da guerra. Rio de Janeiro, 29 de julho de 1875. Acervo: Correspondências ministro da guerra para presidente da província (1875). APESC.

⁴¹⁴ MINISTÉRIO DA GUERRA. Ofício ao presidente da província de Santa Catarina. Duque de Caxias, ministro da guerra. Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1875. Acervo: Correspondências ministro da guerra para presidente da província (1875). APESC.

governo havia mandado distribuir ao ex-voluntário do Exército Francisco Antunes da Costa. De acordo com o diretor:

O dito prazo de terras fica destinado na 2ª linha dos sítios compreendidos na légua quadrada que compõe esta colônia e não demarcada por falta de um agrimensor, o que já tenho pedido, não só para a demarcação dos lotes de terras que tem sido distribuídos aos colonos que vivem sempre em questões por suas divisas, como para determinar as terras que pertencem a colônia, da que deixou o falecido Serafim Muniz de Souza, pois que seus herdeiros querem entrar em terras de um sítio concedido há muitos anos ao colono Eliseu José da Silva⁴¹⁵.

Merece destaque o requerimento do título de terras feito pelo colono de 3ª classe Manoel Joaquim Luciano. Em documento anexado ao ofício do diretor, que remete o requerimento ao presidente da província, com grafia diferente e sem assinatura (provável que seja documento anexado na secretaria da presidência da província), defende-se o direito do colono sobre as terras em que vivia na colônia. O conteúdo do anexo:

O artigo 24 do regulamento que baixou com o decreto nº. 2.125 de 13 de março de 1858, declara que os colonos de 3ª classe serão lavradores e casados, ou viúvos com filhos, preferindo-se os indivíduos que tiverem servido no exército. O suplicante, segundo informa o diretor da colônia militar, não estava no caso de ser engajado como colono por ser solteiro e não ter sido praça do exército. Regular ou não o engajamento o suplicante o completou e com a qualidade de ter sido bom colono, por isso penso que se pode conceder o título definitivo do lote de terras, como pede⁴¹⁶.

Referente ao ano de 1879 foram encontrados alguns pedidos de títulos definitivos de posse de terras na colônia. No mês de fevereiro de 1879 o diretor da colônia enviou ao vice-presidente da província os

⁴¹⁵ CMST. Ofício n. 251, ao presidente da província, Desembargador João Rodrigues Chaves. João Paulo de Miranda, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 23 de julho de 1881. Acervo: IHGSC.

⁴¹⁶ CMST. Ofício n. 250, ao presidente da província, Desembargador João Rodrigues Chaves. João Paulo de Miranda, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 13 de julho de 1881. Acervo: IHGSC.

títulos de concessão de lotes de terras, os quais deveriam ser concedidos aos colonos Januário Borges dos Santos, José Pereira de Medeiros, Roque Antonio do Rozário e João Andresem, para serem assinados⁴¹⁷. Em março de 1879 o diretor da colônia apresentou ao vice-presidente da província o título definitivo de terras na colônia do paisano João Chimitro, para que o assinasse⁴¹⁸. Em 30 de agosto de 1879 o diretor da colônia enviou ao presidente da província o requerimento do colono João Capristano Ferreira da Cunha, que pedia o título de suas terras a que tinha direito. Junto do requerimento o diretor enviou também o título para o presidente assinar caso considerasse a concessão justa⁴¹⁹. Em outubro de 1879 o diretor da colônia remeteu o título de concessão do lote de terra do colono de 3ª classe João Capristano Ferreira da Cunha⁴²⁰. No mês de novembro, o colono Marcelino José de Jesus requereu o título de um lote de terras na colônia, por ter concluído o seu tempo de engajamento e ter cumprido também o que pedia o regulamento da colônia⁴²¹. E, em dezembro de 1879 o diretor da colônia encaminhou para o presidente da província os requerimentos dos títulos definitivos de terra dos colonos Henrique Parth e Francisco Alves de Siqueira⁴²².

Com o auxílio dos ofícios que remetem ao presidente da província os títulos definitivos do lote de terras na colônia, para assinar, é possível perceber que, no final da década de 1870 e no início da seguinte, sobrenomes de origem alemã tornaram-se mais comuns entre esses requerimentos. São exemplos desses pedidos de títulos definitivos de concessão dos lotes de terras, e remetidos ao presidente da província pelo diretor da colônia, aqueles feitos pelos seguintes colonos de 3ª classe: Carlos Belinh e Frederico Lichtmfels⁴²³; Elias Chenaider⁴²⁴; Jacob Inkel⁴²⁵

⁴¹⁷ CMST. Ofício n. 138, ao vice-presidente da província, Joaquim da Silva Ramalho. Polycarpo Vieira da Cunha Brasil, tenente diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 22 de fevereiro de 1879. Acervo: IHGSC.

⁴¹⁸ CMST. Ofício n. 140, ao vice-presidente da província, Joaquim da Silva Ramalho. Polycarpo Vieira da Cunha Brasil, tenente diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 13 de março de 1879. Acervo: IHGSC.

⁴¹⁹ CMST. Ofício n. 160, ao presidente da província, Antonio d'Almeida Oliveira. João Paulo de Miranda, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 30 de agosto de 1879. Acervo: IHGSC.

⁴²⁰ CMST. Ofício n. 146, ao presidente da província, Antonio d'Almeida Oliveira. João Paulo de Miranda, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de outubro de 1879. Acervo: IHGSC.

⁴²¹ CMST. Ofício n. 171, ao presidente da província, Antonio d'Almeida Oliveira. João Paulo de Miranda, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 12 de novembro de 1879. Acervo: IHGSC.

⁴²² CMST. Ofício n. 179, ao presidente da província, Antonio d'Almeida Oliveira. João Paulo de Miranda, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 22 de dezembro de 1879. Acervo: IHGSC.

⁴²³ CMST. Ofício n. 244, ao presidente da província, Desembargador João Rodrigues Chaves. João Paulo de Miranda, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 23 de maio de 1881. Acervo: IHGSC.

⁴²⁴ CMST. Ofício n. 292, ao presidente da província, Antonio Gonçalves Chaves. João Paulo de Miranda, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 23 de outubro de 1882. Acervo: IHGSC.

⁴²⁵ CMST. Ofício n. 287, ao presidente da província, Antonio Gonçalves Chaves. João Paulo de Miranda, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 23 de setembro de 1882. Acervo: IHGSC.

Por fim, é necessário atentar-se para as estratégias daqueles que lutavam pela posse de seus lotes de terra. Depois que adquiriam os títulos definitivos, muitos colonos colocavam seus terrenos à venda e deixavam a colônia, como se destaca neste ofício do major Antonio Ernesto Gomes Carneiro:

Muitos colonos engajados que adquiriram já direito às terras não sabem onde ficam seus lotes; outros venderam os seus embora ainda não demarcados; outros que estão ainda percebendo diárias, cultivam terras que não sabem, à vista da confusão em que se acham, se serão suas ou não.

Acrece a tudo isto que a colônia tem se estendido mais de uma légua rio acima, isto é, afastando-se de sua sede, o que aliás é vantajoso porque irá concorrendo para povoar os terrenos situados na direção em que deve ser aberto um trecho de estrada de cerca de vinte quilômetros, que, ligado à estrada geral de S. José a Lages, a encurtará, melhorando-a consideravelmente, e porque irá, quiçá, intimidando e afugentando os bugres que infestam estas paragens e cometem frequentes assassinatos e depredações.

Mas é indispensável fixar os limites da colônia e fazer a demarcação das terras distribuídas aos colonos para que eles se animem a fixar sua residência naqueles lugares, onde alguns apenas têm suas roças com receio dos indígenas e incerteza da posse, incerteza tanto mais quanto é corrente a ideia, aliás errônea, de que a área da colônia deve ser uma légua em quadra, caso em que não alcançaria os últimos colonos do rio acima⁴²⁶.

Neste sentido, é necessário atentar-se para a hipótese sugerida pelo historiador Peter Beattie quanto aos motivos que levavam os veteranos a venderem seus lotes de terra nas colônias militares. Para esse autor,

Como as colônias militares geralmente situavam-se em lugares distantes e desfavoráveis, muitos veteranos com títulos de terras preferiam vender seus lotes a especuladores por uma fração de seu

⁴²⁶ BRASIL. Ofício ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Senador Joaquim Delfino Ribeiro da Luz. Antonio Ernesto Gomes Carneiro, major. Quartel de inspeção da colônia militar de Santa Thereza, na província de Santa Catarina, 8 de outubro de 1887. Folhas 2-3. Acervo: Arquivo Nacional.

valor. Mas apenas veteranos com patronos influentes e alguma sorte conseguiam gozar dessa parcela de compensações prometidas. Mesmo quando o Congresso debatia a conscrição em 1907, a questão das concessões de terra não cumpridas a veteranos era ainda um tópico de vergonhoso debate⁴²⁷.

Mesmo assim, apesar dos problemas que assolavam o sistema de colônias militares, das debilidades e dos conflitos, a colônia crescia e cumpria com seus objetivos.

3.4 Os ofícios de transferência de soldados: entradas e saídas

Além dos pedidos de terras, os ofícios de transferência de soldados e as correspondências dos diretores da colônia permitem uma aproximação de como era a dinâmica populacional dessa colônia militar.

Para esclarecer como era o movimento de pessoas na colônia, e o engajamento de soldados, é necessário partir do seguinte excerto:

[...] os engajamentos de colonos, sempre onerosos ao estado, e produzindo muitas vezes péssimos resultados, pois que a maior parte dos engajados, depois de receberem a diária durante dois anos, para si e para as pessoas de sua família, às vezes muito numerosa, abandonam a colônia ou demoram ainda três anos, mas somente para adquirir o direito ao lote de terras e vendê-lo.

Esse sistema de engajamento deve ser desde já suspenso ainda mesmo que não julgue o Governo Imperial conveniente adotar logo a medida proposta, da venda de pequenos lotes aos antigos bons colonos ou a novas pessoas que aqui desejam estabelecer-se.

Nas duas margens do Itajaí e dos numerosos ribeirões que para ele correm no distrito da colônia, as terras são excelentes; além disso a situação desta, na estrada do litoral a Lages, a três léguas de distância da entrada dos campos de criação e onde é considerável a procura dos produtos da lavoura, a favorece por tal modo que são estes quase todos vendidos por melhor preço do que na Capital.

⁴²⁷ BEATTIE, op. cit., p. 266.

À vista disso e da salubridade do clima, existe em outros pontos grande número de pequenos lavradores, já experimentados e dispendo de um pequeno capital que desejam vir aqui estabelecer-se; e estou certo povoarão rapidamente estas paragens, afastando com suas culturas, com novas estradas abertas e o movimento, os bugres, que até agora vivem nas matas que circundam a colônia e aparecem em todas as direções à espreita do menor descuido para matar e roubar⁴²⁸.

Chama a atenção o ofício do ministro da guerra, Duque de Caxias, de 15 de maio de 1876, em que afirmou estar ciente de que o presidente da província de Santa Catarina providenciou que as praças do Exército que teriam baixa, especialmente as casadas, fossem convidadas a estabelecer-se nas colônias militares, conforme determinado pelo ministério da guerra em abril daquele ano⁴²⁹.

Além disso, um ofício do ministro da guerra, de 15 de julho de 1876, pelo qual decidiu que entre as praças vindas da República do Paraguai, quando casadas e que tivessem concluído o tempo de serviço, o presidente da província deveria remeter uma relação de nomes para que fossem concedidas as baixas, com a condição, porém, de se estabelecerem na colônia militar de Santa Thereza. Ademais, o ministro afirmou que as mulheres que vieram do Paraguai, acompanhando o 17º Batalhão de Infantaria, "que igualmente quiserem seguir para a dita colônia, fica V. Exª autorizado a mandar dar transporte até ali, ou abonar-lhes uma ajuda de custo"⁴³⁰.

Sendo assim, sobre a entrada de colonos e oficiais na colônia, foram destacados alguns exemplos que demonstram algumas possibilidades de se trabalhar e viver na colônia militar de Santa Thereza. Relacionado à posse de terras, ainda, é importante ressaltar o caso do colono João Cardoso da Silva Berto. De acordo com o diretor da colônia:

Propõe-se a ser engajado neste estabelecimento como colono de 3ª classe o residente da mesma

⁴²⁸ BRASIL. Ofício ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Senador Joaquim Delfino Ribeiro da Luz. Antonio Ernesto Gomes Carneiro, major. Quartel de inspeção da colônia militar de Santa Thereza, na província de Santa Catarina, 8 de outubro de 1887. Folhas 5-6. Acervo: Arquivo Nacional.

⁴²⁹ MINISTÉRIO DA GUERRA. Ofício ao presidente da província de Santa Catarina. Duque de Caxias, ministro da guerra. Rio de Janeiro, 15 de maio de 1876. Acervo: Correspondências ministro da guerra para presidente da província (1876). APESC.

⁴³⁰ MINISTÉRIO DA GUERRA. Ofício ao presidente da província de Santa Catarina. Duque de Caxias, ministro da guerra. Rio de Janeiro, 15 de julho de 1876. Acervo: Correspondências ministro da guerra para presidente da província (1876). APESC

colônia há mais de oito anos, paisano João Cardoso da Silva Berto, o qual havendo comprado desde então, por consentimento do Governo da Província sob administração do Sr. Doutor João José Coutinho, a posse a que tinha direito o colono de nacionalidade alemã de nome Guilherme, que se retirou do lugar; tratou o dito Berto de cultivar e beneficiar o comprado lote, do qual tem título legítimo, onde tem fundado engenhos para mandioca e canas, olaria, que os cultiva efetivamente com assíduo trabalho afim de manter a numerosa família que conta, criada toda e mantida do mesmo trabalho da lavoura sem que em tempo algum para esse fim, como outros recebesse estipêndio ou diária de colono: agora porém que o pequeno lote que possui lhe não dá para mais larga cultivação, e não podendo outro sem comprar terras, busca engajar-se para por seu trabalho na forma do regulamento poder obter o lote correspondente a família que tem⁴³¹.

O diretor da colônia elogiou os trabalhos empreendidos pelo colono e informou ao presidente da província que “como homem altivo e laborioso muito utilizaria o seu engajamento por contarmos com um indivíduo próprio para assistir e fazer adiantar o trabalho dos colonos, prestados ao Estado, que a falta de oficiais inferiores que os assista é feito com muita mora”⁴³². A família de João Cardoso da Silva era composta por 9 pessoas. Em resposta ao pedido do diretor da colônia, o presidente da província informou que para ser concedido o reengajamento, seria necessário que João fizesse o próprio requerimento. Chama a atenção, nesse caso, de que o colono se utiliza do regulamento da colônia como estratégia para a reprodução de sua subsistência e obtenção de mais terras.

Em 1857, de acordo com o diretor da colônia, João Xavier de Souza, “assentaram praça voluntários em diferentes datas do corrente mês de abril para servir como colonos nesta colônia militar por tempo de dois anos cada um, os paisanos Manoel Joaquim da Silva, Jacintho

⁴³¹ CMST. Ofício n. 31, ao presidente da província, Adolpho de Barros Cavalcante d’Albuquerque Lacerda. João Francisco Barreto, coronel diretor. Colônia Militar de Santa Theresza, 14 de dezembro de 1867. Acervo: IHGSC.

⁴³² Idem.

Martins de Moraes e Vicente Ferreira da Silva"⁴³³. Do Batalhão do Depósito, foram para a colônia os soldados Ignacio Ferreira da Silva e João de Olanda Cavalcante. Desse ofício é importante notar que, no dia 13 de abril o soldado da colônia João Cardozo foi dispensado do Exército porque deu “em seu lugar o paisano Antonio Pantalião do Lago que depois de assentar praça veio para esta colônia para servir como recrutado o resto do tempo que faltava aquele que também o era”,⁴³⁴.

O ministro da guerra, em 27 de janeiro de 1858, expediu ordem para seguir para a província de Santa Catarina, com destino à colônia militar de Santa Thereza, o soldado do 4º Batalhão de Artilharia a pé, Faustino Soares do Sacramento, acompanhado de sua família composta por sua mãe e uma irmã⁴³⁵. Em março de 1858 o diretor da colônia confirmou ter recebido ofício do presidente da província, pelo qual foi informado de que o soldado Ignácio José Idefonso, do 1º Batalhão de Artilharia a pé, iria servir na colônia. Na mesma correspondência, o diretor comunicou que esse soldado apresentou-se na colônia no dia 11 de março, com sua família⁴³⁶.

Em meados do ano de 1862, o paisano Maurício Antonio de Brito ofereceu-se para ser engajado na colônia como colono de 3ª classe. Com licença do diretor, ele vivia na colônia há 4 anos e nesse período deu

provas de bom comportamento civil, e de laborioso; confirmando com isso as informações que dele tenho obtido de pessoas fidedignas de Lages, onde residia; cujo lugar abandonou pelos debandos de sua mulher, de péssima condição; e trazendo em sua companhia uma filha de 14 anos, um filho de 12, e uma outra filha de um, e uma ama que dessa criança trata⁴³⁷.

Em julho de 1862, o paisano Alexandre José da Rosa ofereceu-se para ser engajado na colônia como colono de 3ª classe. Alexandre José da Rosa era homem branco, casado e com dois filhos ainda menores. Ele havia sido cabo do Batalhão do Depósito e obteve dispensa desse

⁴³³ CMST. Mapa mensal do pessoal da colônia militar de Santa Thereza no mês de abril de 1857. João Xavier de Souza, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de maio de 1857. Acervo: Arquivo Nacional.

⁴³⁴ Idem.

⁴³⁵ MINISTÉRIO DA GUERRA. Ofício ao presidente da província de Santa Catarina. Jerônimo Francisco Coelho, ministro da guerra. Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1858. Acervo: Correspondências ministério da guerra para presidente da província (1857-1859). APESC.

⁴³⁶ CMST. Ofício ao presidente da província, João José Coutinho. João Xavier de Souza, capitão. Colônia militar de Santa Thereza, 12 de março de 1858. Acervo: IHGSC.

⁴³⁷ CMST. Ofício ao presidente da província, Conselheiro Vicente Pires da Motta. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Desterro, 30 de junho de 1862. Acervo: IHGSC.

batalhão porque pagou ao Tesouro a quantia correspondente ao tempo de praça que faltava completar. Desde abril de 1862 Alexandre vivia na colônia com sua família e deu “provas de bom comportamento e de ativo trabalhador”⁴³⁸.

Alguns meses depois, Jeneroso Xavier de Freitas, “ainda moço e há pouco casado com uma rapariga desta colônia”⁴³⁹, ofereceu-se para ser engajado como colono de 3ª classe. De acordo com o diretor: “Todos me informam bem de seu comportamento; o mesmo Francisco Ribeiro Martins, em cuja casa foi criado, acaba de assegurar-me suas boas qualidades, juntando as mais a de muito trabalhador: e no pouco tempo em que lhe tenho permitido a residência neste lugar tem justificado quanto se me tem dito a seu respeito”⁴⁴⁰.

O presidente da província de Santa Catarina, em novembro de 1863, submeteu ao ministro da guerra o requerimento de transferência de 3 soldados do Batalhão 12 de Infantaria (Pedro Jacintho, Antônio Estolaneo José da Silva e Venâncio Borges de Carvalho) que estavam destacados na colônia e desejavam permanecer lá para prestar seus serviços de colonos de 1ª classe, por serem dados aos trabalhos da lavoura⁴⁴¹.

Em julho de 1864, o paisano Joaquim José de Lima, solteiro, e sua mãe viúva, vindos de Lages, ofereceram-se para viver na colônia: ele como colono de 3ª classe e ela como familiar do colono⁴⁴². Em 13 de outubro de 1864 a presidência da província comunicou que mandou inspecionar o soldado do Batalhão 12 de Infantaria, José Pereira da Costa, o qual requereu transferência para a colônia militar.⁴⁴³ Em dezembro de 1864, João José de Santa Anna ofereceu-se para ser engajado como colono de 3ª classe. João era “moço branco, trabalhador e de bom comportamento, provado em todo tempo de residência que tem tido no lugar”. Conforme o diretor, João era casado com Leopoldina

⁴³⁸ CMST. Ofício ao presidente da província, Conselheiro Vicente Pires da Motta. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Desterro, 15 de julho de 1862. Acervo: IHGSC.

⁴³⁹ CMST. Ofício ao presidente da província, Conselheiro Vicente Pires da Motta. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 27 de setembro de 1862. Acervo: IHGSC.

⁴⁴⁰ Idem.

⁴⁴¹ SANTA CATARINA. Ofício ao ministro da guerra, Antônio Manuel de Mello. Pedro Leitão da Cunha, presidente da província. Desterro, 6 de novembro de 1863. Acervo: Registro presidente da província para ministério da guerra (1860-1865). APESC.

⁴⁴² CMST. Ofício ao presidente da província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia Militar de Santa Thereza, 15 de julho 1864. Acervo: IHGSC.

⁴⁴³ SANTA CATARINA. Registro de ofício ao ministro da guerra. Desterro, 13 de outubro de 1864. Acervo: Registro presidente da província para ministério da guerra (1860-1865). APESC.

Maria de Jesus, que também já residia na colônia antes que ele fosse engajado⁴⁴⁴.

Interessante ressaltar o engajamento voluntário de civis, como aquele que aconteceu em outubro de 1864. O paisano Manoel Chaves Machado, homem branco, natural da província do Paraná, casado com 2 filhos, vivia há três meses na colônia antes de oferecer-se ao diretor para ser engajado como colono de 3ª classe. Naquele mês, o diretor da colônia pediu autorização ao presidente da província para engajar aquele colono, por ter ele bom comportamento e ser trabalhador⁴⁴⁵.

Em fevereiro de 1865, o filho de um ex-colono voltou para a colônia militar de Santa Thereza. Fernando Drummel, filho de Christiano Drummel, havia residido na colônia com o pai e a mãe, por 3 anos. Christiano foi engajado de 2ª classe para realizar obras necessárias na colônia durante a administração do presidente da província João José Coutinho. Com a morte da mãe de Fernando, o colono Christiano e seus filhos foram viver em Lages. Mas, no início de 1865, Fernando, que já estava casado, mostrou desejos de engajar-se na colônia. Um ano antes havia escrito para o diretor a respeito desse desejo e, nas primeiras semanas do ano, Fernando apresentou-se na colônia com sua família e pediu para que enviasse seu pedido de engajamento ao presidente da província, o que fora feito em 11 de fevereiro de 1865. Conforme o diretor, “esse moço pertencia a uma família honesta e laboriosa, e que são pessoas dessa ordem as que devemos almejar para colonos”⁴⁴⁶.

Em março de 1865, o paisano Raimundo Paulino Pereira do Nascimento ofereceu-se para ser engajado como colono de 3ª classe. Conforme o diretor da colônia: “este indivíduo casou-se há pouco tempo com uma filha do soldado-colono Manoel Joaquim Pereira; e residindo já a tempos neste lugar tem dado provas de bom comportamento e de trabalhador”⁴⁴⁷.

Em meados de 1865 o paisano Eliseo José da Silva ofereceu-se para ser engajado como colono de 3ª classe. O diretor esclareceu que
o pretendente é de muito bom comportamento, e
trabalhador, como tem provado nesta colônia,
onde vive desde criança, mantendo de seu

⁴⁴⁴ CMST. Ofício ao presidente da província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia Militar de Santa Thereza, 2 de dezembro 1864. Acervo: IHGSC.

⁴⁴⁵ CMST. Ofício do diretor ao presidente da província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 25 de outubro de 1864. Acervo: IHGSC.

⁴⁴⁶ CMST. Ofício ao presidente da província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia Militar de Santa Thereza, 11 de fevereiro de 1865. Acervo: IHGSC.

⁴⁴⁷ CMST. Ofício ao presidente da província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 18 de março de 1865. Acervo: IHGSC.

trabalho sua mãe viúva, com quem vive, e mais sua mulher Francisca Rosa de Jesus, jovem desta mesma colônia com quem há pouco casou-se⁴⁴⁸.

Em dezembro de 1867, o diretor da colônia propôs ao presidente da província

para serem engajados como colonos de 3ª classe os jovens deste mesmo estabelecimento, e nele há pouco casados, Manuel Juvêncio Ferreira e Ignácio Martins de Moraes, o primeiro com Diolinda Maria Rosa de Jesus e o segundo com Maria de Jesus dos Prazeres; todos deste mesmo lugar, e conhecidos por trabalhadores e de muito bom comportamento: assim mais a Marcelino Roberto Pires casado com Leopoldina Magdalena, que se me apresentaram para esse fim com mais dois filhos menores de nomes Julio e Maria; todos do município de Lages, e residentes há tempos na fazenda Bom retiro, acima desta colônia 4 léguas; dos quais tenho conhecimento de serem pacíficos e trabalhadores; condições estas recomendadas pelo regulamento para serem aceitos⁴⁴⁹.

E, no caso dos estrangeiros que queriam engajar-se na colônia, o procedimento era semelhante ao dos brasileiros. Para esse caso, merece destaque o pedido de engajamento dos colonos Mathias Carpes, Hencencio Hassel, Jacob Hasse, realizado em setembro de 1881. Anexado ao pedido, com grafia diferente, há um escrito em que se pondera a legalidade desse tipo de engajamento. Nesse documento afirmou-se que o decreto n. 2.215, de 13 de março de 1858, que aprovou o regulamento da colônia, bem como os decretos n. 729 e 820 são omissos quanto à admissão de estrangeiros nas colônias militares. Contudo, abaixo dessa consideração, há um escrito à lápis em que se ordena o engajamento, utilizando-se da omissão dos regulamentos quanto à entrada de estrangeiros⁴⁵⁰.

No mês seguinte, o diretor remeteu ao presidente da província os requerimentos dos alemães Pedro Henrique Bruder, Henrique Hoegen e

⁴⁴⁸ CMST. Ofício ao vice-presidente da província, tenente coronel Francisco José d'Oliveira. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 12 de março de 1858. Acervo: IHGSC.

⁴⁴⁹ CMST. Ofício ao presidente da província, Adolpho de Barros Cavalcante d'Albuquerque Lacerda. João Francisco Barreto, coronel diretor. Colônia Militar de Santa Thereza, 28 de dezembro de 1867. Acervo: IHGSC.

⁴⁵⁰ CMST. Ofício n. 252, ao presidente da província, Desembargador João Rodrigues Chaves. João Paulo de Miranda, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 13 de setembro de 1881. Acervo: IHGSC.

Carlos Gustavo Gulisch, para serem engajados como colonos de 3ª classe⁴⁵¹. E, em maio de 1882, o diretor remeteu o requerimento de Carlos Bilch, que pedia para engajar-se na colônia como colono de 3ª classe⁴⁵².

Antes disso, de todos os documentos que dizem respeito às entradas e saídas de colonos, tanto civis quanto militares, merece destaque o caso do alemão Christiano Harth, porque sua permanência na colônia foi bastante curta. Em fevereiro de 1858, os paisanos Christiano Harth e Martinho Paulino Pereira do Nascimento ofereceram-se como praças voluntários para trabalharem na colônia pelo período de dois anos. O paisano Christiano Harth foi destacado para os trabalhos na Picada da Boa Vista e Martinho Paulino Pereira do Nascimento permaneceu como ferreiro na colônia. Christiano assentou praça no 1º e, Martinho, no dia 10⁴⁵³.

No início de maio, o diretor da colônia esclareceu ao presidente da província que um alferes estava em diligência dirigindo o serviço da picada da Boa Vista e que um cabo e 9 soldados estavam destacados lá. Ressaltou, porém, a informação de que havia sido excluído do número de praças da colônia o soldado alemão Christiano Harth, porque havia se ausentado do destacamento da picada da Boa Vista no dia 12 de abril, "dia em que pediu licença ao alferes vice-diretor da colônia para ir até o Rio dos Bugres e não apareceu mais no destacamento e nem se apresentou até o presente"⁴⁵⁴.

No dia 8 de maio de 1858, o diretor da colônia informou ao presidente da província que "o soldado-colono Alemão Christiano Harth lhe pedira licença para ir ao Rio dos Bugres com a mulher no dia 12 de abril próximo"⁴⁵⁵ não havia retornado para a colônia. Por não pertencer ao Exército, o diretor sugeriu ao presidente da província que não seguisse "as formalidade do costume, relativamente a proceder-se a Conselho de Disciplina"⁴⁵⁶.

⁴⁵¹ CMST. Ofício n. 260, ao presidente da província, Desembargador João Rodrigues Chaves. João Paulo de Miranda, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 13 de outubro de 1881. Acervo: IHGSC.

⁴⁵² CMST. Ofício n. 284, ao presidente da província, Ernesto Francisco de Lima Santos. João Paulo de Miranda, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 23 de maio de 1882. Acervo: IHGSC.

⁴⁵³ CMST. Mapa mensal do pessoal da colônia militar de Santa Thereza no mês de fevereiro de 1858. João Xavier de Souza, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de março de 1858. Acervo: Arquivo Nacional.

⁴⁵⁴ CMST. Mapa mensal do pessoal da colônia militar de Santa Thereza nas margens do rio Itajaí, estrada de Lages, do mês de abril de 1858. João Xavier de Souza, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de maio de 1858. Acervo: Arquivo Nacional.

⁴⁵⁵ CMST. Ofício ao presidente da província, João José Coutinho. João Xavier de Souza, capitão diretor = Colônia Militar de Santa Thereza, 8 de maio de 1858. Acervo: IHGSC.

⁴⁵⁶ Idem.

Sobre as saídas de soldados e oficiais da colônia, as informações são mais escassas. Em agosto de 1856 o diretor da colônia concedeu baixa, cumprindo despacho do presidente da província, ao soldado Joaquim Carneiro da Silva. A fazê-lo, o diretor ordenou que o soldado “tratasse de vender seu rancho e se retirar para onde lhe conviesse: resultou esta ordem ao dito Carneiro deixar este lugar desde o dia 10 do corrente sem dar a menor satisfação”⁴⁵⁷. Mas, o diretor, ao investigar o destino daquele soldado, descobriu que ele havia ido para a Capital da província com o intuito de solicitar ao presidente da província autorização para retornar para a colônia.

No mês seguinte, o diretor comunicou ao presidente da província que mandou retirar da colônia o paisano Joaquim Carneiro da Silva, “não só por ser ele pouco amante ao trabalho, como pela péssima conduta da mulher que tem”⁴⁵⁸.

Em um ofício de dezembro de 1857, no qual o diretor comunica ao presidente da província a exclusão de um colono do serviço militar, em consequência de doenças, é possível conhecer algumas características daquele soldado:

Antonio José do Amaral, filho de Felipe Felix dos Santos, natural da Província de Santa Catharina, idade quarenta e dois anos, estado casado, sem ofício, com sessenta polegadas de altura, cabelos castanhos, olhos castanhos, cor branco. Assentou-se praça engajado para servir nesta Colônia por dois anos como colono a quatro de julho de mil oitocentos e cinqüenta e seis. Vai pago de soldo, gratificação de engajado de quarenta e cinco réis diários, e Etapa até o fim de novembro de mil oitocentos e cinqüenta e sete⁴⁵⁹.

No mesmo mês, o diretor da colônia enviou para a Capital da província 5 soldados que faziam parte do número de militares da colônia. O diretor justificou o envio ao presidente da província porque aqueles soldados não eram trabalhadores e tinham mau comportamento. Dois desses soldados pertenciam ao Batalhão do Depósito e os outros 3

⁴⁵⁷ CMST. Ofício ao presidente da província, João José Coutinho. João Xavier de Souza, capitão diretor comandante interino. Colônia Militar de Santa Thereza 16 de agosto de 1856. Acervo: IHGSC.

⁴⁵⁸ CMST. Ofício ao presidente da província, João José Coutinho. João Xavier de Souza, capitão diretor interino. Colônia Militar de Santa Thereza 1º de setembro de 1856. Acervo: IHGSC.

⁴⁵⁹ CMST. Ofício ao presidente da província, João Xavier de Souza, capitão diretor interino. Colônia Militar de Santa Thereza 1º de dezembro de 1857. Acervo: IHGSC.

faziam parte do Exército e estavam na Companhia de Inválidos da província de Santa Catarina⁴⁶⁰.

Em março de 1864 o diretor da colônia mandou o soldado Luis Francisco de Carvalho apresentar-se ao presidente da província para posteriormente ser encaminhado para a Companhia de Inválidos, a qual esse soldado pertencia antes de servir na colônia, porque era viciado em aguardente, principal causa de sua invalidez. De acordo com o diretor:

Doente como em verdade o é, e em constante embriaguez, para o que faltando-lhe dinheiro, vende a roupa, e até o próprio mantimento que recebe para o tempo determinado, e reduz-se ao estado de fraqueza e nudez do mais indigente e miserável mendigo. Ao homem tal se lhe não pode confiar trabalho, ou serviço de qualidade alguma, porque de nada dá conta: assim pois desejando, eu, estancar na Colônia quando for possível as fontes de imoralidade, da qual a embriaguez é a sua mais poderosa aliada, o retiro do lugar onde só serve de meato para estender-se mais um comércio que acabo de restringir; falo da aguardente. Nada há que possa aproveitar a esse desgraçado soldado porque nele a aguardente tem produzido uma segunda natureza. É até miraculoso o ter-se conservado em corpo regular como o Batalhão 12 um indivíduo tal sem que os castigos o tivessem levado a melhor vida⁴⁶¹.

Nos documentos pesquisados, de todas as retiradas de colonos, chama a atenção, por trazer à tona a possibilidade de interesses particulares dos diretores da colônia quando expulsavam ou retinham os colonos, como no caso do soldado Justino Pereira. Em novembro de 1865 o diretor da colônia solicitou ao presidente da província que esse soldado fosse inspecionado porque há mais de um ano não prestava serviços para a colônia, por permanecer doente o tempo todo. Antes que fosse autorizado pela presidência, o diretor, em 5 de dezembro, encaminhou novo ofício ao presidente, cujo portador era o próprio soldado que deveria ser inspecionado. No ofício o diretor afirmava que remetia o referido soldado

⁴⁶⁰ CMST. Ofício ao presidente da província, João José Coutinho. João Xavier de Souza, capitão diretor. Colônia Militar de Santa Thereza, 1º de dezembro de 1857. Acervo: IHGSC.

⁴⁶¹ CMST. Ofício ao presidente da província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia Militar de Santa Thereza, 5 de março 1864. Acervo: IHGSC.

a fim de obter do Governo Imperial a faculdade de ser inspecionado, por moléstia que padece, e que por elas já antes de entrar em tratamento, há mais de ano, pouco serviço prestava, e depois nenhum absolutamente. E não podendo ele, continuar na colônia, nesse estado, e mesmo por que, não havendo no lugar enfermaria, mais agrava a enfermidade pelo contínuo uso de aguardente, em termos de levar a maior parte do tempo ébrio, dando lugar, no rancho em que mora, à outros, da mesma qualidade viciosos, a se embebedarem, a cair, e faltarem ao cumprimento de seus deveres: acrescendo além disso o não menos pernicioso vício do jogo, que tanto o exerce fora como próprio rancho onde reside, algum tanto distante da Praça da colônia, por ser sítio que lhe foi destinado para cultivar. Por todos esses motivos, na forma do regulamento, o faço regressar para os Corpos do Exército, por incapaz de aqui servirem em razão de doente e vicioso. Não tem casa propriamente dita, e a sua morada é uma choça ou covil de vícios [...]. Tem ele um frouxo cercado, dentro uma pequena plantação nova de milho e feijão, feita pelos mesmos ébrios, que lá se vão encachaçar. E sendo mandado retirar, como me vejo obrigado a fazê-lo por seu mau comportamento, a nada do que deixa tem direito⁴⁶².

Antes disso, o diretor, em seus relatórios mensais, não havia relacionado esse comportamento ao soldado. Com os motivos da retirada expostos acima, e por ser expulso por mau comportamento, o soldado perderia seus direitos como colono militar (tanto a posse do lote de terras quanto as benfeitorias que havia realizado). Com a expulsão do soldado nesses termos, sugere-se que o diretor da colônia, ao precipitar a ocupação daquela propriedade por um novo colono, poderia obter vantagens pecuniárias.

Ao mesmo tempo, a presidência da província recebeu queixa de uma mulher de um colono que fez reclamações acerca da expulsão arbitrária do soldado Justino. A mulher acusou o diretor da colônia de ter motivado a expulsão do soldado porque almejava vender a casa e a

⁴⁶² SANTA CATARINA. Ofício ao presidente de província, no qual se questiona o pedido feito pelo diretor da colônia. Documento incompleto. Folha 1. Acervo IHGSC.

roça do soldado a um colono paisano que havia chegado na colônia há pouco⁴⁶³.

Com o propósito de esclarecer a denúncia, foram levantadas algumas dúvidas quanto a “súbita má conduta imputada”⁴⁶⁴ ao soldado. A presidência da província não pretendia melindrar o diretor ao fazer referências às contradições encontradas em seus relatórios referentes aos meses de novembro, dezembro e março. Contudo, quem redigiu o documento – funcionário da presidência ou advogado do soldado – condenava as ações do diretor: “o dito Diretor pode, a seu bel prazer, despedir da colônia, com guia, sem prévia permissão da Presidência, um colono, de quem, 14 dias antes nada dissera em desabono, e a cujo respeito devia aguardar deliberação do governo”⁴⁶⁵. Em argumentação contra o diretor, asseverou que:

Acha que pode, quando lhe convier desfazer-se de um soldado, retirá-lo da colônia dizendo que é de maus costumes, embora pouco tempo antes dissesse que era bom homem; e não tolerava que se lhe note essa contradição, e a de tolerar a continuação de outros que ele mesmo considerou péssimos e incorrigíveis, quando abonou aqueles. No 1º de março propôs a retirada do colono Venâncio Borges, que se quando ele informou em novembro, apesar de beber, era muito trabalhador. A Presidência, chamando-lhe a atenção para essa contradição, e para o que sucedera com o colono Justino Pereira [...], exigiu, que ele indicasse os que deviam ser excluídos, afim de evitar sucessivas propostas. Eis que responde a isso, no ofício de 20 de abril, censurando a Presidência, e insistindo em propor a retirada dos mesmos 2 referidos no ofício de 1º de março, insistindo em não propor a retirada dos outros de quem em novembro informou muito mal, resolvendo por si conservá-los para ver se se emendam, quando são de vícios [ilegível], e propondo a saída de 2 novos, contra quem nada disse em novembro. Conheceu-se nisto o capricho do Diretor em não se dar por vencido pela Presidência, e querer triunfar⁴⁶⁶.

⁴⁶³ Idem, folha 2.

⁴⁶⁴ Idem, folha 1.

⁴⁶⁵ SANTA CATARINA. Ofício ao presidente de província, no qual se questiona o pedido feito pelo diretor da colônia. Documento incompleto. Folha 4. Acervo IHGSC.

⁴⁶⁶ Idem, folhas 4-5.

E, de mais a mais:

No final deste ofício de 20 de abril, diz o Diretor, que à exceção de um desses colonos, todos os outros lhe devem 10\$000 réis, para mais, de abonos de fazendas, que lhe pediram há muito tempo para se vestirem, visto estarem sem roupa, por os colonos ali não terem vencimento de fardamento.

Estando a colônia sob o regime e disciplina militar, esses empréstimos são tão inconvenientes ali, como nos corpos do exército. Com uma administração [ilegível], não estariam os colonos no estado constante de devedores do Diretor, sendo talvez por isso que ele não despede colonos que ele mesmo confessa serem perniciosos na colônia, e incorrigíveis, e quando isto se lhe nota, pretende inculcar que espera que eles se regenerem, quando despede outros menos mal reputados⁴⁶⁷.

Com isso, é necessário problematizar, sempre, as afirmações feitas pelo diretor em seus ofícios que comunicavam à presidência da província os motivos para a retirada de colonos da colônia. As dívidas dos colonos com o diretor, apesar de não serem previstas no regulamento da colônia, poderiam criar conflitos de interesses.

Em agosto de 1862 o diretor da colônia esclareceu ao presidente da província os motivos que o fizeram expulsar da colônia o soldado Jeremias Pereira de Medeiros. Como afirmou o diretor em seu ofício:

Este soldado nunca foi, e nem será jamais próprio para um estabelecimento colonial, pela negação absoluta ao trabalho, pelo estado de embriaguez em que constantemente vive; tanto que não sendo aproveitável em serviço de cultura sua particular, ou aos trabalhos públicos da colônia, o tenho consentido na condução da mala do correio; como único serviço que dele se podia tirar. Incide porém, que com a continuação das viagens dessa Capital a Lages bebendo desregradamente aguardente por todas as paragens onde a encontra, à oferta e à venda, se tem tornado um bêbado desatencioso e insolente, dando espetáculo nesta

⁴⁶⁷ Idem, folha 5.

colônia, todas as vezes que nela chega, com gritos desordenados e descomposturas não só a sua família, como a todos do lugar, por qualquer pequena dúvida, e isto sempre com ameaças da inseparável faca que traz consigo a título de instrumento indispensável para a viagem.

Além de todo o expedido acaba de cometer para comigo um ato público de desobediência, e desrespeito⁴⁶⁸.

Mesmo assim, o diretor da colônia assegurou que não pretendia processar o soldado, “que tendo já findo seu tempo de praça tem mulher e filhos; aos quais já basta o legado de um esposo e pai tão desnaturado”⁴⁶⁹.

É importante notar os acontecimentos que envolveram a chegada, na colônia, de uma expedição do Batalhão do Depósito. Conforme o diretor da colônia, quando chegaram os soldados daquele batalhão, para afastar os indígenas das proximidades da colônia, teve início entre os colonos (considerados como mandriões pelo diretor) um grande número de pedidos de baixa para engajarem-se naquele batalhão, com a única finalidade de receberem a “gratificação de voluntários, que acabou para eles, e no prêmio de quatrocentos mil réis”⁴⁷⁰. O diretor reclamou que, desde então, estava sendo perseguido pelos colonos que pretendiam a baixa dos serviços militares o mais cedo possível. O diretor informou que concedeu

a licença que me pediram para requerer por não dever tolher-lhes o direito de petição, e ao mesmo tempo de mantê-los; porque a maliciosa ignorância deles os tem feito inventar que suas escusas não tem vindo por ter eu nessa Capital dito, ou informado a V. Ex^a. que nenhum dos colonos queriam baixa⁴⁷¹.

Um dos soldados que havia feito o pedido de baixa se chamava Jacintho José Vianna, o qual o diretor, meses antes, havia pedido ao presidente da província a sua retirada.

⁴⁶⁸ CMST. Ofício ao presidente da província, Conselheiro Vicente Pires da Motta. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 10 de agosto de 1862. Acervo: IHGSC.

⁴⁶⁹ Idem.

⁴⁷⁰ CMST. Ofício ao presidente da província, Conselheiro Vicente Pires da Motta. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 27 de setembro de 1862. Acervo: IHGSC.

⁴⁷¹ Idem.

Em razão dessas retiradas, o presidente da província autorizou ao diretor da colônia que escolhesse entre os corpos do Batalhão do Depósito o número igual ao de soldados que sairiam da colônia e regressariam a esse batalhão. Contudo, quando o diretor da colônia escolheu 2 cabos de esquadra e 8 soldados, o comandante do Batalhão do Depósito, mesmo tendo recebido ordens do presidente da província para realizar a troca, negou-se a fazê-la porque alegou ter recebido “um aviso do Ministério da Guerra que ordenava a não retirada de indivíduo algum dos corpos sem autorização do mesmo Ministério”⁴⁷². Um ano mais tarde, em 19 de setembro de 1863, o ministro da guerra mandou o presidente da província de Santa Catarina transferir para a Companhia dos Inválidos 13 praças do Batalhão 12 de Infantaria e, posteriormente esses praças poderiam ser enviados para a colônia militar de Santa Thereza⁴⁷³.

Anexado ao requerimento de transferência para o Batalhão de Depósito, feito pelo soldado Jacintho José Vianna, o diretor da colônia advertiu ao presidente da província que:

Este soldado sendo voluntário, findou seu tempo de praça a 22 de agosto de 1860, como deve constar no Quartel General do Exército para onde tem sido enviadas as relações mensais, na forma das ordens existentes, dos que concluem o prazo do serviço; e em vista disso se acha a espera que lhe venha por escala a baixa. Parece que aqui a deveria aguardar, mas em nada perdendo a colônia, e antes lucrando com sua retirada no caso de V. Ex^a. se dignar atender sua súplica, ainda mais faz um bem a pobre, e numerosa família de mulher e filhos, por a aproximar de seus parentes habitantes nessa Capital⁴⁷⁴.

Junto ao requerimento do soldado Candido Chaves para servir no Batalhão do Depósito, o diretor da colônia informou apenas que esse soldado havia completado o seu tempo de praça como recrutado no dia 22 de fevereiro de 1862⁴⁷⁵.

⁴⁷² CMST. Ofício ao presidente da província, Conselheiro Vicente Pires da Motta. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 27 de setembro de 1862. Acervo: IHGSC.

⁴⁷³ MINISTÉRIO DA GUERRA. Ofício ao presidente da província de Santa Catarina. Antônio Manoel de Mello, ministro da guerra. Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1863. Acervo: Correspondências do Ministério da Guerra para o Presidente da Província (1863). APESC.

⁴⁷⁴ CMST. Ofício ao presidente da província, Conselheiro Vicente Pires da Motta. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 27 de setembro de 1862. Acervo: IHGSC.

⁴⁷⁵ Idem.

Em março de 1865 o diretor da colônia solicitou autorização ao presidente da província para poder retirar da colônia e mandar para os corpos do Exército o soldado Venâncio Borges “por mau comportamento habitual acerca de furtos; por ser dado a bebidas e desordeiro”. O diretor ainda esclareceu que:

Este soldado, como casado, teve passagem do Batalhão 12 de Infantaria para este estabelecimento; e tendo-lhe aqui falecido uma filha ainda do peito, e a mulher agora há pouco, vítimas do mau trato de um tal pai e marido, achase desembaraçado e mais próprio antes para o serviço do exército que para o de colonização, onde faltam os meios de corrigir homens dessa ordem; o qual agora mesmo o tenho preso por furto de um chapéu, que o foi vender a troco de aguardente em casa do colono Manoel João Pereira⁴⁷⁶.

Nesse caso, o soldado, por não ter mais família na colônia, perderia a sua condição de colono, de acordo com o regulamento colonial. No mesmo ofício, o diretor afirmou que o soldado Manoel João Pereira deveria ser mandado para a Companhia de Inválidos, por ser inválido e não ter direito ao lote de terras na colônia. A retirada desse colono efetivou-se no mês de agosto de 1865⁴⁷⁷.

Em 1869, o soldado Joaquim Pedro dos Santos, colono militar, estava preso na Capital da província em Conselho de Guerra acusado de crime de ferimento grave, e adido ao Depósito de instrução da arma de infantaria⁴⁷⁸.

E, em meados de 1879, o diretor, ao cumprir ordem do presidente da província, mandou o colono José Gomes da Silva para a Companhia da Guarnição da província de Santa Catarina⁴⁷⁹.

Mas, não somente os soldados eram expulsos da colônia, os oficiais também eram. Há caso em que um oficial também fora retirado pelo diretor da colônia. Em outubro de 1879 o diretor da colônia enviou o 2º cadete Abílio Emiliano da Silveira para a Capital devido ao seu

⁴⁷⁶ CMST. Ofício ao presidente da província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de março de 1865. Acervo: IHGSC.

⁴⁷⁷ CMST. Ofício ao vice-presidente da província, tenente coronel Francisco José d'Oliveira. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia Militar de Santa Thereza, 1º de agosto de 1865. Acervo: IHGSC.

⁴⁷⁸ CMST. Relatório da colônia militar de Santa Thereza, apresentado ao Ilmo e Exmo Sr. Barão de Muritiba, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra. João Francisco Barreto, coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de janeiro de 1869. Folha 2. Acervo: Arquivo Nacional.

⁴⁷⁹ CMST. Ofício n. 158, ao presidente da província, Antonio d'Almeida Oliveira. João Paulo de Miranda, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 15 de julho de 1879. Acervo: IHGSC.

mau estado de saúde, porque sofria de doença incurável e não era útil na colônia⁴⁸⁰. E, em outubro de 1881, o diretor comunicou ao presidente da província que havia expulsado da colônia o colono Zeferino Antonio Ferreira Júnior,

cadete reformado do Exército por sua incorrigível conduta; não a podendo mais conter nos seus desacatos: bêbado, desordeiro, a ponto de atacar todos os dias até as próprias famílias dos mais colonos e assim também as autoridades; pelo que remeto nesta ocasião preso, ao Sr. Doutor Chefe de Polícia para se dignar dar-lhe destino de maneira que aqui não volte, pois sua volta trará fatais emergências⁴⁸¹.

Sobre a nomeação de um dos diretores da colônia em que foi possível constatar, por meio dos documentos, uma permanência relativamente longa naquele estabelecimento militar, foram encontradas informações interessantes referentes aos deslocamentos dos oficiais do Exército brasileiro. Em 1º de agosto de 1860 o presidente da província de Santa Catarina, Francisco Carlos de Araújo Brusque, comunicou ao ministro do Império a posse do tenente coronel João Francisco Barreto como diretor da colônia militar de Santa Thereza:

Tendo proposto à Sua Excelência o Sr. Ministro do Império a nomeação do Tenente Coronel do Estado Maior de 2ª Classe João Francisco Barreto para o lugar de Diretor da colônia militar de Santa Thereza, dignou-se Sua Excelência autorizar-me a fazer esta nomeação que eu reputava necessária para melhorar o mau estado daquele estabelecimento.

Tendo por isso nomeado aquele oficial que há pouco acaba de tomar posse naquele emprego, tenho a honra de comunicá-lo a V.Exa.⁴⁸²

No entanto, passados dois dias, o presidente da província, tendo recebido ordens para encaminhar o referido oficial para a província do

⁴⁸⁰ CMST. Ofício n. 162, ao presidente da província, Antonio d'Almeida Oliveira. João Paulo de Miranda, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 18 de outubro de 1879. Acervo: IHGSC.

⁴⁸¹ CMST. Ofício n. 261, ao presidente da província, Desembargador João Rodrigues Chaves. João Paulo de Miranda, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 17 de outubro de 1881. Acervo: IHGSC.

⁴⁸² SANTA CATARINA. Ofício do presidente de província, Francisco Carlos de Araújo Brusque, ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Conselheiro Sebastião do Rego Barros. Palácio do Governo da Província de Santa Catarina, 1º de agosto de 1860. Acervo: Arquivo Nacional.

Paraná, solicitou ao ministro da guerra que autorizasse a permanência do diretor na colônia:

O Assistente do Ajudante General do Exército comunica a esta Presidência que tivera ordem do Quartel General para fazer seguir para o Paraná o Tenente Coronel do Estado Maior de 2ª Classe João Francisco Barreto, a fim de servir de Vogal nos Conselhos de Guerra que se vão instaurar. Como porém fosse há pouco nomeado este oficial por esta Presidência para Diretor da colônia militar de Santa Thereza, que carecia de regular direção, com ciência do Ministério do Império, que por Aviso de 23 de abril último facultou esta medida, como participei a V.Exa., tenho a honra de rogar a V.Exa. que em vista da conveniência do serviço daquele oficial naquela comissão, se digne consentir que nela continue⁴⁸³.

Em resposta ao pedido do presidente da província, o Ajudante General do Exército, o Sr. Barão de Suruhy, enviou ao ministro da Guerra a seguinte correspondência:

Para os Conselhos de Investigação e de Guerra a que deve responder o Tenente Coronel do Corpo de Guarnição fixa do Paraná, nomeei o Tenente Coronel do Corpo de Estado Maior de 2ª Classe João Francisco Barreto que se achava disponível na província de Santa Catarina. Agora porém recebo o ofício incluso de 2 do corrente do Assistente do Ajudante General naquela província, acompanhado do do presidente da mesma, dos quais consta que o referido Tenente Coronel se acha nomeado por este presidente Diretor da colônia militar de Santa Thereza, nomeação de que só agora, e indiretamente tenho conhecimento. A deficiência de tenentes coronéis para aqueles conselhos, mesmo reformados, em estado de poderem seguir para o Paraná, torna muito sensível a falta de qualquer dos nomeados; assim rogo a V.Exa. se digne resolver se o dito tenente coronel Barreto deve preferir o serviço propriamente militar para que foi nomeado, ou a

⁴⁸³ SANTA CATARINA. Ofício do presidente de província, Francisco Carlos de Araújo Brusque, ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Conselheiro Sebastião do Rego Barros. Palácio do Governo da Província de Santa Catarina, 3 de agosto de 1860. Acervo: Arquivo Nacional.

direção de uma colônia onde com facilidade pode ser substituído mesmo interinamente por algum dos oficiais reformados que abundam na província de Santa Catarina⁴⁸⁴.

No dia 3 de setembro de 1860, o presidente da província de Santa Catarina comunicou ao ministro da Guerra ter recebido o aviso em que o ministro aprovava a nomeação que fez do tenente coronel João Francisco Barreto para ser diretor da colônia militar de Santa Thereza. Ainda assim, esse oficial deveria:

primeiramente seguir para o Paraná a fim de servir nos Conselhos de Investigação e de Guerra, para que foi nomeado; cumpre-me significar a V.Exa. que já foram expedidas as convenientes ordens para que o referido oficial se apresente ao assistente do Ajudante General do Exército nesta província, a fim de seguir para a dita comissão⁴⁸⁵.

3.5 A trajetória de vida de alguns militares que trabalharam na colônia

É possível, ainda, com o estudo da documentação existente, conhecer algumas trajetórias de vida por meio das anotações referentes à vida profissional de alguns soldados e oficiais que viviam na colônia⁴⁸⁶. As informações levantadas não são numerosas, mas são suficientes para se conhecer melhor as condições de vida de um soldado do Exército brasileiro durante o século XIX. Além disso, faltam nos documentos pesquisados, de um modo geral, a descrição da cor da pele dos homens, e seus familiares, que trabalharam na colônia militar de Santa Thereza na segunda metade do século XIX.

Sendo assim, foram arroladas algumas informações referentes aos soldados e oficiais que trabalhavam na colônia no ano de 1864. Chama a atenção nesses documentos a quantidade de soldados que haviam

⁴⁸⁴ BRASIL. Ofício n. 8517, ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Conselheiro Sebastião do Rego Barros. Barão de Suruhy, ajudante general do Exército. Quartel General do Exército na Corte, 8 de agosto de 1860. Acervo: Arquivo Nacional.

⁴⁸⁵ SANTA CATARINA. Ofício do presidente de província, Francisco Carlos de Araújo Brusque, ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Conselheiro Sebastião do Rego Barros. Palácio do Governo da Província de Santa Catarina, 3 de setembro de 1860. Acervo: Arquivo Nacional.

⁴⁸⁶ As informações acerca desses soldados encontram-se em: CMST. Relação das praças e colonos da colônia militar Santa Thereza com as declarações em cada um na forma abaixo especificada, e conforme a ordem do Exm^o. Sr. Presidente da Província comunicado em ofício de seu ajudante de ordens de 4 de novembro de 1864. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 21 de novembro de 1864. Acervo: IHGSC.

cumprido o tempo de trabalhar para o Exército e não recebiam suas baixas. Conforme o historiador Fábio Faria Mendes:

Em 1858, por exemplo, aproximadamente 13% do contingente eram compostos de praças com direito a baixa. O exército era dependente da retenção das baixas para manter o efetivo em patamares mínimos, e o cumprimento estrito da lei representaria, praticamente, a dissolução da força armada⁴⁸⁷.

José Joaquim de Oliveira era sargento ajudante e foi trabalhar na colônia no dia 14 de outubro de 1856. Era solteiro e exercia as funções de escrivão da colônia. Era inválido, de cuja Companhia foi para a colônia. Engajou-se como praça do Exército no Rio Grande do Sul em 1837. Em 1862 contava com 25 anos de serviço⁴⁸⁸. Foi considerado pelo diretor, também oficial do Exército, um bom serventuário. E, por isso, “enquanto for possível manter-se neste serviço lhe não convém a escusa; e neste sentido de continuar no serviço em que se acha, e que convém à colônia, permanece na praça até que a colônia se converta em povoação regular”⁴⁸⁹. Mas, em 1862, para não correr o risco de ser dispensado do serviço militar, esse oficial não compareceu à inspeção de saúde. Esse acontecimento foi relatado e defendido pelo diretor da colônia, da seguinte maneira:

[é] muito bom serventuário, que desempenha com [ilegível] o lugar de Escrivão da colônia, e toda e qualquer incumbência que lhe é confiada, o qual sendo inspecionado em 1855, foi julgado incapaz de todo exercício: cujo ato deve constar do arquivo da Secretaria Militar dessa Presidência; podendo apenas o dito Sargento sujeitar-se ao serviço atual enquanto permanecer o estabelecimento em condição colonial onde deseja então ficar em qualidade de agricultor.

Essa pequena graça a quem já tinha a garantia de inválidos seria de justiça fazer-se a um indivíduo da conduta e comportamento desse sargento, e tanto mais que com sua continuação no serviço

⁴⁸⁷ MENDES, Fábio Faria. *Recrutamento militar e construção do Estado no Brasil imperial*. Belo Horizonte: Argumentum, 2010, p. 41.

⁴⁸⁸ CMST. Ofício ao presidente da província, Vicente Pires da Motta. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Desterro, 16 de junho de 1862. Acervo: IHGSC.

⁴⁸⁹ CMST. Relação nominal das praças da colônia que finalizaram o tempo de praça no mês de janeiro de 1862. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza 1º de fevereiro de 1862. Acervo: IHGSC.

atual avista-se o desfalque de um outro inferior dos corpos efetivos do Exército, que além de tarde que possa ser mandado para o lugar, jamais servirá tão bem como esse prático sargento e ajudante, de exemplar moralidade, pela qual tem se feito credor do respeitoso conceito e amizade de todos da colônia.

A circunstância de ter sido já julgado em inspeção incapaz de todo serviço nos Corpos do Exército o inibiu de comparecer a nova inspeção, resignando-se todavia a aceitar a escusa no caso de ser desatendidas as razões de justiça que militam a seu favor, e por mim respeitosamente ponderadas a V. Ex.^a.⁴⁹⁰

Jeremias Pereira Guimarães era 2º sargento e vivia na colônia desde o dia 1º de janeiro de 1855. Era casado e antes de trabalhar na colônia, pertencia à Companhia dos Inválidos e era gravemente enfermo, e por esse motivo vivia em Caldas da Imperatriz, em uso de banhos termiais, desde 1858. Em 1862, esse oficial recusou a dispensa do serviço militar. Em ofício do diretor da colônia ao presidente da província, o diretor esclarece os motivos que levaram o oficial Jeremias a rejeitar a dispensa. Nesse ofício o diretor afirma que essa renúncia

assenta-se na impossibilidade em que ele se acha de poder agenciar a vida, e manter a subsistência de sua mulher e filhos menores, no estado morféutico em que se acha há mais de 3 anos nas Caldas do Cubatão, sem contar melhora alguma, e sem prestar serviço algum a colônia⁴⁹¹.

Ainda sobre a renúncia desse oficial, é importante ressaltar a opinião do diretor da colônia a respeito disso:

Não sendo pois equitativo que tais indivíduos sejam abandonados a mendicidade, depois de haverem por tanto tempo servido ao Estado; e não sendo eles em nada útil a colônia, para onde incompetentemente foram mandados, ou se tem conservado sem preencherem condição alguma de colono, convém que sejam transferidos para a

⁴⁹⁰ CMST. Ofício ao presidente da província, Conselheiro Vicente Pires da Motta, João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Cidade de Desterro, 16 de junho de 1862. Folhas 1-2. Acervo: IHGSC.

⁴⁹¹ CMST. Ofício ao presidente da província, Conselheiro Vicente Pires da Motta, João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Cidade de Desterro, 19 de fevereiro de 1862. Acervo: IHGSC.

Companhia de Inválidos, em vez de continuarem a fazer parte da colônia⁴⁹².

Jeremias tornou-se praça voluntário em 18 de agosto de 1838 no 1º Regimento de Cavalaria Ligeira no Rio de Janeiro. Desse regimento destacou-se para a província de Santa Catarina onde serviu nos diferentes corpos e companhias organizadas para o serviço da província. Antes de ir para a Companhia de Inválidos, em 13 de setembro de 1849, Jeremias serviu na Companhia de Pedestres.

O cabo Manoel Joaquim de Santa Anna vivia na colônia desde o dia 9 de abril de 1864. Era solteiro e pertencia ao Batalhão 12 de Infantaria. Era enfermo a ponto de não prestar serviço algum e, conforme o diretor, era de uma indolência e inaptidão invencível, tanto que para não falar, expressava-se mais por aceno que por palavras. Em janeiro de 1865 tinha 45 anos de idade⁴⁹³.

Dessas trajetórias, é bastante interessante acompanhar o percurso trilhado pelo soldado-colono José Joaquim de Oliveira que vivia na colônia desde o dia 1º de janeiro de 1854. Ou seja, esse soldado foi um dos primeiros colonos a se estabelecerem na colônia. Era carpinteiro, solteiro e considerado inválido. Era fraco oficial de carpina e por sua avançada idade já não prestava serviço algum, contudo ainda fazia pequenas plantações. Nasceu em 1796 e em 1862 possuía 66 anos de idade. Serviu no Exército desde o ano de 1818 (quando tinha 22 anos) e, com o diretor da colônia João Francisco Barreto, participou da Campanha nos Campos de Pirajá, na província da Bahia, em 1823. Foi praça do Batalhão do Imperador e praça do 3º Batalhão de Caçadores, cujos oficiais aderiram à Sabinada, em 1837. No ano seguinte, quando as tropas da legalidade venceram a rebelião, dispersos os seus chefes, o governo daquela província mandou abrir nova praça a este soldado, assim como aos demais soldados do 3º Batalhão. Isso não levou em conta o tempo de serviço anterior. No mesmo ano de 1838 seguiu da Bahia para a província do Rio Grande do Sul, acompanhando esse Batalhão. Em 3 de maio de 1840 participou dos ataques no Taquary, em 13 de junho de 1841 no Passo de São Borja, e, em 22 de junho no Banhado do Inhatium. Foi com passagem para a Companhia de Inválidos, sendo inspecionado em Porto Alegre em 2 de dezembro de

⁴⁹² CMST. Ofício ao presidente da província, Conselheiro Vicente Pires da Motta, João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Cidade de Desterro, 19 de fevereiro de 1862. Acervo: IHGSC.

⁴⁹³ CMST. Ofício ao presidente da província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 11 de janeiro de 1865. Acervo: IHGSC.

1847⁴⁹⁴. Em 1862, portanto, contava com 24 anos de serviço e, conforme o diretor, o soldado agradecia a escusa do serviço pela ordem do dia do Exército n. 298, de 21 de dezembro de 1861, que lhe foi concedida⁴⁹⁵; e “a levar-se em conta o tempo anterior, que por obedecer a seus comandantes lhe fizeram injustamente perder, conta 44 anos de praça”⁴⁹⁶.

Antônio Francisco Pereira, soldado-colono, foi para a colônia no dia 1º de janeiro de 1854. Era viúvo e procedente da Companhia dos Inválidos. Por sua avançada idade e moléstias, pouco serviço prestava. Porém, fazia suas pequenas plantações. Foi praça recrutado no Depósito da Corte em 18 de junho de 1849, provavelmente preso por algum pequeno delito e por conta disso recrutado para o exército, como tantos outros exemplos da função de polícia que o Exército brasileiro desempenhava ao longo do século XIX. Contava, em 1862, com 13 anos de praça. Pertenceu ao 6º Batalhão de Caçadores e passou a ser adido a Companhia de Inválidos da província de Santa Catarina em 12 de abril de 1850⁴⁹⁷.

O soldado-colono Claudino Torquato de Andrade também chegou na colônia no dia 1º de janeiro de 1854. Era casado, sentou praça na Companhia dos Inválidos para servir no Exército. Era considerado praça ativo para o serviço e fora dele fazia suas plantações. Estava, em 1864, com o tempo de praça findo e aguardava sua baixa para retirar-se da colônia porque era demasiado fraco para continuar vivendo lá.

O soldado-colono Felisbino Pereira Francisco vivia na colônia desde 1º de janeiro de 1854. Era casado e pertencia à Companhia dos Inválidos. Era considerado praça ativa para os serviços do Exército. Além disso, cultivava boa parte de suas terras.

O soldado-colono Theophilo José Godinho trabalhava na colônia militar de Santa Thereza desde o dia 1º de janeiro de 1854. Era solteiro e proveniente da extinta Companhia dos Pedestres. Era doente e impróprio para os trabalhos de campo e da lavoura. Estava com o seu tempo de praça findo e esperava sua baixa para voltar para sua casa materna, na Capital da província.

⁴⁹⁴ CMST. Ofício ao presidente da província, Vicente Pires da Motta. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Desterro, 16 de junho de 1862. Acervo: IHGSC.

⁴⁹⁵ CMST. Relação nominal das praças da mesma colônia que finalizaram o tempo de praça no mês de janeiro de 1862. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza 1º de fevereiro de 1862. Acervo: IHGSC.

⁴⁹⁶ CMST. Ofício ao presidente da província, Conselheiro Vicente Pires da Motta. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Cidade de Desterro, 16 de junho de 1862. Folhas 4-5. Acervo: IHGSC.

⁴⁹⁷ CMST. Ofício ao presidente da província, Sr. Conselheiro Vicente Pires da Motta. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Desterro, 16 de junho de 1862. Acervo: IHGSC.

O soldado Ricardo José da Roza chegou na colônia no dia 6 de março de 1854. Era casado e proveniente da Companhia de Inválidos. Esse soldado sofria muito de enxaqueca e por esse motivo prestava pouco serviço à colônia. O diretor da colônia avaliava que esse soldado possuía índole cigana: nada conservava, pois apenas comprava um animal, e ainda não pago, logo o vendia. Sendo assim, não fundou nenhum sítio e a própria casa em que morava vendeu-a para morar em casa alheia.

O soldado-colono Manoel João Pereira vivia na colônia desde do dia 1º de junho de 1856. Era casado e oriundo da Companhia de Inválidos. Esse soldado era praça recrutado desde o dia 16 de outubro de 1841. Tendo findado o seu tempo de praça engajou-se novamente na Fortaleza de Santa Anna no dia 19 de setembro de 1849. Não fazia serviço algum, nem para si nem para a colônia. Faltava-lhe a mão direita e “sofre a tal ponto enfermidades nos pés, que só a cavalo pode caminhar”⁴⁹⁸. Perdeu sua mão em uma salva de artilharia na Capital da província, na Fortaleza de Santa Anna, em um dia de cortejo. Suas plantações eram feitas por sua esposa. Levava o tempo em contínuos excessos de bebida e de jogos, tanto em sua casa como fora dela. Conforme o diretor, ele influenciava a mocidade da colônia com funestas lições. Retirou-se da colônia para a Companhia de Inválidos no dia 1º de setembro de 1865. Sua família era composta pela mulher e uma filha de doze anos de idade⁴⁹⁹.

O soldado-colono Camillo Rodrigues da Silva foi recrutado em 30 de janeiro de 1854 e foi para a colônia no dia 12 de julho de 1856. Era casado e tornou-se praça na Companhia de Inválidos para servir no Exército. De acordo com o diretor da colônia, era trapaceiro e preguiçoso. Em vez de fundar-se no sítio que lhe foi destinado desde que foi para a colônia, a pretexto de medo dos bugres, plantava em capoeiras alheias e em pequenas porções, tanto que suas colheitas eram diminutas. Achava-se com o tempo de praça findo, e desde fevereiro de 1862 queria baixa do serviço, quando finalizou o seu tempo de praça⁵⁰⁰.

O soldado-colono Manoel José Ferreira vivia na colônia desde o dia 17 de julho de 1857. Era paisano e engajou-se por autorização do

⁴⁹⁸ CMST. Ofício ao presidente da província, Conselheiro Vicente Pires da Motta, João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Cidade de Desterro, 16 de junho de 1862. Folha 4. Acervo: IHGSC.

⁴⁹⁹ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de agosto de 1865. José Felix de Morais, 2º cirurgião diretor interino. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de setembro de 1865. Acervo: IHGSC.

⁵⁰⁰ CMST. Relação nominal das praças da colônia que finalizaram o tempo de praça no mês de janeiro de 1862. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza 1º de fevereiro de 1862. Acervo: IHGSC.

governo da província por dois anos como colono de 1ª classe e era casado. Pela falta de pessoal, continuou a servir até que, em virtude do aviso do Ministério da Guerra de 5 de novembro de 1862, deu-se por concluído o seu tempo de engajado. Fez novo engajamento para continuar a servir na colônia por 6 anos, em 1º de janeiro de 1863, sem as vantagens dos engajados do Exército. Era praça ativa da colônia e trabalhava com proveito no serviço da lavoura.

O soldado-colono Justino Pereira trabalhava na colônia desde o dia 23 de julho de 1857. Era casado e oriundo do Batalhão do Depósito. Não prestava serviço algum por conta de enfermidade de que padecia. Este soldado, em 6 de janeiro de 1861, ao envolver-se num desentendimento, esfaqueou o seu colega o colono Antônio José⁵⁰¹.

O soldado-colono Guilherme Ferreira da Cunha foi para a colônia militar de Santa Thereza no dia 24 de agosto de 1857. Era paisano e engajou-se por autorização do governo da província por dois anos como colono de 1ª classe⁵⁰² e era casado. Pela falta de pessoal, continuou a servir até que, em virtude do aviso do Ministério da Guerra de 5 de novembro de 1862, deu-se por concluído o seu tempo de engajado. Fez novo engajamento para continuar a servir na colônia por 6 anos, em 1º de janeiro de 1863, sem as vantagens dos engajados do Exército. Era praça ativa da colônia e trabalhava com proveito no serviço da lavoura.

Martinho Paulino Pereira, que vivia na colônia desde 10 de fevereiro de 1858, possuía as mesmas condições do soldado Guilherme Ferreira da Cunha.

Manoel Joaquim Correia tornou-se soldado-colono no 1º de novembro de 1858. Era casado e proveniente do Batalhão de Depósito. Era oficial de carpina e além dos serviços próprios de sua profissão, quando havia, empregava-se em outros trabalhos da colônia. No tempo que lhe restava empregava-se em suas plantações.

O soldado-colono Pedro Jacintho vivia na colônia desde o dia 9 de janeiro de 1864. Era solteiro e proveniente do Batalhão 12 de Infantaria. Era praça ativa com tempo de serviço concluído. Prestava-se aos trabalhos da colônia e à suas plantações. Em janeiro de 1865 tinha 40 anos de idade⁵⁰³. Pediu baixa, junto com o soldado Manoel Joaquim

⁵⁰¹ CMST. Cópia de ofício ao tenente coronel diretor da colônia. Justino Pereira, soldado. Colônia militar de Santa Thereza, 10 de janeiro de 1861. Acervo: IHGSC.

⁵⁰² A classificação dos colonos na colônia militar de Santa Thereza será apresentada no capítulo seguinte.

⁵⁰³ CMST. Ofício ao presidente da província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 11 de janeiro de 1865. Acervo: IHGSC.

Corrêa, em 29 de julho de 1869⁵⁰⁴. No dia 3 de agosto daquele ano, o ministro da guerra mandou recolher Pedro Jacintho no hospital militar para ser inspecionado⁵⁰⁵.

Antonio Estolano José da Silva era solteiro e oriundo do Batalhão 12 de Infantaria e vivia na colônia desde o dia 9 de janeiro de 1864. Era considerado praça ativa, mas muito pouco serviço prestava pelo seu contínuo estado de embriaguez. Em vez de cultivar para si, nas duas semanas de cada mês que não precisava prestar trabalho para a colônia, trabalhava para outros com o intuito de adquirir aguardente⁵⁰⁶. Era considerado incorrigível e impróprio para um estabelecimento colonial. Tinha concluído o seu tempo de serviço. Em janeiro de 1865 tinha 41 anos de idade⁵⁰⁷.

O soldado-colono Venâncio Borges Carvalho foi para a colônia no mesmo dia que os dois soldados anteriores. Era casado e oriundo do Batalhão 12 de Infantaria, sediado na Capital da província de Santa Catarina. Era praça ativa da colônia e além dos serviços próprios dela, o restante do tempo empregava-o em suas plantações e em trabalho a jornal para outros, apesar de ser dado ao vício de bebidas espirituosas, conforme afirmou o diretor da colônia. Em novembro de 1864 ainda não havia completado o seu tempo de serviço. E, em janeiro de 1865, tinha 39 anos de idade e sua esposa tinha 27 anos de idade⁵⁰⁸.

Antônio Ignácio Pereira foi para a colônia militar de Santa Thereza no dia 9 de maio de 1864. Era proveniente do Batalhão 12 de Infantaria. Cometeu uma deserção⁵⁰⁹, da qual voltou preso para a Capital da província. Nessa circunstância aproveitou o indulto de perdão de 15 de agosto de 1864 e retornou para a colônia onde se conservava como colono ativo de 1ª classe. Era solteiro e em janeiro de 1865 tinha 34 anos de idade⁵¹⁰.

José Francisco de Arruda era soldado-colono desde o dia 1º de outubro de 1863. Era solteiro e proveniente da Companhia de Inválidos.

⁵⁰⁴ MINISTÉRIO DA GUERRA. Ofício ao presidente da província de Santa Catarina. Barão de Muritiba, ministro da guerra. Rio de Janeiro, 29 de julho de 1869. Acervo: Correspondências ministro da guerra para presidente da província (1869). APESC.

⁵⁰⁵ MINISTÉRIO DA GUERRA. Ofício ao presidente da província de Santa Catarina. Barão de Muritiba, ministro da guerra. Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1869. Acervo: Correspondências ministro da guerra para presidente da província (1869). APESC.

⁵⁰⁶ Quanto ao arranjo do tempo para a prestação de serviços para o governo e o tempo livre na colônia será analisado no próximo capítulo.

⁵⁰⁷ CMST. Ofício ao presidente da província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 11 de janeiro de 1865. Acervo: IHGSC.

⁵⁰⁸ Idem.

⁵⁰⁹ CMST. Ofício ao presidente da província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia Militar de Santa Thereza, 7 de julho 1864. Acervo: IHGSC.

⁵¹⁰ CMST. Ofício ao presidente da província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 11 de janeiro de 1865. Acervo: IHGSC.

Por conta de seu estado de invalidez, não prestava nem mesmo ao serviço braçal do estabelecimento. Fazia alguma plantação por meio de jornaleiros a quem pagava.

O soldado-colono Manoel do Nascimento foi para a colônia no dia 1º de outubro de 1863. Casou-se em Pernambuco e era proveniente da Companhia dos Inválidos. Por conta de seu estado de invalidez, não prestava para serviço algum. Fazia alguma plantação por meio de jornaleiros a quem pagava.

Antônio Correia Feio também vivia na colônia desde o dia 1º de outubro de 1863. Era solteiro e, antes de viver na colônia, pertenceu à Companhia de Inválidos. Este praça tinha idade avançada e frequentemente estava embriagado. Além disso, conforme o diretor da colônia, nas intermitências da embriaguez não buscava serviço algum que se tirasse proveito.

Tendo chegado na mesma data que os anteriores e vindo da mesma Companhia, o soldado-colono Roque Antônio do Rozário casou-se na colônia. No sítio em que vivia com sua mulher fazia pequenas plantações.

José Alves Guimarães Peixoto também chegou na colônia no dia 1º de outubro de 1863. De acordo com o diretor, José era solteiro e prestava poucos serviços, não só por sua enfermidade como pelo seu estado de contínuas bebedeiras e o vício do jogo, onde perdia noites inteiras.

O soldado Manoel Lucas era solteiro e foi para a colônia militar de Santa Thereza com os demais colegas da Companhia de Inválidos. Encontrava-se, com frequência embriagado e apresentava-se gravemente enfermo, o que privava o diretor da colônia de o chamar para qualquer serviço braçal. Contudo, junto a um colono antigo com quem morava, fazia pequenas plantações.

O soldado-colono João José da Silva foi para a colônia no mesmo dia que os anteriores e casou-se na colônia. Por conta da sua invalidez não prestava serviço algum porque, quando chamado, sempre estava doente e, se chegava a ir ao serviço, no meio das atividades ele parava. Apesar disso, no sítio onde morava fazia suas plantações.

A composição da colônia militar de Santa Thereza não era estritamente militar. Dentre os soldados que serviam na colônia, existiam aqueles que eram paisanos. Sendo assim, esses também mereceram alguma descrição, geralmente pontuada com elogios, ao contrário dos soldados militares.

O paisano Francisco Rodrigues chegou na colônia no dia 1º de janeiro de 1854. Era casado e teve baixa do serviço por ter concluído

seu tempo de praça em 1º de junho de 1858. Continuava a residir na colônia desde então. Possuía bom comportamento e trabalhava no lote de terra que lhe pertencia.

Genésio de Oliveira também era um colono paisano. Chegou na colônia no dia 1º de janeiro de 1854. Era casado com uma crioula de nome Francisca e teve baixa do serviço por ter concluído seu tempo de praça no dia 1º de maio de 1860. Continuou desde então a residir na colônia. Trabalhava em suas plantações e pelo seu ofício de carpina. Conforme o regulamento, o lote de terras em que vivia já lhe pertencia.

Francisco Pereira de Souza também era colono paisano. Foi para a colônia em 12 de fevereiro de 1854. Era casado e concluiu seu tempo de serviço em 13 de fevereiro de 1862. Trabalhava em seu lote de terra.

Manoel de Chaves Machado chegou na colônia no dia 2 de novembro de 1864. Era paisano colono e casado. Foi admitido como colono de 3ª classe. Tinha, em janeiro de 1865, 38 anos de idade e sua mulher 22 anos. Tinha um filho com 3 anos e outro com 2 anos de idade⁵¹¹.

Eliseu José da Silva chegou à colônia militar de Santa Thereza no dia 23 de julho de 1857. Ele ficou poucos anos com sua mãe, viúva do falecido soldado-colono Manoel Francisco Raymundo. Era de bom comportamento e trabalhador, tanto que de seu trabalho se mantinham ele e sua mãe, de quem tratava com toda dedicação. O diretor da colônia consentiu que ele continuasse a cultivar as terras do seu finado padrasto.

João Cardoso da Silva Bento trabalhava na colônia desde o dia 27 de dezembro de 1858. Era considerado colono de 3ª classe e obteve o título de suas terras onde se dedicava à agricultura. Possuía um engenho de farinha e numerosa família.

Jezuino Ribeiro da Silva foi para a colônia no dia 1º de janeiro de 1860. Era casado e engajou-se na colônia como colono de 3ª classe. Achava-se no ano de 1864 preenchendo a condição necessária para receber a posse do seu lote de terras. Possuía muito bom comportamento e era dado ao trabalho da lavoura.

Francisco Antônio de Lima vivia na colônia desde o dia 18 de agosto de 1860. Era casado e foi para a colônia como colono de 3ª classe. Concluiu o seu tempo de engajamento no dia 18 de agosto de 1862. Continuava a residir na colônia com sua família e cultivava o terreno que lhe foi concedido.

⁵¹¹ CMST. Ofício ao presidente da província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 11 de janeiro de 1865. Acervo: IHGSC.

O colono paisano de 3ª classe Mauricio Antunes de Brito vivia na colônia desde o dia 1º de julho de 1862. Tinha família e continuava a residir na colônia com o intuito de receber a posse de seu lote de terras. Em outubro daquele ano ainda recebia diárias do governo⁵¹².

Alexandre José Bezerra foi para a colônia em 16 de julho de 1862. Esse soldado era casado e engajou-se como colono de 3ª classe. Concluiu o seu tempo de serviço em 16 de julho de 1864, com o objetivo de preencher as condições necessárias para obter o direito ao lote de terras em que vivia.

O paisano Generozo Xavier de Freitas vivia na colônia militar de Santa Thereza desde o dia 2 de outubro de 1862. Esse soldado era casado e concluiu o seu tempo de serviço no dia 2 de outubro de 1864 e continuou a residir na colônia com o intuito de preencher as condições necessárias para tornar-se proprietário do seu lote de terra.

A respeito de outros oficiais da colônia tem-se que: o capitão diretor Fernando Antonio Cardozo foi nomeado diretor da colônia em 31 de dezembro de 1875 e começou a trabalhar na colônia a partir do dia 10 de fevereiro de 1876. Não possuía condecorações e era reformado do Exército.

Já, o capitão José Francisco da Silva Guimarães, ajudante do diretor, também foi nomeado em 31 de dezembro de 1875 e entrou em exercício no dia 24 de janeiro de 1876. Esse capitão foi removido do lugar que exercia de comandante da Fortaleza de Ratonos para o de Ajudante da colônia em virtude da ordem do dia n. 3, de 31 de dezembro de 1875. Esse oficial era condecorado com as medalhas de Uruguaiana e da Campanha do Paraguai. Era reformado do Exército.

O tenente Alcibiades José da Costa Bastos, escrivão da colônia foi nomeado em 14 de dezembro de 1875 e foi para a colônia em 7 de janeiro de 1876. Era cavaleiro da ordem da Rosa e condecorado com as medalhas de Riachuelo, mérito militar geral da Campanha do Paraguai; e com a Argentina de Corrientes. Era alferes honorário do exército e tenente reformado do Corpo Policial da Província do Rio de Janeiro. O alferes José Felix de Moraes, cirurgião da colônia, era cavaleiro da Ordem da Rosa e era reformado do Exército⁵¹³.

⁵¹² CMST. Relação nominal dos colonos militares e paisanos existentes na colônia militar de Santa Thereza estabelecida na margem direita do rio Itajhy na estrada de Lages com declaração dos colonos quer militares quer paisanos que vencem diárias por conta do Governo no mês de setembro de 1862. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza 1º de outubro de 1862. Folha 2. Acervo: IHGSC.

⁵¹³ CMST. Relação nominal dos oficiais militares que servem na colônia militar de Santa Thereza. Fernando Antonio Cardozo, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de julho de 1876. Acervo: Arquivo do Exército.

Por fim, a tentativa de lançar luz sobre a composição social da colônia tornou possível conhecer melhor parte da dinâmica de vida em uma colônia militar no século XIX. Além disso, emerge da análise dos documentos apresentados neste capítulo um quadro necessário para esclarecer o cotidiano das pessoas que se estabeleceram em colônias militares no interior do Brasil. Neste capítulo buscou-se conhecer quem eram as pessoas que viviam na colônia militar de Santa Thereza, quantas eram, quais eram as formas de admissão na colônia, quais os motivos de se viver em uma colônia militar e em que condições as pessoas deixavam de residir na colônia.

4 – OS AFAZERES DE UMA COLÔNIA MILITAR

A transcrição das correspondências do diretor da colônia militar de Santa Thereza para o presidente da província de Santa Catarina revelou uma série de atividades desenvolvidas, principalmente, pelos colonos (militares e civis), que viveram naquela colônia, na segunda metade do século XIX. De todos os documentos transcritos, referentes ao século XIX, foram selecionados, especialmente, os relatórios mensais do serviço realizado na colônia.

Os relatórios mensais, enviados ao presidente de província, eram apresentados pelo diretor da colônia. A redação dos relatórios era dividida em duas partes. A primeira: narrativa das principais atividades desenvolvidas pelos colonos, principalmente aquelas relacionadas ao cumprimento de exigências do Estado. A segunda: noticiava os nascimentos e falecimentos, as baixas do serviço militar, bem como a inclusão de novos soldados e seus familiares na colônia.

Em alguns anos (1858, 1859, 1861, 1862, 1863, 1864 e 1865) a coleção de relatórios encontra-se completa. Desse acervo foram selecionadas as passagens que poderiam revelar características importantes do cotidiano das pessoas que viviam na colônia militar de Santa Thereza. A seleção dos excertos manteve a ordem cronológica dos acontecimentos. O resultado, infelizmente, alcançava apenas a descrição mensal de atividades que se mantinham desconexas ao longo dos anos. Organizar o texto referente aos relatórios conforme a passagem dos meses permitiu, portanto, poucos avanços.

Entretanto, ao dispor todos os textos de forma ordenada foi possível perceber com facilidade a frequência com que determinadas atividades eram relatadas. Mês após mês, ano após ano, algumas tarefas estavam presentes em vários relatórios. Quanto a esses afazeres mais comuns, foi possível conhecer, entre outras informações, em quais épocas do ano eram realizados, quais eram as suas finalidades e quantas pessoas estavam envolvidas no seu cumprimento.

A escrita deste capítulo segue, portanto, indícios das principais atividades desenvolvidas naquela colônia, tanto pelos colonos como pelos oficiais do Exército brasileiro. Contudo, as tarefas desenvolvidas pelos colonos receberão maior espaço no texto. Isso porque os relatórios eram redigidos pelos oficiais, que no cumprimento de seus deveres, eram responsáveis por todas as informações referentes à colônia enviadas ao presidente de província. Desse modo, o trabalho dos colonos será conhecido por meio dos relatos redigidos pelos oficiais da colônia. Ao mesmo tempo, esses relatos permitirão, também, o

conhecimento das atividades desenvolvidas pelos oficiais, pois são o resultado dos trabalhos realizados por eles: ao relatarem os trabalhos dos colonos e redigirem as correspondências da colônia, cumprem parte importante de suas obrigações perante o Exército brasileiro. Ou seja, os mesmos documentos permitirão algumas proposições a respeito das atividades desenvolvidas pelos oficiais – que redigem os relatórios – e pelos colonos, os principais sujeitos desses relatórios.

Antes de prosseguir, porém, é necessário considerar, conforme o historiador Peter Beattie argumentou em seu estudo sobre o recrutamento forçado, que:

O termo “ofício de soldado” é usado para enfatizar que os soldados são trabalhadores que praticam um ofício. Os estudiosos raramente examinam os soldados sob a rubrica de trabalhadores, e tampouco comparam o trabalho forçado realizado por muitos soldados a outras formas de trabalho compulsório como escravidão, servidão por contrato, servidão, e peonagem por dívida⁵¹⁴.

4.1 Entre os colonos e o presidente de província: os diretores de colônia

A maior parte dos documentos referentes à colônia militar de Santa Thereza, encontrados em arquivos, são assinados pelos oficiais da colônia. São mais numerosas as correspondências atribuídas ao diretor, embora sejam frequentes também os relatórios assinados pelo ajudante do diretor e pelo médico da colônia.

Os diretores das colônias militares eram sempre oficiais do Exército brasileiro, ativos ou reformados. Esses oficiais, quando nomeados para o cargo de diretor de colônia, tornavam-se responsáveis pela administração local. Os diretores possuíam poderes civis e militares e todas as pessoas que residiam nas colônias militares estavam subordinados a eles⁵¹⁵.

Indicados pelos presidentes de província, os diretores eram nomeados pelo Governo. Além de instruir a Corte no Rio de Janeiro, o presidente de província, peça importante nas relações estabelecidas entre as colônias militares e o alto comando do Exército brasileiro, também detinha o poder de suspender os diretores de colônias quando julgava

⁵¹⁴ BEATTIE, op. cit., p. 196.

⁵¹⁵ Artigo 42 do Regulamento da colônia.

conveniente. Porém, essa decisão deveria ser comunicada imediatamente ao Governo no Rio de Janeiro, acompanhada de declaração dos motivos⁵¹⁶.

Os diretores eram responsáveis pelo desenvolvimento das colônias militares. Primeiramente, os diretores eram obrigados a garantir o adequado alojamento aos que ingressavam nas colônias, bem como fornecer ferramentas e suprimentos essenciais à sobrevivência de todos os colonos. Em geral, a economia das colônias militares dependia essencialmente da agricultura. Desse modo, aos diretores também eram solicitadas sugestões de melhoria nos métodos agrícolas (quais plantas eram as mais adequadas para a colônia, quais ferramentas eram necessárias para o plantio etc.). Essas propostas deveriam ser remetidas, sempre, ao presidente de província. Assim, em 1877, o presidente da província de Santa Catarina, Alfredo Escragnolle Taunay, em seu relatório, afirmou que embora as terras da colônia militar de Santa Thereza fossem extremamente produtivas, para que a colônia progredisse era necessário nomear “um oficial de arma científica e habilitações especiais”, caso contrário, jamais sairia do estado de estagnação em que tinha permanecido desde a sua criação⁵¹⁷.

Além disso, aos diretores cabia inspecionar todos os trabalhos nas colônias e promover a introdução de melhoramentos, especialmente ao indicar quais oficinas deveriam ser instaladas nas colônias. Atentos ao desenvolvimento da colônia, os diretores da colônia militar de Santa Thereza propuseram, além da instalação de novas oficinas e do aperfeiçoamento daquelas existentes, a introdução de novas culturas na colônia. Em meados de 1862, por exemplo, o diretor da colônia, o tenente coronel João Francisco Barreto, propôs ao presidente da província de Santa Catarina, o conselheiro Vicente Pires da Motta, o plantio de uma nova espécie de mandioca⁵¹⁸. Conforme o diretor, a farinha de mandioca era um importante produto de exportação da província. Sendo assim, o diretor, na mesma correspondência, solicitava ao presidente de província que, por meio oficial, obtivesse do presidente da província de Parahyba do Norte raízes de mandioca, denominada Caxixi, a qual o próprio diretor havia cultivado naquela província. Essa

⁵¹⁶ Artigo 50 do Regulamento da colônia.

⁵¹⁷ SANTA CATARINA. Relatório com que o 1º vice-presidente, Herminio Francisco do Espírito Santo, passou a administração da província de Santa Catarina a Alfredo d'Escragnolle Taunay. Desterro: Typ. de J. J. Lopes, 1877, p. 79.

⁵¹⁸ CMST. Cópia do ofício ao presidente da província de Santa Catarina, conselheiro Vicente Pires da Motta. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor da colônia. Desterro, 8 de julho 1862. Conforme o original remetido à Assembleia Legislativa Provincial. Acervo IHGSC.

espécie, segundo o diretor, poderia ser colhida em 6 meses, e não em 2 anos como requeriam aquelas espécies plantadas em Santa Catarina.

As responsabilidades dos diretores de colônia estavam expressas nos regulamentos coloniais. Essas referiam-se, muitas vezes, à administração das pessoas que viviam nas colônias. Por meio desses, os diretores eram autorizados a estabelecer regras para o uso do tempo na colônia e distribuir os trabalhos entre os colonos. Neste sentido, o diretor era responsável pela ordem, disciplina e segurança na colônia. Sem a permissão do diretor, por exemplo, os colonos não poderiam se retirar da colônia. E mais, para garantir o desenvolvimento adequado das colônias, os diretores poderiam negar a entrada de qualquer colono considerado indesejável. Além de controlar a entrada e a saída dos colonos, o diretor deveria registrar todos os residentes na colônia, expulsar aqueles que considerasse violentos ou que promovessem tumultos, e rejeitar as recomendações de títulos permanentes de terra aos colonos.

Os diretores também deveriam prender os criminosos, desertores e aqueles considerados vadios, ou que não tivessem alguma ocupação, e fossem encontrados nos limites da colônia. Sendo assim, com a autorização do presidente de província, os diretores deveriam expulsar das colônias as pessoas que provocavam tumultos ou que eram violentas, desordeiras, que provocavam rixas, que possuíam vícios e que se tornavam nocivas ao bom regime e à tranquilidade das colônias. Ademais, os diretores deveriam propor ao presidente de província a demissão dos empregados da colônia quando esses adquiriam algum vício ou eram omissos no cumprimento de seus deveres. Neste sentido, os diretores também controlavam os vencimentos dos empregados e dos colonos, eram eles que recebiam as verbas da província e pagavam todas as despesas da colônia. Também era obrigação dos diretores realizarem a matrícula dos colonos e dos familiares desses.

Além de controlar as pessoas que viviam nas colônias militares, os diretores de colônia eram obrigados a relatar todos os acontecimentos ao presidente de província. Todos os meses, o diretor da colônia encaminhava ao presidente de província, e ao delegado da Diretoria Geral das Terras Públicas, um relatório resumido dos serviços na colônia, com ênfase no estado das obras em andamento e de toda a despesa que havia sido realizada no mês anterior⁵¹⁹.

Esses e outros relatórios permitem o conhecimento de características importantes de como foi construída a colônia militar de

⁵¹⁹ § 2º, artigo 7º do Regulamento da colônia.

Santa Thereza. O artigo 51 do regulamento da colônia obrigava o diretor, a cada 6 meses, a remeter ao presidente de província informações referentes ao comportamento dos empregados e o modo como eles executavam os seus deveres. Quanto ao cumprimento dessa obrigação, há um ofício do diretor da colônia, pelo qual busca justificar as falhas contidas em relatório enviado ao presidente de província, que esclarece a importância desses relatórios para a manutenção e controle do sistema de colonização militar. Nesse ofício, datado de 1º de julho de 1865, o diretor afirmava que:

Sucedendo porém, contra toda expectativa minha e dos empregados desta colônia que, enviando, eu, em data de 1º de janeiro do corrente as informações correspondentes ao 2º semestre do ano findo, me fossem devolvidas para as reformar no sentido das do Exército, enviando-se me o modelo delas, que eu não ignorava, mas que para aqui não tinham aplicação, e com a exigência pertinente ao tempo indispensável de serem levadas a superior Instância; como V. Ex.^a. verá da cópia junta, em cuja parte final vê-se o anômalo de tal determinação; pois se não convém informar sobre o Sargento Ajudante por ser inválido, é obvio que os oficiais reformados como o Ajudante e Cirurgião, a quem já não aproveitam serviços anteriores ou atuais para as promoções, estão no mesmo caso, e não devem entrar nas informações semestrais como oficiais ativos do quadro do Exército.

Tive contudo, para evitar encrespações de não cumprimento de ordem, de enviar no sentido que me foi ordenado um trabalho imperfeito afim de acudir a referida exigência; porquanto sendo de comissão os empregados desta colônia não existe nela registro em que se tenha feito lançamento de suas fés do ofício: e nem os empregados subalternos, e mesmo eu, aqui as temos, por nunca terem sido precisas para tal fim: e juntamente, com aquele imperfeito trabalho, enviei as informações do costume, só com a diferença da inclusão de meu nome que nas outras não mencionava. E não me sendo acusada a recepção, como se há praticado com a mais correspondência desta colônia; e em observância ao Art. 53 do regulamento; que diz – O diretor remeterá de seis

em seis meses ao Presidente da Província uma informação a respeito do comportamento dos empregados, e maneira pela qual preenchem os seus deveres. – E por que V. Ex.^a. conhece e sabe que, onde falta a lei cessa a vontade, ou arbítrio, envio na forma adotada e seguida até hoje, no sentido do mesmo regulamento, as referidas informações juntas.⁵²⁰

Sobre o envio de relatórios ao presidente de província acerca dos serviços realizados na colônia militar de Santa Thereza, o tenente coronel João Francisco Barreto, em outubro de 1862, informou ao presidente da província que:

Cumprindo o determinado por esse Governo em data de 12 do findo mês de setembro: tenho a honra de enviar a V. Ex.^a. a relação junta de todos os colonos com a declaração unicamente de três que vencem a diária de 160 réis, na forma do regulamento, como colonos da 3^a classe.

Quanto ao que respeita a segunda parte da mencionada ordem: V. Ex.^a. encontrará incluso ao ofício que cobre o mapa mensal do mês findo, o relatório dos serviços feitos pelos colonos nos três dias por semana, que são obrigados a dar as de 1^a classe, e os da 3^a um, também semanalmente, na forma do regimento da colônia; o que tem sido sempre satisfeito por esta diretoria, sem contudo acompanhar o cálculo da importância desses serviços, e nem o número de trabalhadores neles empregados; por quanto para as obras que até aqui se tem feito, e que se vai continuando com elas, a fazenda nada tem despendido. [...].

Quanto ao restante e final da mesma ordem para mensalmente dar relações de todos os sucessos e ocorrências, tenho-o sempre assim feito, por me ser esse imposto pelo regulamento, menos os nascimentos e óbitos, que só os mencionava nos relatórios do fim do ano; mas cumprindo-me satisfazer o que por esse Governo me foi ordenado: junto vai o mapa exigido dos nascimentos e falecimentos desde a fundação

⁵²⁰ CMST. Ofício ao vice-presidente de província, tenente coronel Francisco José d'Oliveira. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor da colônia. Colônia militar Santa Thereza 1^o de julho de 1865. Acervo IHGSC.

desta colônia até o fim do passado mês; já o tendo feito em meu relatório de 31 de dezembro do passado, segundo igual determinação; como deve constar do arquivo dessa secretaria.⁵²¹

O atraso no envio desses relatórios ao presidente de província deveria ser evitado, e quando ocorria os diretores eram advertidos. Há correspondências dos diretores da colônia militar de Santa Thereza em que justificavam ao presidente de província o atraso na remessa dos relatórios. Em outubro de 1863, o diretor da colônia, o tenente coronel João Francisco Barreto, enviou ofício ao presidente de província no qual alegava os motivos que o fizeram atrasar a expedição dos relatórios anuais. Ao tratar do relatório correspondente ao ano anterior, o diretor da colônia asseverou que:

Esse trabalho, assim como os quatro relatórios que o acompanham, com determinação para cada uma das quatro Diretorias Gerais do Ministério da Guerra, deveriam ser entregues na Secretaria desse Governo até o dia 15 do corrente; mas razões poderosíssimas, quais a de haver constipado com os excessivos calores do mês em uma casa desabrigada, onde se não pode a toda hora escrever por causa dos ventos fortíssimos das trovoadas, e a muita frequência de tropas, e tropeiros, que tudo tem que entender com esta Diretoria, na ida e na volta, por lhe estar incumbido o penoso cargo da Barreira: como V. Ex^a. terá visto pelas relações que mensalmente envio; não só do que é sujeito a imposto, como de todo o mais movimento; e ter de cuidar ao mesmo tempo no diário expediente do serviço da colônia, sem ter a quem incumbir de algum ramo desse serviço, por ter ido o Ajudante da colônia a recebimentos da Fazenda, desde o princípio do presente mês: tudo isto concorro para essa demora; de que peço desculpa a V. Ex^a., que me não deixará de atender observando que toda a escrituração é feita por meu punho.⁵²²

⁵²¹ CMST. Ofício ao vice-presidente da província, João Francisco de Souza Coutinho. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor da colônia. Colônia militar Santa Thereza 1º de outubro de 1862. Acervo IHGSC.

⁵²² CMST. Ofício ao presidente da província, Pedro Leitão da Cunha. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar Santa Thereza 1º de outubro de 1863. Acervo IHGSC.

Embora seja uma justificativa e um pedido de desculpas pelo atraso na remessa dos relatórios ao presidente de província, essa correspondência também traz indícios acerca das condições de sobrevivência dos diretores na colônia – “em uma casa desabrigada, onde se não pode a toda hora escrever por causa dos ventos fortíssimos das trovoadas” – e da carga de trabalho desses oficiais – “a muita frequência de tropas, e tropeiros, que tudo tem que entender com esta Diretoria, na ida e na volta, por lhe estar incumbido o penoso cargo da Barreira”.

No início de cada mês, os diretores também deveriam enviar ao presidente de província um mapa estatístico do movimento da estrada entre Desterro e Lages, referente ao mês que havia passado. São exemplos desses documentos: um mapa (do ano de 1856) e um ofício que acompanhava o mapa (do ano de 1864)⁵²³.

O mapa:

Quadro 6: Mapa de movimento da estrada da Capital e Lages no mês de julho de 1856

Dia do mês	Nomes	Para a Colônia		Para São José				Para Lages			Total
		Animais de Montaria	Ditos Cargueiros	Animais de Montaria	Ditos Cargueiros	Ditos com Erva Mate	Ditos Bois para venda	Ditos Cavalos para venda	Animais de Montaria	Ditos Cargueiros	
1º	Antonio José Dinis							3	39	10	52
1º	Narcizo José							1	7		8
1º	Francisco Munis de Moura							2	12	6	20
2	José Marques Fraga								4		4
4	Alemão Cheits		34								34
4	Manoel Joaquim Camargo							1	9		10
7	Manoel Luis da Silva			2	1		83				86
7	José Coelho			2	24						26
8	Seraphim Munis de Moura	3	22								25
8	Raulino José Pereira							1	8		9
8	Tenente Coronel Souza			3	30						33
10	Ignácio José Rodrigues							1	15		16
10	Silvestre Alexandre Martins							2	2		4
12	Manoel José da Costa							1	15		16
14	Coronel Neves			1	13						14
14	Joaquim Gregório		11								11
17	Antonio Antunes de Lima							2	11	14	27
17	Joaquim Gregório								11		11
18	Joze Castanheiro			1	15						16
21	Tenente Coronel Souza							3	18	12	33
21	Joze Bernardo Dias							2	26		28

⁵²³ Estes dois documentos servem apenas para exemplificar uma das atividades dos diretores da colônia e não serão alvo de análise neste trabalho.

23	[Dotter?] de Andrades							2	10	12	24
23	Joze Coelho							2	20	6	28
24	Alferes Frederico Xavier de Souza							1			1
27	Capitão Diretor Xavier	1	1								2
Soma		4	68	9	83		83	24	207	60	538

Fonte: CMST. Mapa de movimento da estrada da Capital e Lages no mês de julho de 1856. João Xavier de Souza, capitão diretor interino. Colônia Militar de Santa Thereza 1º de agosto de 1856.

Segue exemplo de ofício que acompanhava a remessa dos mapas do movimento da estrada:

Ilmº. e Exmº. Sr.

Tenho a honra de dirigir a V. Exª. a inclusa relação das tropas de animais que no mês de dezembro do ano próximo findo passaram pela Barreira da Colônia Militar Santa Thereza vindas dos campos de Lages para o termo da cidade de São José com destino de serem aí vendidas para consumo, sujeitas ao imposto de 1\$000 réis por cabeça pagável na Agência do Passa-vinte, cuja relação é do costume remeter-se mensalmente a essa Presidência na forma da ordem, e instruções de que foi estabelecida a Barreira na dita Colônia no 1º de julho do ano de 1860.

Deus guarde a V. Exª.

Colônia Militar de Santa Thereza 1º de janeiro de 1864.

Ilmº. e Exmº. Sr. Francisco José de Oliveira

Digníssimo Vice-Presidente da Província

João Francisco Barreto

Tenente Coronel Diretor⁵²⁴

Além dos relatórios citados acima, os diretores de colônia eram obrigados a enviar ao presidente de província, até o dia 15 de janeiro de cada ano, uma informação circunstanciada do estado da colônia, com declaração das obras feitas – públicas ou particulares –, acompanhada de um mapa da produção agrícola e da quantidade de animais (muares, cavалares, vacuum etc.) que existiam na colônia.

Ainda quanto aos trabalhos burocráticos desempenhados pelos diretores de colônia, especialmente a escrita de relatórios e de ofícios ao presidente de província, dois ofícios do diretor da colônia militar de Santa Thereza ilustram parte dessas obrigações.

⁵²⁴ CMST. Ofício ao vice-presidente da província, Francisco José de Oliveira. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar Santa Thereza 1º de janeiro de 1864. Acervo IHGSC.

O primeiro:

Ilmo. e Exmo. Sr.

Tenho a honra de enviar a V. Ex^a. em duplicata os três relatórios juntos discriminadamente para a 2^a, 3^a e 4^a Diretorias do Ministério da Guerra, por ter já enviado a esse Governo, também em duplicata, o pertencente a 1^a Diretoria: sendo os que este ofício cobre aqueles que devem ficar para o arquivo e conhecimento desse Governo, como se vê pelos relatos, e os outros para que se digne dar-lhes o destino que tem de seguir.

Deus guarde a V. Ex^a. por muitos anos.

Colônia militar 16 de janeiro de 1865.

Ilmo. e Exmo. Sr. Doutor Alexandre Rodrigues da Silva Chaves

Digníssimo Presidente da Província

João Francisco Barreto

Tenente Coronel Diretor⁵²⁵

O segundo ofício:

Ilmo. e Exmo. Sr.

Tenho a honra de enviar a V. Ex^a. os mapas e mais papéis que na forma do costume se dirigem mensalmente a esse Governo; sendo os mapas do pessoal e dos doentes da colônia militar de Santa Thereza de minha direção; o mapa do número de praças de linha que se acham na dita colônia com as declarações nele mencionadas; o mapa do armamento existente na mesma colônia; e os relatórios dos serviços nela feitos com suas alterações; e a relação do movimento da estrada; pertencentes ao mês de janeiro do corrente ano.

Deus guarde a V. Ex^a. por muitos anos.

Colônia militar Santa Thereza 1^o de fevereiro de 1865.

Ilmo. e Exmo. Sr. Doutor Alexandre Rodrigues da Silva Chaves

Digníssimo Presidente da Província

João Francisco Barreto

Tenente Coronel Diretor⁵²⁶

⁵²⁵ CMST. Ofício ao presidente da província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar Santa Thereza 16 de janeiro de 1865. Acervo IHGSC.

Contudo, é interessante salientar a insatisfação dos diretores ao terem de cumprir todas as obrigações burocráticas nas colônias militares. Entre um ofício e outro daqueles citados acima, o tenente coronel João Francisco Barreto, demonstrou ao presidente de província o seu descontentamento ao cumprir todas as suas obrigações, principalmente aquelas relacionadas ao envio de relatórios para as várias repartições do Estado. No excerto abaixo é possível perceber a contrariedade com que o diretor da colônia militar de Santa Thereza enviava seus relatórios:

Para não faltar ao preceito ordenado por V. Ex.^a. apresso-me em enviar os dois relatórios juntos em duplicata, um para esse Governo e outro com direção ao Exmo. Sr. Ministro da Guerra, pela 1^a Diretoria.

Nele tudo contém quanto é essencial ao que V. Ex.^a. exigiu, e que poderia satisfazer ao desejável e necessário para conhecimento do estado desta colônia; mas tenho ainda em seguida a este correio de enviar em duplicata mais 3 relatórios para a 2^a, 3^a e 4^a Diretorias, que não passam de formalidades, mas que infelizmente, como empregados somos obrigados a satisfazer para sustentação de um luxo de repartição e de empregados públicos de arrombar a fortuna nacional.

Esses relatórios pelo estado precário de minha saúde não seguem já, mas asseguro a V. Ex.^a. que se não foram esperar para a remessa que esse Governo tenha a fazer desses trabalhos ao Governo Geral.

Da bondade e Patriotismo de V. Ex.^a. espero perdoará a este velho soldado da Independência da Pátria semelhante rasgo de franqueza.⁵²⁷

O papel de comandante do destacamento militar nas colônias também era desempenhado pelos diretores. Nessa função os diretores eram responsáveis pela correta distribuição das tarefas militares entre os colonos. Sendo assim, os diretores desempenhavam o papel de instrutor

⁵²⁶ CMST. Ofício ao presidente da província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar Santa Thereza 1^o de fevereiro de 1865. Acervo IHGSC.

⁵²⁷ CMST. Ofício ao presidente da província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar Santa Thereza 19 de janeiro de 1865. Acervo IHGSC.

militar, quando cobravam dos colonos o cumprimento dos exercícios militares mensais e quando realizavam as revistas.

Os diretores também deveriam prestar ajuda às autoridades locais, dar assistência aos missionários em doutrinação de índios e a qualquer colônia vizinha que estivesse em perigo⁵²⁸. Em fevereiro de 1857 o diretor da colônia militar de Santa Thereza, o capitão João Xavier de Souza, auxiliou o tenente João Ricardo Pinto na realização de uma diligência pelas margens do rio Itajaí. O capitão João Xavier de Souza relatou ao presidente de província que o tenente João Ricardo Pinto havia chegado à colônia no dia 25 de janeiro, com o intuito de explorar o rio Itajaí. Essa diligência permaneceu na colônia por mais de uma semana. Durante esses dias os soldados-colonos construíram 4 canoas, todas maiores em comprimento e em largura se comparadas às 5 canoas que existiam na colônia. Todas as 9 canoas foram utilizadas na diligência e seguiram rio abaixo, levando também 7 soldados da colônia⁵²⁹.

Neste sentido, os diretores da colônia militar de Santa Thereza também deveriam auxiliar os tropeiros a enfrentarem as dificuldades encontradas no percurso entre a capital da província e a cidade de Lages, principalmente quanto aos ataques indígenas que aconteciam no caminho. Em outubro de 1879 o diretor da colônia, o capitão João Paulo de Miranda, informa ao presidente de província possíveis ataques indígenas nas proximidades da colônia militar de Santa Thereza. O diretor da colônia afirmava que:

Em cumprimento ao ofício da sala das ordens da Presidência desta Província sob n. 293 de 26 de setembro próximo passado que manda responder sobre o que emitii a V. Ex^a. de terem os gentios atacado recentemente uma tropa no lugar denominado Vargem da Raiz tenho a dizer que não deve ser exata tal informação por quanto passando por esta colônia todas as tropas seria eu o primeiro a saber. O terem atacado uma tropa no lugar Avencalzinho é exata, mas não agora, a que no tempo imediatamente participei o acontecimento a V. Ex^a. em ofício nº 154 de 13 de junho do corrente ano e bem assim a providencia que tomei, ponderando a V. Ex^a. nessa ocasião a

⁵²⁸ Ver artigo 4º, seção 4 e 5, decreto 750, 2 de janeiro de 1851, XIV, p. 2. Coleção de Leis do Brasil; e artigo 3º, seção 10, decreto 820, 12 de setembro de 1851, XIV, p. 244.

⁵²⁹ CMST. Ofício ao presidente da província, João José Coutinho. João Xavier de Souza, capitão diretor interino. Colônia militar de Santa Thereza, 9 de fevereiro de 1857. Acervo IHGSC.

necessidade de um destacamento maior para poder melhor reprimir os ataques de tais gentios, cujos aparecem uma vez por outra, e sempre fazem estragos nos animais de criação. Agora conta-me terem aparecido no caminho daqui para Lages, tanto que um dos moradores da Bom Retiro, amedrontado, mudou-se a poucos dias para esta colônia, mas nada se deu ali de notável, além de dois animais que os moradores encontraram mortos.⁵³⁰

Mesmo sem conhecer o teor do ofício do presidente de província, é possível sugerir que o presidente encaminhou ofício ao diretor da colônia, fazendo-lhe cobranças, por ter recebido, na capital da província, reclamação acerca de ataques indígenas no caminho entre Desterro e Lages. O diretor da colônia, em seu ofício, defende-se da possível acusação de negligência ao afirmar que não tem conhecimento de outro ataque indígena além daqueles que teria noticiado ao presidente da província.

Ao tratar do caminho entre Desterro e Lages é necessário salientar a importância dos diretores da colônia militar de Santa Thereza na supervisão de várias obras nesse percurso. A existência dessa colônia estava intimamente relacionada à importância econômica e estratégica daquele caminho. Desse modo, muitos trabalhos na colônia estavam voltados para o caminho. Algumas funções de diretor, portanto, também estavam relacionadas aos movimentos do caminho: seja na cobrança dos impostos, na fiscalização do tráfego ou nos serviços de retificação e supervisão de serviços contratados para o caminho. A correspondência do capitão João Xavier de Souza, diretor da colônia militar de Santa Thereza, ao presidente da província, em meados de 1856, exemplifica o desempenho dessas funções pelos diretores da colônia. Nessa correspondência o diretor afirmava que seguia, no dia 11 de junho, “a examinar a estrada que [Doctel?] de Andrade contratou com V. Ex^a. do passo do Rio João Paulo até Bom Retiro do resultado participarei a V. Ex^a. logo que chegue à Capital”⁵³¹.

Duas correspondências encaminhadas ao presidente de província, uma da Coletoria Estadual de São José e outra da diretoria da colônia militar de Santa Thereza, ilustram bem o papel desempenhado pelos

⁵³⁰ CMST. Ofício n. 167, ao presidente de província, Antonio d’Almeida Oliveira. João Paulo de Miranda, capitão diretor da colônia. Colônia militar de Santa Thereza, 30 de outubro de 1879. Acervo IHGSC.

⁵³¹ CMST. Ofício ao presidente de província, João José Coutinho, Frederico Xavier de Souza, alferes ajudante. Colônia militar de Santa Thereza, 10 de junho de 1856. Acervo IHGSC.

diretores dessa colônia frente aos serviços contratados para o caminho. Em novembro de 1879, Francisco da Silva Ramos e Manoel Pinto de Lemos, da Coletoria Estadual de São José, solicitavam ao presidente de província que o diretor da colônia inspecionasse os consertos que deveriam ter sido realizados nas proximidades da colônia. Para a inspeção, foi remetido cópia do contrato ao diretor da colônia e o ofício que segue:

A comissão encarregada dos consertos da estrada de São José a Lages faz ciente a V. Ex^a. que o Sr. Jacintho Antonio Cardoso, comunicou o mesmo ter concluído os consertos que contratou fazer do rio de Itajaí ao Campo do Trombudo, e pede para que se mande examinar se estão cumpridas as condições estipuladas no contrato, a fim de poder receber a última prestação, a vista do que a comissão pede a V. Ex^a. se digne ordenar ao comandante da Colônia de Santa Thereza para fazer o referido exame.⁵³²

O capitão João Paulo de Miranda, nos últimos dias do mês de novembro de 1879, informava ao presidente de província o cumprimento dos serviços contratados:

Em cumprimento do ofício de V. Ex^a. de 17 do corrente mês, passei a examinar os consertos da estrada de Lages, do rio Itajaí ao Campo do Trombudo, feito pelo cidadão Jacintho Antonio Cardoso, e achando-se presentemente tais consertos bem feitos e nas condições dos artigos constantes do contrato, assim comunico a V. Ex^a.⁵³³

Por fim, os diretores executavam, ou faziam executar, as ordens prescritas pelo presidente de província e/ou pelo alto comando do Ministério da Guerra.

4.2 Outros oficiais na colônia militar

⁵³² CMST. Anexo do ofício n. 173, ao presidente de província, Antonio d'Almeida Oliveira. Francisco da Silva Ramos, Manoel Pinto de Lemos. São José, 12 de novembro de 1879. Acervo IHGSC.

⁵³³ CMST. Ofício n. 173, ao presidente de província, Antonio d'Almeida Oliveira. João Paulo de Miranda, capitão diretor da colônia. Colônia militar de Santa Thereza, 23 de novembro de 1879. Acervo IHGSC.

Além dos diretores, outros oficiais do Exército brasileiro trabalhavam nas colônias militares. Esses oficiais cumpriam, principalmente, as funções de vice-diretor (denominado também de ajudante), de escrivão e de médico (denominado também de facultativo). Antes de descrever as principais tarefas desses oficiais na colônia, é necessário conhecer a hierarquia do Exército brasileiro no século XIX:

Quadro 7: Hierarquia do Exército brasileiro no século XIX

Oficiais - gerais	Marechal do Exército Tenente – General Marechal de Campo Brigadeiro
Oficiais superiores	Coronel Tenente- Coronel Major
Oficiais subalternos	Capitão Primeiro – tenente Segundo- tenente
Oficiais inferiores	Primeiro-sargento Segundo-sargento Furiel
Baionetas	
Cabos	
Anspeçadas	
Soldados	

Fonte: *Coleção das leis do Brasil*, decreto de 4 de maio de 1853 que traz o quadro hierárquico da instituição. Apud: SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império*: um estudo sobre a política militar conservadora. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

Com base no regulamento da colônia militar de Santa Thereza, é possível perceber que o vice-diretor deveria ser um oficial do Exército, ativo ou reformado, de menor patente que o diretor, e nomeado pelo presidente de província⁵³⁴. O vice-diretor substituíria o diretor em seus impedimentos e na sua ausência. Era o vice-diretor que dava parte, por escrito, de todas as omissões e faltas cometidas pelos empregados e pelos colonos no cumprimento dos serviços públicos. Era ele que inspecionava diariamente os trabalhos coloniais e, aos sábados, deveria fazer minuciosa revista dos colonos⁵³⁵. No primeiro domingo de cada mês, o vice-diretor deveria examinar o estado das ferramentas distribuídas aos colonos e relatar ao diretor aquelas que faltavam. Nesses casos, o diretor fornecia outra ferramenta mediante desconto no vencimento do colono quando não fosse justificada a falta. Com o escrivão o vice-diretor também conferia todos os papéis do expediente da colônia, tais como as folhas de pagamento, os mapas estatísticos etc.

⁵³⁴ Artigo 8º do Regulamento da colônia.

⁵³⁵ Artigo 10, § 3º do Regulamento da colônia.

Além disso, o vice-diretor executava todas as ordens do diretor, fossem elas relativas aos trabalhos da colônia ou referentes ao comando da força e do destacamento militar.

O escrivão da colônia era um oficial inferior. Frequentemente esse posto era preenchido por um oficial subordinado, ou cadete de boa conduta, que soubesse ler e escrever. A ele competia guardar e entregar os objetos destinados à colônia, escriturar os livros da colônia e todos os demais processos que registravam os fatos ocorridos na colônia, servindo também de arquivista⁵³⁶. As contas e os relatórios da colônia eram mantidos pelo escrivão. O escrivão também era um colono contador, e era responsável por toda a correspondência oficial, pelos relatórios e pelos documentos da colônia⁵³⁷. Nas instruções coloniais, ele deveria assistir o ajudante com a inspeção da colônia. Além disso, o escrivão também poderia informar o diretor das necessidades dos colonos. Nas colônias em que não havia capelão, ele serviria de professor.

As autoridades brasileiras consideravam o escrivão uma peça bastante importante no sistema de colonização militar, tanto que, por vezes, esses oficiais eram liberados de todas as outras responsabilidades na colônia com exceção do comparecimento nas instruções militares, na revisão e nos treinamentos. Quando não havia entre os militares algum soldado para essa posição, o diretor poderia nomear um colono civil para preencher o cargo temporariamente⁵³⁸.

O facultativo da colônia era composto por um médico, ou cirurgião, legalmente habilitado e nomeado pelo presidente de província. A ele competia visitar na enfermaria, e em suas residências, os colonos e demais habitantes da colônia receitando e aplicando medicamentos quando fosse necessário⁵³⁹. Ele deveria visitar a enfermaria pelo menos duas vezes ao dia e usava a botica na preparação dos medicamentos indispensáveis. Além disso, deveria fazer os pedidos de suprimentos essenciais à botica, zelar pelo serviço do enfermeiro, o qual seria sempre da sua escolha dentre os colonos.

Para as autoridades no Rio de Janeiro, o oficial médico era um funcionário que deveria ser empregado somente naquelas colônias onde era absolutamente preciso⁵⁴⁰. Contudo, o tempo revelou a importância dos serviços do médico e os regulamentos coloniais passaram a

⁵³⁶ Artigo 12, § 2º do Regulamento da colônia.

⁵³⁷ Ver artigo 10, seção 1, decreto 820, 12 de setembro de 1851, Coleção de Leis do Brasil, XIV, p. 245.

⁵³⁸ Ver artigo 51, decreto 2.215, 13 de março de 1858, Coleção de Leis do Brasil, XIX, p. 154.

⁵³⁹ Artigo 16, § 1º do Regulamento da colônia.

⁵⁴⁰ Ver artigo 20, decreto 729, de 9 de novembro de 1850, Coleção de Leis do Brasil, XVIII, p. 230.

estabelecer as qualificações mínimas para o cumprimento desse cargo, tal como ocorreu em 1858 na colônia militar de Santa Thereza⁵⁴¹. A saúde dos colonos era a primeira preocupação desse oficial. O médico trabalhava na enfermaria e tinha acesso à botica da colônia.

O médico também deveria indicar ao diretor da colônia as medidas sanitárias necessárias para a saúde dos colonos e redigir, no início de cada ano, um relatório geral das observações que tinha colhido acerca da salubridade da colônia, declarando as moléstias mais comuns e as causas prováveis dessas⁵⁴². Além do relatório anual, o médico remetia mensalmente ao presidente de província, por intermédio do diretor, o mapa dos enfermos com a declaração das doenças, e um mapa geral no fim de cada ano civil. Segue, abaixo, um exemplo de documento produzido pelo médico da colônia:

Ilmo. e Exmo. Sr.

Passando as mãos de V. Ex^a. o mapa estatístico patológico das enfermidades por mim tratadas nesta colônia durante o ano findo de 1862, tenho a honra de participar a V. Ex^a. que nenhum falecimento houve nesse período, o que muito depõe em favor da benignidade do clima da colônia e suas circunstâncias.

Para o maior número das moléstias relacionadas no mapa muito concorreram sem dúvida às intempéries e outras causas inerentes aos trabalhos e fadigas da lavoura, a que estão sujeitos os colonos; o resto ou já existia, ou apareceu por motivos particulares, que julgo ocioso mencionar aqui.

É o quanto posso informar a V. Ex^a., referindo-me aos anteriores relatórios na parte em que neste for omissão.

Deus guarde a V. Ex^a.

Colônia militar de Santa Thereza, 2 de janeiro de 1863.

Ilmo. e Exmo. Sr. Pedro Leitão da Cunha

Digníssimo Presidente da Província de Santa Catarina

José Felix de Moraes

2º Cirurgião reformado⁵⁴³

⁵⁴¹ Ver artigo 17, decreto 2.215, de 13 de março de 1858, Coleção de Leis do Brasil, XIX, p. 155)

⁵⁴² Artigo 16, § 5º do Regulamento da colônia.

⁵⁴³ CMST. Ofício ao presidente de província, Pedro Leitão da Cunha. José Felix de Moraes, 2º Cirurgião reformado. Colônia militar de Santa Thereza, 2 de janeiro de 1863. Acervo IHGSC.

Entre os anos de 1856 e 1878 (período em que há documentos assinados pelo médico), o médico da colônia militar de Santa Thereza era o oficial José Félix de Moraes. Em setembro de 1878 o mesmo médico ainda trabalhava na colônia. Em 1864, passados 10 anos da fundação da colônia, o médico da colônia ainda vivia em uma residência bastante precária. A casa fora construída sobre nascentes d'água, motivo esse que contribuía muito para a deterioração da residência bem como dos medicamentos da botica, a qual ocupava a mesma construção⁵⁴⁴.

Em janeiro de 1859, o oficial José Félix de Moraes, ao comunicar o presidente de província a respeito das condições de trabalho na colônia, afirmou que:

nesta colônia militar de Santa Thereza estabelecida no caminho de Lages desta Província onde me acho empregado, não existe estabelecimento algum militar de saúde propriamente dito, sendo as pessoas de que se compõem quando doentes, tratadas em suas barracas as quais eu mesmo faço aplicação dos medicamentos que o caso exige.

Atendendo-se a salubridade do lugar não julgo de urgência a criação de uma enfermaria propriamente dita com o respectivo material e pessoal, até mesmo porque tal criação acarretará maiores despesas aos cofres públicos⁵⁴⁵.

Cabe ressaltar que, o médico, assim como os demais oficiais, estava proibido de possuir terras e comércio na colônia.

O historiador David Lyle Wood⁵⁴⁶ acreditava que a escassez de pessoas no Exército brasileiro – pensamento que encontra eco na obra *Tributo de Sangue*, de Peter Beattie – e por consequência, a insuficiência de profissionais qualificados nessa instituição, explicaria, em parte, a rotatividade de diretores nas colônias militares e o despreparo desses oficiais para o cumprimento dessa tarefa. Por esses motivos, David Lyle Wood afirmou que o Ministério da Guerra, durante o século XIX, preferiu empregar nesse cargo oficiais aposentados ou recém ingressos no Exército brasileiro. Contudo, isso não era regra, pois

⁵⁴⁴ CMST. Ofício ao presidente de província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 5 de julho de 1864. Acervo IHGSC.

⁵⁴⁵ CMST. Ofício ao presidente de província, João José Coutinho. José Félix de Moraes, 2º cirurgião reformado. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de janeiro de 1859. Acervo IHGSC.

⁵⁴⁶ WOOD, op. cit, p. 43.

na colônia militar de Santa Thereza foi possível perceber que alguns oficiais que ocuparam o posto de diretor da colônia eram políticos ativos – deixavam o cargo de diretor para assumir cargos na Assembleia Legislativa Provincial, ou tornavam-se presidente de província –, possuíam alguma qualificação e permaneceram no cargo de diretor por alguns anos.

De fato, muitos oficiais, especialmente aqueles com alguma habilidade, tentaram evitar os serviços nas colônias militares. Os pedidos para transferências das colônias era comum. A colônia militar de Santa Thereza, por exemplo, teve quatro diretores em apenas dois anos⁵⁴⁷. Muitas vezes, somente indivíduos excluídos de posições mais desejáveis por manobras políticas, envelhecidos ou inválidos serviam nas colônias militares.

A opinião de que os oficiais coloniais eram mal pagos era amplamente aceita. Ao longo dos anos, o salário pago pelo Ministério do Império, e depois pelo Ministério da Guerra, para os administradores coloniais mudou muito pouco, quando mudou. Os oficiais que prestavam serviços nas colônias militares além dos vencimentos militares também recebiam gratificações mensais. Em janeiro de 1862, o diretor da colônia, além do salário correspondente à sua patente, recebia mensalmente uma gratificação de cinquenta mil réis. No mesmo mês, o médico recebia gratificação no valor de doze mil réis e o escrivão dez mil réis⁵⁴⁸. Em 1864 o diretor da colônia militar de Santa Thereza percebia, ao ano, por seus serviços 1:638\$800 (um conto, seiscentos e trinta e oito mil e oitocentos réis), referente às suas vantagens como empregado e gratificação colonial (de cinquenta mil réis mensais), mais 1:152\$000 (um conto, cento e cinquenta e dois mil réis), pela sua patente, neste caso de tenente coronel do Exército. Enquanto isso, o médico da colônia percebia, ao todo (somando-se as gratificações mensais de dez mil e quinhentos réis), 1:710\$000 (um conto, setecentos e dez mil réis)⁵⁴⁹. Sendo assim, entre os anos de 1862 e 1864 não houve alteração significativa na gratificação desses oficiais, exceto na gratificação do médico da colônia que sofreu decréscimo, de doze mil réis para dez mil e quinhentos réis mensais.

⁵⁴⁷ Ver: SANTA CATARINA. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina na 2ª sessão de sua 26ª legislatura, pelo presidente Francisco José da Rocha, em 11 de outubro de 1887. Rio de Janeiro, Typ. União de A.M. Coelho da Rocha & C., 1888, p. 239-242.

⁵⁴⁸ CMST. Mapa da despesa que se fez com gratificações de exercício dos empregados da colônia militar de Santa Thereza no mês de janeiro de 1862. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor da colônia. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de fevereiro de 1862. Acervo IHGSC.

⁵⁴⁹ CMST. Ofício do diretor da colônia, João Francisco Barreto, para a 4ª Diretoria do Ministério dos Negócios da Guerra. Folhas 2 e 3. Colônia militar de Santa Thereza, 11 de janeiro de 1865. Acervo IHGSC.

Mesmo assim, muitos oficiais ignoravam a proibição de comerciar com os colonos. Mais de um diretor negociou mercadorias essenciais para os seus subordinados por preços altos⁵⁵⁰. Além disso, alguns oficiais procuraram compensações por sua permanência na colônia ao desconsiderarem as restrições referentes à propriedade de terra nos limites das colônias.

Contudo, para os soldados que serviam nas colônias militares havia diferença nas gratificações, se comparadas com o soldo dos soldados que trabalhavam em outros batalhões do Exército. Neste sentido, há uma interessante correspondência de janeiro de 1865, na qual o diretor da colônia militar de Santa Thereza justifica a diferença salarial entre os militares que serviam na capital da província e aqueles que trabalhavam na colônia e ressalta as privações enfrentadas pelos soldados que serviam naquela colônia militar. Conforme o diretor:

Esta despesa, Exmo. Sr., parecerá muito forte a juízos muito fracos e mesquinhos, e que ignorem que os indivíduos aqui existentes são militares, que fazem a mesma despesa ao Estado nesta colônia como fora dela, só com a pequena diferença para mais no valor da etapa dos praças de pret comparativamente aos que se acham na Capital da Província, com menos proveito da industria comercial, e sem futuro para a agricultura; esta fonte sustentadora do gênero humano, fonte de abundância, de saúde, e de prazeres inocentes; esta conservadora dos costumes, e escola dito das virtudes, como com tanta sabedoria a descreveu Xenofonte.⁵⁵¹

4.3 Os colonos da colônia militar de Santa Thereza

Os regulamentos coloniais classificavam a população das colônias militares em três, e por vezes, em quatro categorias. As autoridades brasileiras desejavam utilizar o plano de colonização militar como meio de recompensa aos serviços prestados por soldados do Exército brasileiro. Esses soldados tornavam-se membros nomeados

⁵⁵⁰ WOOD, op. cit., p. 48.

⁵⁵¹ CMST. Ofício ao ministro e secretário de Estado do Negócios da Guerra, pela 4ª Diretoria do Ministério dos Negócios da Guerra. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor da colônia. Colônia militar de Santa Thereza, 11 de janeiro de 1865. Acervo IHGSC.

para o destacamento colonial, não participavam da administração colonial e eram considerados colonos de primeira classe⁵⁵².

O Governo Imperial pretendia enviar para as colônias militares soldados com pelo menos dois anos de serviço. Desse modo, caso o número necessário de tropas fosse insuficiente, os diretores das colônias e os presidentes de província estavam autorizados a recrutar novos homens com a ordem de constituírem um destacamento colonial para o preenchimento da força indispensável às colônias. Dependendo do tamanho do assentamento, poderia existir entre 12 e 200 colonos de primeira classe em uma colônia.

Como um dos propósitos das colônias militares era o de estimular a agricultura no interior do território, instruções do Governo Imperial informavam aos diretores que apenas aqueles artesãos (com conhecimentos agrícolas) absolutamente indispensáveis para o progresso de uma colônia deveriam ser admitidos. Esses artesãos tornavam-se colonos de segunda classe. Embora instruções recomendassem que os artesãos-militares fossem favorecidos, seus correspondentes civis poderiam ser contratados quando necessário. Esses, com o contingente militar, formavam os núcleos coloniais militares. Todos os demais residentes não-militares, que tempos depois imigraram para as colônias militares, se brasileiros ou estrangeiros, pertenciam à terceira classe. Além desses, ex-soldados e condenados, depois de cumprirem o seu tempo de serviço ou de condenação, poderiam permanecer nas colônias militares como colonos de terceira classe⁵⁵³.

Conforme o regulamento da colônia (artigo 20), os colonos eram considerados de 3 classes. Os colonos de 1ª classe deveriam ser praças de pret, os de 2ª classe eram colonos operários e os de 3ª classe poderiam ser civis (paisanos) que trabalhariam na colônia com o consentimento do diretor e a aprovação do presidente de província. Os colonos de 1ª classe eram tirados das praças do Exército e deveriam ser casados⁵⁵⁴. Os colonos de 2ª classe eram contratados para os serviços da colônia quando não houvesse entre os soldados da colônia algum próprio para desenvolver determinada tarefa⁵⁵⁵. Já, os colonos de 3ª classe deveriam ser lavradores e casados, ou viúvos com filhos, preferindo-se os homens que tivessem servido no Exército⁵⁵⁶.

⁵⁵² Ver artigo 20, decreto 2.125, de 13 de março de 1858, Coleção de Leis do Brasil, XIX, p. 156.

⁵⁵³ Artigo 3, decreto 2.125, de 13 de março de 1858, Coleção de Leis do Brasil, XIX, p. 151.

⁵⁵⁴ Artigo 21, decreto 2.125, de 13 de março de 1858, Coleção de Leis do Brasil, XIX, p. 156.

⁵⁵⁵ Artigo 23, decreto 2.125, de 13 de março de 1858, Coleção de Leis do Brasil, XIX, p. 156.

⁵⁵⁶ Artigo 24, decreto 2.125, de 13 de março de 1858, Coleção de Leis do Brasil, XIX, p. 156.

Os colonos militares eram escolhidos entre os praças do Exército brasileiro que tinham, pelo menos, dois anos de serviço militar e que detivessem bons costumes, preferindo-se aqueles que eram casados. No primeiro ano esses colonos receberiam uma ração diária de 160 réis por pessoa da família com mais de 12 anos, e de 80 réis para os menores. No segundo ano, porém, perceberiam a metade dessas diárias. Ou seja, o governo, por meio do regulamento, auxiliava os colonos militares principalmente no primeiro ano de residência na colônia. Possivelmente, esse recurso era utilizado na tentativa de incentivar com que os colonos logo que chegassem na colônia empreendessem mudanças no lote recebido e cultivassem a terra.

Os colonos civis deveriam ser lavradores casados, ou viúvos com filhos, e recebiam as mesmas diárias dos colonos militares.

Já os colonos operários, que eram contratados para os serviços da colônia, quando não havia outros para o cumprimento dos serviços necessários, ou número insuficiente, eram pagos por dias trabalhados e naqueles dias em que estavam doentes recebiam a metade⁵⁵⁷. Os colonos operários adquiriam o direito ao lote de terras quando residiam e cultivavam o seu lote pelo período de 3 anos⁵⁵⁸.

As pessoas que eram qualificadas como colonos estavam aptas para receber um lote de terras na colônia. Estavam disponíveis terrenos urbanos e rurais. No começo, as dimensões de uma propriedade de colono era proporcional à área da colônia, a localização das terras dentro do estabelecimento e o tamanho da família do colono. Mais tarde, em 7 de janeiro de 1865, o Governo Imperial, por meio do decreto 3.371, determinou que qualquer um que servisse voluntariamente na Guerra do Paraguai teria direito a 22.500 braças de terra nas colônias militares⁵⁵⁹. Na colônia militar de Santa Thereza, os colonos solteiros recebiam lote de 10.000 braças; famílias formadas por três pessoas, 22.500 braças; e, famílias compostas de mais de três pessoas, 40.000 braças. Os diretores distribuíam aos colonos de primeira classe um título provisório de propriedade de terra logo que eles chegavam na colônia. O Governo prometia o título de terras definitivo quando eles completassem dois anos de trabalhos na colônia e cumprido o tempo de residência necessário⁵⁶⁰. No fim dos termos de alistamento, cada colono de primeira classe tinha de obter permissão do diretor da colônia antes de

⁵⁵⁷ Artigo 21 do Regulamento da colônia.

⁵⁵⁸ Artigo 25 do Regulamento da colônia.

⁵⁵⁹ Ver artigo 2, decreto 3.371, de 7 de janeiro de 1865, Coleção de Leis do Brasil, XXVIII, p. 3. No Arquivo Público do Estado de Santa Catarina encontrou-se um número significativo de documentos em que ex-combatentes requeriam seu lote de terras na colônia militar de Santa Thereza.

⁵⁶⁰ Ver artigo 2, decreto 729, 9 de novembro de 1850, Coleção de Leis do Brasil, XIII, p. 227.

poder permanecer no estabelecimento colonial. Dada essa sanção, o soldado deveria manter-se na sua residência na colônia, continuando a trabalhar em suas terras por um período de três anos⁵⁶¹.

Os colonos de segunda classe também estavam sujeitos a cumprir dois anos de serviços, seguidos por uma revisão administrativa. Contudo, esses colonos não recebiam o título de terras até o fim desse período. Ao cumprirem o contrato e solicitarem um lote de terras, a posse condicional do lote poderia ser estendida, mas a obtenção do título de terras definitivo estava condicionada aos três anos de residência na colônia.

Os civis que se tornavam colonos de terceira classe recebiam o título de terras provisório apenas uma vez. No entanto, somente três anos após terem cessado o recebimento da ração diária do Governo é que esses poderiam obter o título definitivo de terras⁵⁶². Os colonos que, por alguma razão legítima, precisavam deixar uma colônia antes de obterem a posse definitiva da terra, recebiam uma indenização no valor correspondente aos melhoramentos que haviam feito na propriedade⁵⁶³.

Quando o colono tivesse direito à propriedade, o presidente de província deveria passar carta definitiva da concessão do lote por intermédio da Repartição de Terras Públicas. O colono que obtivesse a carta definitiva do lote poderia dispor dele livremente, tanto para venda, troca ou doação⁵⁶⁴.

Caso os colonos deixassem a colônia, antes de completarem os 3 anos na colônia, por qualquer causa que não por crime ou por mal comportamento, as benfeitorias que haviam feito no lote eram pagas pelo governo. Para verificar o valor dessas benfeitorias, o diretor da colônia nomeava um árbitro e o colono, outro. Quando esses não concordassem, um terceiro decidia por uma das avaliações ou sugeria um outro valor. Esse valor era colocado em petição e encaminhado ao Presidente da Província, o qual consideraria parecer do Procurador Fiscal. Aprovados os valores, o Presidente da Província autorizava o pagamento⁵⁶⁵. Essas benfeitorias deveriam ser conservadas pelo diretor da colônia até que aparecesse outro colono que as quisesse. Nesse caso, o novo colono poderia pagar pelas benfeitorias através de descontos da 5ª parte dos seus vencimentos, quando não pudesse fazer de pronto⁵⁶⁶.

⁵⁶¹ Ver artigo 26, decreto 2.125, de 13 de março de 1858, Coleção de Leis do Brasil, XIX, p. 156.

⁵⁶² Ver artigo 28, decreto 2.125, de 13 de março de 1858, Coleção de Leis do Brasil, XIX, p. 156.

⁵⁶³ Ver artigo 8, decreto 729, de 9 de novembro de 1850, Coleção de Leis do Brasil, XIII, p. 228.

⁵⁶⁴ Artigos 26 e 27 do Regulamento da colônia.

⁵⁶⁵ Artigos 28 e 29 do Regulamento da colônia.

⁵⁶⁶ Artigo 30 do Regulamento da colônia.

Nos casos de óbito, ou ausência do colono, o direito ao lote, ou as benfeitorias feitas neles, eram repassadas para os seus familiares ou herdeiros, que com eles vivessem na colônia. O colono que falecesse ou se ausentasse da colônia sem licença, por mais de 6 meses, sem deixar família, perderia não só o direito às benfeitorias, como também ao lote de terras caso ainda não tivesse obtido a carta definitiva de posse da propriedade⁵⁶⁷.

Os regulamentos coloniais estipulavam que aos colonos deveria ser dado ferramentas para o trabalho na terra. Cada colono recebia uma enxada, uma foice, um machado, uma cavadeira e um facão de mato. Cada filho de colono com mais de 14 anos de idade obtinha o equivalente⁵⁶⁸. Os animais da nação também poderiam ser emprestados para as famílias que desejassem começar seus próprios rebanhos⁵⁶⁹. E o fornecimento de outras ferramentas se daria apenas na hipótese de perda sem intenção⁵⁷⁰.

Em outubro de 1863 o diretor da colônia militar de Santa Thereza solicitou ao presidente de província ferramentas aos novos colonos que se instalavam na colônia. De acordo com o diretor, não existia ferramenta a serem distribuídas aos novos colonos, tampouco havia ferramentas sobressalentes no depósito da colônia⁵⁷¹.

A relação de ferramentas existentes na colônia militar de Santa Thereza pode fornecer indícios acerca dos trabalhos realizados pelos colonos que viviam lá. No ano de 1864 o diretor da colônia, o tenente coronel João Francisco Barreto, preparou para o ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra uma descrição minuciosa de todas as ferramentas existentes na colônia. Para os trabalhos de carpintaria foram relacionadas as seguintes ferramentas: 1 lima 3 quinas; 1 limatão (lima de tamanho avantajado, com seção quadrada ou redonda); 1 martelo; 1 olivel (nível); 1 plaina com cepo; 1 prumo; 1 rebote (plaina grande); 1 repuxo (ferro para embutir tarraxas na madeira); 2 serrotes grandes; 1 serrote pequeno de costas; 2 serrotes grandes de serrar tabuado; 1 serra de atorar com armação; 1 serra de atorar sem armação; 1 cepo de cantiz sem ferro; 1 cepo de moldura com ferro; 2 frinchas (ferramenta usada para desprender rochas); 1 trado; 1 trado goiva (ferramenta de seção côncavo-convexa, com o corte do lado côncavo, utilizada por artesãos e

⁵⁶⁷ Artigos 31 e 32 do Regulamento da colônia.

⁵⁶⁸ Ver artigo 36, decreto 2.125, de 13 de março de 1858, Coleção de Leis do Brasil, XIX, p. 158; e, artigo 23, decreto 820, de 12 de setembro de 1851, Coleção de Leis do Brasil, XIV, p. 249.

⁵⁶⁹ Ver artigo 28, decreto 2.504, de 16 de novembro de 1859, Coleção de Leis do Brasil, XXII, p. 589.

⁵⁷⁰ Artigo 34 do Regulamento da colônia.

⁵⁷¹ CMST. Ofício ao presidente de província, Pedro Leitão da Cunha. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 11 de outubro de 1863. Acervo IHGSC.

artistas para talhar os contornos de peças de madeira, metal ou pedra); 2 travadeiras para serrote e serra; e, 2 verrumas surtidas (brocas). Das ferramentas de ferreiro foram encontradas as seguintes: 1 assentador (pedaço de madeira ou couro usado para assentar ou endireitar o fio das navalhas); 1 bigorna; 1 craveira (artefato usado para fabrico de cabeças de cravos e pregos); 2 cortadeiras; 2 chavetas; 1 compasso; 1 fole; 1 ferro de marcar; 1 groza; 1 limatão; 1 malho grande (grande martelo, de cabeça pesada, sem unhas nem orelhas, próprio para bater o ferro e que, para mais fácil manejo, se pega com ambas as mãos); 2 martelos; 1 ponção; 2 ponções de furar; 2 tanazes; 1 torno; 1 torquês; 1 tufo; 1 talhadeira goiva; e, 1 tarracha. Além dessas, foram relacionadas outras ferramentas, quais sejam: 2 alavancas; 24 enxadas; 24 foices roçadeiras; 24 facões; 22 ferros de cova; 24 machados; 6 pás de ferro; 2 picaretas; 2 picões⁵⁷².

No mesmo relatório, o diretor da colônia reclamou a falta de armamentos para combater em situações de emergência. Na mesma oportunidade solicitou também o envio de 50 cartucheiras de couro e 33 clavinas de adarme 12 (calibre da arma). Para a demarcação dos lotes coloniais e verificação das terras pertencentes à colônia, o diretor requisitou também o envio de uma bússola, pois um antigo morador do lugar perturbava aquela diretoria quanto aos limites de suas terras⁵⁷³.

Os colonos militares, enquanto não cumprissem o tempo de serviço, eram obrigados ao serviço militar e aos trabalhos da colônia, 3 dias por semana, ou 13 dias por mês. Os outros dias eram livres para que o colono se dedicasse ao seu lote de terras⁵⁷⁴.

Por outro lado, os colonos civis, e as pessoas de sua família do sexo masculino maiores de 14 anos e menores de 60, eram obrigados a prestarem serviço na colônia 2 dias por mês, enquanto recebiam subsídio do governo. Aos familiares dos colonos militares se impunha a mesma regra⁵⁷⁵. Já aqueles colonos que obtinham o título definitivo das terras eram obrigados, mesmo depois de findar os subsídios, ao serviço militar que o Presidente da Província determinava extraordinariamente, ou nos casos de urgência a fim de manter na colônia a tranquilidade, o sossego e a boa ordem. Esses colonos não podiam se ausentar da colônia sem a licença concedida por escrito do diretor, o qual não poderia negar

⁵⁷² CMST. Relatório da colônia militar de Santa Thereza dirigido ao Governo Imperial pela 3ª Diretoria do Ministério dos Negócios da Guerra. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor da colônia. Colônia militar de Santa Thereza, 11 de janeiro de 1865. Acervo IHGSC.

⁵⁷³ Idem.

⁵⁷⁴ Artigo 35 do Regulamento da colônia.

⁵⁷⁵ Artigo 36 do Regulamento da colônia.

sem dar motivo também por escrito⁵⁷⁶. Sendo assim, o tempo dos colonos, tanto militares quanto civis, era dividido entre suas obrigações com o Governo e o cuidado com suas propriedades.

A respeito do trabalho dos colonos salientou-se, principalmente, o que determinava o regulamento da colônia. A partir de agora serão destacados aspectos referentes às atividades desenvolvidas pelos colonos por meio dos relatórios e ofícios escritos pelos oficiais da colônia. Para a análise dessas tarefas foram formados dois conjuntos de atividades. O primeiro: os serviços prestados para a colônia, como empregados do Exército brasileiro. O segundo: os serviços realizados pelos colonos em suas propriedades.

4.3.1 Serviços prestados para a colônia

Esses serviços eram prestados, costumeiramente, concentrados nas últimas semanas do mês. Contudo, houve períodos em que os diretores organizavam o trabalho para o Estado de outras formas, tal como em semanas intercaladas durante o mês. Desses serviços é necessário ressaltar que alguns exigiam certas habilidades, tais como construir carroças, suadeiras (cada uma das partes acolchoadas e paralelas do lombinho que se apoia no lombo da cavalgadura), estivas calçadas de pedra, fazimento de tijolos e telhas etc.

Roçagem

A roçagem dos pastos, principalmente da praça da colônia e de seus arredores, da vargem do rio Itajaí e das margens dos caminhos, era a atividade mais frequente nos relatórios mensais do diretor. Os primeiros trabalhos dos colonos, desconsiderando os trabalhos na estrada entre Desterro e Lages, eram os de abrir picadas e clareiras na mata. No inverno do ano de 1858, por exemplo, os colonos abriram picada em frente aos terrenos dos colonos⁵⁷⁷.

Em dezembro de 1863, em pleno verão, os colonos continuavam na roçagem e limpeza da praça da colônia e de seus arredores⁵⁷⁸. No mês

⁵⁷⁶ Artigo 37 do Regulamento da colônia.

⁵⁷⁷ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de junho de 1858. João Xavier de Souza, capitão diretor interino. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de julho de 1858. Acervo IHGSC.

⁵⁷⁸ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de dezembro de 1863. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de janeiro de 1864. Acervo IHGSC.

seguinte os trabalhos de roçagem da praça continuaram⁵⁷⁹. É comum, na sequência completa de relatórios mensais, encontrar menções de roçagem durante dois ou três meses seguidos, tanto nos meses de verão, quanto nos de inverno. Quando chovia muito, como por exemplo, no inverno do ano de 1864, os colonos se dedicavam a essa atividade.

A roçagem da praça e de seus arredores, a atividade que se reproduz muitas vezes nos relatórios mensais da colônia, servia para não “deixar crescer e estorvar a ver o pasto que tanto é mister para a numerosa quantidade de animais dos moradores do lugar”⁵⁸⁰. Além disso, a roçagem também servia “para não deixar crescer capoeira dentro da povoação da colônia e perto dela porque corre risco isso em relação ao gentio e animais ferozes”⁵⁸¹.

Dentre os serviços de limpeza da praça da colônia também estava o de retirar os troncos de árvores derrubadas (as partes que ficam próximas das raízes e junto do solo) nos primeiros anos de instalação da colônia. Em meados do ano de 1859 o diretor da colônia relatou que os colonos limpavam parte dos tocos da praça⁵⁸². Isso permite vislumbrar como era o aspecto geral dessa praça, marcado ainda pela existência de tocos de árvores que haviam sido derrubadas, provavelmente, por volta do ano de 1854, ou seja, cinco anos antes. Quanto à essa tarefa, o diretor da colônia afirmou que no mês de junho de 1859 os colonos continuavam os trabalhos de limpeza da praça, no qual cortaram “os tocos de pau rente ao chão”⁵⁸³. Ou seja, essas atividades de limpeza da praça passavam de um mês para o outro, dando-se continuidade ao serviço.

Além de roçarem a praça e seus arredores, os colonos, nos dias dedicados aos trabalhos do Estado, também roçavam as margens das estradas. Isso era necessário “afim de poder dar o sol no centro da estrada e não conservar atoleiros ou pântanos, tendo-se de aterrar e

⁵⁷⁹ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de janeiro de 1864. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de fevereiro de 1864. Acervo IHGSC.

⁵⁸⁰ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de julho de 1864. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de agosto de 1864. Acervo IHGSC.

⁵⁸¹ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de fevereiro de 1879. Polycarpo Vieira da Cunha Brasil, tenente diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de março de 1879. Acervo IHGSC.

⁵⁸² CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de julho de 1859. João Xavier de Souza, capitão diretor da colônia. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de agosto de 1859. Acervo IHGSC.

⁵⁸³ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de junho de 1859. João Xavier de Souza, capitão diretor da colônia. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de julho de 1859. Acervo IHGSC.

compor alguns que já existem em vários lugares”⁵⁸⁴ do caminho Desterro-Lages que passava pela colônia. Esse tipo de atividade era executada principalmente nos meses de verão, período em que as capoeiras crescem mais e o movimento do caminho era mais intenso.

Enfim, os trabalhos de roçagem, tão frequentes nos relatórios, além de não deixar o mato próximo da povoação, também marcavam a paisagem ocupada pela colônia.

Retirada de madeira

No período estudado também era frequente nos relatórios a menção ao corte e ao falquejo (aplainar, desbastar) de madeiras destinadas a várias obras da colônia.

Em dezembro de 1863 os colonos retiraram da mata e falquejaram madeiras para a construção de uma casa e para a reforma do cercado do cemitério da colônia⁵⁸⁵. Mesmo com chuvas continuadas, o trabalho de retirada e condução de madeiras para as obras que deveriam ser construídas na colônia não cessava, assim ocorreu no verão do ano de 1864⁵⁸⁶. Os trabalhos de retirada de madeiras eram realizados durante todo o verão.

Para as construções da colônia, os colonos também serravam madeira para tabuados⁵⁸⁷. No mês de setembro de 1864 os colonos se dedicaram ao derrubamento de pinheiros e no fazimento de “tabuinhas próprias para cobertura de casa”⁵⁸⁸.

Todas as construções da colônia demandavam retirada de madeiras nas matas que cercavam a colônia. Muitas vezes, principalmente em meses chuvosos, os colonos conduziam as madeiras da mata para áreas protegidas na colônia para serrarem os troncos.

Tirava-se madeira, provavelmente árvores menos espessas, para o enchimento das paredes de construções (pau a pique), tal como a cadeia

⁵⁸⁴ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de setembro de 1878. Polycarpo Vieira da Cunha Brasil, tenente diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de outubro de 1878. Acervo IHGSC.

⁵⁸⁵ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de dezembro de 1863. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de janeiro de 1864. Acervo IHGSC.

⁵⁸⁶ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de janeiro de 1864. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de fevereiro de 1864. Acervo IHGSC.

⁵⁸⁷ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de março de 1864. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de abril de 1864. Acervo IHGSC.

⁵⁸⁸ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de setembro de 1864. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de outubro de 1864. Acervo IHGSC.

da colônia⁵⁸⁹. Tirou-se também, em junho 1859, madeiras para a nova mangueira da colônia⁵⁹⁰. Um ano antes, em meados de 1858, os colonos tiraram tronqueiras (estacas grossas que sustentam as varas de porteiras; mourão) para construírem a porteira de fecho da colônia⁵⁹¹.

Em fins de 1867 os colonos tiravam tabuinhas “para o cobrimento de casas pertencentes ao Estado, como a melhor e mais suave coberta que por estes lugares se pode obter”⁵⁹². Dessa atividade há menção nos relatórios desde os últimos meses do ano de 1864, quando os colonos derrubavam pinheiros para fazerem tabuinhas próprias para a cobertura das casas⁵⁹³.

Depois de as árvores serem derrubadas, era necessário conduzir todas as toras para os locais onde seriam utilizadas. Muitas vezes era necessário passar essas toras de um lado para o outro do rio Itajaí, atividade que requeria grandes esforços e numerosos colonos.

No verão de 1858 os colonos construíram uma ponte sobre o rio Itajaí, considerada pelo diretor da colônia, como indispensável⁵⁹⁴. Essa construção dispensaria o uso de canoas para a travessia do rio.

Em setembro de 1862, oito anos depois da instalação da colônia, os colonos ainda derrubavam mata virgem próximo aos fundos de suas casas⁵⁹⁵.

Consertos de estradas

Embora os diretores não fossem responsáveis pelo caminho entre Desterro e Lages, além dos limites da colônia, os colonos também eram empregados em serviços de retificação da estrada, tanto a leste quanto a

⁵⁸⁹ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de maio de 1859. João Xavier de Souza, capitão diretor da colônia. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de junho de 1859. Acervo IHGSC.

⁵⁹⁰ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de junho de 1859. João Xavier de Souza, capitão diretor da colônia. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de julho de 1859. Acervo IHGSC.

⁵⁹¹ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de junho de 1858. João Xavier de Souza, capitão diretor interino. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de julho de 1858. Acervo IHGSC.

⁵⁹² CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de novembro de 1867. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de dezembro de 1867. Acervo IHGSC.

⁵⁹³ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de dezembro de 1864. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de janeiro de 1865. Acervo IHGSC.

⁵⁹⁴ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de fevereiro de 1861. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de março de 1861. Acervo IHGSC.

⁵⁹⁵ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de agosto de 1862. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de setembro de 1862. Acervo IHGSC.

oeste da colônia. No final do inverno de 1867 o diretor da colônia informou ao presidente de província que o cidadão José Coelho d'Ávila havia feito duas pontes entre o limite oeste da colônia e a fazenda Bom Retiro, no lugar denominado Pontes Altas. Contudo, “essas pontes, pela de construção, há muito não se prestam ao trânsito público, que é feito com muita inconveniência por um dos lados delas”⁵⁹⁶, colocando em risco os animais que atravessavam os rios. Sendo assim, o diretor propôs o seguinte:

À vista pois de tanto queixume, e justo, vendo eu, que o Tesouro Provincial não pode comportar despesas elevadas, como as de que pode esta estrada: proponho-me a mandar fazer por gente paisana deste lugar as duas ditas pontes a 16\$000 [dezesesseis mil] réis cada uma; não de madeiras lavradas e corrimãos, porém de corpulentos pinheiros com aterro suficiente, e largura necessária para o livre trânsito das tropas e viandantes, que poderão contar seguramente com esse benefício por mais de 4 anos.

Igualmente existem oito passos maus que devem ser compostos com estivas de madeira e aterros, nos lugares seguintes: no Avencalzinho um, no Pinheiral 2, no mato da vargem do Trombudo 2, no campo do Bom Retiro 3. Esses passos igualmente também sujeito-me a manda-los fazer a 6\$000 [seis mil] réis cada um. Com essa pequena despesa, que monta a 80\$000 [oitenta mil] réis, satisfaz V. Ex^a. a exigência pública numa parte da estrada que mede não menos de quatro léguas.⁵⁹⁷

Nos meses de verão, principalmente naqueles anos em que chovia muito nessa estação, os consertos de estrada eram frequentes nos relatórios dos diretores da colônia, como ocorreu em fevereiro de 1864, quando 9 colonos, nas duas últimas semanas do mês se dedicaram ao “conserto em alguns lugares da estrada dentro do distrito da colônia que se achavam arruinados em razão das chuvas e passagem efetivamente de tropas de animais”⁵⁹⁸.

⁵⁹⁶ CMST. Ofício ao vice-presidente de província, Comendador Francisco Jozé d'Oliveira. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 20 de agosto de 1867. Acervo IHGSC.

⁵⁹⁷ Idem.

⁵⁹⁸ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de fevereiro de 1864. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de março de 1864. Acervo IHGSC.

No entanto, os trabalhos de conserto da estrada continuavam durante o outono. Isso fica claro no relatório referente ao mês de maio de 1864 quando os colonos trabalharam “no conserto da estrada desde o lugar denominado Jararaca, distante da povoação da colônia uma légua [...] em alguns lugares de estivas⁵⁹⁹, e pedaços de caminho, que se achavam arruinadas⁶⁰⁰”.

Um trabalho bastante frequente era o conserto das estivas da estrada, especialmente nos períodos do ano em que as chuvas eram mais constantes.

Em setembro de 1862 os colonos trabalharam no conserto

do morro que desce para esta colônia, o qual se achava em estado horrível; pois que tendo o fabricante ou contratador desta estrada feito reparos aquém e além desta colônia, apenas pôs a mão no princípio da descida do mesmo morro para o piorar, tenho em toda a sua longitude mandado esgotar as águas, fazer cavas e estivas, e mesmo desvios que convém [...]⁶⁰¹

No inverno, em junho de 1864, os serviços prestados pelos colonos à colônia concentraram-se no conserto da estrada desde o Morro do Cadeado até a colônia. Nesse trecho consertaram uma estiva calçada de pedra, “por ser em lugar onde passam todas as tropas de animais, por não haver desvio por lado algum⁶⁰²”.

Naquele inverno choveu muito. Isso provocou sérios danos à estrada entre Desterro e Lages. Por conta disso, no mês de agosto de 1864, os colonos voltaram a trabalhar no “Morro do Cadeado onde desbarrancou um grande pedaço de terra que obstruiu a estrada, em forma tal, que, mesmo a pé não se podia passar por ser em um lugar estreito cercado de alto itambé [pedreira] tanto pela parte de cima, como pela de baixo; e depois de ser desembarçado o caminho⁶⁰³”. Além disso, os colonos trabalharam, no mesmo mês, em outras frentes de

⁵⁹⁹ Pontes rústicas construídas com paus atravessados sobre córrego ou vala.

⁶⁰⁰ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de maio de 1864. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de junho de 1864. Acervo IHGSC.

⁶⁰¹ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de setembro de 1862. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de outubro de 1862. Acervo IHGSC.

⁶⁰² CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de junho de 1864. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de julho de 1864. Acervo IHGSC.

⁶⁰³ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de agosto de 1864. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de setembro de 1864. Acervo IHGSC.

trabalho pelo caminho, como pode ser constatado no excerto abaixo:

passou-se a consertar alguns lugares do mesmo que as águas arruinaram, abrindo grandes valas aprofundadas pelo centro da estrada, impedindo assim a passagem das tropas de animais que freqüentam esta estrada, a qual precisa ser consertada desde o princípio do já citado morro até o fim do mesmo com mais trabalho e perfeição, cujo serviço pede não só maior número de braços como tempo; só poderá ser feito como pede a necessidade pública, trabalhou-se sem intermitência até sua conclusão. E isso só poderá conseguir-se pagando-se aos colonos uma gratificação pelo serviço feito nas semanas que lhes pertencem.⁶⁰⁴

Por meio desse fragmento pode-se perceber que o diretor da colônia, além dos dias obrigatórios de trabalho dos colonos, ele também contratava os colonos, nos dias em que esses estavam livres para cuidarem de suas propriedades, para a continuidade de trabalhos necessários.

Policiamento, segurança da colônia e defesa contra os ataques indígenas

A construção de uma cerca que protegia a colônia será descrita nesta parte porque se trata de assunto de segurança.

Em 1859 há menção de que os colonos prepararam e colocaram “seis tronqueiras para as porteiras de defesa, que fecham a colônia nos limites do seu arraial”⁶⁰⁵. Interessante pensar em uma colônia, instalada no interior da província de Santa Catarina, em meados do século XIX, que possuía um grande cercado que impedia a entrada e a saída de pessoas, sem autorização. Essa cerca, pelos documentos levantados, servia tanto para proteger os moradores da colônia quanto para controlar a passagem das pessoas e de mercadorias pelo caminho entre Desterro e Lages. Ou seja, essa construção servia especialmente para o cumprimento de uma das funções vitais dessa colônia, qual seja: a cobrança de impostos no caminho.

⁶⁰⁴ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de agosto de 1864. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de setembro de 1864. Acervo IHGSC.

⁶⁰⁵ CMST. Relatório. João Xavier de Souza, capitão diretor da colônia. Colônia militar de Santa Thereza, 15 de janeiro de 1859. Folha 3. Acervo IHGSC.

No início do ano de 1865 o diretor da colônia militar de Santa Thereza informou ao presidente de província a conclusão dos trabalhos de construção de uma cerca para proteger as entradas da colônia. De acordo com o diretor:

Tendo concluído as cercas que V. Ex^a. me ordenou por ofício de 27 de junho do passado ano, fizesse a expensas do coletor de São José; não com portões, mas com porteira de tranqueira grossa, segundo V. Ex^a. mandou-me logo dizer pelo Ajudante desta colônia [...]

As duas cercas contêm 72 braças⁶⁰⁶ de extensão; de madeira grossa e a pique sem intervalo algum, fincada e socada em cava geral de dois e meio palmos de profundidade; vindo a importar cada braça de cerca assim feita em 1\$833 [mil oitocentos e trinta e três] réis 24/72 avos do real.⁶⁰⁷

No mesmo ofício o diretor atestou que a construção foi realizada por colonos paisanos, os quais não recebiam mais a ajuda do Governo, e que realizaram essa tarefa quando não estavam trabalhando em suas lavouras. Cabe ressaltar que a cerca fora concluída em pleno verão, época do ano em que o movimento do caminho era bastante intenso.

Em 1859 há um relatório em que se faz menção de consertos “nas cercas do fecho da povoação”⁶⁰⁸. Isso faz pensar que desde os primeiros anos de trabalho na colônia já existia uma cerca que protegia os limites da colônia.

Os colonos deveriam perseguir criminosos, desertores e indígenas. Em janeiro de 1865 o diretor da colônia, em seu relatório ao Governo Imperial, confirma a realização dessas atividades quando afirma que:

No número do armamento, e munições mencionado na presente relação, abate-se 94 cartuchos embalados, e 34 pederneiras de clareira, que alguns se gastaram, e outros arruinaram-se

⁶⁰⁶ Antiga medida (ainda em uso no Brasil), com variações de País para País, equivalente à extensão que vai de um punho ao outro, ou da extremidade de uma mão aberta à outra, ou da ponta de um polegar em abdução ao outro, num adulto com os braços estendidos horizontalmente para os lados (no Brasil equivale a 2,2 m lineares). A cerca média, então, em torno de 160 metros de extensão.

⁶⁰⁷ CMST. Ofício ao presidente de província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor da colônia. Colônia militar de Santa Thereza, 21 de fevereiro de 1865. Acervo IHGSC.

⁶⁰⁸ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de março de 1859. João Xavier de Souza, capitão diretor da colônia. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de abril de 1859. Acervo IHGSC.

por causa de mau tempo em diferentes diligências mandadas fazer pelos colonos em lugares distantes da colônia, em seguimentos de criminosos, desertores e gentios; e no número das balas soltas vão aumentadas 40 que se aproveitaram do número dos 94 cartuchos embalados acima ditos.⁶⁰⁹

Os últimos dias do ano de 1880, e os primeiros do ano de 1881, foram bastante conturbados na colônia militar de Santa Thereza. A presença ameaçadora dos indígenas nas proximidades da colônia se intensificou. Em face disso, o diretor da colônia contratou homens para percorrerem o mato próximo da colônia, “afim de afugentar os bugres” que estavam incomodando os moradores da colônia⁶¹⁰. Foram contratados para esse serviço 4 homens: João José de Sant’Anna, Ignácio Martins de Moraes, Manoel Lucinda e Ventura Antonio Alves, que começaram o serviço em 20 de dezembro de 1880⁶¹¹.

Em janeiro de 1881, o diretor da colônia solicitava ao presidente da província a contratação de mais homens para o trabalho de afugentar os indígenas. Nessa ocasião o diretor relatou que:

No dia 7 do corrente mês, os quatro homens nomeados para baterem o mato, encontraram grande quantidade de bugres em um faxinal meia légua distante da praça desta colônia entre os moradores do rio acima, tantos que tiveram medo de se fazerem sentir; pelo que voltaram dizendo que para se enxotar tamanha quantidade de bugres era necessário mais gente. O povo daqui a não ser por um caso muito extraordinário, amedrontados como andam dos bugres, não se animam a prestarem-se a batê-los, a menos que não seja por algum interesse; assim pois, permita-me V. Ex^a. ponderar que será bom contratar 10 homens para duas vezes no mês saírem ao encontro de tais bugres, e bate-los: só assim eles se retiraram, com

⁶⁰⁹ CMST. Observações do relatório da colônia militar de Santa Thereza dirigido ao Governo Imperial pela 3ª Diretoria do Ministério dos Negócios da Guerra. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor da colônia. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de janeiro de 1865. Acervo IHGSC.

⁶¹⁰ CMST. Ofício n. 230, ao presidente de província, Desembargador João Rodrigues Chaves. João Paulo de Miranda, capitão diretor da colônia. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de janeiro de 1881. Acervo IHGSC.

⁶¹¹ CMST. Ofício n. 232, ao presidente de província, Desembargador João Rodrigues Chaves. João Paulo de Miranda, capitão diretor da colônia. Colônia militar de Santa Thereza, 13 de janeiro de 1881. Acervo IHGSC.

o que a colônia muito ganhará.⁶¹²

Contudo, nesse período, a administração da província de Santa Catarina denegou a possibilidade de contratação de um número maior de batedores porque acreditava ser esse serviço uma obrigação dos colonos que residiam na colônia⁶¹³.

No mesmo ano, em pleno inverno, chegavam ao diretor da colônia notícias de outros ataques indígenas nas proximidades da colônia militar de Santa Thereza. No dia 3 de julho de 1881 o diretor comunicou ao presidente de província que auxiliaria um morador de Bom Retiro. Em seu ofício o diretor afirmou que:

Correndo notícias mais aterradoras do vexame em que se acha João Barboza por estar sitiado pelos bugres, deliberei ir protego-lo e dando as providências precisas na colônia sigo com meia dúzia de homens para o Bom Retiro, 4 léguas daqui distante, afim de facilitar a muda do mesmo João Barboza com sua família, o que me mandou pedir; como já comuniquei que V. Ex^a. anua este meu ato.⁶¹⁴

Mas, em outubro do mesmo ano, o diretor da colônia ainda buscava meios para contratar homens que deveriam servir na defesa contra os ataques indígenas. Há mais ou menos um ano, o diretor enfrentava esse problema, desde novembro de 1880 a colônia sofria ameaças constantes de novos ataques. Mesmo assim, em setembro de 1881 o presidente da província proibiu a contratação de outros homens para a defesa da colônia e exigiu que essa atividade fosse cumprida pelos colonos, conforme determinação do ministro da guerra. O diretor da colônia declarou que os colonos engajados não podiam “andar longe de suas casas deixando só suas famílias, nem mesmo o regulamento lhes impõem esse dever”⁶¹⁵. Entretanto, a administração provincial não concordou com o argumento do diretor e respondeu ao ofício:

O artigo 39 do decreto n. 2.125, de 13 de março de 1858 diz: os colonos que tiverem obtido terras,

⁶¹² CMST. Ofício n. 231, ao presidente de província, Desembargador João Rodrigues Chaves. João Paulo de Miranda, capitão diretor da colônia. Colônia militar de Santa Thereza, 13 de janeiro de 1881. Acervo IHGSC.

⁶¹³ Idem, escrito à lápis.

⁶¹⁴ CMST. Ofício n. 248, ao presidente de província, Desembargador João Rodrigues Chaves. João Paulo de Miranda, capitão diretor da colônia. Colônia militar de Santa Thereza, 3 de julho de 1881. Acervo IHGSC.

⁶¹⁵ CMST. Ofício n. 257, ao presidente de província, Desembargador João Rodrigues Chaves. João Paulo de Miranda, capitão diretor da colônia. Colônia militar de Santa Thereza, 3 de outubro de 1881. Acervo IHGSC.

ficarão obrigados, ainda depois de findarem os [ilegível] de serviço militar, que o Presidente da Prov. determinar em casos extraordinários, assim como ao repentino, e urgente para que os chamar o Diretor da colônia afim de manter nela a tranqüilidade, sossego e boa ordem.

Á vista desta disposição entendo que os colonos devem prestar-se ao serviço de afugentar os selvagens para tranqüilidade e sossego próprio, respeitando-se porém atenção ao estado dos mesmos colonos, os dias que a eles cabem para seus trabalhos, sendo aos colonos militares 3 dias em cada semana (artigo 7º § 8 e aos colonos engajados 5 dias, artigo 38).⁶¹⁶

Essa passagem deflagra uma divergência entre o entendimento do presidente de província e o diretor da colônia quanto à obrigatoriedade dos colonos defenderem os vizinhos da colônia de ataques indígenas.

Anos antes, em outubro de 1865 foi formada uma diligência composta de 10 colonos para explorarem o mato e protegerem a casa de um morador da colônia, Serafim Muniz de Moura, pois um grupo de índios pretendia avançar sobre a sua casa⁶¹⁷. Nessa diligência os colonos encontraram, bem próximo da casa do referido morador, vestígios em diferentes lugares, e

de terem estado os gentios em observação para avançar a casa em ocasião oportuna esta observação era feita já de tempos passados, sem que nenhuma das pessoas daquela família desse fé disso; escapando portanto de serem vítimas dos gentios todas essas pessoas da dita família, a não ser um afilhado do mesmo morador, que indo ver na capoeira um animal que lhe era preciso, deu então com o vestígio dos selvagens, e logo parte à diretoria da colônia; não se achando nessa ocasião em casa o dito morador, por ter ido a seu negócio a São José com seus filhos; deixando em casa esse seu afilhado e um preto com sua família; e não achando a diligência mais novidade alguma do que a que acima fica dito, retirou-se para a colônia até segunda ordem da diretoria da mesma, a qual

⁶¹⁶ Idem.

⁶¹⁷ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de outubro de 1865. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de novembro de 1865. Acervo IHGSC.

constando-lhe segunda vez acharem-se os gentios nas matas perto da colônia, expediu uma outra diligência a explorar os lugares onde lhe constou terem sido pressentidos; dando as convenientes instruções a diligência que foi encarregada desse serviço; cujo resultado foi o de achar a dita diligência vestígios não só no mesmo lugar onde estiveram a primeira vez, com também em outros nos arredores da colônia, sem que encontrassem os gentios em nenhum daqueles lugares.⁶¹⁸

A força policial da colônia, além de proteger os moradores da colônia e seus arredores de ataques indígenas, também precisava guarnecer a barreira de cobrança de impostos na colônia. Em meados de 1871 foram destacados pela presidência da província “4 guardas policiais de infantaria, afim de garantirem a cobrança do imposto de pedágio sobre cada animal vacum, cavalar ou muar”⁶¹⁹ que passasse pela colônia em direção ao litoral da província. Sendo assim, o trabalho de policiamento estava intimamente relacionado a uma importante atividade desempenhada pela colônia: a cobrança dos impostos no caminho entre Desterro e Lages. Sabe-se, diante disso, que esse serviço não era feito sem conflitos, e que o resultado desse trabalho nem sempre era confiável. O diretor-geral da Fazenda Provincial questionava, com certa frequência, os valores dos impostos repassados pela coletoria da cidade de São José, a qual supervisionava os trabalhos de cobrança de impostos na colônia militar de Santa Thereza. Em maio de 1870 Francisco Leitão d’Almeida, diretor-geral da Fazenda Provincial, ordenou ao coletor do município de São José que remetesse uma cópia da relação de animais que vindos de Lages para São José, haviam passado pela barreira da colônia militar de Santa Thereza, e recomendou “maior atividade e diligência na cobrança do imposto dos animais relacionados, que tem deixado de ser pago na avultada soma de mais de 1:800\$000 réis”⁶²⁰.

Além disso, os colonos também serviam de escolta para levar desertores ou criminosos para a Capital da Província. Em setembro de

⁶¹⁸ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de outubro de 1865. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de novembro de 1865. Acervo IHGSC.

⁶¹⁹ SANTA CATARINA. Ofício do Palácio do Governo da Província de Santa Catarina ao Diretor-Geral da Fazenda Provincial. Antônio Luiz do Livramento. Desterro, 7 de julho de 1871. Acervo: Arquivo Histórico Municipal de São José. Fundo: Coletoria. Série: Correspondências recebidas. Caixa 01.

⁶²⁰ SANTA CATARINA. Ofício do Diretor-Geral da Fazenda Provincial de Santa Catarina, Francisco Leitão de Almeida, em 31 de maio de 1870. Acervo: Arquivo Histórico Municipal de São José. Fundo: Coletoria. Série: Correspondências recebidas. Caixa 01.

1863 quatro colonos foram mandados à Capital para escoltar dois presos. No mesmo mês, mais três colonos escoltaram, até a Capital, um desertor do Batalhão 12. Em junho de 1865 o diretor da colônia informou ao presidente de província que os colonos “deixaram o trabalho em que estavam para irem cercar os desertores de que tive notícia”⁶²¹.

Em outras oportunidades os colonos também serviam de guarda para os presos na colônia, como ocorreu em agosto de 1863.

Ademais, os colonos também faziam o serviço de polícia ao realizarem patrulhas e piquetes noturnos. Numa dessas patrulhas os colonos encontraram um soldado desertor do Batalhão do Depósito, da Capital, o qual ficou preso por algumas semanas na colônia⁶²².

Construção de prédios públicos e oficinas (engenhos, atafonas e olaria)

As construções do Estado eram consideradas muito frágeis e de duração bastante curta.

Em agosto de 1858 os colonos iniciaram a construção da casa do ajudante (ou vice-diretor) da colônia⁶²³. Tem-se o registro que no mês de fevereiro de 1859 os colonos continuavam a se dedicar à construção dessa casa⁶²⁴. No mês de agosto os colonos retiraram madeira para o tabuado da casa, assim como madeira e calhas para a cozinha da mesma⁶²⁵. Contudo, desde o inverno do ano anterior, os colonos já retiravam madeira para a construção dessa casa. Em setembro de 1859 concluiu-se a construção da casa⁶²⁶. Ou seja, nas semanas dedicadas aos trabalhos do Estado, os colonos consumiram um pouco mais de um ano para a construção de uma casa.

⁶²¹ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de junho de 1865. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de julho de 1865. Acervo IHGSC.

⁶²² CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de junho de 1863. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de julho de 1863. Acervo IHGSC.

⁶²³ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de agosto de 1858. João Xavier de Souza, capitão diretor interino. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de setembro de 1858. Acervo IHGSC.

⁶²⁴ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de fevereiro de 1859. João Xavier de Souza, capitão diretor da colônia. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de março de 1859. Acervo IHGSC.

⁶²⁵ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de agosto de 1859. Francisco Ramires Cardozo, tenente ajudante interino servindo de diretor da colônia. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de setembro de 1859. Acervo IHGSC.

⁶²⁶ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de setembro de 1859. Francisco Ramires Cardozo, tenente ajudante interino servindo de diretor da colônia. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de outubro de 1859. Acervo IHGSC.

Contudo, cabe destacar que nessas semanas não era esse o único trabalho realizado pelos colonos. Enquanto se construía a casa do ajudante da colônia, os colonos também trabalhavam na construção da cadeia, na cozinha da casa do médico e na construção do forno da olaria⁶²⁷.

Em julho de 1865 os colonos falquejaram e retiraram madeiras para o engenho da colônia e trabalharam na remontagem das paredes externas de uma residência do Estado e da cadeia. Essas paredes eram de “barro insosso sobre pau a pique envarada a cipó” e estavam deterioradas devido à ação das chuvas⁶²⁸.

A construção do cercado ao redor do cemitério também era executada nos dias de trabalho dedicados ao Estado. A reforma da cerca do cemitério da colônia foi iniciada em dezembro de 1863 e concluída em março de 1864⁶²⁹. O portão do cemitério foi construído em junho daquele ano⁶³⁰. Contudo, no mês de julho, apesar de concluído o serviço de cercar o cemitério, o diretor da colônia relata que “trabalhou-se no corte e condução de madeira para concluir o serviço do cemitério”⁶³¹.

Embora os colonos tivessem erigido essa obra, anos mais tarde o cercado do cemitério não era suficiente para evitar a invasão dos animais nesse pedaço de terra. Em outubro de 1867, portanto, os colonos trabalharam “na continuação do valamento do cemitério que ficou concluído e a abrigo de qualquer animal irracional”⁶³². Ou seja, além da cerca que envolvia o cemitério, foi necessário construir um valo profundo ao redor da cerca para evitar a invasão de animais no cemitério.

Em 1864 existiam na colônia 2 monjolos, 2 engenhos de fazer

⁶²⁷ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de março de 1859. João Xavier de Souza, capitão diretor da colônia. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de abril de 1859. Acervo IHGSC.

⁶²⁸ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de julho de 1865. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de agosto de 1865. Acervo IHGSC.

⁶²⁹ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de março de 1864. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de abril de 1864. Acervo IHGSC.

⁶³⁰ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de junho de 1864. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de julho de 1864. Acervo IHGSC.

⁶³¹ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de julho de 1864. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de agosto de 1864. Acervo IHGSC. Algumas lápides desse cemitério, principalmente as dos oficiais, foram preservadas até o ano de 2002, quando foram destruídas para a construção de uma estrada de acesso a uma fazenda. Além disso, das edificações públicas citadas neste trabalho, nenhuma resistiu à passagem do tempo.

⁶³² CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de outubro de 1867. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de novembro de 1867. Acervo IHGSC.

farinhas, uma moenda para canas e uma olaria para fazer telhas e tijolos⁶³³.

Nesse mesmo ano o diretor da colônia solicitou ao presidente de província a autorização para construir uma atafona movida à água. Nessa atafona os colonos mais pobres, que não poderiam construir seus próprios engenhos, poderiam aproveitar a cultura de suas plantações e venderem seus excedentes para Lages⁶³⁴.

Sobre a construção do engenho sabe-se que em maio de 1857 o diretor da colônia não tinha certo ainda quem construiria essa obra. Anos mais tarde, entre os meses de março e junho de 1865, os colonos trabalharam na escavação e nivelamento do terreno para a instalação de um outro engenho. E, em outubro daquele ano, mesmo dispensados dos trabalhos para o Estado, os colonos precisaram trabalhar uma semana na condução de madeiras tiradas do mato, devido às chuvas incessantes. Essas madeiras eram destinadas à construção do engenho⁶³⁵.

Em junho de 1888 o inspetor da Tesouraria de Fazenda da Província comunicou ao coletor de São José que o presidente da província havia aprovado a venda de “uma bigorna, uma talha de cobre e duas pedras de moer existentes na colônia militar de Santa Thereza”⁶³⁶ para Jacob Hinckel. Isso quer dizer que no final da década de 1880 os engenhos construídos na colônia já estavam sendo desmontados e algumas peças vendidas.

A olaria da colônia começou a ser construída no ano de 1856. Contudo, mais de um ano depois do início de sua construção, ainda não funcionava. Isso porque o colono oleiro persistia na ideia de transferir a olaria de lugar em face da falta d’água⁶³⁷. Em momento nenhum se faz menção do modo como era movimentada a máquina de amassar barro, se era força animal ou movido à água. Em alguns relatórios se faz reclamação de que faltava água para limpar o barro utilizado para fabricar tijolos e telhas.

De fevereiro até abril do ano de 1859 os colonos trabalharam na construção do forno da olaria. Também no mês de abril os colonos

⁶³³ CMST. Relatório circunstanciado do estado da colônia. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar Santa Thereza, 11 de janeiro de 1865. Folha 15. Acervo IHGSC.

⁶³⁴ CMST. Ofício ao presidente de província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar Santa Thereza, 5 de janeiro de 1865. Acervo IHGSC.

⁶³⁵ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de outubro de 1865. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de novembro de 1865. Acervo IHGSC.

⁶³⁶ SANTA CATARINA. Ofício do inspetor da Tesouraria de Fazenda da Província ao coletor de rendas da cidade de São José. Desterro, 12 de junho de 1888. Acervo: Arquivo Histórico Municipal de São José. Fundo: Coletoria. Série: Correspondências recebidas. Sub-série: Da Tesouraria da Fazenda Provincial.

⁶³⁷ CMST. Ofício ao presidente de província, João José Coutinho. João Xavier de Souza, capitão diretor interino. Colônia militar de Santa Thereza, 19 de dezembro de 1856. Acervo IHGSC.

tiraram barro para a olaria⁶³⁸. Essa atividade é desenvolvida, geralmente, em terras alagadiças e em solo argiloso. Além de retirarem o barro desses locais, era necessário transportá-lo até a olaria, onde era amassado para confeccionar telhas e tijolos. Nesse mesmo ano, no mês de janeiro, foram produzidas na olaria 400 telhas e 3.000 tijolos⁶³⁹.

Em fevereiro de 1861 os colonos trabalharam na reconstrução da olaria⁶⁴⁰. Nesse período os colonos retiravam “madeiras e palha para arranjo e cobertura da olaria”⁶⁴¹, que já estava funcionando no mês de março daquele ano. Em julho os colonos trabalharam somente na olaria⁶⁴². Em maio de 1862 os colonos repararam, novamente, a olaria.

Além de todas as atividades de extração e transporte de barro, fazimento de tijolos e telhas, os colonos também cortavam madeira para o aquecimento do forno da olaria e cozimento da cerâmica produzida.

Por fim, de acordo com o diretor da colônia, João Francisco Barreto, em 1864 a colônia militar de Santa Thereza possuía apenas construções “miseráveis e escassas; e nem podem ter comparação com as que são autorizadas a fazer em semelhantes estabelecimentos os diretores das colônias alemãs na Província.”⁶⁴³ O diretor ainda reclamava a construção de um engenho na colônia para a preparação dos grãos plantados pelos colonos. Isso porque “dois engenhos de fazer farinha, dois monjolos e uma moenda de cana”⁶⁴⁴ pertenciam a dois colonos paisanos e a um colono militar, Guilherme Ferreira da Cunha (o qual possuía um engenho de farinha, um monjolo e uma moenda de cana).

⁶³⁸ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de abril de 1859. João Xavier de Souza, capitão diretor da colônia. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de maio de 1859. Acervo IHGSC.

⁶³⁹ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de janeiro de 1859. João Xavier de Souza, capitão diretor da colônia. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de fevereiro de 1859. Acervo IHGSC.

⁶⁴⁰ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de fevereiro de 1861. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de março de 1861. Acervo IHGSC.

⁶⁴¹ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de março de 1861. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de abril de 1861. Acervo IHGSC.

⁶⁴² CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de julho de 1862. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de agosto de 1862. Acervo IHGSC.

⁶⁴³ CMST. Relatório circunstanciado do estado da colônia. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar Santa Thereza, 11 de janeiro de 1865. Folha 16. Acervo IHGSC.

⁶⁴⁴ CMST. Ofício circunstanciado ao presidente de província, Francisco José d’Oliveira. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 4 de janeiro de 1864. Folha 7. Acervo IHGSC.

O serviço de correio

Em 1860 estava em funcionamento um sistema de condução das malas do correio entre Desterro e Lages, realizado pelos colonos da colônia militar de Santa Thereza. Os colonos contratados para esse serviço recebiam 16\$000 réis por viagem – de ida e volta – pagos pela Fazenda Provincial⁶⁴⁵.

Constantemente os condutores das malas do correio reclamavam dessa gratificação. Isso tornava difícil encontrar colonos dispostos a esse serviço, pois “nem todos são capazes de sulcar tão áspera estrada com uma carga às costas, como seja a mala, sempre pesadíssima na volta para cima”⁶⁴⁶. Em 1864, o diretor da colônia contava somente com dois ou três colonos próprios para esse serviço. Todos esses eram paisanos, “pois os militares que existem são inválidos, ou mancos”⁶⁴⁷. A viagem de ida e volta levava, em média, 15 dias. O diretor da colônia também considerava muito pequena a gratificação paga pelo serviço.

Por conta dos percalços enfrentados no trajeto, alguns colonos levavam mais do que 15 dias para percorrerem todo o itinerário. Em meados de 1859 houve a demora da condução da mala do correio. Nessa ocasião o diretor informou ao presidente de província que:

o motivo da demora do correio, que tendo saído desta colônia para a vila de Lages no dia 4 do corrente mês, adoeceu na volta e ficou doente na Sepultura no dia 12 do mesmo, entregando a mala a um tropeiro de capacidade que a entregou nesta colônia no dia 15, até cuja data ainda se não tinha apresentado o dito correio, mandando eu já um portador à Sepultura para ver em que estado se acha de saúde, e conduzi-lo se puder ser, para a colônia⁶⁴⁸.

Há passagens de ofícios dos diretores da colônia em que esses “apertavam os tais condutores da mala acerca da demora nas viagens”⁶⁴⁹.

Incidentes também aconteciam com as malas do correio. O

⁶⁴⁵ CMST. Ofício ao presidente de província, Conselheiro Vicente Pires da Motta. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar Santa Thereza, 20 de janeiro de 1862. Acervo IHGSC.

⁶⁴⁶ CMST. Ofício ao presidente de província, Francisco José d'Oliveira. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar Santa Thereza, 20 de janeiro de 1864. Acervo IHGSC.

⁶⁴⁷ Idem.

⁶⁴⁸ CMST. Ofício ao presidente de província, João José Coutinho. João Xavier de Souza, capitão diretor. Colônia militar Santa Thereza, 16 de julho de 1859. Acervo IHGSC.

⁶⁴⁹ CMST. Ofício ao vice-presidente de província, tenente coronel Francisco José d'Oliveira. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar Santa Thereza, 9 de julho de 1865. Acervo IHGSC.

diretor da colônia relata que, em abril de 1861,

O Jeremias, condutor da mala para Lages, agora em sua volta apresentou-me desarranjada com três argolas de menos, e a correia com fivela que as tranca, dizendo-me ser proveniente de um arranco e escorregamento de um animal em que trazia a mesma mala; produzindo esse incidente além do dano exposto a deterioração do papel em que vinha fechada a correspondência, mas sem que ofício ou carta alguma se desencaminhasse: o que obrigou-me a por lhe a sobre-capa que V. Ex^a. observará; isto para que fosse mais bem acondicionado.

O arranjo da mala é negócio de pouco momento; contudo se sua despesa recair sobre o colono V. Ex^a. terá a bondade de mandar-me dizer para lhe ser descontado.⁶⁵⁰

Deve-se destacar desse fragmento a possibilidade de o condutor da mala, devido ao acidente relatado por ele, ter de pagar pelo estrago. Esse condutor, Jeremias Pereira de Medeiros, realizava esse trabalho, pelo menos, desde agosto de 1857. Nesse período também conduziam a mala do correio os colonos Ricardo José da Roza, Francisco de Paula Passo e Maciel José Rodrigues. Num mesmo mês esses quatro colonos partiam da colônia para conduzir a mala do correio⁶⁵¹, em mais de uma oportunidade.

O funcionamento desse sistema pode ser vislumbrado pela seguinte escala: no dia 3 setembro de 1857 o colono Jeremias chegou à colônia com a mala do Correio vindo de Lages. No dia 12 conduziu a mala para a Capital. O colono Manoel Joaquim da Silva conduziu a mala do correio para a vila de Lages no dia 13 de setembro e voltou para a colônia no dia 21. No dia 22 de setembro levou a mala para a Capital⁶⁵².

Outros serviços realizados pelos colonos

⁶⁵⁰ CMST. Ofício do diretor da colônia militar de Santa Thereza, João Francisco Barreto. Colônia militar de Santa Thereza, 6 de abril de 1861. Acervo IHGSC.

⁶⁵¹ CMST. Tabela das praças da colônia militar de Santa Thereza que foram nomeadas para a condução da mala do correio da Capital e Lages. João Xavier de Souza, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de setembro de 1857. Acervo IHGSC.

⁶⁵² CMST. Tabela das praças da colônia militar de Santa Thereza que foram nomeadas para a condução da mala do correio da Capital e Lages. João Xavier de Souza, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de outubro de 1857. Acervo IHGSC.

Os diretores também contratavam trabalhadores para prestarem serviços à colônia. Geralmente esses serviços eram contratados com colonos paisanos que residiam na colônia, ou com colonos das colônias alemãs mais próximas (Santa Isabel, São Pedro de Alcântara e Teresópolis). Em dezembro de 1864, por exemplo, o diretor da colônia, João Francisco Barreto, cobrava ao presidente de província a quantia que ele havia pago ao colono paisano José Correia de Souza pelo frete de 4 animais e seus condutores, utilizados para a condução das alfaías e paramentos da capela da colônia e outras ferramentas que estavam na Capital da Província⁶⁵³.

Os colonos também construíam carroças, acessórios de montaria, canoas etc. Isso pode ser constatado no relatório do mês de maio de 1864, quando os colonos que possuíam habilidades para a carpintaria empregaram-se na “construção de uma carreta para o serviço de carrear com bois”⁶⁵⁴. Em janeiro de 1863, por exemplo, os colonos trabalharam no arranjo de um carretão para conduzir madeiras⁶⁵⁵. Na carpintaria os colonos também fabricavam canoas utilizadas tanto nas travessias do rio Itajaí, quanto na sua exploração por diligências do Exército brasileiro.

A mangueira (curral utilizado para os trabalhos com gado) da colônia exigia reformas frequentes. Em janeiro de 1861 os colonos remontaram a mangueira da colônia⁶⁵⁶. Em 1863 os colonos tiraram madeiras e cipós para o conserto dessa mangueira⁶⁵⁷. No último mês de 1864 os colonos conduziram madeira para próximo da mangueira da colônia, as quais seriam empregadas para a renovação da mangueira⁶⁵⁸. Três anos depois, em agosto de 1867, os colonos consertaram, novamente, a mangueira da colônia, que estava “completamente inservível, sem ter onde se pudesse recolher animais dos que são

⁶⁵³ CMST. Ofício ao presidente de província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor da colônia. Colônia militar de Santa Thereza, 21 de dezembro de 1864. Acervo IHGSC.

⁶⁵⁴ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de maio de 1864. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de junho de 1864. Acervo IHGSC.

⁶⁵⁵ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de janeiro de 1863. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de fevereiro de 1863. Acervo IHGSC.

⁶⁵⁶ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de janeiro de 1861. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de fevereiro de 1861. Acervo IHGSC.

⁶⁵⁷ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de janeiro de 1863. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de fevereiro de 1863. Acervo IHGSC.

⁶⁵⁸ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de dezembro de 1864. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de janeiro de 1865. Acervo IHGSC.

precisos para o serviço da colônia”⁶⁵⁹. Esse trabalho continuou até o mês de novembro daquele ano.

Os colonos também eram empregados, com certa frequência, nos trabalhos de conserto de cercas na colônia⁶⁶⁰.

4.3.2 Serviços realizados nas propriedades dos colonos

Esses serviços eram realizados nos dias em que os colonos não eram obrigados a prestarem serviços ao estado. Entre os meses de setembro e março, geralmente, os colonos eram dispensados dos serviços do Estado e se dedicavam exclusivamente às suas propriedades, tanto na construção de suas casas, na derrubada de mato, preparação da terra para o plantio e na colheita de suas produções.

Plantações

As terras na colônia, de acordo com o diretor João Francisco Barreto, eram de boa qualidade. Embora o relevo fosse acidentado, existiam grandes porções de terra para quase todo tipo de cultura. As porções mais altas eram compostas de solo argiloso e as terras mais baixas possuíam, além de solo argiloso, pequena quantidade de humos, o que tornava esse solo as melhores terras para a lavoura⁶⁶¹.

Para se ter uma ideia das condições de trabalho nas lavouras da colônia militar de Santa Thereza, é necessário ter em mente como eram esses trabalhos dez anos depois da sua instalação. Nos últimos meses do ano 1864, o diretor da colônia informou ao presidente de província que:

Estamos aqui por ora em experimentação, e nada mais, e elas com o empenho que faço nos conduzirão a um claro da possibilidade ou ineficácia dos empenhos patrióticos de nosso Governo em tornar estes incultos lugares em manancial de riqueza pública.

Não é obra de tão fácil êxito, como talvez no gabinete se pense, o apresentar de pronto resultados felizes, a aclimação de plantio exótico

⁶⁵⁹ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de agosto de 1867. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de setembro de 1867. Acervo IHGSC.

⁶⁶⁰ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de dezembro de 1862. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de janeiro de 1863. Acervo IHGSC.

⁶⁶¹ CMST. Ofício ao presidente da província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar Santa Thereza 22 de outubro de 1864. Acervo IHGSC.

em solo ainda não arável, tramado de raízes e troncos seculares, que obstruem a maior parte do terreno há pouco derrubado e reduzido à grossa capoeira, que só máquinas apropriadas, como as de que fazem isso os nossos vizinhos norte-americanos, ou o tempo com o prosaico uso da lenta e vagarosa enxada, poderá tornar nossas florestas susceptíveis de proveitosa cultura.⁶⁶²

Nessa ocasião o diretor da colônia relatou ao presidente de província que todas as sementes enviadas para a colônias, exceto as de aveia e cevada, haviam sido distribuídas aos colonos considerados os mais aptos nos trabalhos da lavoura.

Não bastassem as dificuldades impostas pelo terreno recém descoberto, as geadas e a instabilidade das estações também impediam com que os colonos obtivessem melhores resultados em suas plantações. Além disso, os pássaros também eram uma constante ameaça às plantações⁶⁶³. As lavouras da colônia, ainda na década de 1860, eram cercadas de grandes florestas, nas quais abrigavam-se muitos pássaros que destruíam a maior parte das sementeiras.

Além disso, em alguns anos os ratos também atacaram as plantações, deixando grande prejuízo aos colonos, como aconteceu em 1863⁶⁶⁴. Os formigueiros, que abundavam na colônia, também destruíam as plantações dos colonos.

De acordo com o diretor João Xavier de Souza, durante o ano havia duas épocas propícias para o plantio na colônia. A primeira: “depois do inverno, de agosto à outubro”. A segunda: “no outono, de janeiro a fevereiro”⁶⁶⁵.

Entre os meses de setembro e março, os colonos eram dispensados das obrigações de prestarem serviço ao Estado. Geralmente, a partir de 15 de setembro iniciava-se o período de preparo da terra para o plantio.

No ano de 1864, por exemplo, devido as muitas chuvas durante o inverno e início da primavera, os colonos foram liberados dos trabalhos da colônia apenas no mês de outubro, como esclarece este relatório:

Neste mês de outubro os colonos não trabalharam

⁶⁶² Idem.

⁶⁶³ Idem.

⁶⁶⁴ CMST. Ofício circunstanciado ao presidente de província, Francisco José d'Oliveira. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 4 de janeiro de 1864. Folha 5. Acervo IHGSC.

⁶⁶⁵ CMST. Relatório. João Xavier de Souza, capitão diretor da colônia. Colônia militar de Santa Thereza, 15 de janeiro de 1859. Folha 2. Acervo IHGSC.

para o Estado em razão de serem dispensados por tempo de dois meses para cuidarem no seu serviço de plantação, que devendo ter principiado desde o mês de agosto próximo passado, como é do estilo e tempo próprio para essa labutação, não o puderam fazer por serem impedidos pelas continuadas chuvas que houveram nos meses anteriores, com as quais não foi possível roçar e derrubar o mato, e menos pegar fogo de coivaras, para o que é mister tempo de sol forte: tendo os colonos, depois de findar os dois meses de dispensa, de pagar as semanas de serviço que deviam prestar ao Estado nesses dois meses.⁶⁶⁶

Mas esse fragmento de texto também fornece indícios de como funcionava essa dispensa do serviço. Depois da época de plantio, os colonos eram obrigados a ressarcir o Estado por esse período em que se dedicaram às suas plantações. Além disso, também é possível perceber como é que era realizada a preparação do solo para receber as sementes e mudas. Salienta-se também a importância de atear fogo nas coivaras como medida de preparação do solo. A coivara, técnica baseada no amontoamento de certa quantidade de galhos e troncos a que se põe fogo nas roçadas, era utilizada para desembaraçar os terrenos e, ao mesmo tempo, adubá-los com as cinzas, o que facilitava a cultura.

No mês de fevereiro de 1859 os colonos receberam alguns dias para que eles colhessem milho e feijão⁶⁶⁷. Em abril de 1859 os colonos continuaram na colheita dessas culturas. No mês de maio daquele ano os colonos colheram em suas lavouras 7.500 mãos de milho (uma mão de milho é formada por 50 espigas) e produziram 15 alqueires de farinha⁶⁶⁸.

Em setembro de 1859 os colonos foram dispensados do serviço da colônia para se dedicarem às suas plantações. Em novembro daquele ano os colonos ainda trabalhavam em suas plantações, derrubando mato, roçando, limpando a terra e plantando⁶⁶⁹.

⁶⁶⁶ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de outubro de 1864. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de novembro de 1864. Acervo IHGSC.

⁶⁶⁷ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de fevereiro de 1859. João Xavier de Souza, capitão diretor da colônia. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de março de 1859. Acervo IHGSC.

⁶⁶⁸ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de maio de 1859. João Xavier de Souza, capitão diretor da colônia. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de junho de 1859. Acervo IHGSC.

⁶⁶⁹ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de novembro de 1859. João Xavier de Souza, capitão diretor da colônia. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de dezembro de 1859. Acervo IHGSC.

Os colonos em suas propriedades cultivavam fumo, milho, feijão, batata inglesa, batata doce, amendoim, mandioca, cebola, abóboras e cana de açúcar. Além dessas, também plantavam laranjeiras, pessegueiros⁶⁷⁰, marmeleiros e limeiras⁶⁷¹.

Criação de animais

Em 1864 a colônia contava com 2 bois cargueiros, 3 touros de carga e 2 mulas de carga, pertencentes ao Governo. Entre os animais pertencentes aos colonos – vacum, cavalari e muar –, existia na colônia 201 animais⁶⁷². Em relação ao ano de 1863, o diretor relatou que houve a diminuição de 40 animais devido à seca rigorosa dos últimos meses do ano de 1863, “que deixou os campos sem pastos e as fontes sem água até o 1º de janeiro do ano findo de 64 em que caíram as primeiras chuvas; [...] e isto contribuiu muito para o desenvolvimento da peste entre os animais nas aproximações do inverno”⁶⁷³.

Havia criação de porcos e de ovelhas. No ano de 1864 houve considerável diminuição no número dessas criações em face de pestes e “estrageo causado por 2 tigres que depois de muita destruição, a força de vigílias, e muitas diligências nossas foram mortos”⁶⁷⁴. Os colonos também criavam perus, gansos, patos e galinhas⁶⁷⁵.

Para manter o pasto para os animais, os colonos também praticavam a coivara nos espaços destinados à pastagem.

Construção de casas

Para a construção de uma casa, os colonos tiravam palha e madeiras. Com as palhas eles teciam esteiras de palhas que eram utilizadas como cobertura das casas.⁶⁷⁶

Durante o verão, e no final do inverno, muitos colonos

⁶⁷⁰ CMST. Mapa da produção agrícola da colônia militar de Santa Thereza. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1 de janeiro de 1862. Acervo IHGSC.

⁶⁷¹ CMST. Relatório. João Xavier de Souza, capitão diretor da colônia. Colônia militar de Santa Thereza, 15 de janeiro de 1859. Folha 2. Acervo IHGSC.

⁶⁷² CMST. Relatório circunstanciado do estado da colônia. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar Santa Thereza, 11 de janeiro de 1865. Folha 14. Acervo IHGSC.

⁶⁷³ Idem.

⁶⁷⁴ CMST. Relatório circunstanciado do estado da colônia. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar Santa Thereza, 11 de janeiro de 1865. Folha 15. Acervo IHGSC.

⁶⁷⁵ CMST. Ofício circunstanciado ao presidente de província, Francisco José d'Oliveira. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 4 de janeiro de 1864. Folha 6. Acervo IHGSC.

⁶⁷⁶ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de julho de 1862. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de agosto de 1862. Acervo IHGSC.

trabalhavam na retificação de seus ranchos e suas casas⁶⁷⁷. Isso porque as casas dos colonos eram cobertas de palha e eram muito sujeitas a danos⁶⁷⁸. De acordo com a historiadora Maria Cristina Cortez Wissenbach, esse modo de construir casas representava uma das qualidades mais importantes dessas habitações: “a possibilidade de ser abandonadas”⁶⁷⁹.

Em 1864 existiam na colônia 31 casas de colonos, sete estavam em construção e uma estava praticamente pronta⁶⁸⁰. Essas casas não possuíam assoalho de madeira, eram construídas apenas com madeiras retiradas da mata e cipós, com cobertura de palha.

Por viverem em movimento, esses homens livres e pobres, que trabalhavam para o Exército brasileiro, ou que eram colonos paisanos, possuíam um diminuto patrimônio. A pobreza em que viviam impunha um cotidiano simples, com poucos artefatos, casas rústicas, lavouras de subsistência e poucos animais. Os homens livres e pobres que viviam em áreas rurais eram caracterizados por um cotidiano semelhante: produziam para a subsistência e o pequeno comércio, e contavam com o trabalho familiar.

Comércio

Com a existência de engenhos na colônia, os diretores tinham a expectativa de deixarem de importar farinha e passarem a vendê-la para a cidade de Lages, bem como poderiam vender açúcar e aguardente.

Em 1864 o comércio na colônia era composto de quatro casas comerciais. Uma da viúva Anna Fernandes, na qual eram vendidas fazendas suas e molhados. Outra de Francisco Antônio de Lima, na qual se vendia bebidas, açúcar, café, sabão e fumo. As outras duas casas comerciais vendiam apenas aguardente. Além dessas, havia também uma padaria, uma fábrica de velas e um curtume⁶⁸¹.

⁶⁷⁷ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de janeiro de 1861. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de fevereiro de 1861. Acervo IHGSC.

⁶⁷⁸ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de agosto de 1861. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de setembro de 1861. Acervo IHGSC.

⁶⁷⁹ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *“Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível”*. In: História da Vida Privada no Brasil. Vol. 3. Coordenador geral da coleção Fernando A. Novais; organizador do volume Nicolau Sevcenko. São Paulo, Cia. das Letras, 1998, p. 59.

⁶⁸⁰ CMST. Relatório circunstanciado do estado da colônia. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar Santa Thereza, 11 de janeiro de 1865. Folha 15. Acervo IHGSC.

⁶⁸¹ CMST. Relatório circunstanciado do estado da colônia. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar Santa Thereza, 11 de janeiro de 1865. Folha 13. Acervo IHGSC.

De acordo com o diretor, durante o ano de 1864 foram comercializados na colônia os seguintes gêneros:

Quadro 8: Produtos comercializados na colônia em 1864

Farinha de mandioca importada	Alqueires 416	872 ½	A 3\$000	2:617\$500
Dita de produção da colônia	Ditos 456 ½			
Farinha de trigo para pão e roscas	Arrobas	42	A 5\$000	210\$000
Sal	Alqueires	26	A 5\$000	130\$000
Açúcar	Arrobas	88	A 7\$680	672\$840
Café	Arrobas	38	A 16\$000	608\$000
Fumo	Arrobas	14	A 19\$000	266\$000
Sabão	Caixa	23	A 9\$000	207\$000
Aguardente	Medidas	1:932	A 9\$00	1:738\$800
Vinho	Medidas	80	A 25\$00	200\$000
Gado 72 cabeças, regulando pela alternativa de preços			A 18\$000	1:296\$000
Fazendas entradas para uma casa de negócio				1:016\$445
Total do movimento comercial				8:962\$585

Fonte: CMST. Relatório circunstanciado do estado da colônia. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar Santa Thereza, 11 de janeiro de 1865. Folha 13. Acervo IHGSC.

Em maio de 1868 o Diretor-Geral da Fazenda Provincial de Santa Catarina tratava da venda de bebidas espirituosas pelo diretor da colônia para a casa de comércio de Delfina Dreimer⁶⁸², o que era proibido pelo regulamento das colônias militares.

Em julho do mesmo ano, o diretor da colônia informou que tinha paralisado, desde agosto de 1867, “o negócio de uma pequena casa da viúva Anna Fernandes, de onde eu igualmente, como os outros, me supria do necessário”⁶⁸³. Como consequência do fim desse negócio, faltaram muitos suprimentos à colônia, o que obrigou o diretor buscar na Capital, em maior quantidade, tudo o que era necessário na colônia. Com os cargueiros da Capital vieram carne, farinha, roscas de trigo, açúcar, café, sabão, sal e aguardente, que em muitos casos também era indispensável para os serviços do cirurgião, que a utilizava para fazer cessar a ação dos medicamentos⁶⁸⁴.

Nos anos em que a produção agrícola era promissora, os colonos vendiam seus excedentes aos tropeiros e para as colônias de Santa Isabel, Teresópolis e São Pedro de Alcântara.

O comércio na colônia era feito em pequenas quitandas, cujos proprietários podiam pagar fretes considerados caros para mandarem vir

⁶⁸² SANTA CATARINA. Ofício do Diretor-Geral da Fazenda Provincial de Santa Catarina, Antonio Justiniano Esteves, em 12 de maio de 1868. Acervo: Arquivo Histórico Municipal de São José. Fundo: Coletoria. Série: Correspondências recebidas. Caixa 01.

⁶⁸³ CMST. Ofício. Colônia militar de Santa Thereza, 8 de julho de 1868. Acervo: Arquivo Histórico Municipal de São José. Fundo: Coletoria. Série: Correspondências recebidas. Caixa 01.

⁶⁸⁴ Idem.

para a colônia os gêneros de maior consumo, quais sejam: café, açúcar, sabão, fumo e aguardente⁶⁸⁵.

Cabe lembrar, ainda, que vários colonos deixaram a lide agrícola e pecuária para se dedicarem aos trabalhos particulares e à colônia, mediante pagamentos em dinheiro. Esses eram contratados, geralmente, pelos diretores da colônia para a prestação de serviços tais como o transporte de mercadorias para a colônia, fazimento de estradas, construção de prédios etc.

Por fim, muitas atividades escapam das descrições realizadas nos relatórios mensais dos diretores da colônia. Uma série de outras tarefas eram desempenhadas tanto pelos oficiais quanto pelos colonos que viveram na colônia militar de Santa Thereza. Desse modo, quanto aos documentos produzidos pelos diretores, e analisados neste capítulo, é necessário salientar que:

Muito embora estejamos tratando de fontes reconhecidas como oficiais, não podemos nos furtar do fato de que estamos diante do resultado de um trabalho de interpretação e, portanto, permeado pelas subjetividades do sujeito que o construiu. As palavras do narrador soam como um exercício de leitura do mundo que é ao mesmo tempo individual e institucional, pois não é somente um sujeito falando, mas também a instituição à qual ele representa⁶⁸⁶.

Sendo assim, o que foi possível inferir das atividades realizadas pelos oficiais e colonos que viviam na colônia militar de Santa Thereza representa apenas uma parte de todos os trabalhos desenvolvidos na colônia. A constituição dessa parcela de atividades descritas em vários relatórios também reflete as escolhas dos oficiais responsáveis pela confecção desses documentos. Nem todas as tarefas eram descritas, nem todas eram consideradas relevantes a ponto de serem citadas nos relatórios elaborados mensalmente. Mesmo assim, neste capítulo, ao debruçar-se sobre as atividades desenvolvidas diariamente na colônia, foi possível perceber importantes indícios do cotidiano das pessoas que viviam na colônia militar de Santa Thereza.

⁶⁸⁵ CMST. Ofício circunstanciado ao presidente de província, Francisco José d'Oliveira. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 4 de janeiro de 1864. Folhas 7 e 8. Acervo IHGSC.

⁶⁸⁶ FREITAG, Liliâne da Costa. *Impressões de um dirigente: relatos e relatórios da Colônia Militar de Foz do Iguaçu*. Revista de História Regional, v. 12, p. 191-224, 2007, p. 219-220.

Contudo, os documentos pesquisados permitem outras informações acerca do cotidiano dessas pessoas, tais como as relações interpessoais estabelecidas naquele núcleo de povoamento, as quais serão analisadas no capítulo seguinte.

5 – OS MELHORES FIOS DE UMA TRAMA:

As relações interpessoais na colônia militar de Santa Thereza

Ao pesquisar o caminho entre Desterro e Lages, havia a ideia vaga de quais eram os objetivos da pesquisa que empreendia. Desejava conhecer melhor o que circulava por aquele caminho ao longo do século XIX: o que era levado para o litoral, o que ia para o planalto catarinense, em quais épocas do ano o movimento do caminho era mais intenso, quem eram as pessoas que conduziam as mercadorias, tanto num sentido quanto noutro... Com frequência, os documentos que forneciam essas informações eram quase todos provenientes da colônia militar de Santa Thereza.

Mas o pesquisador, sem estabelecer limites rígidos para a sua pesquisa, permite se perder entre as grandes massas documentais e sujeita-se a encontrar informações inesperadas. Assim foi, quando, em meio aos envelopes de documentos da colônia militar de Santa Thereza, no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, nos quais selecionava e transcrevia principalmente as relações do movimento do caminho entre Desterro e Lages, encontrou-se um ofício do diretor da colônia no qual se relatava o assassinato de uma esposa de um colono.

A partir dessa notícia buscava entre os documentos da colônia respostas para novas perguntas: como era o dia a dia das pessoas que viviam naquela colônia? Como era o seu funcionamento? Quem eram as pessoas que viviam lá? Desse modo, o caminho entre Desterro e Lages, objeto não bem definido da pesquisa, transformava-se em mais um elemento dessa trama. O caminho cortava a colônia militar de um lado ao outro e certamente influenciava os acontecimentos que se desenrolavam naquele espaço. Os trabalhos dos colonos tanto na manutenção do caminho quanto na cobrança dos impostos daqueles que o utilizavam, as pessoas que circulavam pela colônia, as quais chegavam e partiam pelo caminho, o mercado da colônia, enfim, quase tudo era influenciado pelo movimento do caminho.

As influências do caminho sobre a vida na colônia eram bastante fortes. Tornou-se necessário, portanto, seguir as trilhas abertas pela documentação. Novas perguntas foram feitas aos mesmos documentos. As respostas, nem sempre claras ou evidentes, contribuíram para se ter ideia de como era o cotidiano de uma colônia militar instalada no interior do território brasileiro, em meados do século XIX. Neste capítulo, que encerrará os estudos que foram iniciados com a pesquisa do caminho entre Desterro e Lages, serão destacados aqueles documentos que revelam aspectos referentes às relações interpessoais

daqueles que viveram na colônia, ou seja, serão ressaltados indícios da intrincada teia de interações humanas que constituiu a colônia ao longo de três décadas. Em face do papel que esses documentos cumpriam naquela época – relatórios ao presidente de província, justificativas para a expulsão de soldados-colonos, ofícios ao Ministério da Guerra – eles salientam, quase sempre, características negativas das pessoas que viviam na colônia. Sendo assim, não se deve pensar que todas as relações entre esses indivíduos eram apenas conflituosas, como muitas vezes pode parecer. É importante ressaltar que as relações harmoniosas nem sempre eram contempladas nesses documentos.

Desse modo, essas fontes revelam um universo de tensões. Os fragmentos desse conjunto de relações interpessoais vão contribuir para o entendimento da constituição e do cotidiano da colônia militar de Santa Thereza. Mesmo que nos capítulos anteriores tenham sido levantados outros aspectos da vida dessa comunidade, ao estabelecer relações entre a cultura material e a vida cotidiana de soldados, oficiais e de seus familiares, tais como as casas em que viviam, a lide com a terra, a condição de soldado, a condição de colono etc., nesta parte do texto serão narradas outras relações, que não aquelas materiais, e que ficaram registradas somente em alguns documentos (quase que na totalidade, no discurso dos oficiais que comandavam a colônia), mas que dão conta de partes importantes da vida cotidiana naquela colônia.

São, de fato, os relatos de assassinatos, de suicídios, de assaltos e de desavenças que mais chamam a atenção nos acervos pesquisados. A tessitura desse capítulo será, portanto, pautada nessas situações, as quais foram melhor descritas e tiveram maior espaço na documentação produzida pela administração da colônia. Não se trata, porém, apenas de um palco de conflitos, mas sim de um cenário no qual subsistem diferentes relações humanas e variados acontecimentos. Trata-se, portanto, de uma tentativa de interpretação de uma face possível de explicação do cotidiano das pessoas que formavam a colônia militar de Santa Thereza entre os anos de 1854 e 1883. Com isso, a análise desses conflitos, retratada por meio de vários episódios, deverá acrescentar novos dados ao que se conhece pela historiografia brasileira acerca das colônias militares instaladas em todo o território brasileiro ao longo da segunda metade do século XIX. A narrativa desses conflitos, a percepção das estratégias individuais e coletivas, exercerá papel importante nos estudos voltados para a colonização militar brasileira, pois permitirá entender melhor o funcionamento desse sistema.

Sendo assim, serão pesquisados os nexos que se estabeleceram entre os indivíduos e a sociedade a partir das relações que os

indivíduos estabeleciam entre si. Esses permitirão pensar a experiência de vários trabalhadores, quase todos funcionários do Exército brasileiro, que viviam, na maior parte, às margens da sociedade brasileira por sua condição pobre, pela cor da pele (pardos e negros), por não possuírem terra e por pertencerem ao Exército brasileiro.

Esses documentos também permitem o estudo de uma rede de interações comunitárias que formavam aquela colônia instituída pelo Estado brasileiro. O termo aldeia, utilizado em uma breve descrição da colônia por Robert Avé-Lallemant, que no mês de junho de 1858 passou pela colônia, remete o leitor à ideia de comunidade. O médico afirmou que:

Desde Lages, a primeira igreja, pequena e modesta; desde Lages, o primeiro ponto comparável a uma aldeia, uma colônia, um grande agrupamento humano reunido para a defesa e para o ataque [...].⁶⁸⁷

Além disso, é necessário salientar a opinião de um dos diretores da colônia a respeito dos colonos que prestavam serviços ao Estado. De acordo com o diretor João Paulo de Miranda, “tirando alguns alemães, e um ou outro dos brasileiros, tudo mais é uma só família, e assim, com certeza me lograram”⁶⁸⁸.

Foram três os acontecimentos que marcaram a mudança decisiva no rumo da pesquisa empreendida inicialmente e motivaram o estudo das relações interpessoais na colônia militar de Santa Thereza.

O primeiro: no dia 4 de maio de 1863 o colono de 3ª classe, João Antonio dos Santos, enforcou-se no interior de sua casa. O diretor afirmou que esse colono havia tentado suicídio outras vezes e os moradores da colônia percebiam nele sinais de alucinação⁶⁸⁹.

O segundo: na primavera do ano de 1863 o diretor da colônia relatava ao presidente de província que alguns soldados estavam ocupados na guarda de dois presos da colônia. Um deles era o colono paisano José Joaquim da Silva. Esse estava preso porque no dia 21 de agosto daquele ano havia assassinado a sua esposa, a jovem Sebastiana

⁶⁸⁷ AVÉ-LALLEMANT, Robert. Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858). Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980, p. 108.

⁶⁸⁸ CMST. Ofício n. 262, ao presidente da província, Desembargador João Rodrigues Chaves. João Paulo de Miranda, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 23 de outubro de 1881. Acervo IHGSC.

⁶⁸⁹ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de maio de 1863. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de junho de 1863. Acervo IHGSC.

Lacerda. O outro preso era o soldado João Pereira Ramos, por ter participado do assassinato da jovem Sebastiana⁶⁹⁰.

O terceiro acontecimento: nos últimos dias do mês de outubro de 1882, no início da manhã, o jovem João, com apenas 17 anos de idade, filho do colono Porfírio Muniz de Moura, suicidou-se com um tiro de pistola. O diretor da colônia relatou que o jovem cometera suicídio porque seus pais haviam proibido o seu casamento, por considerarem muito jovem⁶⁹¹.

Além desses episódios, o regulamento da colônia, especialmente os artigos 44, 45 e 55, fornece indícios referentes a algumas relações possíveis na colônia. O artigo 44 proibia a existência de escravos no território da colônia, com exceção daqueles proprietários de terras que possuíam terrenos naquela localidade antes da instalação da colônia. Essa disposição também não compreendia os escravos dos empreiteiros e administradores do caminho entre Desterro e Lages. Já o artigo 45 proibia o diretor, o vice-diretor, o capelão e o médico de possuírem terras na colônia. Além disso, esses também não poderiam fazer comércio ou serem sócios de estabelecimentos comerciais com outros habitantes da colônia. O escrivão também não poderia ligar-se às atividades comerciais da colônia. O artigo 55 determina a existência de uma prisão na colônia, a qual deveria ser cômoda, com separação de sexos, para a detenção dos criminosos e desobedientes.

Tudo isso suscitou o interesse pelo conhecimento das relações interpessoais dos moradores daquela colônia. Sendo assim, as informações extraídas dos documentos pesquisados permitiram organizar a análise dessas relações em duas partes. A primeira: as relações estabelecidas entre os moradores da colônia e as pessoas que não viviam nela. A segunda: o convívio entre os moradores da colônia.

5.1 O cheiro bugre tão temido: as pessoas que viviam para além das cercas da colônia militar de Santa Thereza

Nesta parte do texto serão narrados acontecimentos que envolveram os oficiais, os soldados e os colonos de Santa Thereza e outros personagens que, ou viviam nos arredores da colônia, ou apenas

⁶⁹⁰ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de agosto de 1863. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de setembro de 1863. Acervo IHGSC.

⁶⁹¹ CMST. Ofício n. 293, ao presidente da província, Antonio Gonçalves Chaves. João Paulo de Miranda, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 28 de outubro de 1882. Acervo IHGSC.

passavam por lá em seus deslocamentos entre o litoral e o planalto da província de Santa Catarina.

Os primeiros indícios dessas relações estão ligados à existência de um importante caminho para o interior do território da província, o qual cortava a colônia de leste a oeste. O diretor da colônia, em 15 de abril de 1863, afirmou que, por estar encravada no centro da estrada entre a capital da província e a cidade de Lages e por ser local de fiscalização, a colônia era frequentada “por inúmeros transeuntes e tropas imensas”⁶⁹².

Os vários mapas do movimento do caminho, produzidos mensalmente na colônia, sugerem a quantidade de pessoas, não moradoras, que circulavam pela colônia. No mês de maio de 1865, por exemplo, passaram pela colônia 4.640 animais cargueiros e 726 mulas e cavalos de montaria. Desses, 2.326 cargueiros e 431 mulas e cavalos de montaria desciam a serra e iam para o litoral da província. No mesmo período, foram para Lages, vindos do litoral, 1.588 cargueiros e 295 mulas e cavalos de montaria⁶⁹³. Esses mapas permitem apenas conhecer quem eram os tropeiros que conduziam as tropas de gado e mercadorias entre o litoral e o planalto da província. Mesmo assim, acredita-se que essas tropas fossem compostas de outras pessoas que auxiliavam o tropeiro na condução dos animais e das mercadorias pelo caminho. Nos meses de verão o movimento era mais intenso, ao passo que, nos meses de inverno, tropas menores passavam pela colônia. Em outubro de 1863 o diretor da colônia relatou ao presidente de província que a frequência de tropeiros na colônia era muito alta e que todos sempre precisavam tratar de algum assunto com o diretor da colônia, tanto nas viagens de ida quanto nas de volta⁶⁹⁴.

A convivência entre os moradores da colônia e os tropeiros que passavam por lá nem sempre foi pacífica. Em março de 1864 o diretor da colônia defendeu-se de acusações de um tropeiro, referentes ao estado precário do caminho entre Desterro e Lages nas proximidades da colônia. O diretor afirmou ao presidente de província que as queixas do tropeiro Policarpo Pereira de Andrade eram excessivas e desonestas. Conforme o diretor:

porquanto na compreensão da légua quadrada que pertence a Colônia, que se

⁶⁹² CMST. Ofício ao presidente da província, Pedro Leitão da Cunha. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Desterro, 15 de abril de 1863. Acervo IHGSC.

⁶⁹³ CMST. Relação do movimento da estrada da Capital e Lages no mês de maio de 1865. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de junho de 1865. Acervo IHGSC.

⁶⁹⁴ CMST. Ofício ao presidente da província, Pedro Leitão da Cunha. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Desterro, 1º de outubro de 1863. Acervo IHGSC.

conta da porteira da olaria, onde começa a sede do estabelecimento, não alcança a Jararaca; e o que está dentro dessa área, mesmo um dos morros Cadeado, tenho tido sempre o cuidado de mandar compor o melhor possível, a dar livre transito, pois é lugar que eu e todos da colônia frequentam por ser o que conduz dela a todos os pontos para baixo, até esta Capital: quanto porém da porteira da olaria para diante em seguida para cima, e principalmente, o segundo morro Cadeado, que se começa subir desde a saída da casa do dito Serafim acha-se em verdadeiro mau estado há muito tempo; e aquele mesmo tropeiro tendo-me por várias vezes feito queixa daquele estado de ruína, eu, lhe tenho feito ver que exijam o reparo do dono da terra, que é aquele Serafim: por cuja porta passam, e ali fazem pouso muitas vezes a espera que o rio baixe, e possam passar; e é neste caso que classifico a informação, ou queixa de desleal⁶⁹⁵.

Além disso, as reclamações referentes às más condições do caminho nas proximidades da propriedade do senhor Serafim, conforme o diretor, também eram exageros do tropeiro. Havia, sim, um pontilhão desmoronado. Porém, o senhor Serafim abriu um desvio “enxuto e sólido” para tornar possível o trânsito de tropas leves pelo caminho, o que poderia ser comprovado por outras pessoas que recentemente haviam utilizado o caminho. Mesmo assim, o diretor comprometeu-se em prestar auxílio nos trabalhos de retificação do Morro do Cadeado, apesar de o senhor Serafim, proprietário das terras no referido morro ter “escravos, três filhos homens de todo serviço e agregados”⁶⁹⁶.

Entretanto, em fevereiro de 1865 o diretor da colônia afirmou que o senhor Serafim Muniz de Moura, proprietário de terras próximas ao caminho, não se importava com os serviços de manutenção da estrada, apesar das queixas frequentes dos viajantes. Os tropeiros reclamavam ao diretor para fazer reparos no caminho e como o diretor não desejava que

⁶⁹⁵ CMST. Ofício ao presidente da província, Francisco José d’Oliveira. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Desterro, 22 de março de 1864. Folhas 1 e 2. Acervo IHGSC.

⁶⁹⁶ Idem, folha 2.

tais reclamações chegassem ao presidente da província, realizava alguns consertos em trechos do caminho para além da colônia. O diretor temia que, por maldade ou por ignorância, fossem feitas reclamações contra a direção da colônia, a qual era responsável apenas pelos “reparos da légua de estrada que atravessa a colônia”⁶⁹⁷. O diretor também almejava que o presidente da província ordenasse aos proprietários de terras que esses realizassem os reparos necessários no caminho, ou que esses consertos fossem custeados pela Fazenda Provincial, pois nenhum outro diretor de colônia era obrigado a consertar estradas fora de suas colônias sem o devido pagamento aos trabalhadores⁶⁹⁸.

Neste sentido, em 1879, o diretor da colônia afirmou que “dói o coração humano ao ver os pobres tropeiros de gado e outros animais pagarem o direito de 1000 réis por cabeça tendo de passarem como passam por uma estrada tal que em muitos lugares voltam o rosto para não verem os precipícios que vão passar com risco de vida e prejuízo constante nos seus animais”⁶⁹⁹.

Por outro lado, em agosto de 1861, o diretor da colônia informava ao presidente de província que alguns soldados da colônia estavam trapaceando os tropeiros que passavam pela colônia, bem como outros moradores de localidades próximas da colônia⁷⁰⁰.

Uma das faces da tensão entre os moradores da colônia, os seus vizinhos, e os tropeiros que utilizavam o caminho entre Desterro e Lages pode ser representada pela existência de cercas e de porteiras que objetivavam o controle de acesso e de saída da colônia. Sabe-se que a construção de duas porteiras na colônia, ambas no caminho, auxiliavam o trabalho de fiscalização e cobrança de impostos dos tropeiros que passavam por lá. Em junho de 1864 o presidente da província ordenou que o diretor restabelecesse as cercas e portões da colônia “a fim de obstar que os tropeiros passassem de noite desapercibidamente furtando-se do imposto”⁷⁰¹. Além disso, com a existência das porteiras e das cercas, os habitantes da colônia também estavam protegidos de alguns ataques, pois o acesso à colônia pela mata era bastante difícil.

⁶⁹⁷ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de janeiro de 1865. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de fevereiro de 1865. Acervo IHGSC.

⁶⁹⁸ Idem.

⁶⁹⁹ CMST. Ofício n. 153, ao presidente da província, Antonio d’Almeida Oliveira. João Paulo de Miranda, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 2 de junho de 1879. Folha 3. Acervo IHGSC.

⁷⁰⁰ CMST. Ofício ao presidente da província, Ignácio da Cunha Galvão. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 15 de agosto de 1861. Folha 2. Acervo IHGSC.

⁷⁰¹ SANTA CATARINA. Ofício do presidente de província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, para o diretor da colônia, João Francisco Barreto. Palácio do Governo da Província de Santa Catarina, 27 de junho de 1864. Acervo: APESC. Fundo: Registro dos presidentes de província para os diretores de colônias (1863/1864). Folha 71v.

Contudo, as ameaças de ataques indígenas, notadamente dos Xokleng que habitavam toda a região da colônia, não diminuíam com a construção das porteiras e das cercas ao redor da colônia. Esses ataques também marcaram o cotidiano das pessoas que viviam na colônia. As ameaças de ataques exigiram, algumas vezes, reforços do Exército brasileiro.

O diretor da colônia, em fins de outubro de 1879, relata ao presidente de província que no mês de junho daquele ano os indígenas atacaram uma tropa de gado no local denominado Avencalzinho. O diretor relatou ainda que os ataques indígenas eram frequentes e sempre causavam estragos, principalmente nos animais de criação. Naquele outubro, o diretor afirma que os indígenas apareceram no caminho e que um dos moradores da fazenda Bom Retiro, amedrontado, mudou-se para a colônia. Nessa ocasião foram encontrados dois animais mortos⁷⁰².

Antes disso, o diretor da colônia relatou que os indígenas, em grande número, saíram na estrada geral, bem próximo à entrada da colônia, e atacaram a tropa de cargueiros de Francisco Ferreira de Souza Mello, que da Capital seguia para Lages. Os indígenas atacaram com flechas e feriram animais da tropa. Também atacaram o primeiro morador da colônia, o colono Francisco Rodrigues da Silva, que conseguiu escapar. O diretor lembra ao presidente de província que “estes selvagens quase sempre aparecem e algumas vezes causam mal como a dois anos passados aqui mataram dois filhos de um alemão”⁷⁰³. Nesta ocasião o diretor da colônia remeteu à Capital uma arma indígena que foi empregada em um dos animais no combate que tiveram com a tropa de Francisco Ferreira de Souza Mello.

Há documentos que dão indícios de que havia na colônia, vez por outra, algum reforço policial para proteger os seus habitantes de ataques indígenas⁷⁰⁴.

Desses conflitos, pode ser destacado aquele ocorrido em setembro de 1862. Era uma quinta-feira, entre o meio-dia e uma hora da tarde, os indígenas atacaram quatro escravos, três de Francisco José Martins, contratante de obras de estradas, e um do capitão Sebastião, os quais trabalhavam na derrubada da floresta para preparação do terreno para o plantio de milho e feijão nos terrenos do senhor Serafim Muniz de Moura, vizinho da colônia militar de Santa Thereza. Um dos

⁷⁰² CMST. Ofício n. 167, ao presidente da província, Antonio d' Almeida Oliveira. João Paulo de Miranda, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 30 de outubro de 1879. Acervo IHGSC.

⁷⁰³ CMST. Ofício n. 154, ao presidente da província, Antonio d' Almeida Oliveira. João Paulo de Miranda, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 13 de junho de 1879. Acervo IHGSC.

⁷⁰⁴ CMST. Ofício ao presidente da província. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 31 de maio de 1864. Acervo IHGSC.

escravos, que se chamava Malaquias, conseguiu escapar do ataque. Malaquias correu até à casa do diretor da colônia para pedir ajuda para os seus companheiros que haviam ficado no local da derrubada, no combate contra grande número de indígenas. O senhor Serafim levou ao diretor da colônia uma flecha indígena ensanguentada, sem a parte perfurante, a qual o diretor supôs ter sido quebrada pela vítima.

Com a notícia do ataque, o diretor ordenou que os soldados da colônia tocassem o sino da capela, pois naquele horário muitos moradores haviam deixado os seus trabalhos para almoçarem. Além disso, o diretor convocou 16 pessoas e os proveu de munição. Desses, oito colonos acompanharam o senhor Serafim, o qual havia deixado em casa seus filhos e agregados, e foram em busca dos escravos que não haviam voltado do local da derrubada. Depois disso, os mesmos colonos deveriam seguir o grupo de indígenas para apanhá-los, ou, pelo menos, para afugentá-los. Os demais colonos permaneceram na colônia para proteger os moradores da praça do povoamento, na qual habitava a maior parte das famílias, que por conta do ataque estavam “sobremaneira atemorizadas”⁷⁰⁵.

Enquanto o diretor aguardava o retorno dos oito colonos enviados com o senhor Serafim, os trabalhos da colônia foram suspensos. Nessa ocasião o diretor solicitou mais armamentos ao presidente de província.

No fim do dia, próximo das 17h, a expedição que acompanhara o senhor Serafim voltou para a colônia. Eles trouxeram a notícia de que haviam encontrado três escravos mortos, “muito flechados, e com grandes ferimentos de lança e cacete; nus inteiramente, e sem os machados com que estavam trabalhando”⁷⁰⁶. Os colonos que participaram dessa expedição relataram também que os indígenas haviam deixado os cabos das ferramentas utilizadas pelos escravos, além de dois arcos indígenas.

No dia seguinte o diretor ordenou ao senhor Serafim que providenciasse o sepultamento dos três mortos. Todos foram sepultados no local da derrubada, onde haviam sofrido o ataque dos indígenas, por ser impossível conduzir os três corpos até o cemitério da colônia.

O medo havia tomado conta dos habitantes da colônia. O diretor, nas noites seguintes ao ataque, aquartelou a população na praça da colônia e estabeleceu patrulhas até o dia clarear. Durante os dias, os matos que circundavam a praça da colônia eram explorados. Isso porque havia informações de que os indígenas, depois do ataque, tinham sido

⁷⁰⁵ CMST. Ofício ao presidente da província, Conselheiro Vicente Pires da Motta. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 6 de setembro de 1862. Folha 2. Acervo IHGSC.

⁷⁰⁶ Idem.

vistos em lugares próximos da colônia. O diretor temia que o pânico tomasse conta da população.

Nessas explorações constatou-se que os indígenas haviam se retirado pelo mesmo caminho por onde tinham vindo. Eles haviam utilizado a nova picada aberta para a retificação do traçado do caminho para Lages, que entranhou muito pelas florestas habitadas pelos indígenas. A abertura dessa picada atravessou dois antigos acampamentos indígenas. E, por não ter soldados suficientes, o diretor não empreendeu expedição para atacar esses acampamentos, pois tinha notícias de que um grupo de indígenas, composto por mais de 300 pessoas, fora visto passar pelo caminho nas proximidades da colônia⁷⁰⁷.

No mesmo mês de setembro de 1862 os moradores avistaram fogueiras feitas pelos indígenas nas proximidades da colônia. Essas fogueiras foram feitas em três pontos diferentes, todas em pontos altos, ao poente da colônia. Mesmo com a defesa da colônia em prontidão, as famílias ficavam muito assustadas com esses indícios da presença de indígenas tão próximos da colônia. Em virtude desses vestígios, e dos sinais de que os indígenas observavam e cercavam a colônia, o diretor ordenou aos soldados e colonos paisanos que permanecessem na praça da colônia e deixassem suas roçadas nos sítios⁷⁰⁸. Porém, ao concentrar a população da colônia em sua praça para protegê-la dos ataques indígenas, principalmente nos últimos meses do ano, entre a primavera e o verão, colocava-se em risco todas as plantações da colônia, pois tanto as áreas preparadas para o plantio quanto aquelas que começavam a ser roçadas foram abandonadas pelos colonos.

Sobre esse evento, o diretor da colônia relatou que:

No conflito, com a pouca gente que tinha, e essa mal armada, dei as providências de segurança de que podia dispor enquanto apelei à Presidência, a qual enviando-me pederneiras, que não tínhamos, ao mesmo tempo ordenou-me a requisição do que julgou-se preciso acerca do armamento mais próprio para lidar-se no mato, e em seguida um destacamento do Batalhão de Depósito, ao comando de um Alferes, para bater os matos, e afugentar o gentio. Essa expedição que veio a cargo do dito Alferes, em instrução a ele dada, por ter partido da Capital antes da chegada das minhas participações, e por notícia unicamente de

⁷⁰⁷ Idem, folha 4.

⁷⁰⁸ CMST. Ofício ao presidente da província, Conselheiro Vicente Pires da Motta. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 10 de setembro de 1862. Acervo IHGSC.

caminho por ser este lugar uma estrada diariamente frequentada por grande número de tropeiros; além de não ser própria ao entranhamento dos bosques que nos cercam, em razão do peso das armas, e mais apetrechos só próprios para campo raso, e mesmo pelo atrofiamento do pessoal, dado só a certos exercícios de parada e guarnição a pés calçados nada mais fizeram que duas investidas; uma de dia e meio de demora no mato, e a outra de um no período de 14 dias [...] sem mais descobrirem, ou encontrando que já tenham-me visto desde o dia da agressão, em que fiz seguir ao lugar do ataque 10 pessoas, 6 colonos ativos e 4 paisanos da colônia a afugentar o gentio, e descobrir as vítimas; e o restante na guarda da praça, e mais no atalho à passagem dos agressores ao fundo da colônia, onde existiam famílias desaparecidas, no trabalho em seus sítios. O susto e a perturbação geral obrigou-me a mandar suspender as roçadas que tinham começado e recolherem-se a este centro onde nos conservamos em atitude bélica até que veio a mencionada expedição: desde quando em parte foi entrando a confiança e o desengano da ausência do gentio; mas sem coragem de tornarem ao antigo trabalho nos sítios circunscrevendo-se cada um ao serviço em roda de casa, ao pé e a vista das famílias⁷⁰⁹.

Um ano depois, em setembro de 1863, o tropeiro Fidelis Luiz Ferreira, ao passar pela colônia militar de Santa Thereza, informou ao diretor de que havia encontrado, pouco acima da colônia, “uma porção de bugres na estrada, que avaliou em número de 10, afora os que estavam no mato, que lhe figurou maior quantidade, segundo o murmúrio que viram no taquaral”⁷¹⁰. O diretor não desprezou a notícia trazida pelo tropeiro pois, além dessa, haviam outros indícios da presença indígena nas proximidades da colônia e em pousos de tropeiros. Todas essas informações o diretor comunicou ao presidente da

⁷⁰⁹ CMST. Ofício ao presidente de província. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 12 de janeiro de 1863. Folhas 5 e 6. Acervo: IHGSC.

⁷¹⁰ CMST. Ofício ao presidente da província, Pedro Leitão da Cunha. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 2 de setembro de 1863. Acervo IHGSC.

província porque considerava estarem em perigo todos os habitantes da colônia⁷¹¹.

Em outubro de 1865 a propriedade do senhor Serafim Muniz de Moura, residente no distrito da colônia, estava novamente sob ameaça de um ataque indígena. Para coibir essa tentativa, o diretor da colônia enviou 10 colonos para explorarem os matos próximos da colônia. Nessa expedição foram encontrados, em diferente lugares, vestígios da presença indígena bem próximos da casa do senhor Serafim. O diretor acreditava que esses eram indícios de que os indígenas espreitavam aquela casa há algum tempo, sem que seus moradores percebessem a presença indígena tão próxima⁷¹².

Depois dessa expedição, por “pressentir” que os indígenas permaneciam nas matas próximas da colônia, o diretor empreendeu nova expedição. Nessa foram encontrados vestígios da presença indígena, além daqueles encontrados nas vizinhanças da casa do senhor Serafim, em outros locais nos arredores da colônia⁷¹³.

No mês de outubro de 1875, o presidente da província recomenda ao diretor da colônia que “faça bater as matas”⁷¹⁴ existentes na fazenda do senhor José Antônio de Abreo Júnior, com o intuito de afastar os indígenas daquela região e, por consequência, manter a tranquilidade dos seus habitantes e daqueles que usam o caminho entre Desterro e Lages. No dia 19 daquele mês o presidente da província receberá, por meio do diretor da colônia, uma carta do cidadão José Antônio de Abreo Júnior, proprietário da fazenda “Bom Retiro”, próximo da colônia, na qual relata que os indígenas têm causado danos em sua fazenda.

Em dezembro de 1875, o presidente da província comunica ao ministro da Guerra outro ataque indígena contra a colônia militar de Santa Thereza. Nessa ocasião os indígenas assassinaram dois filhos de um colono que se achavam trabalhando na derrubada de árvores, nas proximidades de sua residência, pouco distante da sede da colônia. De acordo com o presidente da província, os indígenas, depois de terem atacado os dois jovens, foram à casa do colono e a saquearam completamente, “consumindo tudo quanto nela existia, inclusive quatrocentos mil réis (400\$000) em papel e vinte mil réis (20\$000) em

⁷¹¹ Idem.

⁷¹² CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de outubro de 1865. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de novembro de 1865. Acervo IHGSC.

⁷¹³ Idem.

⁷¹⁴ SANTA CATARINA. Ofício do presidente de província para o diretor da colônia militar de Santa Thereza. Palácio do Governo da Província de Santa Catarina, 21 de outubro de 1875. Acervo: APESC. Fundo: Ofícios dos presidentes de província para os diretores de colônias (1875). Folha 52.

ouro, ficando o infeliz colono e sua família, que a muito custo se sobraram, reduzidos a roupa do corpo”⁷¹⁵.

Em novembro de 1880, o presidente da província autorizou a contratação de quatro homens para afugentar os indígenas na colônia militar de Santa Thereza devido ao “aparecimento de bugres nessa colônia”⁷¹⁶. Além disso, enalteceu o esforço e a coragem da moradora da colônia Maria Bertha, que “salvou uma criança na luta que teve com esses selvagens, do que ficou doente”⁷¹⁷.

No início do ano de 1881 o diretor da colônia afirmava ao presidente da província que a presença dos indígenas na colônia era frequente e incomodava os moradores⁷¹⁸. No primeiro dia de julho de 1881 o diretor da colônia recebeu notícias de que os indígenas haviam atacado a fazenda de João Barboza, no lugar denominado Bom Retiro, pouco acima da colônia militar. Nesse ataque os indígenas levaram o gado e outros animais da fazenda. João Barboza e alguns ajudantes seguiram o rastro deixado pelos animais e os resgataram, não todos mas a maior parte deles. Em represália, os indígenas voltaram à fazenda de João Barboza e atacaram a sua casa. Além disso, o diretor foi comunicado de que os indígenas haviam “passado a cordilheira do norte que costeia esta colônia”⁷¹⁹. Ao transmitir tais fatos ao presidente da província, o diretor da colônia afirmou que “se [os indígenas] ficam impunes, sem dúvida, mais ou menos se cortará o comércio de Lages por esta estrada. Esses selvagens não obstante suas armas serem insignificantes, amedrontam não só os moradores como os transeuntes.”⁷²⁰

Dois dias depois, o diretor informou ao presidente da província que, diante das “notícias mais aterradoras do vexame em que se acha João Barboza por estar sitiado pelos bugres”, ele e cinco colonos iriam proteger a saída daquele morador de Bom Retiro e de sua família⁷²¹. Na

⁷¹⁵ SANTA CATARINA. Ofício do presidente da província de Santa Catarina ao Ministério da Guerra. Desterro, 22 de dezembro de 1875. Acervo: APESC. Fundo: Correspondências Presidente da Província para o Ministério da Guerra (1875-1878).

⁷¹⁶ SANTA CATARINA. Ofício do presidente de província para o diretor da colônia, João Paulo de Miranda. Palácio do Governo da Província de Santa Catarina, 30 de novembro de 1880. Acervo: APESC. Fundo: Registro dos presidentes de província para os diretores de colônias (1880). Folha 135.

⁷¹⁷ SANTA CATARINA. Ofício do presidente de província para o diretor da colônia, João Paulo de Miranda. Palácio do Governo da Província de Santa Catarina, 30 de novembro de 1880. Acervo: APESC. Fundo: Registro dos presidentes de província para os diretores de colônias (1880). Folha 135v.

⁷¹⁸ CMST. Ofício n. 230, ao presidente da província, Desembargador João Rodrigues Chaves. João Paulo de Miranda, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de janeiro de 1881. Acervo IHGSC.

⁷¹⁹ CMST. Ofício n. 247, ao presidente da província, Desembargador João Rodrigues Chaves. João Paulo de Miranda, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de julho de 1881. Acervo IHGSC.

⁷²⁰ Idem.

⁷²¹ CMST. Ofício n. 248, ao presidente da província, Desembargador João Rodrigues Chaves. João Paulo de Miranda, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 3 de julho de 1881. Acervo IHGSC.

noite do dia 3 de julho, depois de despachar a mala do correio, o diretor e os colonos seguiram para a casa de João Barboza. Na manhã do dia seguinte o diretor alcançou a propriedade do senhor Barboza e constatou que esse e sua família já estavam na casa do senhor José de Abreu, fazenda vizinha à de João Barboza, que também estava abandonada em consequência de ataques indígenas, os quais causaram grande mal⁷²². O senhor Barboza juntou o gado e outros animais que haviam restado e os conduziu até o lugar denominado João Paulo.

Quando regressava para a colônia, o diretor avistou alguns indígenas e foi informado de que “com eles andam desertores e culpados”⁷²³. Conforme o diretor:

Faz dó ver o homem laborioso como é João Barboza a ser obrigado a perder o serviço que, a custo de suores e sacrifícios, tem feito, desprezando aquilo de que tirara o pão para subsistência de sua família, por causa da malvadeza de tais bugres ou quadrilha de ladrões!⁷²⁴

O diretor considerava os indígenas desafortunados e acreditava que eles eram capazes de cometer os maiores atentados⁷²⁵. Meses depois desses acontecimentos, o diretor da colônia nomeou alguns colonos para explorarem os matos próximos da colônia, com o intuito de afugentar os indígenas que tentavam atacar a colônia⁷²⁶.

Os ataques descritos acima ilustram apenas a existência desses eventos na colônia militar de Santa Thereza. Entre os documentos pesquisados, existem outros indícios de ataques à colônia. Por ser a vanguarda de ocupação de um sertão pouco explorado, acredita-se que outros ataques tenham ocorrido e que notícias de outras investidas indígenas contra a colônia estejam presentes em acervos documentais não pesquisados.

Mesmo assim, com o relato desses eventos é possível perceber o cumprimento da função de apoio que a colônia desempenhava aos moradores que viviam nas suas proximidades, bem como quanto aos que utilizavam o caminho. Neste sentido, o diretor da colônia oficiou ao presidente da província que, no dia 6 de julho, o tropeiro Ignácio Coelho

⁷²² CMST. Ofício n. 249, ao presidente da província, Desembargador João Rodrigues Chaves. João Paulo de Miranda, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 7 de julho de 1881. Acervo IHGSC.

⁷²³ Idem.

⁷²⁴ Idem.

⁷²⁵ Idem.

⁷²⁶ CMST. Ofício ao presidente da província, Desembargador João Rodrigues Chaves. João Paulo de Miranda, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 20 de outubro de 1881. Acervo IHGSC.

d'Ávila, quando acampou-se na localidade de Barro Branco, foi perseguido pelos indígenas e, por conta disso, teve de suspender o seu pouso e seguir, durante a noite, para o Morro do Cadeado, junto da colônia militar⁷²⁷.

Por estar localizada nas margens de um caminho que conectava o litoral da província de Santa Catarina ao seu interior, a colônia militar de Santa Thereza transformou-se, desde a sua criação, em um importante ponto de apoio aos que transitavam pelo caminho. A presença de um médico na colônia contribuía bastante no cumprimento dessa função de apoio. Com isso, na colônia também eram atendidas pessoas doentes que estavam em trânsito entre a Capital e a cidade de Lages.

Um soldado da Companhia de Pedestres, em diligência na colônia, quando deveria seguir o rio Itajaí abaixo com seu comandante, teve que permanecer na colônia para tratar de sua doença⁷²⁸.

Em fevereiro de 1859 o diretor da colônia comunicou ao presidente da província que um paisano vindo de Lages, que iria tratar de sua enfermidade em São José, por ter piorado o seu estado de saúde durante a viagem, teve de permanecer na colônia “por não poder seguir o seu destino”⁷²⁹.

Entre os ofícios do diretor da colônia para o presidente de província encontram-se outros exemplos da assistência prestada pela colônia, principalmente aos soldados de outros batalhões do Exército brasileiro que passavam por lá. Em 1879 o diretor oficiou ao presidente da província que o soldado Germano Ludovico dos Santos permaneceu doente na colônia por alguns dias e depois seguiu para a Capital para juntar-se ao seu batalhão. Além desse soldado, permanecia na colônia, em tratamento, o anspeçada Manoel Joaquim de Sant'Anna⁷³⁰.

Muitos soldados, sem poderem continuar suas jornadas, permaneciam na colônia por períodos curtos. Assim foi com o cabo Jesoino Ferreira de Jesus, do batalhão do Depósito, que voltava do destacamento de Lages, onde já estava doente, chegou à colônia militar sem ter condições de seguir sua viagem até a Capital da província. Logo

⁷²⁷ CMST. Ofício n. 249, ao presidente da província, Desembargador João Rodrigues Chaves. João Paulo de Miranda, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 7 de julho de 1881. Acervo IHGSC.

⁷²⁸ Este soldado permaneceu em tratamento na colônia por 6 dias, até falecer. CMST. Ofício ao presidente da província. João Xavier de Souza, capitão diretor interino. Colônia militar de Santa Thereza, 28 de fevereiro de 1857. Acervo IHGSC.

⁷²⁹ CMST. Ofício ao presidente da província, João José Coutinho. João Xavier de Souza, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 12 de fevereiro de 1859. Acervo IHGSC.

⁷³⁰ CMST. Ofício n. 150, ao presidente da província, Antônio d'Almeida Oliveira. João Paulo de Miranda, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 17 de maio de 1879. Acervo IHGSC.

que melhorou, o referido cabo deu continuidade ao seu deslocamento e apresentou-se ao seu batalhão⁷³¹.

Em junho de 1857 um soldado desertor da 4ª Companhia do Batalhão de Depósito da Corte apresentou-se ao diretor da colônia. Contudo, o diretor não o encaminhou para a Capital da província porque o soldado estava gravemente enfermo e em tratamento na colônia⁷³².

Neste sentido, é interessante ressaltar o seguinte excerto, no qual se relata o resgate de seis desertores no caminho para Lages:

no dia 13, ainda por baixo de mau tempo, tive de mandar a busca de três desertores que me constava irem com destino de se me apresentarem, mas que se achavam a quase uma légua, caídos de bexiga na estrada em abandono; e pedindo a caridade que os não deixasse perecer ao desamparo, mandei-os buscar, e cuidar deles até que se ponham em estado de os conduzir; quando porém se achavam em princípio de convalescença, chegam-me mais três, de volta da fazenda Bom-retiro, no dia 23, em estado lastimoso, e de se não poderem por a caminho com menos de 5 a 6 dias de descanso; e banhos desinflatórios nos pés.⁷³³

Contou o diretor da colônia que se viu obrigado a salvar os três desertores que vinham do litoral para a colônia para apresentarem-se a ele, “os quais se achavam fortemente atacados de bexigas; expostos aos temporais e faltos de socorro”⁷³⁴. Assim que chegaram à colônia foram colocados em tratamento e, conforme o diretor, foram “milagrosamente salvos”⁷³⁵. Dias depois, apresentaram-se ao diretor outros três desertores que chegaram na colônia na companhia do estafeta da mala do correio. Esses estavam na fazenda Bom Retiro, “em estado lastimoso de fome, sarnas, estropiamento e resfriados”⁷³⁶.

A passagem de pessoas doentes pela colônia também preocupava a diretoria. A infecção dos três primeiros desertores, por exemplo,

⁷³¹ CMST. Ofício ao vice-presidente de província, tenente coronel Francisco José d'Oliveira. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 29 de maio de 1865. Acervo IHGSC.

⁷³² CMST. Ofício ao presidente de província, João José Coutinho. João Xavier de Souza, capitão diretor interino. Colônia militar de Santa Thereza, 9 de junho de 1857. Acervo IHGSC.

⁷³³ CMST. Ofício ao presidente de província, Adolpho de Barros Cavalcante d'Albuquerque. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Desterro, 14 de setembro de 1865. Folha 2. Acervo IHGSC.

⁷³⁴ CMST. Ofício ao vice-presidente de província, tenente coronel Francisco José d'Oliveira. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 24 de agosto de 1865. Acervo IHGSC.

⁷³⁵ Idem.

⁷³⁶ Idem.

espalhou-se entre a população da colônia, onde desenvolveu-se bastante e causou sérios prejuízos⁷³⁷.

Por ser um local de passagem, vários desertores do Exército brasileiro eram capturados na colônia militar. Em meados de 1865, o diretor da colônia ao justificar a impossibilidade de apresentar-se na Capital, afirmou que:

a ocorrência da deserção de soldados dessa Capital é espantosa e assustadora para lugares como este, desampará-lo e deixar a mercê dos trânsfugas; que armados e incorporados como é sabido andam, e podem fazer distúrbios e desacatos nesta pequena povoação, não estando nela quem saiba impor respeito, prevenir e fazer face as perversas tentativas dos desertores.⁷³⁸

Para o historiador Fábio Faria Mendes,

A diminuta ocupação do imenso território [brasileiro] facilitava a tarefa dos desertores que se refugiavam nos sertões e matos, enquanto a intensa mobilidade geográfica da população proporcionava-lhes certa proteção, confundidos na massa dos errantes. A fronteira aberta constituía, simultaneamente, um poderoso incentivo à deserção e a principal fonte das dificuldades do recrutamento⁷³⁹.

Depois de capturados esses desertores eram enviados aos seus corpos do Exército. Em setembro de 1856 três desertores do Batalhão do Depósito, da Capital, apresentaram-se ao diretor da colônia. Dois deles desertaram novamente e foram capturados um dia depois por quatro praças da colônia, em Bom Retiro, na fazenda do Coronel Neves⁷⁴⁰. E, em junho de 1857, o presidente da província comunicou para o assistente do ajudante-general do Exército na província de Santa Catarina que o soldado Manoel José Bezerra, desertor do Batalhão do

⁷³⁷ Idem.

⁷³⁸ CMST. Ofício ao vice-presidente de província, tenente coronel Francisco José d'Oliveira. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 9 de julho de 1865. Acervo IHGSC.

⁷³⁹ MENDES, Fábio Faria. Recrutamento militar e construção do Estado no Brasil imperial. Belo Horizonte: Argumentum, 2010, p. 43.

⁷⁴⁰ CMST. Ofício ao presidente de província, João José Coutinho. João Xavier de Souza, capitão diretor interino. Colônia militar de Santa Thereza, 14 de setembro de 1856. Acervo IHGSC.

Depósito, apresentou-se ao comandante da colônia militar de Santa Thereza⁷⁴¹.

Em agosto de 1865 o diretor da colônia encaminha para a Capital três desertores do Exército. Interessante ressaltar no ofício que acompanhou esses três é que dois deles, e mais um soldado inválido da colônia, fizeram a guarda de um dos desertores que seguiu para a Capital na condição de preso. Esse fora capturado pelos dois desertores quando tentava ir para Lages⁷⁴².

É frequente na documentação da colônia indícios de desertores capturados pelos soldados da colônia. Em meados de 1864 foram capturados três desertores do Batalhão do Depósito. Esses passaram pela colônia durante a madrugada e furtaram roupas que estavam a quilar nos gramados às margens do rio. O diretor da colônia ordenou que dois soldados e dois colonos perseguissem, à cavalo, os desertores. Alguns dos desertores foram capturados em Bom Retiro e outros um pouco mais além, na localidade de João Paulo, onde foram capturados com a ajuda de um destacamento militar instalado naquela localidade. Quando retornaram à colônia, permaneceram presos⁷⁴³.

No ano anterior, um desertor do Batalhão do Depósito tentou passar pela colônia encostado à tropa de Francisco José Martins, que seguia para Lages. Porém, o desertor fora visto pelos soldados da colônia e capturado⁷⁴⁴. Em junho de 1865 ocorreu outra captura de desertores do Exército na colônia, conforme descreve o diretor em ofício encaminhado ao vice-presidente da província:

Faço seguir presos os desertores Antonio Pereira da Silva e João Gomes digo, João Gomes Pereira da Silva, dos quais tendo, eu, notícia ontem a tarde por um tropeiro de virem dois homens que ficaram no lugar chamado Gaiolas, légua e meia acima desta colônia, e que pelos visos⁷⁴⁵ mostravam ser desertores, que à sombra da noite pretendiam escapar por este lugar a ganharem os

⁷⁴¹ SANTA CATARINA. Ofício do presidente de província, João José Coutinho, ao assistente do ajudante-general do Exército na província de Santa Catarina, Pedro Maria Xavier de Oliveira Meirelles. Palácio do Governo de Santa Catarina, 12 de junho de 1857. Acervo: APESC. Fundo: Registro Pres de província para o Exército (1857/1860).

⁷⁴² CMST. Ofício ao vice-presidente de província, tenente coronel Francisco José d'Oliveira. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 2 de agosto de 1865. Acervo IHGSC.

⁷⁴³ CMST. Ofício ao presidente de província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 27 de julho de 1864. Acervo IHGSC.

⁷⁴⁴ CMST. Ofício ao Ajudante de Ordens da Presidência da Província, capitão João Peres Gomes. Francisco Ramires Cardoso, tenente ajudante da colônia. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de maio de 1863. Acervo IHGSC.

⁷⁴⁵ Modo de apresentar-se; aparência, aspecto, fisionomia.

campos de Lages: a essa mesma hora 4 da tarde chamei por sinal os trabalhadores que tinha em serviço, e expedi duas escoltas para os dois morros de entrada e saída desta colônia a esperá-los; e por volta das 5 horas da manhã, vindo eles a descer o morro Cadeado, foram apanhados pela escolta que estava dessa parte, composta dos soldados-colonos Ricardo José da Rosa, Camilo Rodrigues da Silva e Manoel Joaquim Correia.⁷⁴⁶

Conforme o ofício do diretor, esses desertores tinham vindo há um mês da província do Ceará, que eram do Corpo da Polícia e faziam parte do Batalhão de Voluntários da Pátria da Capital da província de Santa Catarina. Esses desertores seguiram escoltados para a Capital por um cabo da Guarda Nacional vindo de Lages e que já levava um outro desertor⁷⁴⁷. Todos os desertores receberam carne e farinha para a viagem⁷⁴⁸.

Desse mesmo grupo de desertores, haviam sido capturados, dias antes, outros dois desertores foram capturados. Porém, nessa circunstância, o diretor contabilizava em 11 o número de desertores que haviam escapado, “inclusive um furriel e 4 cabos”⁷⁴⁹, que conseguiram escapar para a fazenda Bom Retiro durante a alta madrugada.

Neste sentido, é necessário ressaltar o episódio em que um desertor, ao tentar escapar da colônia militar, foi preso e delatou um colono que auxiliava os desertores em suas fugas. Era noite de inverno quando três desertores tentaram escapar da colônia. Ao serem percebidos pelos soldados que patrulhavam a colônia, atiraram-se no rio e correram para o mato e, aproveitando-se “da noite umbrosa⁷⁵⁰ e úmida”⁷⁵¹, não foram perseguidos. Entretanto, um dos desertores não sabia nadar e o local em que atravessaram o rio era bastante profundo. Ao gritar por ajuda, o desertor foi capturado pelos soldados da colônia. Enquanto permaneceu preso, o desertor declarou ao diretor da colônia que ele e os outros dois desertores haviam sido instruídos sobre qual

⁷⁴⁶ CMST. Ofício ao vice-presidente de província, tenente coronel Francisco José d’Oliveira. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 18 de junho de 1865. Acervo IHGSC.

⁷⁴⁷ Idem.

⁷⁴⁸ Na documentação referente ao envio de desertores para a Capital é recorrente a menção quanto às porções de carne seca e farinha para a viagem entregues aos desertores. Os gastos decorrentes dessas porções eram descontados dos vencimentos do desertor.

⁷⁴⁹ CMST. Ofício ao vice-presidente de província, tenente coronel Francisco José d’Oliveira. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 10 de julho de 1865. Acervo IHGSC.

⁷⁵⁰ Noite sombria, escura.

⁷⁵¹ CMST. Ofício ao presidente da província, Pedro Leitão da Cunha. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 4 de julho de 1863. Folha 1. Acervo IHGSC.

caminho deveriam percorrer para não serem capturados pelos soldados da colônia. As informações foram repassadas, conforme o desertor, pelo soldado Manoel Joaquim Correia, que possuía a regalia de buscar mantimentos para a sua família em Santo Amaro e que participava das patrulhas e de piquetes noturnos montados na colônia⁷⁵².

Alguns desertores, conforme o diretor, arrependiam-se da deserção. Isso talvez tenha sido uma estratégia para diminuir as penalidades que recaíam sobre os desertores. Em julho de 1865 o soldado João Estevão da Silva apresentou-se ao diretor da colônia militar. Na ocasião, o soldado afirmou pertencer à 7ª Companhia de um batalhão que estava na Capital da província, do qual ignorava o número ou designação. Além disso, declarou ao diretor que estava arrependido de ter se ausentado do batalhão e que fora seduzido por outros para empreender a deserção. João Estevão era natural da vila de Bom Jesus do Livramento, da província de Minas Gerais⁷⁵³. Em setembro daquele ano alguns soldados dos corpos do Exército da Capital apresentaram-se ao diretor da colônia e afirmaram estar arrependidos de cometerem a deserção. Por terem alcançado a colônia em más condições de saúde, “alguns doentes e todos estropiados”, o diretor deixou que esses desertores descansassem antes de voltarem para a Capital, pois essa viagem era feita à pé⁷⁵⁴.

Embora os soldados da colônia capturassem desertores do Exército que utilizavam o caminho entre Desterro e Lages para fugir, alguns colonos também abandonavam a colônia. O colono paisano José Correia de Souza, por exemplo, em setembro de 1867 escapou da colônia militar e escondeu-se na fazenda do Coronel Neves, no distrito de Santo Amaro do Cubatão. Esse colono fugia, na verdade, do recrutamento do Exército, pois o diretor da colônia o considerava recrutável “por estar em todas as circunstâncias exigíveis para esse fim, solteiro robusto e sadio”⁷⁵⁵. Tempos antes, o diretor o havia encontrado na casa do senhor Serafim Muniz de Moura, onde era agregado. O colono José Correia possuía mãe e irmãos em Biguaçu, no litoral da província, bem próximo da Capital. Na colônia ele não possuía casa

⁷⁵² Idem.

⁷⁵³ CMST. Ofício ao vice-presidente de província, tenente coronel Francisco José d’Oliveira. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 25 de julho de 1865. Acervo IHGSC.

⁷⁵⁴ CMST. Ofício ao presidente de província, Adolpho de Barros Cavalcante d’Albuquerque Lacerda. Jozé Félix de Moraes, 2º Cirurgião diretor interino. Colônia militar de Santa Thereza, 12 de setembro de 1865. Acervo IHGSC.

⁷⁵⁵ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de agosto de 1867. João Francisco Barreto, coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de setembro de 1867. Acervo IHGSC.

própria “pernoitando muitas vezes ora em casa de um, ora em casa de outro, tocando viola e atordoando a colônia com seus berros a que ele dá o nome de canto”⁷⁵⁶. O diretor avisou a todos os párocos de Santo Amaro e Biguaçu que o referido colono buscava se casar apenas para ser dispensado do recrutamento para o qual o diretor havia determinado. Além disso, o diretor também alertou ao chefe de polícia e ao sub-delegado de Santo Amaro acerca de necessidade de se capturar aquele colono.

O colono José Correia de Souza possuía advogado e por meio desse elaborou uma lista de acusações contra o diretor da colônia. O diretor defendeu-se das acusações de que ameaçava o colono com o recrutamento e de que perseguia a viúva Anna Fernandes, futura esposa do colono. O advogado desse colono acusou o diretor de viver em concubinato com aquela viúva. O diretor comunicou ao presidente da província que aquela viúva apenas cuidava de suas roupas e de suas aves domésticas. E mais, questiona-se como é que nessa condição, caso fosse verdade, o colono mantinha intenções de se casar com a viúva? O diretor terminou sua defesa com a afirmação de que tinha consciência de que havia realizado um bom trabalho para dar ao Exército um ótimo recruta⁷⁵⁷. Ou seja, os diretores da colônia também estavam atentos ao recrutamento de soldados para o Exército brasileiro.

Neste sentido, a narrativa acima confirma a hipótese levantada pelo historiador norte-americano Peter Beattie de que

Embora o recrutamento forçado afetasse um pequeno número de homens, as caçadas humanas podiam por si só deslocar mais homens do que aqueles de fato recrutados. Adultos e adolescentes fugiam ou lutavam quando as tropas da polícia, Exército ou Guarda Nacional se aproximavam⁷⁵⁸.

E, pela colônia militar de Santa Thereza transitavam vários homens do Exército brasileiro. Esse deslocamento de militares que passavam por lá, desertores ou não, serve para se conhecer melhor uma face importante das possíveis relações estabelecidas entre as pessoas que viviam lá. É necessário ter em mente, ao fazer a tentativa de compreensão do cotidiano dessas pessoas, que a colônia se configurava

⁷⁵⁶ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de agosto de 1867. João Francisco Barreto, coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de setembro de 1867. Acervo IHGSC.

⁷⁵⁷ CMST. Ofício ao presidente de província, Comendador Francisco Jozé d'Oliveira. João Francisco Barreto, coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 9 de setembro de 1867. Folha 3. Acervo IHGSC.

⁷⁵⁸ BEATTIE, op. cit., p. 203.

como um importante entreposto militar no interior da província de Santa Catarina. Em fevereiro de 1857, o tenente João Ricardo Pinto chegou à colônia com a ordem de descer o curso do rio Itajaí, que cortava a colônia, acompanhado de soldados. Para tanto, durante a sua estada na colônia foram construídas mais 4 canoas, de maiores dimensões se comparadas às 5 canoas preparadas com antecedência para a expedição. Quando a expedição partiu, 7 colonos acompanharam o tenente João Ricardo⁷⁵⁹.

Percebe-se, diante da documentação analisada, que as expedições do Exército que passavam pela colônia causavam transtornos ao diretor. Em fins de 1862, uma expedição do Batalhão do Depósito chegou à colônia para auxiliar no combate aos indígenas que circundavam as imediações da colônia. Com a chegada desse batalhão, conforme o diretor, os preguiçosos da colônia aproveitaram a oportunidade para pedirem baixa do serviço militar na expectativa de realizarem novo engajamento no Batalhão do Depósito, pois almejavam, na verdade, o recebimento da gratificação de voluntários e no prêmio de quatrocentos mil réis. Neste sentido, o diretor afirmava que “a colônia com a passagem dos superintendentes, e de outros iguais só perde em número”⁷⁶⁰.

Além disso, houve também situações nas quais o diretor da colônia precisava prestar auxílio financeiro aos militares que passavam pela colônia, como aconteceu em novembro de 1881. Conforme o ajudante do diretor, no dia 5 daquele mês chegou à colônia

uma escolta composta de um cabo e seis soldados conduzindo dois presos da cidade de Lages para essa Capital, apresentou-se-me o cabo comandante da dita escolta e disse-me que só tinham sidos abonados de etapa até o mencionado dia 5 em que chegaram a esta colônia pedindo-me para eu abonar-lhe mais cinco dias de etapa visto já não terem mais dinheiro; pois que só da dita cidade até esta colônia, traziam dez dias de viagem em consequência do mau tempo, e que, ao contrário,⁷⁶¹ tinham de sofrer fome sem terem outro recurso.

⁷⁵⁹ CMST. Ofício ao presidente da província, João José Coutinho. João Xavier de Souza, capitão diretor interino. Colônia militar de Santa Thereza, 9 de fevereiro de 1857. Acervo IHGSC.

⁷⁶⁰ CMST. Ofício ao presidente da província, Conselheiro Vicente Pires da Motta. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 27 de setembro de 1862. Folha 2. Acervo IHGSC.

⁷⁶¹ CMST. Ofício n. 264, ao presidente da província, Desembargador João Rodrigues Chaves. João Bartho da Silveira, alferes ajudante. Colônia militar de Santa Thereza, 6 de novembro de 1881. Acervo IHGSC.

No mês anterior, o diretor da colônia havia fornecido dois animais aos guardas policiais que se dirigiam para Lages, pois os animais com que cavalgavam estavam cansados demais para continuar viagem⁷⁶².

Porém, por vezes, a passagem desses militares pela colônia podia contribuir com os serviços do diretor, como o envio de presos, principalmente de desertores capturados na colônia, para a Capital da província. No inverno de 1863, por exemplo, o alferes do corpo policial Jesoio Antônio de Mello, vindo de Lages, acompanhou o soldado Elisário de Souza Nunes, desertor da 4ª Companhia do Batalhão do Depósito, capturado na colônia⁷⁶³.

Ademais, a ida de militares para a colônia também servia no auxílio às buscas de desertores e contraventores que circulavam pela região. Em setembro de 1863 apresentaram-se na colônia um cabo e seis soldados do Batalhão 12 de Infantaria os quais seriam “empregados contra a correria dos Bugres, captura de vagabundos e desertores”⁷⁶⁴.

O trânsito de militares do Exército brasileiro pela colônia militar de Santa Thereza, que estavam de passagem ou que iam para a colônia para prestar auxílio, exigia dos diretores da colônia habilidades de negociação. O contato entre os diretores da colônia e outras autoridades, militares ou civis, evidencia um campo de disputas de poder. Nos documentos analisados, quase todos escritos pelos diretores da colônia, se sobressai o caráter conflituoso desses contatos. Contudo, há, também, relações harmoniosas, mas que no acervo pesquisado aparecem mais raramente.

Em novembro de 1881, uma escolta de militares que conduzia dois presos para a Capital da província pernitoou na casa de um colono. Durante a noite os militares embriagaram-se e causaram incômodo ao colono que os hospedava. Um dos soldados, Eduardo Alves de Castilho, havia deitado mais cedo. Quando estavam todos muito bêbados, o soldado de 1ª classe Rozendo Antônio Alexandre atacou o soldado Eduardo com pontapés e com uma arma deu-lhe um soco no peito, com o qual o soldado Eduardo perdeu completamente suas forças, “botando sangue pela boca e bastante machucado”⁷⁶⁵. Não bastasse o ato

⁷⁶² CMST. Ofício n. 263, ao presidente da província, Desembargador João Rodrigues Chaves. João Paulo de Miranda, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 28 de outubro de 1881. Acervo IHGSC.

⁷⁶³ CMST. Ofício ao presidente da província, Pedro Leitão da Cunha. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 4 de julho de 1863. Folha 1. Acervo IHGSC.

⁷⁶⁴ CMST. Ofício ao presidente da província, Pedro Leitão da Cunha. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 26 de setembro de 1863. Folha 1. Acervo IHGSC.

⁷⁶⁵ CMST. Ofício n. 265, ao presidente da província, Desembargador João Rodrigues Chaves. João Bartheo da Silveira, alferes ajudante do diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 10 de novembro de 1881. Acervo IHGSC.

cometido contra o soldado Eduardo, Rozendo atirou várias vezes contra uma das janelas da casa do colono, sob a qual dormia uma das filhas dele. Além disso, o alferes ajudante da colônia informou ao presidente da província que aqueles mesmos militares, ao passarem pela fazenda Bom Retiro, abateram um terneiro sem autorização.

Por ser uma barreira de cobrança de impostos no caminho para Lages, era frequente o contato entre o diretor da colônia e os agentes da coletoria de São José. Nas correspondências que tratam desse assunto, é bastante comum encontrar menção às cercas que fechavam a colônia, as quais eram necessárias para a fiscalização do imposto. Os gastos com a construção e manutenção dessas cercas, “uma ao poente de menor dimensão no lugar denominado Olaria, e a outra de maior amplitude a leste”⁷⁶⁶, também causavam conflitos. Em outubro de 1865, por exemplo, o diretor da colônia reclamava ao presidente de província de que havia construído as duas cercas da colônia e que o coletor de São José negou-se a ressarcir o diretor por uma das duas cercas, pois o coletor afirmava ter solicitado apenas a construção de uma delas⁷⁶⁷.

Entretanto, os conflitos entre os diretores da colônia e o coletor de São José se sobressaem. Em outubro de 1863, o diretor da colônia relatou ao presidente de província que sentia os funcionários públicos de São José invadirem sua autoridade na colônia. Nessa ocasião, o diretor trata do respeito que é necessário se manter entre autoridades distintas. Lembra ao presidente de província que o diretor da colônia militar é a única autoridade nela, sujeito apenas ao governo da província. Contudo, autoridades judiciais de São José haviam mandado notificar testemunhas na colônia para comparecerem na cidade de São José sem o consentimento do diretor. Além disso, o coletor de São José também fazia ameaças quanto à coleta de impostos na colônia (do comércio na colônia, por exemplo). Neste sentido, o diretor afirmava que:

muitas arbitrariedades sofre a miserável classe ignorante por funcionários não mais avisados que ela. Como é que um coletor de São José sem ter ido ao lugar longínquo da colônia, sem informar-se da autoridade que ali manda; sem saber da peculiaridade local, manda de sua casa, a quem mora a 17 léguas de mau caminho, venha em 8 dias, a contar da data do mandato, satisfazer o que lhe pareceu impor, com comunicação de pena.

⁷⁶⁶ CMST. Ofício ao presidente de província, Adolpho de Barros Cavalcante d'Albuquerque. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Desterro, 6 de outubro de 1865. Acervo IHGSC.

⁷⁶⁷ Idem.

Protesto pois ante V. Ex^a., como primeira autoridade da Província, contra o procedimento ilegal injusto do dito coletor: ilegal pela incompetência de coletar em uma colônia, cujos foros são militar, a indivíduos dela que com licença de seu diretor fazem pequenos negócios, inclusive o de venderem alguma bebida; em cujo gozo de exceção de taxa tem estado a colônia desde o primeiro quitandeiro que para ali foi, desde sua fundação, e que ainda existe no lugar, o paisano José Cardoso da Silva Berto, afora a casa do cidadão Serafim Muniz de Moura, onde também tudo vendiam, e ainda hoje vendem e injusto por recair unicamente o imposto sobre uma mulher, ao passo que além dos dois acima mencionados, vendem também bebidas o colono militar aleijado de uma mão Manoel João Pereira, e o paisano Francisco Antonio de Lima; mas todos sob o indulto colonial em que nos temos conservado, e onde se precisa de todo o alívio e favor⁷⁶⁸.

Com esse ofício, o diretor da colônia solicitava ao presidente de província que, por meio da Diretoria-Geral da Fazenda Provincial, advertisse o coletor de São José de que a coleta de impostos não fosse realizada na colônia militar enquanto essa não fosse “convertida em regular povoação”⁷⁶⁹.

Em 1864 o diretor da colônia delatou atos abusivos cometidos pelo coletor de São José. Naquele ano, o coletor nomeou o tenente ajudante da colônia como contador do gado que passasse pelo caminho. O diretor não concordava com a ordem do coletor e ficou ressentido por não ter sido comunicado pelo presidente da província dessa decisão e encargo dado a um oficial do Exército. Conforme o diretor:

Se eu sou, na forma do Regulamento, a primeira autoridade da colônia, como é V. Ex^a. a primeira da Província, não posso consentir ousadias que ferem a importância do lugar que me foi confiado; e muito principalmente partindo de um despeitoso coletor, que busca amesquinhar minha autoridade, por se ter visto contrariado na administração do

⁷⁶⁸ CMST. Ofício ao presidente da província, Pedro Leitão da Cunha. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Desterro, 28 de outubro de 1863. Folha 2. Acervo IHGSC.

⁷⁶⁹ Idem, folha 3.

Exm^o. Sr. Leitão da Cunha, na questão de uma coleta injusta e parcial a uma única pessoa nesta colônia, por vender bebidas espirituosas⁷⁷⁰

Além disso, o diretor terminou esse ofício ao presidente de província com a afirmação de que o ajudante da colônia, o tenente Francisco Ramires Cardozo, não poderia ser encarregado da contagem dos animais e sugeriu que esse trabalho poderia ser realizado pelo escrivão da colônia⁷⁷¹. Em maio de 1865 o diretor da colônia recebe, novamente, a mesma exigência do diretor-geral da Fazenda, oportunidade na qual o diretor afirma ao presidente de província “que eu aqui não sou contador de tais gados sujeitos a imposto, e que quem o exerce no lugar, por nomeação do coletor de São José, é o escrivão desta colônia [...] o qual, além de fornecer as guias aos tropeiros, todos os meses envia essas relações a coletoria”⁷⁷².

No mesmo período, ainda por conta do imposto cobrado sobre os animais que utilizavam o caminho entre Desterro e Lages, o diretor também estava em conflito com o diretor-geral da Fazenda Provincial. Os indícios dessa intriga estão refletidos em ofício no qual o diretor afirma ao presidente de província que as exigências feitas pelo diretor-geral da Fazenda eram banais e envolviam puerilidade. Isso porque em setembro de 1864 o diretor-geral da Fazenda Provincial exigia ao diretor da colônia o envio mensal das relações de animais que desciam de Lages. Porém, desde maio de 1864, por meio da Lei n. 547, a coletoria de São José era responsável pela cobrança do imposto sobre os animais. E, a partir de então, o coletor de São José estava “autorizado a nomear e pagar a pessoa de sua confiança nesta colônia para a contagem dos animais sujeitos ao imposto de passamento de guias aos condutores”⁷⁷³. Para o diretor da colônia, a essa pessoa incumbia o dever de enviar à diretoria da Fazenda Provincial as relações mensais de animais que desciam de Lages.

No mesmo ofício, o diretor da colônia imprimiu sinais de insatisfação por desempenhar a função de direção. O diretor João Francisco Barreto afirmou ter aceitado o convite porque, tanto ele quanto o presidente de província Francisco Carlos d’Araújo Brusque

⁷⁷⁰ CMST. Ofício ao presidente de província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 7 de julho de 1864. Folha 1. Acervo IHGSC.

⁷⁷¹ Idem, folha 3.

⁷⁷² CMST. Ofício ao vice-presidente de província, tenente coronel Francisco José d’Oliveira. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 18 de maio de 1865. Folha 2. Acervo IHGSC.

⁷⁷³ CMST. Ofício ao presidente de província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 14 de setembro de 1864. Folha 2. Acervo IHGSC.

que o convidara para o cargo, ignorava o peso e a quantidade de incômodo que enfrentaria no desempenho das funções de diretor de uma colônia militar e responsável por uma barreira de cobrança de impostos. Ao fim do ofício o diretor afirmou que era obrigado, há quatro anos, a carregar “essa cruz gratuitamente, que além de tudo me acarretava dispêndio, e comprometimentos; porque a diligência da maioria dos tropeiros é iludir o fisco, e passar por alto quanto podem: e quando se é, como deve exigente a benefício da Fazenda vão propalando o quanto lhes parece de mau”⁷⁷⁴.

No entanto, a partir de fevereiro de 1870, a responsabilidade pela cobrança dos impostos passou para a Coletoria de São José. Baseado nas disposições da lei n. 499, de 22 de maio de 1860, o presidente da província, com o intuito de aumentar a receita provincial, criou uma agência de coletoria uma légua acima da colônia militar de Santa Thereza⁷⁷⁵.

Os diretores da colônia, perante os presidentes de província, também faziam reclamações. Em meados de 1862, o diretor da colônia reclamava ao presidente de província acerca do não recebimento da retribuição do serviço de arrecadamento do imposto sobre o gado que era transportado pelo caminho, desde a criação de uma agência recebedora de impostos no Passa-Vinte, próximo da Capital. Para o diretor, a colônia militar era o único lugar conveniente para a fiscalização e cobrança desse imposto. Embora o imposto continuasse a ser cobrado na colônia, assim como a contagem dos animais e a expedição de guias para pagamento de imposto também eram feitas lá, o governo provincial não previa nenhum tipo de gratificação por conta desses serviços prestados na barreira de Santa Thereza⁷⁷⁶.

Mas a relação entre os diretores da colônia e os presidentes de província nem sempre eram harmoniosas. Embora os presidentes de província nomeassem os diretores das colônias, a relação entre eles era, em determinados períodos, bastante propensa a conflitos. Em fevereiro de 1882, o diretor da colônia afirmou que não era mais possível manter a dignidade dele sem o auxílio de policiais. Os distúrbios entre os maus colonos colocava em risco o sossego de quase todos os moradores da colônia. Conforme o diretor, “entre os maus tem aqui meia dúzia de

⁷⁷⁴ Idem, folha 3.

⁷⁷⁵ SANTA CATARINA. Ato de 15 de fevereiro de 1870, criando uma agência de coletoria na estrada que da cidade de São José segue para Lages. André Cordeiro d’Araújo Lima. Palácio do Governo, 15 de fevereiro de 1870. Acervo: Arquivo Histórico Municipal de São José. Fundo: Coletoria. Série: Correspondências recebidas. Sub-série: diversos órgãos. Caixa 12.

⁷⁷⁶ CMST. Ofício ao presidente da província, Conselheiro Vicente Pires da Motta. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Desterro, 23 de julho de 1862. Acervo IHGSC.

atrevidos e ladrões da paciência dos bons com os quais já tenho esgotado os meios de estímulo que tenho empregado no regime desta colônia”⁷⁷⁷. Além disso, relata ao presidente da província que o colono Zeferino Antônio Ferreira Júnior, expulso da colônia com recomendação de que fosse para uma casa de correção, estava vivendo, novamente, na colônia. O diretor interpretou esse fato como repreensão do presidente porque o diretor havia dito que “a volta desse ente inútil à sociedade importaria minha demissão”⁷⁷⁸. Conforme o diretor, ele não conseguia conter o colono Zeferino e não estava disposto a lutar com “bêbados e insolentes”⁷⁷⁹. Por não ter cumprido nenhum tipo de penalidade, de acordo com o diretor, o colono voltou muito pior do que era antes, tanto que “a sua volta causou a morte de sua mãe que morreu no dia 12 do mês passado, de um ataque fulminante, por paixão de ver aqui andar bêbado, armado de pistola e faca fazendo distúrbios, sem que o pudesse conter pois ela própria o temia”⁷⁸⁰.

A relação delicada entre o diretor da colônia e o presidente da província fica bastante clara neste excerto:

em estado de embriaguez, depois de incomodar os residentes da povoação da colônia, foi a casa de sua falecida mãe, e fez correr para a rua sua irmã que ficou com a carga da casa, visto ele por seu mau procedimento, de nada servir. Ora, isto não tem jeito! Quanto a mim, não obstante ele propalar que me há de matar, isso não me importa porque uma vez que como empregado não tenho segurança individual, procurarei me defender conforme puder até que V. Ex^a. se digne dar providências.⁷⁸¹

Em outubro de 1875, o presidente da província, ao enviar o relatório de inspeção da colônia militar de Santa Thereza ao Ministério da Guerra, afirmou que o estado lamentável em que se encontrava a colônia era, principalmente, o resultado de nomeações mal feitas, tanto de soldados quanto de oficiais. Para o presidente da província, os oficiais nomeados para a colônia revelaram-se “faltos de inteligência,

⁷⁷⁷ CMST. Ofício n. 279, ao presidente da província, Desembargador João Rodrigues Chaves. João Paulo de Miranda, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 22 de fevereiro de 1882. Acervo IHGSC.

⁷⁷⁸ Idem.

⁷⁷⁹ Idem. Verso.

⁷⁸⁰ CMST. Ofício n. 279, ao presidente da província, Desembargador João Rodrigues Chaves. João Paulo de Miranda, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 22 de fevereiro de 1882. Verso. Acervo IHGSC.

⁷⁸¹ Idem.

zelo e tino administrativo necessário para dirigir uma colônia”⁷⁸². Além disso, o presidente lamentava que o cargo de diretor era considerado, muitas vezes, como um meio de conceder “vantagens a velhos oficiais reformados, que cansados não tem a atividade desejável, e muito menos ambição de qualquer recompensa”⁷⁸³. Dessa forma, o presidente sugere ao Ministério da Guerra o seguinte:

Assim julgo cumprir meu dever declarando a V. Ex^a que é inconveniente a continuação do diretor e escrivão da colônia, os quais se limitam a perceber os seus vencimentos, pois que, conforme V. Ex^a dignar-se-á de ver das respostas do primeiro aos ofícios do tenente coronel inspetor, não tem ele a inteligência necessária para dirigir a colônia, e muito menos o tino para fazê-la prosperar, sendo que o segundo doente e de idade adiantada não cumpre seus deveres e mantém a escrituração atrasada e defeituosa⁷⁸⁴.

É exemplar o ofício do diretor João Paulo de Miranda que, em junho de 1879, justificava a situação precária em que estava a colônia militar de Santa Thereza nos seguintes termos:

1º por ser militar, 2º por que o Governo não se lembra desta. Com as colônias civis nesta Província o Governo gasta mensalmente centenas de contos de réis, satisfaz todas as requisições dos respectivos diretores a bem do melhoramento das mesmas, e pensa nestas. Quanto a esta velha e pobre militar, não manda dar quantia alguma para concerto de estradas, abertura de picadas, e concerto das seis casinhas pertencentes a nação nas quais moram os empregados, cujas tanto precisam de reparo, assim também para a edificação de uma capela o que muito influi para chamar gente a estabelecerem-se na colônia, o que não acontece assim, que os atuais habitantes não tem onde ouvirem missa, casarem e batizarem seus filhos e [ilegível], e que tendo isso fazem fora do tempo com grande despesa sendo preciso

⁷⁸² SANTA CATARINA. Relatório de inspeção da colônia militar de Santa Thereza, do presidente da província de Santa Catarina ao Ministério da Guerra. Desterro, 9 de outubro de 1875. Folha 2-3. Acervo: APESC. Fundo: Correspondências Presidente da Província para o Ministério da Guerra (1875-1878).

⁷⁸³ Idem, folha 3.

⁷⁸⁴ Idem.

irem daqui muitas léguas em Santo Amaro, ou na cidade de São José.⁷⁸⁵

Baseado nesse excerto, além de esclarecer a respeito das reclamações feitas pelos diretores aos presidentes de província, pode-se pensar como era a relação entre o diretor da colônia e a administração das colônias alemãs instaladas nas proximidades de Santa Thereza. Nesse caso, fica claro que o diretor da colônia militar mantinha-se informado sobre o progresso das outras colônias, e isso faz pensar a respeito das possíveis relações estabelecidas entre os moradores da colônia militar e os moradores das colônias alemãs instaladas nas margens do caminho entre Desterro e Lages.

Em novembro de 1862, o diretor da colônia militar solicitou ao presidente de província que não prosseguisse a dúvida lançada pelo diretor da colônia de Santa Isabel a respeito da posse de duas casas construídas por colonos militares na colônia-filial de Santa Maria, na localidade de Morro Chato. Uma das casas era coberta “de telhão de madeira, tapada de barro, com portas e janelas”⁷⁸⁶ e a outra era “coberta de palha, assoalhada de madeira”⁷⁸⁷, com portas e janelas. Os colonos militares que moravam nessas casas mudaram-se para a colônia militar de Santa Thereza e o diretor da colônia de Santa Isabel ocupou as casas com colonos alemães, sem pagar-lhes qualquer indenização⁷⁸⁸.

Mas não era apenas o diretor da colônia que mantinha contato com outras colônias próximas da colônia militar de Santa Thereza. As colônias alemãs instaladas nas margens do caminho entre Desterro e Lages serviram, muitas vezes, como alternativa para o cumprimento de determinados serviços da colônia militar. Em março de 1864, por exemplo, o diretor da colônia militar contratou um imigrante alemão da colônia Santa Isabel para transportar os pertences de soldados que chegavam à colônia⁷⁸⁹.

Para as colônias alemãs também eram mandados os filhos de alguns colonos para realizarem os seus estudos. Esse foi o caso de um

⁷⁸⁵ CMST. Ofício n. 153, ao presidente da província, Antonio d' Almeida Oliveira. João Paulo de Miranda, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 2 de junho de 1879. Folha 1. Acervo IHGSC.

⁷⁸⁶ CMST. Ofício ao vice-presidente da província, João Francisco de Souza Coutinho. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Desterro, 29 de novembro de 1862. Acervo IHGSC.

⁷⁸⁷ Idem.

⁷⁸⁸ CMST. Ofício ao vice-presidente da província, João Francisco de Souza Coutinho. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Desterro, 29 de novembro de 1862. Acervo IHGSC.

⁷⁸⁹ CMST. Ofício ao vice-presidente da província, Francisco José d' Oliveira. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Desterro, 17 de março de 1864. Acervo IHGSC.

filho de um colono de terceira classe que estudava na colônia de São Pedro de Alcântara em 1867⁷⁹⁰.

Enfim, os contatos que os moradores da colônia militar de Santa Thereza mantinham com as pessoas que não viviam lá são diversificados. Alguns em tons de interdependência e outros em tons de conflito. Conhecendo-se um pouco disso, pode-se refletir, então, a respeito de como eram as relações interpessoais entre os moradores da colônia.

5.2 O convívio entre os moradores da colônia militar de Santa Thereza

A embriaguez dos colonos, termo recorrente nos relatórios e ofícios dos diretores, estava associada a vários eventos que tiveram vez na colônia. O comércio de aguardente na colônia, conforme os diretores, estava intimamente relacionado aos principais fatores que colocavam em risco a tranquilidade e a manutenção da ordem na colônia. Desse modo, é comum encontrar entre os documentos selecionados menções quanto ao comércio de aguardente. A partir dessas referências é possível pensar nas relações interpessoais estabelecidas entre os colonos, os oficiais e os comerciantes da colônia. Em meados do ano de 1862, o diretor da colônia comunicou ao presidente da província a existência de casas de comércio na colônia pertencentes a soldados do Exército que ainda percebiam salário. Isso ampliava consideravelmente o comércio de aguardente na colônia. O diretor da colônia ainda expôs ao presidente da província “a necessidade de acabar na colônia com tais quitandas dos colonos estipendiados; ficando, sim, livre tal comércio aos paisanos do lugar, ou a outro qualquer que busque estabelecer-se nele com negócio”⁷⁹¹.

No entanto, anos mais tarde, em 5 de março de 1864, o diretor da colônia comunicou ao presidente de província que seria conveniente limitar ou restringir a venda de aguardente na colônia. Apesar das advertências feitas pelo diretor aos vendedores, de não venderem aguardente a determinados colonos, o comércio de bebidas na colônia não possuía restrições. Conforme o diretor, “tais traficantes em vendo moeda em mão do pobre e desgraçado vicioso o não deixam sair sem

⁷⁹⁰ CMST. Relatório dos serviços feitos na colônia militar de Santa Thereza, e alterações havidas na mesma no mês de novembro de 1867. João Francisco Barreto, coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de dezembro de 1867. Acervo IHGSC.

⁷⁹¹ CMST. Ofício ao presidente da província, Conselheiro Vicente Pires da Motta. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Desterro, 10 de julho de 1862. Acervo IHGSC.

que larguem o último vintém a troco da perniciosa bebida”⁷⁹². O diretor afirmava também que os colonos viciados, mesmo aqueles que possuíam mulher e filhos, e tinham de prestar serviços à colônia, não se importavam com mais nada além da embriaguez⁷⁹³.

Junto do ofício encaminhado pelo diretor ao presidente de província, enviou-se também uma cópia da ordem do diretor, pela qual o comércio de aguardente seria controlado pela diretoria da colônia:

Cumprindo-me velar sobre o sossego das famílias e moralização pública, e ao mesmo tempo promover os interesses da Fazenda Provincial: pessoa alguma desta Colônia, de hoje em diante, poderá vender aguardente em casa pública, ou particular sem licença por escrita desta Diretoria, que será concedida segundo a confiança que o pretendente mereça da mesma Diretoria a respeito de semelhante comercio, de que tanto se tem abusado, e que tanto transtorno e incômodo tem causado a muitos indivíduos do lugar dados ao vício de bebidas espirituosas; cuja licença, aos que forem concedida, servirá de título para o pagamento do respectivo imposto na Coletoria do Município. [...] Os contraventores da presente ordem além de incorrerem na pena de desobediência, e por isso a prisão, lhes será apenada a porção de líquido que for encontrada em suas casas, que exceda a uma módica e razoável quantidade para uso particular: sendo a porção embargada posta em lugar onde haja licença de a vender, e o seu produto aplicado em benefício do altar da capela desta mesma Colônia; e em caso de reincidência serão mandados retirar do lugar, como perniciosos a ele, na forma autorizada pelo Regulamento.⁷⁹⁴

Alguns documentos da administração da colônia deixaram rastros importantes a respeito do comportamento dos colonos que viviam em Santa Thereza, especialmente as relações estabelecidas entre eles. Em julho de 1859, o diretor da colônia comunicava ao presidente de província a retirada do soldado Antônio Pantaleão do Lago. Nesse ofício

⁷⁹² CMST. Ofício ao vice-presidente da província, Francisco José d’Oliveira. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 5 de março de 1864. Acervo IHGSC.

⁷⁹³ Idem.

⁷⁹⁴ CMST. Cópia de ordem. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 5 de março de 1864. Acervo IHGSC.

o diretor afirmou que o soldado iludia aos demais praças que viviam na colônia com dizeres totalmente contrários ao regulamento da colônia e à disciplina militar. Com isso, o soldado conduzia outros praças a negligenciarem os serviços que deveriam ser prestados à colônia⁷⁹⁵.

Entre os familiares dos colonos também havia conflito. No dia 19 de março de 1857 o diretor da colônia comunicou ao presidente da província o falecimento de Catharina Drummer, esposa do soldado oleiro Christiano Martins Othor. Na mesma ocasião, o diretor afirmou que a filha desse soldado, Anna Emília, exigia permissão para retirar-se da colônia. A justificativa para o pedido era de que a filha não poderia permanecer com o pai “por ter ele abandonado a família, não tratando dela, e nem com isso se importa”⁷⁹⁶.

Interessante é a queixa de um colono de 1ª classe contra um cabo de esquadra da colônia. Conforme o ajudante do diretor, o colono de 1ª classe, em meados de 1859, “foi advertido por outro colono de que o cabo de esquadra Fernando José Bento difamava sua família falando da honra de sua filha”⁷⁹⁷. Certa noite, entre 22 e 23h, o colono de 1ª classe encontrou o cabo de esquadra encostado à parede de sua casa escutando o que se falava no interior de moradia. O colono perseguiu o cabo de esquadra na tentativa de agarrá-lo mas não o alcançou.

Em setembro de 1863, o diretor da colônia comunica ao presidente de província o envio de dois presos para a Capital: o soldado João Pereira Ramos por provocar inquietações e ser sedutor de mulheres casadas e solteiras da colônia e o colono José Joaquim da Silva por ter assassinado a esposa⁷⁹⁸.

O soldado João Pereira Ramos era casado e fez com que sua esposa o abandonasse. Os pais de sua esposa viviam no Cubatão (Santo Amaro da Imperatriz), para onde ela foi viver depois de ter deixado a colônia. Depois disso o soldado passou a intrometer-se e a tomar parte em questões familiares. Suas intromissões tornavam pequenas contendas em grandes conflitos familiares, a ponto de causar a separação de casais.

Pouco tempo depois de a esposa tê-lo deixado, o soldado João comprou uma casa ao lado da residência do colono Manoel Joaquim Lacerda. Esse colono possuía esposa, uma filha de 18 anos chamada

⁷⁹⁵ CMST. Ofício ao presidente da província, João José Coutinho. João Xavier de Souza, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de julho de 1859. Acervo IHGSC.

⁷⁹⁶ CMST. Ofício ao presidente da província, João José Coutinho. João Xavier de Souza, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 19 de março de 1857. Acervo IHGSC.

⁷⁹⁷ CMST. Ofício ao presidente da província, João José Coutinho. Francisco Ramires Cardoso, tenente ajudante e servindo de comandante interino. Colônia militar de Santa Thereza, 2 de setembro de 1859. Acervo IHGSC.

⁷⁹⁸ CMST. Ofício ao presidente da província, Pedro Leitão da Cunha. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de setembro de 1863. Folha 1. Acervo IHGSC.

Sebastiana, um filho um pouco mais novo e uma menina ainda criança. De acordo com o diretor da colônia, o soldado João adquiriu a casa ao lado da do colono Manoel porque estava interessado pela jovem Sebastiana. Embora a esposa não vivesse mais com aquele soldado, ele ainda era casado. Em face disso, para aproximar-se de Sebastiana ele utilizava o termo “comadrinha”. Para aproximar-se mais ainda de Sebastiana e afastá-la de sua família, o soldado João convidou o colono José Joaquim da Silva, viúvo, para morar em sua casa. O intento do soldado era casar o colono José Joaquim com a jovem Sebastiana, pois o soldado desejava que a jovem saísse da casa dos pais. Esses não aceitavam o casamento. João fez com que Sebastiana, mesmo sem gostar de José Joaquim, saísse da casa dos pais para morar na casa de João. Os três foram até a fazenda Bom Retiro, próximo da colônia, para realizarem o casamento.

A desigualdade do casal era notável. Não somente os pais de Sebastiana ficaram aborrecidos com o casamento, mas todos os moradores da colônia. Isso tudo fez com que a família de Sebastiana deixasse a colônia, pelo menos por algum tempo, conforme afirmava o colono Manoel Joaquim, pai de Sebastiana. Ao deixarem a colônia, os pais, com muito pesar, cobriram a filha mais velha “de pragas, que em menos de dois meses foram verificadas”⁷⁹⁹.

Sebastiana insistiu em não voltar para a casa dos pais. Conforme o diretor da colônia, pouco tempo depois, a jovem, “seduzida a desobediência, e ao mais que me é impróprio narrar, por aquele sedutor”⁸⁰⁰, foi assassinada pelo seu marido, o colono José Joaquim. No dia 29 de agosto de 1863, o diretor chegou à casa onde viviam os três (João, Sebastiana e José Joaquim) e narrou o seguinte: “esperando a infeliz vítima entre as mãos de perverso soldado, e em sua própria casa, a minha chegada contemplando o cadáver ensanguentado, e ele como estátua enfumaçada encostado à parede sem ação, o mandei imediatamente recolher à prisão”⁸⁰¹. O diretor finaliza o ofício com a sugestão de que esse soldado seja enviado para outra província porque “os inválidos da Corte são mandados a esta Província, assim os daqui podem ser mandados para ali, ou outra parte”⁸⁰².

Dois anos antes, na colônia filial instalada na localidade de Morro Chato onde viviam quatro soldados, no dia 6 de janeiro de 1861, três

⁷⁹⁹ Idem, folha 4.

⁸⁰⁰ CMST. Ofício ao presidente da província, Pedro Leitão da Cunha. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de setembro de 1863. Folha 4. Acervo IHGSC.

⁸⁰¹ Idem, folha 5.

⁸⁰² Idem.

colonos com suas esposas e “mulheres de vida” seguiram para a localidade de Rio Bonito para uma casa de bebidas com o objetivo de festejarem o dia de Reis. Na volta, todos estavam bastante embriagados e seguiam a pé para a colônia quando o soldado Antônio José esmurrou sua esposa, ferindo-a na face. O soldado Justino Pereira, encarregado pela colônia filial, intrometeu-se na contenda apartando o casal com insultos e ameaças ao seu colega de trabalho. O soldado Antônio José, “retorquindo às proposições ofensivas com outras iguais⁸⁰³”, atacou o soldado Justino, que com uma faca, feriu com gravidade o ventre do soldado Antônio José.

Quando Justino soube que o soldado Antônio José estava em casa e ferido, dirigiu-se para lá para prendê-lo. Além disso, Justino comunicou ao diretor da colônia que o soldado Antônio José havia caído sobre a própria faca. O diretor ordenou a transferência do ferido para a prisão da colônia, o que não pôde ser feito devido à gravidade do ferimento. O soldado Justino recolheu, nas margens do caminho, a faca de Antônio José. Antes de entregá-la ao diretor da colônia, tratou de quebrar o cabo da faca, talvez na tentativa de tornar mais coerente a versão que havia contado a respeito dos fatos ocorridos na noite do dia 6 de janeiro.

O terceiro soldado, Jacintho Viana, que estava junto dos outros dois e que presenciou tudo, afirmou ao diretor da colônia que, além dele, a viúva do colono Pedro Francisco poderia ser testemunha daquele acontecimento. Contudo, ela havia adiantado que, no caso de ser chamada para testemunhar, não diria nada pois não queria comprometer-se. O diretor, como parte da resolução do caso, ordenou que aqueles soldados, considerados “mandriões entregues a si mesmos a embriaguez e a calotagem aos tropeiros que me atordoam com queixas”⁸⁰⁴, regressassem para a colônia militar de Santa Thereza.

Em 1865 o diretor da colônia solicitou ao presidente da província que a saúde do soldado Justino Pereira fosse inspecionada por ser ele um inválido e atrair viciosos para a sua casa. Na verdade, a intenção do diretor era a de expulsar esse soldado da colônia e fazê-lo regressar aos corpos do Exército brasileiro. De acordo com o diretor, na maior parte do tempo esse soldado se mantinha embriagado “dando lugar, no rancho em que mora, a outros da mesma qualidade viciosos, a se embebedarem, a cair e faltarem ao cumprimento de seus deveres: acrescendo além disso o não menos pernicioso vício do jogo, que tanto o exerce fora

⁸⁰³ CMST. Ofício ao presidente da província, Francisco Carlos de Araújo Brusque. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 21 de janeiro de 1861. Folha 2. Acervo IHGSC.

⁸⁰⁴ Idem, folha 3.

como no próprio rancho onde reside”⁸⁰⁵. Esse soldado possuía uma propriedade com uma pequena casa, a qual era descrita pelo diretor como uma choça ou covil de vícios. Em sua propriedade havia plantação de milho e feijão, plantados pelos demais viciados em bebida que iam até lá para se “encachaçar”.

O soldado Justino Pereira estava na colônia desde o ano de 1857. Quem redige o documento que questiona o pedido feito pelo diretor de expulsar esse soldado da colônia questiona o porquê de nos relatórios anteriores ao pedido não constar informação a respeito dos vícios desse soldado. Além disso, quem redige, ou dita, o documento tece relação entre essas acusações súbitas e a impossibilidade de o soldado ter direito às suas terras, por ser expulso da colônia. São ponderações interessantes, pois sabe-se que em 1861 o soldado Justino desferiu um golpe de faca em um outro colono. O autor desse ofício não leva em consideração esse fato? O diretor da colônia omitiu os maus comportamentos de Justino em seus relatórios anteriores? O diretor da colônia poderia obter alguma vantagem com a venda das terras desse soldado, que expulso da colônia não teria mais direitos às suas terras?

Ademais, o autor do ofício questiona a forma como o soldado foi expulso da colônia: o próprio soldado, sem saber, levou ao presidente da província, a pedido do diretor da colônia, o ofício que o acusava. Ele não poderia ter sido expulso por mau comportamento sem o prévio consentimento do presidente de província. Para esse procedimento “fora preciso que nesse curto espaço, o soldado se portasse de um modo tão insólito que sua presença na colônia se tornasse muito prejudicial”⁸⁰⁶. Caso assim fosse, o soldado deveria ter sido preso na colônia, e não enviado para a Capital, como de fato ocorreu.

A escrita desse documento foi motivada pela queixa de uma mulher de um colono que fez reclamações ao presidente da província acerca da expulsão arbitrária desse soldado. Essa mulher acusou o diretor da colônia de ter motivado a expulsão do soldado porque o diretor almejava vender a casa e a roça do soldado a um colono paisano que havia chegado na colônia há pouco tempo⁸⁰⁷.

De acordo com o autor do documento, o diretor não mencionou essa transação em nenhum dos seus relatórios. E mais, percebeu-se que o diretor da colônia estava confeccionando relatórios idênticos, seguindo

⁸⁰⁵ Ofício ao presidente de província, no qual se questiona o pedido feito pelo diretor da colônia. Documento incompleto. Acervo IHGSC.

⁸⁰⁶ *Idem*.

⁸⁰⁷ *Idem*, folha 2.

um “padrão perpétuo como se os indivíduos não sejam susceptíveis de mudança de condição, para melhor ou pior”⁸⁰⁸.

Outras contradições foram levantadas pela presidência da província. Meses antes dessa denúncia, a presidência chamou a atenção do diretor da colônia quando esse propôs a retirada do colono Venâncio Borges que, “apesar de beber, era muito trabalhador”⁸⁰⁹, ao mesmo tempo em que relatava características piores acerca de outros colonos e não propunha a retirada deles. Esse documento, além de deixar claro que as informações do diretor eram, por vezes, tendenciosas, torna evidente que nem sempre a relação entre os diretores da colônia e a presidência da província eram harmoniosas. Conforme o autor do documento, diante de correspondências infundadas do diretor pelas quais mantinha as decisões tomadas “conheceu-se nisto o capricho do Diretor em não se dar por vencido pela Presidência, e querer triunfar”⁸¹⁰.

De acordo com a documentação analisada, sugere-se que as relações interpessoais entre os oficiais do Exército, notadamente o diretor da colônia, e os colonos foram marcadas por importantes discordâncias. Há um documento, dos primeiros anos da colônia, que reflete bem a existência dessas duas forças que entravam em choque com frequência. Em dezembro de 1857, o diretor da colônia, o capitão João Xavier de Souza, relatou ao presidente de província que:

Ao amanhecer para o dia 15 de novembro próximo findo apareceu o cavalo madrinha pertencente à nação, morto no largo da Praça desta Colônia com um grande rombo no vazio feito com faca grande, ou facão: fiz a diligência para descobrir quem foi o autor desse delito, e não houve quem me informasse disso: sem dúvida foi alguma das praças que se retiraram da Colônia com passagem para a Guarnição dessa Capital, que é em quem eu suspeito por ter entre elas quatro que são malfazejos e muito capazes de praticar desses malefícios; talvez com o dia de se retirarem da Colônia foi que se atreveram a isso, por quanto não havendo ainda aqui perto da Colônia plantações em ponto dos animais comerem, e nem sendo esse animal chacareiro, e também duvidando eu que outra alguma praça isso fizesse, é de supor que fosse esse delito feito

⁸⁰⁸ Idem, folha 3.

⁸⁰⁹ Idem, folha 4v.

⁸¹⁰ Idem, folha 4-5.

por algum dos quatro que suspeito; no entretanto que não pude saber quem foi o autor para ser punido.⁸¹¹

Na tentativa de conter as ações de colonos considerados desordeiros, o diretor da colônia militar de Santa Thereza, desde o ano de 1861 solicitava ao presidente da província a autorização para aplicar castigos corporais. Em agosto de 1862, o diretor da colônia relatou o caso do soldado Jeremias Pereira de Medeiros e reiterou o pedido de autorização para a aplicação de castigos na colônia. De acordo com o diretor,

Este soldado nunca foi, e nem será jamais próprio para um estabelecimento colonial, pela negação absoluta ao trabalho, pelo estado de embriaguez em que constantemente vive; tanto que não sendo aproveitável em serviço de cultura sua particular, ou aos trabalhos públicos da colônia, o tenho consentido na condução da mala do correio; como único serviço que dele se podia tirar. Incide porém, que com a continuação das viagens dessa Capital a Lages bebendo desregradamente aguardente por todas as paragens onde a encontra, à oferta e à venda, se tem tornado um bêbado desatencioso e insolente, dando espetáculo neste colônia, todas as vezes que nela chega, com gritos desordenados e descomposturas não só à sua família, como a todos do lugar, por qualquer pequena dúvida, e isto sempre com ameaças da inseparável faca que traz consigo a título de instrumento indispensável para a viagem⁸¹².

Além disso, relatou também que o soldado cometia atos públicos de desobediência e de desrespeito ao diretor, “tudo isso de faca em punho”⁸¹³. Caso o diretor pudesse aplicar “castigos fisicamente correccionais”, aquele soldado, conforme o diretor, poderia se tornar exemplo para a colônia, o que desencorajaria a ação de outros colonos que almejassem cometer os mesmos delitos. Desse modo, chama a atenção o fato de que a aplicação de castigos não era prática corriqueira

⁸¹¹ CMST. Ofício ao presidente da província, João José Coutinho, João Xavier de Souza, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 3 de dezembro de 1857. Acervo IHGSC

⁸¹² CMST. Ofício ao presidente da província, Conselheiro Vicente Pires da Motta, João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 10 de agosto de 1862. Acervo IHGSC.

⁸¹³ Idem, verso.

nas colônias militares, caso contrário, o diretor não teria realizado esse pedido.

Os oficiais, por outro lado, bem como os soldados, quando cometiam irregularidades, também eram submetidos aos Conselhos de Guerra, como no caso do tenente reformado ajudante da colônia Francisco Ramires Cardozo. De acordo com o Ajudante General do Exército, em outubro de 1860 o presidente da província de Santa Catarina mandou

responsabilizar perante o Conselho de Guerra o Tenente reformado do Exército Francisco Ramires Cardozo, ajudante da colônia militar de Santa Maria [filial da colônia militar de Santa Thereza] naquela província, por haver retido indevidamente em seu poder os vencimentos que recebeu da Tesouraria Provincial para pagar as praças da mesma colônia; e me parece que sendo um oficial que assim procede é menos próprio para comissões da natureza da em que se acha o tenente Cardozo, deve ser ele exonerado de tal comissão⁸¹⁴.

Porém, nesse caso, é necessário destacar alguns acontecimentos que precederam o processo contra o oficial Francisco Ramires Cardozo. Em 23 de setembro de 1860, o diretor da colônia, João Francisco Barreto, informou ao presidente da província, por meio de ofício⁸¹⁵, que o ajudante da colônia, o tenente Cardozo, havia comprado, com o dinheiro referente ao vencimento do mês de julho dos colonos Antônio José e Jacinto Viana, gêneros de primeira necessidade para os dois colonos. Entretanto, durante o mês de agosto, os dois colonos, que residiam na colônia filial de Santa Maria, foram à sede da colônia militar de Santa Thereza para batizar seus filhos e naquela circunstância reclamaram ao diretor que não haviam recebido seus vencimentos relativos ao mês de julho. Em 27 de fevereiro de 1861, a 2ª Diretoria-Geral do Ministério dos Negócios da Guerra ordenou ao presidente da província de Santa Catarina que processasse o tenente reformado do Exército Francisco Ramires Cardozo pelo Conselho de Guerra, a fim de

⁸¹⁴ BRASIL. Quartel General do Exército na Corte. Ofício n. 9007, do Ajudante General do Exército, Barão de Suruhy, ao ministro da Guerra, Conselheiro Sebastião do Rego Barros. Barão de Suruhy, Ajudante General do Exército. Quartel General do Exército na Corte, 27 de outubro de 1860.

⁸¹⁵ CMST. Ofício ao presidente de província, Francisco Carlos de Araújo Brusque. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor da colônia. Desterro, 23 de setembro de 1860. Acervo: Arquivo Nacional.

ser responsabilizado pela irregularidade dos pagamentos às praças da colônia militar de Santa Thereza⁸¹⁶.

Contudo, no mesmo ano, o oficial Francisco Ramires Cardozo foi dado por inocente da acusação, conforme a sentença do Conselho de Guerra:

Tendo-se nesta cidade do Desterro, capital da província de Santa Catarina, o processo verbal do réu tenente reformado Francisco Ramires Cardoso, ajudante da colônia militar de Santa Thereza, auto de corpo de delito, testemunhas sobre eles perguntadas, interrogatórios feitos ao mesmo réu tenente reformado Francisco Ramires Cardoso, sua defesa, decidiu-se uniformemente que a sobredita culpa não se acha provada e nem o réu dela convencido, por ser improcedente a acusação que lhe foi feita, à vista do depoimento das testemunhas inquiridas neste processo, os documentos com que fundamentou o réu sua defesa, e portanto, e pelo mais que dos autos consta, absolvem o réu⁸¹⁷.

Neste sentido, e de acordo com Michel de Certeau, o homem ordinário, ou o homem comum, cria várias maneiras para escapar das idéias e atividades estabelecidas por grupos distintos, no caso os colonos em relação aos oficiais do Exército. Vários modos de desfazer o jogo do outro, ou seja, o espaço instituído pelos outros, caracterizam a atividade sutil, tenaz e resistente de grupos que, por não terem um grupo próprio, devem lidar com uma rede de forças e de representações estabelecidas. Nessas manobras persiste uma arte dos golpes, dos lances, um certo prazer em alterar as regras de espaço opressor⁸¹⁸.

É importante mencionar um fato, ocorrido no ano anterior, com soldado Jeremias. Esse soldado, como foi visto, era o condutor da mala de correio e, em abril de 1861, ao levar a mala da Capital para Lages, apresentou-se na colônia com a mala em desordem, com três argolas (de fechamento) a menos. O soldado afirmou que o animal que carregava a mala havia escorregado na estrada e por isso ocasionado o incidente.

⁸¹⁶ MINISTÉRIO DA GUERRA. Ofício ao presidente da província de Santa Catarina. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1861. Acervo: Correspondências Ministério da Guerra para Presidente de Província. APESC.

⁸¹⁷ MINISTÉRIO DA GUERRA. Cópia da sentença proferida pelo Conselho de Guerra e Supremo Militar de Justiça no processo do tenente reformado do Exército Francisco Ramires Cardoso. Desterro, 20 de agosto de 1861. Acervo: Correspondências Ministério da Guerra para Presidente de Província. APESC.

⁸¹⁸ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. artes de fazer. Trad. Epharaim Ferreira Alves. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 79.

Algumas correspondências de papel foram danificadas, conforme o diretor. Nessa ocasião, o diretor da colônia além de relatar o fato, questionou ao secretário da presidência da província se a despesa provocada pelos prejuízos deveria ser descontada dos vencimentos daquele soldado⁸¹⁹.

Além disso, nesse mesmo ano, o diretor da colônia defendeu-se dos colonos responsáveis pela mala do correio, os quais foram ao presidente da província cobrar pela realização desse serviço. O diretor da colônia afirmou ter pago regularmente pelo serviço, e que considerava esse pedido um “abuso da parte desses exigentes e trapaceiros colonos”⁸²⁰.

Em janeiro de 1865, o diretor ao tratar do número de soldados que serviam na colônia, e da necessidade de aplicação de castigos físicos, afirmou que:

Conheço a dificuldade com que ora temos de lutar para encontrar no atual estado de nosso exército, e no apuro em que nos vimos com os inquietos vizinhos do Estado Oriental, com praças nas condições de virem aqui servir, e deles tirarem-se bons colonos, pela imoralização a que os tem levado a suspensão dos castigos corporais por meio de vara e a juízo dos chefes, e passar a juízo de um Conselho Peremptório, para autorizar na maior parte das vezes a aplicação de 10 ou 12 pranchadas, como se ainda nos achássemos nos bons tempos de moralidade em que foi decretado os Artigos de Guerra; em que um soldado para se dar por corrigido bastava a vergonha de ser levado ao círculo da punição⁸²¹.

No mesmo dia, o diretor da colônia comunica ao presidente da província que:

visto a classe de que ainda infelizmente é composto o nosso exército, que não pode dispensar os castigos corporais afim de conter nos limites da ordem indivíduos sem educação moral nem religiosa, e perdidos em toda sorte de vícios e

⁸¹⁹ CMST. Ofício ao secretário da presidência da província, Sr. Manoel da Costa Pereira. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 6 de abril de 1861. Acervo IHGSC.

⁸²⁰ CMST. Ofício ao secretário da presidência da província, Sr. Olympio Adolpho de Souza Pitanga. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 15 de agosto de 1861. Acervo IHGSC.

⁸²¹ CMST. Ofício ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 11 de janeiro de 1865. Acervo IHGSC.

maus costumes, como são os que a polícia recruta para o nobre serviço das armas; e mesmo muitos dos voluntários que pouco diferem daqueles⁸²².

Portanto, de acordo com o diretor, ao solicitar autorização para aplicar 10 ou 12 pranchadas (golpe aplicado com prancha de espada), não haveria nada mais proveitoso para a disciplina imediata desse contingente do que a imediata punição pelos delitos cometidos na colônia⁸²³. Contudo, caso não pudesse castigar os colonos desordeiros, restaria ao diretor, conforme o regulamento da colônia, sugerir ao presidente da província a expulsão desses colonos⁸²⁴. Por vezes, porém, essa não era uma boa solução pois a expulsão de vários colonos poderia colocar em risco a existência da colônia.

De acordo com Ricardo Salles, a disciplina nos corpos militares formados durante o século XIX ia além das diferenças de competência e comando, havia também a diferença social, baseada, muitas vezes, na aplicação de castigos e na oferta de recompensas por parte dos oficiais superiores aos seus subalternos, que, em alguns casos eram incapazes de se adaptar e vivenciar as normas e padrões de comportamento necessários. Desse modo, a tensão e a violência eram a marca mais forte nessas relações disciplinares⁸²⁵.

E, ainda no século XIX, sobre a relação entre oficiais e soldados, Ricardo Salles esclarece que:

Em qualquer exército de então, os padrões de disciplina eram extremamente rígidos e guardavam ainda muitas marcas dos códigos disciplinares do século anterior. No exército imperial, contudo, tais características não só representavam elementos constitutivos da coesão interna da instituição militar, como eram ainda derivados das características particulares da sociedade: escravista e excludente, com uma capacidade mínima de incorporação de novas camadas sociais aos direitos da cidadania, por um lado, e com a pretensão de estágio civilizatório europeu, por outro⁸²⁶.

⁸²² CMST. Ofício ao presidente da província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 11 de janeiro de 1865. Folha 8. Acervo IHGSC.

⁸²³ Idem, folha 9.

⁸²⁴ Idem.

⁸²⁵ SALLES, op. cit., p. 146.

⁸²⁶ Ibid., p. 142-143.

Com isso, os critérios de manutenção e/ou expulsão de soldados/colonos da colônia não eram claros. É comum encontrar entre os documentos os pedidos de expulsão motivados pelos maus comportamentos dos soldados. Contudo, há documentos que colocam em dúvida as reais intenções de expulsão ou manutenção de colonos naquela colônia. Há indícios de que os diretores emprestavam dinheiro a alguns soldados e esses, enquanto não saldavam as suas dívidas, não poderiam sair da colônia, embora constasse em alguns relatórios serem esses soldados incorrigíveis e prejudiciais à colônia⁸²⁷.

Sendo assim, alguns soldados regressavam para a colônia, como forma de punição e de controle, e outros eram expulsos por mau comportamento. Em março de 1865, o diretor da colônia pedia autorização ao presidente de província para retirar da colônia um soldado por ter “mau comportamento habitual acerca de furtos; por ser dado a bebidas e desordeiro”⁸²⁸. Esse soldado era casado e antes de servir na colônia prestou serviço no Batalhão 12 de Infantaria. A esposa e filha desse soldado eram vítimas de maus tratos, tanto que, a filha, ainda bebê, e a esposa faleceram na colônia. O diretor, por conta disso, o considerava próprio para o Exército e não para os serviços de colonização, “onde faltam os meios de corrigir homens dessa ordem”⁸²⁹. Além disso, o diretor prendeu esse soldado porque ele havia furtado um chapéu e o vendeu para comprar aguardente.

Em fins de 1881 o diretor da colônia expulsou um cadete reformado por ser um homem de conduta incorrigível. Esse oficial, de acordo com o diretor da colônia, era bêbado e desordeiro. Era comum que esse oficial atacasse a todos da colônia: moradores, soldados e oficiais. O diretor, em ofício que comunicou ao presidente da província a expulsão desse cadete, impôs uma condição: na colônia, ou ficava o cadete ou o diretor, os dois não poderiam continuar no mesmo lugar⁸³⁰.

Entretanto, não eram somente soldados e colonos que eram expulsos da colônia. Em agosto de 1861 o diretor da colônia solicitou ao presidente da província a expulsão da “parda Carolinda Candida de Jesus, mulher do colono paisano Francisco Rodrigues por se ter tornado [...] um escândalo vivo de imoralidade conjugal, admitindo sem cautela

⁸²⁷ Ofício ao presidente de província, no qual se questiona o pedido feito pelo diretor da colônia. Documento incompleto. Folha 5. Acervo IHGSC.

⁸²⁸ CMST. Ofício ao presidente de província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de março de 1865. Acervo IHGSC.

⁸²⁹ Idem.

⁸³⁰ CMST. Ofício n. 261, ao presidente da província, Desembargador João Rodrigues Chaves. João Paulo de Miranda, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 17 de outubro de 1881. Acervo IHGSC.

ou recato em sua casa e leito homens estranhos”⁸³¹. Além disso, Carolinda tratava mal o marido, que com frequência era insultado e desprezado por ela. Em certa ocasião, ela afirmou que não queria viver com o marido e que de sua casa não sairia. O diretor da colônia advogou, nesse caso, a favor do colono, o qual era considerado “um homem pacífico, laborioso, que tem vistas de permanecer no lugar buscando legalmente por vencer seu lote de terras”⁸³². O diretor, além de solicitar a expulsão de Carolinda, sugeriu ao presidente da província que a guarda do filho do casal, ainda menino, permanecesse com o pai. Embora Carolinda, há tempos, afirmasse que o menino não fosse filho de Francisco Rodrigues.

Por meio da documentação pesquisada é possível perceber que alguns soldados também formalizavam reclamações contra os oficiais da colônia. Há um ofício do diretor da colônia, de janeiro de 1865, no qual ele se defende de possíveis acusações feitas pelos soldados. Ao proteger-se das queixas de um soldado, o diretor afirmou que

Quanto a queixa, que de mim dá, de injustiças para com ele praticados por esta Diretoria, de mandar-lhe fazer desconto em seus vencimentos, sem ele nada dever, é uma calúnia e uma velhacada estudada e aconselhada por aquele seu sócio de contínuas crápulas, Justino Pereira, que enviei a inspeção de saúde, e com retirada desta colônia⁸³³.

O diretor argumentou que uma moradora da colônia, a qual possuía uma casa de negócios, fez reclamações a respeito do soldado. A comerciante afirmou que o soldado comprava em sua casa e pagava suas contas passadas e tomava fiado novamente, como de costume. Contudo, fazia três meses que aquele soldado não pagava mais suas contas e não oferecia nenhuma explicação à vendedora. A partir desse momento, o soldado, sempre que possível, cortava caminho para não encontrar-se com a vendedora. Diante disso, conforme o diretor, ordenou-se o pagamento da dívida do soldado mediante desconto em seus vencimentos. Além disso, o diretor afirmou que “porque é sob esse crédito que aqui com os soldados se contrata e se lhes fia. O soldado,

⁸³¹ CMST. Ofício ao presidente da província, Ignácio da Cunha Galvão. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 15 de agosto de 1861. Folha 3. Acervo IHGSC.

⁸³² Idem.

⁸³³ CMST. Ofício ao presidente de província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 29 de janeiro de 1865. Folhas 1 e 2. Acervo IHGSC.

por insistir em não receber os seus vencimentos com aquele desconto, foi preso⁸³⁴.

Em novembro de 1864, o diretor da colônia descreveu brevemente o perfil de alguns colonos, dentre os quais pretendia expulsar uns e manter outros. Embora não se conheça a relação estabelecida entre os soldados e o diretor, é possível aproximar-se um pouco mais do cotidiano dessas pessoas por meio das descrições oferecidas pelos diretores. Na colônia havia soldado considerado de “índole cigana”, pois vendia tudo o que tinha e vivia a negociar, até mesmo a sua casa vendeu para morar de favor na casa de conhecidos. Havia também colonos trapaceiros e de condição preguiçosa, os quais não permaneciam em suas terras, conduta justificada, às vezes, pelo temor aos ataques indígenas. Existia na colônia soldados que se mantinham embriagados quase o tempo todo e que trabalhavam para outros colonos a troco de aguardente. Esses, conforme o diretor, eram considerados “viciosos pacíficos” porque “a embriaguez deles não dá para desordem ou desacato à pessoa alguma e vão vivendo no lugar mansamente”⁸³⁵.

Isso torna evidente que as relações interpessoais entre os diretores da colônia e os seus moradores eram propensas a conflitos. Há um ofício do diretor da colônia, do ano de 1880⁸³⁶, no qual ficam mais claras as relações entre ele e alguns moradores da colônia, bem como apenas entre os moradores da colônia. De acordo com o diretor, havia na colônia, desde a sua criação, uma família de sobrenome Capistrano, engajada “indevidamente”. Para ele, essa família era “o azar da colônia”. Os membros dessa família, por serem brancos, e viverem em uma colônia composta na maior parte por pessoas pardas e negras, “carregam eles grande orgulho, não se lembrando que são os que cometem maiores faltas como seja atacarem cidadãos que passam pela estrada, esbordoarem uns, atirarem em outros”⁸³⁷, e devido à bondade dos antigos diretores, viviam impunes na colônia.

O diretor também era branco, mas não concordava “com o sistema de desprezar os meus semelhantes de cores, só pela cor”⁸³⁸. Contudo, argumenta em seu ofício que “faço justiça a todos porque

⁸³⁴ CMST. Ofício ao presidente de província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 29 de janeiro de 1865. Folha 3. Acervo IHGSC.

⁸³⁵ Ofício ao presidente de província, no qual se questiona o pedido feito pelo diretor da colônia. Documento incompleto. Nota 2. Acervo IHGSC

⁸³⁶ CMST. Ofício n. 189, ao presidente de província, Antônio de Almeida Oliveira. João Paulo de Miranda, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 3 de março de 1880. Folhas 1-4. Acervo IHGSC.

⁸³⁷ Idem, Folha 1.

⁸³⁸ Idem.

considero que branco é aquele que boas ações pratica, e que o branco malévolo, devasso, injusto e [ilegível], é mais negro que o negro”⁸³⁹.

Mas, o ofício do diretor foi motivado por conta de um dos membros da família Capistrano, que se chamava Fernando, ter desferido bordoadas em um colono alemão. De acordo com o diretor, Fernando e seus familiares, acostumados a não serem punidos pelos atentados que cometiam na colônia, procuraram realizar um abaixo-assinado contra a administração da colônia. No entanto, aquela família não encontrou apoio entre os moradores da colônia, nem mesmo de alguns parentes seus. Diante disso, Fernando passou a importunar o seu sogro, que possuía numerosa família (e que conforme o diretor era um homem virtuoso e de bons costumes) e o ameaçou de colocá-lo para fora de casa, pois queria o sítio que havia vendido ao sogro, e que devolveria o dinheiro recebido.

Fernando tinha sido colono de 3ª classe na colônia e era casado pela segunda vez e tinha filhos do primeiro casamento. Ele tinha direito à um lote de terras na colônia e o vendera ao seu sogro a metade de suas terras (a outra metade pertencia aos filhos do primeiro casamento). Fernando não morava mais na colônia há 5 anos. Ora vivia na localidade de Sepultura, próxima da colônia, ora vivia em Lages. De acordo com o diretor, toda vez que passava pela colônia provocava distúrbios. Não satisfeito com a decisão do diretor da colônia, que proibiu o desfazimento do negócio relativo ao lote de terras, Fernando vendeu o mesmo lote para seu irmão José Guilherme, “para assim adquirir direito com o fim de poder incomodar a seu sogro”⁸⁴⁰.

Dessa forma, pode-se inferir que havia casos em que o diretor lutava em defesa dos colonos e dos oficiais que serviam na colônia. Em abril de 1865, por exemplo, o diretor da colônia comunicou ao presidente da província que a maior parte dos colonos deviam a ele dez mil réis. Essa dívida fora contraída pelos soldados para que eles pudessem se vestir. De acordo com o diretor, os colonos da colônia militar de Santa Thereza, “por uma injustiça inqualificável”⁸⁴¹, não recebiam vencimento de fardamento. Antes disso, em julho de 1861, o diretor da colônia solicitou ao presidente da província o adiantamento

⁸³⁹ Idem, folha 2.

⁸⁴⁰ CMST. Ofício n. 189, ao presidente de província, Antônio de Almeida Oliveira. João Paulo de Miranda, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 3 de março de 1880. Folha 4. Acervo IHGSC.

⁸⁴¹ CMST. Ofício ao presidente da província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 20 de abril de 1865. Folha 3. Acervo IHGSC.

dos pagamentos dos colonos em face do inverno rigoroso daquele ano⁸⁴².

Contudo, não há como pensar o cotidiano da colônia sem pensar também nos possíveis choques entre os colonos por conta da religiosidade, especialmente a partir do momento em que a colônia passou a receber imigrantes alemães. Há um documento de 1876 que trata da permissão para construir um cemitério para os alemães não-católicos no mesmo lugar onde foram sepultados dois alemães assassinados pelos indígenas. Ora, se existia, há tempos, um cemitério na colônia, isso quer dizer que os primeiros alemães luteranos que faleceram em Santa Thereza não puderam ser sepultados no cemitério da colônia⁸⁴³.

E, desde o ano de 1861, os diretores da colônia militar solicitavam ao presidente da província o envio de mais imigrantes alemães para a colônia. De acordo com o diretor João Francisco Barreto,

Longe estou de entrar em detalhe da colonização estrangeira na Província, mas se possível for, desejaria que V. Ex^a. para aqui destinar alguns dos colonos alemães, que talvez já não haja lugar para os acomodar em Therezópolis, ou outra parte, vindo entre eles algum intérprete, e fazendo-me esse Governo saber a lotação de terras que a cada família toca⁸⁴⁴.

E, com a entrada de novos colonos, notadamente dos imigrantes alemães, o cenário construído pela população da colônia militar de Santa Thereza ao longo das primeiras décadas de sua existência ganhou novos contornos. O número de colonos militares diminuiu gradativamente e novos personagens entraram em cena. Dessa forma, outros costumes foram introduzidos naquela colônia, outras práticas se consolidaram e um novo contexto se formou, o que confirma o sucesso nos objetivos de criação dessa colônia.

⁸⁴² CMST. Ofício ao presidente da província, Ignácio da Cunha Galvão. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Desterro, 13 de julho de 1861. Acervo IHGSC.

⁸⁴³ SANTA CATARINA Ofício do presidente de província, João Capistrano Bandeira de Melo Filho, ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Duque de Caxias. Desterro, 8 de abril de 1876. Acervo Arquivo Nacional.

⁸⁴⁴ CMST. Ofício ao presidente da província, Ignácio da Cunha Galvão. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 15 de agosto de 1861. Folha 3. Acervo IHGSC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As trajetórias de vida dos soldados e oficiais do Exército brasileiro, mencionadas neste trabalho, revelaram importantes características da colônia militar de Santa Thereza. Elas lançam luz não somente sobre a diversidade dos grupos humanos que formavam aquela colônia, mas também sobre como era o cotidiano dos homens que viviam em uma colônia militar durante o século XIX.

Os documentos analisados, especialmente as correspondências do diretor da colônia, permitiram o contato com informações que revelaram partes da história da colônia militar de Santa Thereza. As fontes empregadas na confecção deste trabalho, todavia, podem servir, ainda, para outros trabalhos historiográficos com diferentes finalidades, pois permanecem em aberto as possibilidades de outras análises por meio de uma leitura cuidadosa de suas entrelinhas. Dessa documentação, composta por mais de mil documentos transcritos, emergiram temas que se tornaram os capítulos deste trabalho. As matérias selecionadas nesses manuscritos guiaram a escrita especialmente dos quatro últimos capítulos. O primeiro, diferentemente dos demais, foi baseado principalmente em relatórios ministeriais, Fallas dos presidentes da província de Santa Catarina e na coleção de leis do Império brasileiro. O segundo capítulo, entretanto, está sustentado por uma mescla de documentos, entre eles manuscritos provenientes da colônia militar de Santa Thereza, relatórios e Fallas dos presidentes da província.

Longe de aprofundar-se no objeto deste trabalho, no primeiro capítulo foi analisado, em linhas gerais, o sistema de colonização militar brasileiro. Dessa análise foi possível constatar a relação existente entre esse projeto governamental de meados do século XIX, a Lei de Terras, a extinção do tráfico de escravos e o domínio do território pelo governo central. Alguns ministros, tanto do Império quanto da Guerra, eram entusiastas desse projeto. Outros, porém, deixaram claro em seus relatórios suas observações contrárias aos esforços dedicados à colonização militar em território brasileiro.

Naquele período, também estava associado ao exército o domínio dos territórios. As iniciativas de povoamento do interior do império por meio de colônias militares, notadamente na década de 1850, são exemplos de combinação das funções do exército de guardar o território e de estabelecer um campo de experiência no qual seriam levantadas informações importantes sobre o País (relevo, hidrografia, recursos naturais, deslocamento de mercadorias e de pessoas etc.). Essas colônias, além de expandirem a área de colonização, pois assegurariam a

existência de colônias civis espalhadas pelo interior, também reforçaram a manutenção das atuais linhas fronteiriças do Brasil. De acordo com o ministro do Império, João de Almeida Pereira Filho, em seu relatório do ano de 1859:

Com o fim de proteger a população de certas localidades do interior contra correrias dos índios selvagens e facilitar as comunicações e o comércio, tem sido criadas estas colônias, mas podem tais estabelecimentos prestar ainda outro serviço importante: o de auxiliar os núcleos coloniais civis que se fundarem em suas vizinhanças⁸⁴⁵.

Do mesmo modo, a colônia militar de Santa Thereza cumpriu essas funções. Em meados do século XIX, os tropeiros e viajantes que utilizavam o caminho que comunicava o litoral e o planalto catarinenses – importante via para a economia da província, enfrentavam sérios riscos, tanto pelas más condições do caminho (grandes desfiladeiros, áreas alagadiças, mata fechada etc.) quanto pelos frequentes ataques indígenas. Com o objetivo de alterar esse cenário, o governo provincial instalou, na metade do percurso entre as vilas de São José e Lages, a colônia militar de Santa Thereza. Além disso, o estabelecimento desse núcleo militar no interior da província tornaria possível a cobrança dos impostos sobre as mercadorias transportadas por aquele caminho. Chama a atenção que, ao longo de praticamente 30 anos (1854-1883), essa colônia cumpriu seus principais objetivos, quais sejam: manter o caminho entre as vilas de São José e Lages; dar suporte para a colonização da região; e, cobrar os impostos sobre as mercadorias transportadas entre o litoral e o planalto catarinenses.

Para cumprir essas funções, eram necessários vários colonos-militares. No terceiro capítulo do trabalho, ao debruçar-se sobre a formação humana da colônia, tornou-se evidente que, embora algumas pessoas que vivessem na colônia fossem provenientes de várias províncias do Brasil e do exterior, a maior parte da população era oriunda da província de Santa Catarina. Além disso, diferentemente de outras colônias instaladas nessa província durante o século XIX, a colônia militar de Santa Thereza era composta principalmente por pessoas classificadas, naquela época, como pardas. As porcentagens de

⁸⁴⁵ BRASIL. Relatório do ano de 1852 apresentado à Assembleia-Geral Legislativa na 4ª sessão da 10ª legislatura. João de Almeida Pereira Filho, ministro do Império. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1860, p. 64.

pessoas pardas, negras e brancas eram bastante semelhantes aos números que caracterizavam a formação do Exército brasileiro no mesmo período. Nessa parte do texto foi possível a aproximação de uma camada social que, durante muitos anos, permaneceu excluída dos mercados de trabalho: os homens livres pobres. As formas de entrada e saída da colônia também foram exploradas neste capítulo. Neste sentido, foram analisados, especialmente, os motivos que levaram aqueles homens a fixarem residência em uma colônia militar, bem como os motivos pelos quais alguns deixavam a colônia. A possibilidade de posse do lote de terras pareceu bastante importante para a escolha de viver em uma dessas colônias.

Os manuscritos dos diretores da colônia e os relatórios dos ministros do Império e da Guerra e dos presidentes da província de Santa Catarina demonstraram a manutenção, ao longo da segunda metade do século XIX, de uma mesma opinião a respeito dos soldados do Exército brasileiro e, por consequência, pertencentes também às colônias militares. A caracterização das más qualidades dessas pessoas permeia quase todos os documentos analisados e sugere uma versão bastante forte para a descrição das relações entre essas pessoas e, muitas vezes, enseja a interpretação da história das colônias militares no Brasil, especialmente ao reforçar a ideia de insucesso desse sistema de colonização relacionada ao tipo de pessoa que formaria essas colônias.

Entre as principais atividades desenvolvidas pelos colonos que viviam na colônia militar de Santa Thereza estava a de desbravar as matas que dominavam a paisagem da colônia. Os colonos também trabalhavam na manutenção do caminho e auxiliavam os oficiais nas atividades relacionadas a cobrança dos impostos das mercadorias transportadas pelo caminho. No entanto, os documentos levantados e analisados permitiram o conhecimento de outras atividades, as quais não estavam relacionadas ao cumprimento dos deveres militares. Quanto aos diretores – oficiais do Exército brasileiro –, percebeu-se que esses atuaram como mediadores entre a comunidade local e as exigências burocráticas do sistema de colonização militar. Foram ressaltados nos manuscritos dos diretores da colônia as atividades desempenhadas pelos colonos em seus lotes de terra. As atividades de construção de casas, a preparação da terra para a agricultura, os trabalhos na olaria, no engenho, na coleta de frutas, no fazimento de cercas etc., estão contemplados em vários relatórios encaminhados para os presidentes da província de Santa Catarina. Sendo assim, é necessário ressaltar o papel do soldado como um trabalhador compulsório. Apesar de serem homens

livres, os soldados-colonos estavam sujeitos à autoridade do diretor da colônia, expressa no Regulamento e na disciplina militar.

No último capítulo do trabalho foram descritos alguns casos que demonstram as possibilidades de relações interpessoais na colônia. Esses foram costurados a partir das relações hierárquicas presentes nas colônias militares, bem como nas relações entres os moradores da colônia e aquelas pessoas que não viviam lá. Essas descrições narram, em geral, relações conflituosas. Nessa parte do texto foi possível aproximar-se, ainda mais, das pessoas que formavam a colônia militar de Santa Thereza, talvez como continuidade do terceiro capítulo.

Esse é o momento, portanto, de reunir as observações elaboradas ao longo desses cinco capítulos e refletir a respeito da colônia. Em cada capítulo, mesmo no primeiro, foi possível apresentar algumas faces da história da colônia militar de Santa Thereza. A reunião das informações contidas em cada um dos capítulos contribui para a elaboração de uma ideia do que foi essa colônia militar e a sua importância para a história de Santa Catarina, especialmente na consolidação de um importante caminho que permitiu, durante toda a segunda metade do século XIX, a comunicação entre o litoral e o planalto catarinenses.

Finalmente, pode-se dizer que este estudo fornece novos elementos para a interpretação da colonização do território catarinense. A análise dos documentos tornou possível ultrapassar os dados meramente estatísticos, e relacionados principalmente à economia da colônia – encontrados na literatura sobre a colônia na historiografia catarinense – e proporciona uma nova interpretação do desenvolvimento da colônia e das pessoas que atuaram nesse processo, da consolidação do caminho entre as vilas de São José e Lages e dos métodos empregados na colonização do território da província de Santa Catarina. Além disso, o debate em torno desse tema propiciou reflexões importantes, principalmente a respeito da relação estabelecida entre a formação dos Estados na segunda metade do século XIX e a necessidade de mão-de-obra para a realização dos projetos estatais.

FONTES DE PESQUISA

Fontes manuscritas

Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina - IHGSC

CMST. Mapas do movimento da estrada da Capital para Lages – 1856, 1857, 1858, 1859, 1861, 1862, 1863, 1864, 1865, 1867, 1878, 1879, 1880 e 1881.

CMST. Mapas mensais de pessoal e de doentes da colônia – 1856, 1857, 1858, 1859, 1861, 1862, 1863, 1864, 1865, 1867, 1878, 1879, 1880 e 1881.

CMST. Relatórios de serviços feitos na colônia – 1856, 1857, 1858, 1859, 1861, 1862, 1863, 1864, 1865, 1867, 1878, 1879, 1880 e 1881.

CMST. Ofícios do diretor da colônia para o presidente da província de Santa Catarina – 1856, 1857, 1858, 1859, 1861, 1862, 1863, 1864, 1865, 1867, 1878, 1879, 1880 e 1881.

CMST. Exposição do estado da colônia militar de Santa Thereza, referente ao ano de 1856. João Xavier de Souza, capitão diretor interino. Colônia militar de Santa Thereza, 9 de janeiro de 1857.

CMST. Mapa anual do pessoal da colônia militar de Santa Thereza na margem direita do rio Itajahy na estrada de Lages pertencente ao ano de 1860. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de janeiro de 1861.

CMST. Mapa anual do pessoal da colônia militar de Santa Thereza na margem direita do rio Itajahy na estrada de Lages pertencente ao ano de 1861. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de janeiro de 1862.

CMST. Mapa da despesa que se fez com gratificações de exercício dos empregados da colônia militar de Santa Thereza no mês de janeiro de 1862. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor da colônia. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de fevereiro de 1862.

CMST. Mapa da população da Colônia Militar de Santa Thereza no ano de 1864. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia Militar de Santa Thereza, 1º de janeiro de 1865.

CMST. Mapa da produção agrícola da colônia militar de Santa Thereza. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1 de janeiro de 1862.

CMST. Mapa demonstrativo do número de praças de linha que se acham na colônia militar Santa Thereza com clareza as que são ativas, ou inválidas, e em que caráter existem na mesma colônia no mês de março de 1865. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar Santa Thereza, 1º de abril de 1865.

CMST. Mapa demonstrativo do número de praças de linha que se acham na colônia militar Santa Thereza com clareza as que são ativas, ou inválidas, e em que caráter existem na mesma colônia no mês de outubro de 1864. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia Militar Santa Thereza, 1º de novembro de 1864.

CMST. Mapa dos nascimentos e óbitos que tiveram lugar nesta colônia desde a sua fundação em 19 de janeiro de 1854 até 30 do findo mês de setembro do corrente ano de 1862: dado em virtude da ordem do Exmo. Governo da Província datada de 12 do dito mês de setembro. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de outubro de 1862.

CMST. Observações do relatório da colônia militar de Santa Thereza dirigido ao Governo Imperial pela 3ª Diretoria do Ministério dos Negócios da Guerra. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor da colônia. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de janeiro de 1865.

CMST. Ofício ao Ajudante de Ordens da Presidência da Província, capitão João Peres Gomes. Francisco Ramires Cardoso, tenente ajudante da colônia. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de maio de 1863.

CMST. Ofício ao ministro e secretário de Estado do Negócios da Guerra, pela 4ª Diretoria do Ministério dos Negócios da Guerra. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor da colônia. Colônia militar de Santa Thereza, 11 de janeiro de 1865.

CMST. Ofício ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 11 de janeiro de 1865.

CMST. Ofício ao Ministro e Secretário do Estado dos Negócios de Guerra. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 12 de janeiro de 1863.

CMST. Ofício do diretor da colônia, João Francisco Barreto, para a 4ª Diretoria do Ministério dos Negócios da Guerra. Colônia militar de Santa Thereza, 11 de janeiro de 1865.

CMST. Ofício n. 138, ao vice-presidente da província, Joaquim da Silva Ramalho. Polycarpo Vieira da Cunha Brasil, tenente diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 22 de fevereiro de 1879.

CMST. Ofício n. 140, ao vice-presidente da província, Joaquim da Silva Ramalho. Polycarpo Vieira da Cunha Brasil, tenente diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 13 de março de 1879.

CMST. Relação das praças e colonos da colônia militar Santa Thereza com as declarações em cada um na forma abaixo especificada, e conforme a ordem do Exm^o. Sr. Presidente da Província comunicado em ofício de seu ajudante de ordens de 4 de novembro de 1864. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 21 de novembro de 1864.

CMST. Relação nominal das praças da colônia que finalizaram o tempo de praça no mês de janeiro de 1862. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza 1º de fevereiro de 1862.

CMST. Relação nominal dos colonos militares e paisanos existentes na colônia militar de Santa Thereza estabelecida na margem direita do rio Itajahy na estrada de Lages com declaração dos colonos quer militares quer paisanos que vencem diárias por conta do Governo no mês de setembro de 1862. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza 1º de outubro de 1862.

CMST. Relatório circunstanciado do estado da colônia. João Francisco

Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar Santa Thereza, 11 de janeiro de 1865.

CMST. Relatório da colônia militar de Santa Thereza dirigido ao Governo Imperial pela 3ª Diretoria do Ministério dos Negócios da Guerra. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor da colônia. Colônia militar de Santa Thereza, 11 de janeiro de 1865.

CMST. Relatório da colônia militar de Santa Thereza, dirigido ao Governo Imperial pela 2ª Diretoria do Ministério dos Negócios da Guerra, correspondente ao ano de 1864 e apresentado ao Exmo. Governo desta província de Santa Catarina. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor. Colônia militar Santa Thereza, 11 de janeiro de 1865.

CMST. Relatório da fundação, progresso e estado da Colônia militar Santa Thereza na Província de Santa Catharina, apresentado ao Ilmº. e Exmº. Sr. Presidente da Província, pelo Capitão João de Souza Mello e Alvim Diretor interino da mesma Colônia, 1856.

CMST. Relatório. João Xavier de Souza, capitão diretor da colônia. Colônia militar de Santa Thereza, 15 de janeiro de 1859.

CMST. Tabela das praças da colônia militar de Santa Thereza que foram nomeadas para a condução da mala do correio da Capital e Lages. João Xavier de Souza, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de setembro de 1857.

SANTA CATARINA. Ofício ao presidente de província, no qual se questiona o pedido feito pelo diretor da colônia. Documento incompleto.

SANTA CATARINA. Ofício do presidente da província ao diretor da colônia militar de Santa Thereza, João Francisco Barreto. Desterro, 10 de abril de 1865.

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina - APESC

MINISTÉRIO DA GUERRA. Cópia da sentença proferida pelo Conselho de Guerra e Supremo Militar de Justiça no processo do tenente reformado do Exército Francisco Ramires Cardoso. Desterro, 20 de

agosto de 1861. Correspondências Ministério da Guerra para Presidente de Província.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Correspondências do ministro da guerra para o presidente da província de Santa Catarina – 1858, 1861, 1863, 1869, 1870, 1871, 1872, 1875, 1876.

SANTA CATARINA. Ofícios do presidente da província de Santa Catarina ao ministro da guerra – 1857, 1863, 1864, 1875, 1864, 1880

SANTA CATARINA. Regulamento para a colônia militar de Santa Thereza. João José Coutinho, presidente da província de Santa Catarina. Palácio do Governo de Santa Catarina, 12 de agosto de 1857. Registro do presidente de província para Ministério do Império (1854/1858).

SANTA CATARINA. Relatório de inspeção da colônia militar de Santa Thereza, do presidente da província de Santa Catarina ao Ministério da Guerra. Desterro, 9 de outubro de 1875. Fundo: Correspondências Presidente da Província para o Ministério da Guerra (1875-1878).

Arquivo Histórico Municipal de São José

CMST. Documentos relativos à Coletoria de Rendas Provinciais de São José. 1866, 1868, 1869, 1874, 1875 e 1879.

CMST. Ofício. Colônia militar de Santa Thereza, 8 de julho de 1868. Fundo: Coletoria. Série: Correspondências recebidas. Caixa 01.

FAZENDA PROVINCIAL DE SANTA CATARINA. Ofício do Diretor-Geral da Fazenda Provincial de Santa Catarina, Antonio Justinianno Esteves, em 12 de maio de 1868. Fundo: Coletoria. Série: Correspondências recebidas. Caixa 01.

FAZENDA PROVINCIAL DE SANTA CATARINA. Ofício do Diretor-Geral da Fazenda Provincial de Santa Catarina, Francisco Leitão de Almeida, em 31 de maio de 1870. Acervo: Arquivo Histórico Municipal de São José. Fundo: Coletoria. Série: Correspondências recebidas. Caixa 01.

SANTA CATARINA. Ato de 15 de fevereiro de 1870, criando uma agência de coletoria na estrada que da cidade de São José segue para Lages. André Cordeiro d'Araújo Lima. Palácio do Governo, 15 de fevereiro de 1870. Fundo: Coletoria. Série: Correspondências recebidas. Sub-série: diversos órgãos. Caixa 12.

SANTA CATARINA. Ofício do inspetor da Tesouraria de Fazenda da Província ao coletor de rendas da cidade de São José. Desterro, 12 de junho de 1888. Fundo: Coletoria. Série: Correspondências recebidas. Sub-série: Da Tesouraria da Fazenda Provincial.

SANTA CATARINA. Ofício do Palácio do Governo da Província de Santa Catarina ao Diretor-Geral da Fazenda Provincial. Antônio Luiz do Livramento. Desterro, 7 de julho de 1871. Fundo: Coletoria. Série: Correspondências recebidas. Caixa 01.

Arquivo Histórico do Exército

BRASIL. Quartel General do Exército na Corte. Ofício n. 9007, do Ajudante General do Exército, Barão de Suruhy, ao ministro da Guerra, Conselheiro Sebastião do Rego Barros. Barão de Suruhy, Ajudante General do Exército. Quartel General do Exército na Corte, 27 de outubro de 1860.

CMST. Relação nominal dos oficiais militares que servem na colônia militar de Santa Thereza. Fernando Antonio Cardozo, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de julho de 1876.

CMST. Relatório da colônia militar de Santa Thereza. João Francisco Barreto, coronel diretor da colônia. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de janeiro de 1866.

Arquivo Nacional

BRASIL. Ofício ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Senador Joaquim Delfino Ribeiro da Luz. Antonio Ernesto Gomes Carneiro, major. Quartel de inspeção da colônia militar de Santa Thereza, na província de Santa Catarina, 8 de outubro de 1887.

BRASIL. Ofício n. 8517, ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Conselheiro Sebastião do Rego Barros. Barão de Suruhy, ajudante general do Exército. Quartel General do Exército na Corte, 8 de agosto de 1860.

CMST. Informações acerca do estado da colônia militar de Santa Thereza enviadas ao Ministério dos Negócios da Guerra. João Paulo de Miranda, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de janeiro de 1881.

CMST. Mapa mensal do pessoal da colônia militar de Santa Thereza no mês de abril de 1857. João Xavier de Souza, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de maio de 1857.

CMST. Mapa mensal do pessoal da colônia militar de Santa Thereza no mês de fevereiro de 1858. João Xavier de Souza, capitão diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de março de 1858.

CMST. Ofício ao presidente de província, Francisco Carlos de Araújo Brusque. João Francisco Barreto, tenente coronel diretor da colônia. Desterro, 23 de setembro de 1860.

CMST. Pedido de fardamento para os praças da colônia militar de Santa Thereza. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de janeiro de 1855. Affonso d'Albuquerque e Mello, major diretor da colônia.

CMST. Relatório da colônia militar de Santa Thereza, apresentado ao Ilmo e Exmo Sr. Barão de Muritiba, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra. João Francisco Barreto, coronel diretor. Colônia militar de Santa Thereza, 1º de janeiro de 1869.

SANTA CATARINA. Ofício do presidente de província, Francisco Carlos de Araújo Brusque, ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Conselheiro Sebastião do Rego Barros. Palácio do Governo da Província de Santa Catarina, 1º de agosto de 1860.

SANTA CATARINA. Ofício do presidente de província, Francisco Carlos de Araújo Brusque, ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Conselheiro Sebastião do Rego Barros. Palácio do Governo da Província de Santa Catarina, 3 de agosto de 1860.

SANTA CATARINA. Ofício do presidente de província, João Capistrano Bandeira de Melo Filho, ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Duque de Caxias. Desterro, 8 de abril de 1876.

Fontes impressas

Coleção de leis

BRASIL. Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. Lei n. 39 A

BRASIL. Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. Lei n. 360

BRASIL. Coleção das leis do Império do Brasil de 1850. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851. Lei n. 555, de 15 de junho de 1850.

BRASIL. Coleção das leis do Império do Brasil de 1850. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851. Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850.

BRASIL. Coleção das leis do Império do Brasil de 1850. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851. Decreto 585, de 6 de setembro de 1850.

BRASIL. Coleção das leis do Império do Brasil de 1851. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1852. Decreto 750, 2 de janeiro de 1851.

BRASIL. Coleção das leis do Império do Brasil de 1851. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1852. Decreto n. 820, 12 de setembro de 1851.

BRASIL. Coleção das leis do Império do Brasil de 1865. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866. Decreto 3.371, de 7 de janeiro de 1865.

BRASIL. Coleção das leis do Império do Brasil de 1877. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1877. Decreto n. 2.706.

BRASIL. Coleção de leis do Brasil de 1859. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1860. Decreto 2.504, de 16 de novembro de 1859.

BRASIL. Coleção de leis do Imperio de 1824. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1825. Decreto de 1º de dezembro de 1824.

BRASIL. Coleção de leis do Império do Brasil 1853. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1854. Decreto n. 1.266, de 8 de novembro de 1853.

BRASIL. Coleção de leis do Império do Brasil de 1830. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1831. Decreto de 20 de dezembro de 1830.

BRASIL. Coleção de leis do Império do Brasil de 1849. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1849. Decreto n. 662.

BRASIL. Coleção de leis do Império do Brasil de 1850. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851. Decreto n. 729, de 9 de novembro de 1850.

BRASIL. Coleção de leis do Império do Brasil de 1854. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1854. Decreto n. 1.363.

BRASIL. Coleção de leis do Império do Brasil de 1858. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1858. Decreto n. 2.125, de 13 de março de 1858.

BRASIL. Coleção de leis do Império do Brasil de 1861. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1862. Decreto n. 2.747, de 16 de fevereiro de 1861.

Relatórios do Ministério da Guerra⁸⁴⁶

BRASIL. Ministério da Guerra, ministro Carlos Affonso de Assis Figueiredo. Relatório do ano de 1882 apresentado à assembleia geral legislativa na 3ª sessão da 18ª legislatura. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1883.

BRASIL. Ministério da Guerra. Ministro José Egydio Gordilho de Barbuda, Visconde de Camamú. Relatório do ano de 1864. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865.

⁸⁴⁶ Esses documentos foram consultados na página de internet do Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras, do *Center for Research Libraries*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil>>

BRASIL. Ministério da Guerra. Ministro José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco. Relatório do ano de 1870. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1871.

BRASIL. Ministério da Guerra. Ministro José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco. Relatório do ano de 1871. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1872.

BRASIL. Ministério da Guerra. Ministro Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão. Relatório do ano de 1862 apresentado à Assembleia Geral Legislativa. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1863.

BRASIL. Ministério da Guerra. Ministro Visconde de Pelotas. Relatório do ano de 1879 apresentado à Assembleia Geral Legislativa. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880.

BRASIL. Relatório do ano de 1861 apresentado à Assembleia-geral legislativa na 2ª sessão da 11ª legislatura. Luís Alves de Lima e Silva, Marquês de Caxias, ministro da Guerra. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862.

BRASIL. Relatório do ano de 1863, do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra José Marianno de Mattos. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1864.

BRASIL. Relatório referente ao ano de 1897, do Ministro da Guerra, João Thomaz Cantuaria. Rio de Janeiro, 1º de maio de 1898.

Relatórios do Ministério do Império⁸⁴⁷

BRASIL. Ministério do Império. Ministro Sérgio Teixeira de Macedo. Relatório do ano de 1858 apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 10ª Legislatura. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1859.

⁸⁴⁷ Esses documentos foram consultados na página de internet do Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras, do *Center for Research Libraries*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil>>

BRASIL. Ministério do Império. Relatório do ano de 1850 apresentado à Assembleia-Geral Legislativa na 3ª sessão da 8ª legislatura. Visconde de Mont'alegre, ministro do Império. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851.

BRASIL. Ministério do Império. Relatório do ano de 1851 apresentado à Assembleia-Geral Legislativa na 4ª sessão da 8ª legislatura. Visconde de Mont'alegre, ministro do Império. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1852.

BRASIL. Ministério do Império. Relatório do ano de 1852 apresentado à Assembleia-Geral Legislativa na 1ª sessão da 9ª legislatura. Francisco Gonçalves Martins, ministro do Império. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1853.

BRASIL. Ministério do Império. Relatório do ano de 1854 apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 9ª Legislatura. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1855.

BRASIL. Ministério do Império. Relatório do ano de 1856 apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 1ª sessão da 10ª legislatura. Ministro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1857.

BRASIL. Ministério do Império. Relatório do ano de 1857 apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 10ª Legislatura. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Jeronymo Francisco Coelho. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1858.

BRASIL. Ministério do Império. Relatório do ano de 1858 apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 10ª Legislatura. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Sérgio Teixeira de Macedo. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1859.

Relatórios e Fallas provinciais⁸⁴⁸

CEARÁ. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Ceará em sua reunião extraordinária em 1º de dezembro de 1866 pelo presidente da mesma provincia, João de Souza Mello e Alvim. Fortaleza: Typ. Brasileira de João Evangelista, 1867.

MARANHÃO. Relatório do presidente da província do Maranhão, Eduardo Olimpio Machado, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 3 de maio de 1855. Maranhão: Typ. Const. de I.J. Ferreira, 1855.

PARÁ. Falla dirigida pelo Exmo Sr Conselheiro Jeronimo Francisco Coelho, presidente da província do Pará, à Assembleia Legislativa Provincial na abertura da segunda sessão ordinária da sexta legislatura no dia 1º de outubro de 1849. Pará: Typ. de Santos & filhos, 1849.

PARÁ. Relatório feito pelo conselheiro Jeronimo Francisco Coelho, presidente da provincia e entregue ao 1º vice presidente em exercicio, Angelo Custodio Corrêa, no dia 1º de agosto de 1850. Pará: Typ. de Santos & filhos, 1850.

RIO GRANDE DO SUL. Aditamento feito ao relatório que, perante a Assembleia Provincial do Rio Grande de São Pedro do Sul, dirigiu o Exmo vice-presidente da província em 4 de março de 1848, pelo Exmo presidente da província e comandante do exército em guarnição, Francisco José de Souza Soares de Andréa. Porto Alegre: Typ. do Commercio, 1848.

RIO GRANDE DO SUL. Relatório com que o Exmo Sr. Dr. João Sertorio, presidente da província do Rio Grande do Sul, passou a administração da mesma ao Exmo Sr. Dr. João Capistrano de Miranda e Castro, 1º vice-presidente, no dia 29 de agosto de 1870. Porto Alegre: Typ. Rio Grandense, 1870.

SANTA CATARINA. Discurso pronunciado pelo presidente, o brigadeiro João Carlos Pardal, na abertura da Assembleia Legislativa da Província de Santa Catarina na 1ª sessão ordinária da 2ª legislatura

⁸⁴⁸ Esses documentos foram consultados na página de internet do Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras, do *Center for Research Libraries*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil>>

provincial, em 1º de março 1838. Cidade do Desterro: Typ. Provincial, 1838.

SANTA CATARINA. Falla dirigida à Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina em 25 de março de 1874 pelo presidente da provincia, João Thomé da Silva. Cidade do Desterro: Typ. de J.J. Lopes, 1874.

SANTA CATARINA. Falla do senhor José Joaquim Machado de Oliveira, presidente da província de Santa Catarina, na abertura da 3ª sessão da 1ª legislatura provincial, em 1º de março de 1837. Cidade do Desterro: Typ. Provincial, 1837.

SANTA CATARINA. Falla que o presidente da provincia de Santa Catarina, João José Coutinho, dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial na abertura de sua sessão ordinaria em 1º de março de 1856. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1856.

SANTA CATARINA. Falla que o presidente da província de Santa Catarina, João José Coutinho, dirigiu à Assembleia Legislativa da mesma província, por ocasião da abertura de sua sessão ordinaria em 1º de março de 1853. Cidade do Desterro: Typ. do Conservador, 1853.

SANTA CATARINA. Falla que o presidente da província de Santa Catarina, João José Coutinho, dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial na abertura de sua sessão ordinaria em 1º de março de 1857. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e C., 1857.

SANTA CATARINA. Falla que o presidente da província, João José Coutinho, dirigiu à Assembleia Legislativa da mesma província, por ocasião da abertura da sua sessão ordinaria em 1º de março de 1850. Desterro: Typ. Catharinense de Emilio Grain, 1850.

SANTA CATARINA. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina, na sua sessão ordinaria, e ao 1º vice-presidente, comendador Francisco José de Oliveira, por ocasião de passar-lhe a administração o presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda no ano de 1868. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1868.

SANTA CATARINA. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina na 2ª sessão de sua 26ª legislatura, pelo presidente Francisco José da Rocha, em 11 de outubro de 1887. Rio de Janeiro, Typ. União de A.M. Coelho da Rocha & C., 1888.

SANTA CATARINA. Relatório apresentado ao 1º vice-presidente da província de Santa Catarina, o comendador Francisco José d'Oliveira pelo presidente Pedro Leitão da Cunha por ocasião de passar-lhe a administração da província em 19 de dezembro de 1863. Desterro: Typ. Commercial de J. A. do Livramento, 1863.

SANTA CATARINA. Relatório apresentado ao Vice-presidente da província de Santa Catarina, Speridião Eloy de Barros Pimentel, pelo presidente João José Coutinho. Desterro: Typ. de J. J. Lopes, 1859.

SANTA CATARINA. Relatório com que ao Exmo Sr. Dr. Joaquim da Silva Ramalho, 1º vice-presidente, passou a administração da província de Santa Catarina ao exmo. sr. Dr. José Bento de Araújo, em 14 de fevereiro de 1878. Desterro. Typ. Regeneração, 1878.

SANTA CATARINA. Relatório com que o 1º vice-presidente, Herminio Francisco do Espírito Santo, passou a administração da província de Santa Catarina a Alfredo d'Escragnolle Taunay. Desterro: Typ. de J. J. Lopes, 1877.

SANTA CATARINA. Relatório do presidente da provincia de Santa Catarina, Francisco Carlos de Araujo Brusque, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na 1ª sessão da 10ª legislatura. Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil, 1860.

SANTA CATARINA. Relatório do presidente da provincia de Santa Catarina, o senhor João José Coutinho, em 19 de abril de 1854. Cidade do Desterro: Typ. Catharinense, 1854.

SANTA CATARINA. Relatório do presidente da província de Santa Catarina, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na 2ª sessão da 12ª legislatura em 1º de março de 1865. Desterro, Typ. Catharinense de Avila & Rodrigues, 1865.

SANTA CATARINA. Relatório do presidente da província de Santa Catarina, o conselheiro Vicente Pires da Mota, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na 1ª sessão da 11ª legislatura. Desterro, Typ. Desterrense de J.J. Lopes, 1862.

SANTA CATARINA. Relatório do presidente da província de Santa Catarina em 1º de março de 1855. João José Coutinho.

SANTA CATARINA. Relatório do presidente da província de Santa Catarina, o senhor José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, na abertura da 2ª sessão da 1ª Legislatura Provincial, em 5 de abril de 1836. Cidade do Desterro: Typ. Provincial, 1836.

SANTA CATARINA. Relatório do presidente da província de Santa Catarina, Francisco Carlos d'Araujo Brusque, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na 2ª sessão da 10ª legislatura. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro e Comp.a, 1861.

SANTA CATARINA. Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da província de Santa Catarina na 1ª sessão de sua 26ª legislatura pelo presidente, Dr. Francisco José da Rocha, em 21 de julho de 1886.

Fontes bibliográficas

AVÉ-LALLEMANT, Robert. Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858). Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

COELHO, M. A. *Província de Santa Catharina: informações sobre sua povoação, cidades, vilas, freguezias, rios, minas, lagoas, etc.* Desterro, 1869.

COELHO, Manoel Joaquim de Almeida. *Memória Histórica da Província de Santa Catarina.* Desterro, Tip. Catarinense, 1877.

MAFRA, Manuel da Silva. Exposição histórico-jurídica por parte do Estado de Santa Catarina sobre a questão de limites com o Estado do Paraná. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

MAGALHÃES, José Vieira Couto. *Memória sobre as colônias militares, nacionais e indígenas*. Rio de Janeiro: Tipografia da Reforma, 1875.

MAGALHÃES, José Vieira Couto. *O selvagem*. Rio de Janeiro: Typographia da Reforma, 1876.

OURIQUE, Jacques. Esboço topográfico da colônia militar de Itapura. *Revista do Exército Brasileiro*. Ano 4. Rio de Janeiro: Typ. da Revista do Exército Brasileiro, 1885.

Fontes iconográficas

Carta do Império do Brasil. Reduzida no Arquivo Militar em conformidade da publicada pelo coronel Conrado Jacob de Niemeyer em 1846, e das especiais das fronteiras com os Estados limítrofes organizadas ultimamente pelo conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro. Rio de Janeiro, 1873. Acervo: Biblioteca Digital Mundial.

Configuração da parte do Certão pertencente ao Governo da Ilha de Santa Catarina que fica entre o rio Biguassú e o rio Cubatão, aonde se intentão fazer as novas povoaçoens. Cópia no acervo da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, original no Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa.

Mapa da província de Santa Catarina servindo para indicar os vários pontos onde se acham colocadas as diversas colônias. Trabalho organizado por Pedro Luiz Taulois, engenheiro do governo, 1867. Acervo: Arquivo Histórico do Exército.

Planta da casa para o capelão e para a escola de primeiras letras da colônia. Acervo: IHGSC.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. C. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1988.

ALVES, C. Formação militar e produção do conhecimento geográfico no Brasil do século XIX. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. X, núm. 218 (60). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-60.htm>>. Acesso em: 2-2-2010.

BARROS, V. L. F. A colônia militar do Chopim – 1882 a 1909. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, SC, 1980. 224p.

BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BEATTIE, P. M. *Tributo de sangue: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945*. Trad. Fábio Duarte Joly. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

BOITEUX, H. Santa Catarina no Exército. Vol. 2. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1942.

BORGES, N. C. O. Terra, gado e trabalho: sociedade e economia escravista em Lages, SC (1840-1865). Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis, UFSC, 2005.

BRÜGGEMANN, A. A. *Ao poente da Serra Geral: a abertura de um caminho entre as capitanias de Santa Catarina e São Paulo no final do século XVIII*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

BRÜGGEMANN, A. A. Os nós de um caminho: imigração alemã na Grande Florianópolis. *Anais do III Simpósio sobre imigração e cultura alemãs na Grande Florianópolis: história, língua e cultura*. Florianópolis: Nova Letra, 2009, p. 189 - 205.

CABRAL, O. R. *História de Santa Catarina*. 2. ed. Florianópolis: Laudes, 1970.

CAMPOS, R. R. A atuação militar da colônia militar de São Pedro de Alcântara no Maranhão oitocentista. *Anais do 35º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais* (ANPOCS). São Luís, 2011. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=986&Itemid=353> Acesso em: 5-3-2012.

CARVALHO, J. M. de (Org.) ; NEVES, L. M. B. (Org.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CARVALHO, J. M. de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, J. M. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CASTRO, C. (Org.); IZECKSOHN, Vitor (Org.); KRAAY, H. (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV; Bom Texto, 2004. v. 1.

CAVALCANTI, H. e GUILLEN, I. *Atravessando fronteiras: movimentos migratórios na história do Brasil*. Disponível em: <<http://200.144.182.150/neinb/files/Movimentos%20migratórios%20na%20história%20do%20Brasil.pdf>> Acesso em: 30-11-2012.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

COSTA, Licurgo. *O Continente das Lagens – sua História e Influência no Sertão da Terra Firme*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982

COSTA, S. G. da. *Formação democrática do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957.

COSTA, W. P. *A espada de dâmocles: o exército e a Guerra do Paraguai*. São Paulo : HUCITEC, 1996.

DIAS, M. O. L. da S. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005.

DIAS, M. O. L. da S. A interiorização da metrópole, 1808-1853. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 160-184.

DIAS, M. O. L. da S. Hermenêutica do Cotidiano na historiografia contemporânea. In: *Projeto História. Trabalhos da memória*. São Paulo. n.º.17, nov.1998. pp. 223-258.

DIAS, M. O. L. da S. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DOLHNIKOFF, M. Elites regionais e a construção do Estado Nacional. In: JANCSÓ, I. (org.) *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. Estudos Históricos. São Paulo/Ijuí: Hucitec/Unijui, 2003.

DOLHNIKOFF, M. O poder provincial: política e historiografia. *Revista de História* 122, 1990, p. 71-95.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000.

FRANCO, M. S. de C. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP. 1997.

FREITAG, L. da C. Impressões de um dirigente: relatos e relatórios da Colônia Militar de Foz do Iguaçu. *Revista de História Regional*, v. 12, p. 191-224, 2007.

GHIRARDELLO, N. Estabelecimento naval e colônia militar do Itapura, ápice do pensamento urbanístico-militar do império brasileiro. In: SHCU 1990 - *Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, v. 9, n. 2 (2006). Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1135>> Acesso em: 3-7-2012.

GOUVÊA, M. de F. *Política provincial na formação da monarquia*

constitucional brasileira: Rio de Janeiro, 1820-1850, Almanack Brasiliense, São Paulo, IEB – USP, n. 7, maio de 2008.

KOWARICK, L. *Trabalho e vadiagem*: a origem do trabalho livre no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1994, p. 75.

LEVI, G. Sobre a micro-história. In: BURKE, P., (Org.). *A Escrita da história – novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

MATTOS, I. R. de. *O tempo saquarema*: a formação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 1987.

MENDES, F. F. *Recrutamento militar e construção do Estado no Brasil imperial*. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

MOTTA, M. M. M. Caindo por terra (historiografia e questão agrária no Brasil do século XIX). In: GIRBAL-BLACHA, N.; VALENCIA, M. (Coord.). *Agro, tierra y política*. Debate sobre la historia rural de Argentina y Brasil. La Plata: Red de Editoriales Universitarias, 1998. p. 65-79.

MOTTA, M. M. M. *Nas fronteiras do poder*: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

MYSKIW, A. M. *A fronteira como destino de viagem*: a colônia militar de Foz do Iguaçu (1888/1907). Tese (doutorado). Universidade Federal Fluminense: Niterói, RJ. 2009.

NASSAR, R. *Lavoura Arcaica*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

OBERACKER Jr., C. H. *Jorge Antônio von Schaeffer*. Criador da primeira corrente emigratória alemã para o Brasil. Porto Alegre: Editora Metrópole, 1975.

OLIVEIRA, M. L. F. de. As colônias militares na consolidação do Estado Nacional, 1850-1870. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH. São Paulo, julho de 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300216724_ARQ_UIVO_TextoANPUH2011.pdf> Acesso em: 18-3-2012.

PIAZZA, W. F. A colônia militar Santa Teresa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. 3ª fase, n. 2, 1980.

PIAZZA, W. F. *A colonização de Santa Catarina*. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1988.

PIAZZA, W. F. *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

PIAZZA, W. F. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: Lunardelli, 1983.

PIAZZA, W. F., HÜBENER, L. M. *Santa Catarina: história da gente*. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1997.

PINTO, C. de P. F. O Visconde do Uruguai e o Regresso Conservador: A política de centralização na construção do Estado Imperial. *Anais do XV Encontro Regional de História da Anpuh-Rio*. Disponível em: <http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338428095_ARQUIVO_OViscondedoUrugaieoRegressoConservador.pdf> Acesso em: 12-12-2012.

REVEL, J. (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROSA, J. G. *Grande Sertão: veredas*. São Paulo: Nova Aguilar, 1994.

SALLES, R. *Guerra do Paraguai. Memórias & Imagens*. 1. ed. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2003. v. 1.

SALLES, R. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SALOMON, M. *O saber do espaço*. Ensaio sobre a geografização do espaço em Santa Catarina no século XIX. Florianópolis: UFSC, Tese de doutoramento, 2002.

SANTOS, A. R. G. Fronteira e formação do Estado: colonização militar em meados do oitocentos a partir de uma província do Norte. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH. São Paulo, julho

2011. Disponível em:

<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300891918_ARQ_UIVO_TrabalhoAnpuh-ArthurRobertoGermanoSantos.pdf> Acesso em: 18-3-2012.

SCHULZ, J. *O exército na política: origens da intervenção militar – 1850-1894*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SCIADINI, P. *Teresa D'Ávila*. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

SILVA, M. A. *Itapura – estabelecimento naval e colônia militar (1858-1870)*. São Paulo, 1972. 160f. Tese (Doutorado em História) – FFLCH – Universidade de São Paulo.

SODRÉ, N. W. *História militar do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOUZA, A. B. de. *O Exército na consolidação do Império: um estudo sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

WERNER, A. C. *Caminhos da integração catarinense*. Do caminho das tropas à rodovia BR 282: Florianópolis-Lages. Florianópolis: Ed. do Autor, 2004.

WISSENBACH, M. C. C. “*Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível*”. In: História da Vida Privada no Brasil. Vol. 3. Coordenador geral da coleção Fernando A . Novais; organizador do volume Nicolau Sevcenko. São Paulo, Cia. das Letras, 1998.

WOOD, D. L. *Abortive panacea: Brazilian military settlements, 1850 to 1913*. Salt Lake City: University of Utah, Tese de doutoramento, Ph.D, 1972.

APÊNDICE A

Colônias militares criadas no período imperial brasileiro

Alagoas:

Colônia Leopoldina. Criada em 9 de novembro de 1850 (decreto 729). Inaugurada em fevereiro de 1852.

Espírito Santo:

Colônia Guandú. Dezembro de 1857.

Maranhão:

Colônia São Pedro de Alcântara do Gurupy. Criada em 26 de novembro de 1853 (decreto 1.284). Inaugurada em março de 1855.

Mato Grosso:

Colônia Brilhante (São José de Monte Alegre). Criada em 10 de março de 1855 (decreto 1.578).

Colônia Nioac (São João de Antonina). Criada em 10 de março de 1855 (decreto 1.578). Inaugurada em 1860.

Colônia Dourados. Criada em 26 de abril de 1856 (decreto 1.754). Inaugurada em 1861.

Colônia Miranda. Inaugurada em 1859.

Colônia São Lourenço (Lamare). Inaugurada em 1859.

Colônia Taquary. Inaugurada em novembro de 1862.

Colônia Itacayú. Inaugurada em 1871.

Colônia Conceição de Albuquerque. Inaugurada em junho de 1872.

Colônia Piquiry. Inaugurada em 1880.

Minas Gerais:

Colônia Urucú. Criada em 14 de fevereiro de 1854 (decreto 1.331).

Pará:

Colônia Santa Thereza do Tocantins. Criada em 23 de janeiro de 1849. Inaugurada em outubro de 1849.

Colônia Pedro II. Fundada em abril de 1840 e reestabelecida em julho de 1850.

Colônia São João do Araguaya. Inaugurada em julho de 1850.

Colônia Óbidos. Criada em 8 de abril de 1854 (decreto 1.363).

Paraná:

Colônia Nossa Senhora da Conceição do Jatahy. Criada em 2 de janeiro de 1851 (decreto 751). Inaugurada em agosto de 1855.

Colônia Chopim. Criada em 16 de novembro de 1859 (decreto 2.502). Inaugurada em dezembro de 1882.

Colônia Iguassú. Criada em 1889.

Pernambuco:

Colônia Pimenteiras. Criada em 9 de novembro de 1850 (decreto 729). Inaugurada em 1852.

Rio Grande do Sul:

Colônia Caseros. Criada em 16 de novembro de 1859 (decreto 2.504).

Colônia Alto Uruguai. Criada em 31 de maio de 1877 (decreto 2.706).

Santa Catarina:

Colônia Santa Thereza,. Criada em 8 de novembro de 1853 (decreto 1.266). Inaugurada em janeiro de 1854.

Colônia Chapecó. Criada em 16 de novembro de 1859 (decreto 2.502). Inaugurada em março de 1882.

São Paulo:

Colônia Avanhandava. Criada em 23 de março de 1858 (decreto 2.126). Inaugurada em fevereiro de 1860.

Colônia Itapura. Criada em 26 de junho de 1858 (decreto 2.200). Inaugurada em maio de 1859.

APÊNDICE B
Quadro populacional da colônia militar de Santa Thereza⁸⁴⁹

Ano	População	Oficiais e soldados
1854	114	51
1855	117	46
1856	-	43
1857	130	-*
1858	155	-
1859	124	47
1860	115	-
1861	125	28
1862	-	-
1863	173	-
1864	164	26
1865	168	31
1866	-	-
1867	201	26
1868	214	19
1869	-	-
1870	-	-
1871	-	-
1872	371	-
1873	442	-
1874	475	-
1875	464	-
1876	-	-
1877	-	-
1878	-	-
1879	464	11
1880	493	13
1881	518	-
1882	623	-
1883	590	-

* Ausência de dados.

⁸⁴⁹ Baseado nos mapas populacionais emitidos pelos diretores da colônia, nos relatórios dos presidentes de província e nos relatórios dos ministros de Guerra.